



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA

ANDRÉ LUIZ FERNANDES DA SILVA

POBREZA E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TERRITÓRIO INDÍGENA
PITAGUARY, EM MARACANAÚ/ CE: CONFIGURAÇÕES, CONCEPÇÕES E
PARTICULARIDADES

FORTALEZA - CEARÁ

2020

ANDRÉ LUIZ FERNANDES DA SILVA

POBREZA E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TERRITÓRIO INDÍGENA
PITAGUARY, EM MARACANAÚ/ CE: CONFIGURAÇÕES, CONCEPÇÕES E
PARTICULARIDADES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Política Social, Antropologia Cultural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Leila Maria Passos Bezerra

FORTALEZ - CEARÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Silva, André Luiz Fernandes da.

Pobreza e política de assistência social no território indígena Pitaguary, em Maracanaú/ Ce: configurações, concepções e particularidades [recurso eletrônico] / André Luiz Fernandes da Silva. - 2020.

194 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia. Fortaleza, 2020.

Área de Concentração: Política Social, Antropologia Cultural.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Leila Maria Passos Bezerra.

1. Pobreza. 2. Política de Assistência Social. 3. População Indígena Pitaguary. I. Título.

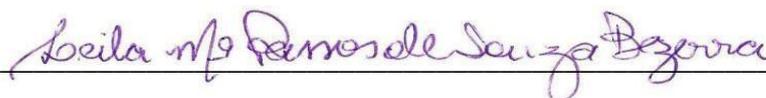
ANDRÉ LUIZ FERNANDES DA SILVA

POBREZA E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TERRITÓRIO INDÍGENA
PITAGUARY, EM MARACANAÚ/ CE: CONFIGURAÇÕES, CONCEPÇÕES E
PARTICULARIDADES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia. Área de Concentração: Política Social, Antropologia Cultural.

Aprovada em: 31 de agosto 2020.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Leila Maria Passos de Souza Bezerra (Orientador)

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Joubert Max Maranhão Piorsky Aires

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profª. Dra. Mônica Dias Martins

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profª. Dra. Elivânia da Silva Moraes

Universidade Federal do Ceará – UFC

Ao Povo Pitaguary, que tanto tem me ensinado
o caminho da reconstrução.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as bênçãos a mim concedidas.

À D. Nubia, minha mãe, pelo incentivo e exemplo.

Às minhas famílias de carne e espiritual pela força nos momentos de dúvida e desânimo.

Aos amigos, pela compreensão do afastamento necessário.

À companheira de estudo Roberta Castro pelo incentivo e cooperação constantes.

Aos companheiros de mestrado pelas trocas de conhecimento acadêmico e de vida.

Aos companheiros de trabalho do CRAS Indígena pela paciência e compreensão.

À Secretária de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú, Glauciane Viana, pelo incentivo e permissão de tão importante processo de vida.

A todos os professores do mestrado que compartilharam comigo essa jornada.

Ao professor Max Maranhão pelas orientações.

À professora Mônica pela eterna atenção.

À FUNCAP pelo apoio fornecido.

E finalmente a professora Leila Passos, mão firme a mim estendida na última hora.

Uma vez um velho perguntou-me: - Por que vindes vós outros, maírs e perôs (franceses e portugueses), buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? Respondi que tínhamos muitas, mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, [...], mas dela extraímos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas plumas. Retrucou o velho imediatamente: - E porventura precisais de muito? - Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes [...] e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados. - Ah! Retrucou, o selvagem, tu me contas maravilhas [...], mas esse homem tão rico de que me falas não morre? - Sim, disse eu, morre como os outros. [...]E quando morrem para quem fica o que deixam? - Para seus filhos, se os têm, respondi; na falta destes, para os irmãos ou parentes próximos. - Na verdade [...] agora vejo que vós outros mais sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois de nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados.

Publicado no livro "Viagem à terra do Brasil"

(JEAN DE LÉRY apud MOURA &
POUTIER.).

“A mãe do Brasil é indígena, ainda que o país tenha mais orgulho de seu pai europeu que o trata como um filho bastardo. Sua raiz vem daqui, do povo ancestral que veste uma história, que escreve na pele sua cultura, suas preces e suas lutas. Nunca vou entender o nacionalismo estrangeiro que muitas pessoas tem. Nós somos um país rico, diverso e guerreiro, mas um país que mata o seu povo originário e aqueles que construíram uma nação, que ainda marginaliza povos que já foram escravizados e seguem tentando se recuperar dos danos. O indígena não é aquele que você conhece dos antigos livros de história, porque não foi ele que escreveu o livro então nem sempre a sua versão é contada. Ele não está apenas na aldeia tentando sobreviver, ele está na cidade, na universidade, no mercado de trabalho, na arte, na televisão, porque o Brasil todo é terra indígena. Sabe aquela história de que “sua bisavó foi pega no laço?” Isso quer dizer que talvez seu bisavô tenha sido um sequestrador, então acho que você deveria ter mais orgulho do sangue indígena que corre em suas veias. A mãe do Brasil é indígena.”

(Mirian Krexu)

RESUMO

O presente trabalho se propõe a tecer reflexões sobre a pobreza e suas expressões correlatas, vulnerabilidade e risco social, interseccionando as com o trabalho realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Indígena Pitaguary a partir dos conceitos e normatizações da Política Nacional de Assistência Social. O equipamento social CRAS Indígena, localizado no município de Maracanaú/CE, nos possibilitou por um lado a exposição dos sentidos e significados das condições de vulnerabilidade e risco social por parte da comunidade, como nos fez perceber as conjunções e contradições entre a lógica da proteção social adotada pelo governo e as dificuldades de uma implantação efetiva dessa perspectiva em um contexto indígena. O percurso metodológico foi realizado através de pesquisa qualitativa com a análise de documentos, planos de ação social das esferas Federal, Estadual e Municipal, cadernos de campo, o ver e o ouvir; também foram utilizados dados sobre as condições de vida da população Pitaguary a partir das informações prestadas por essa população junto a base do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Finalmente, o trabalho propõe que a adequação entre os conceitos de pobreza e suas correlatas sejam readequadas para uma visão de Bem Viver, quando se tratar de um trabalho junto a comunidades originárias.

Palavras-chave: Pobreza. Política de Assistência Social. População Indígena Pitaguary.

ABSTRACT

This paper proposes to reflect on poverty and its related expressions, vulnerability and social risk, intersecting them with the work carried out at the Pitaguary Indigenous Social Assistance Reference Center (CRAS) based on the concepts and norms of the National Health Policy. Social Assistance. The social equipment CRAS Indígena located in the municipality of Maracanaú/CE, allowed us, on the one hand, to expose the senses and meanings of the conditions of vulnerability and social risk by the community, as it made us realize the conjunctions and contradictions between the logic of protection adopted by the government and the difficulties of an effective implementation of this perspective in an indigenous context. The methodological path was carried out through qualitative research with the analysis of documents, social action plans at the Federal, State and Municipal levels, field notebooks, seeing and hearing; data on the living conditions of the Pitaguary population were also used, based on information provided by that population along the basis of the Single Registry for Social Programs of the Federal Government. Finally, the work proposes that the adequacy between the concepts of poverty and its correlates be readjusted to a vision of living, when dealing with work with original communities.

Keywords: Poverty. Social Assistance Policy. Pitaguary Indigenous Population.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos Povos Indígenas em 1500	23
Figura 2 - Posto de saúde indígena Dona Joaquina Vieira. Aldeia Horto.....	59
Figura 3 - Casa de farinha-Horto	59
Figura 4 - Rua dentro da Terra Indígena Pitaguary- Horto.....	60
Figura 5 - Escola Indígena Chuí- Horto.....	61
Figura 6 - Principal entrada da Aldeia do Olho D'água e a Rua Dona Alzira.....	62
Figura 7 - Torres de energia.....	64
Figura 8 - Rua do Fogo	64
Figura 9 - Mangueiral, lembrado com saudosismo pelos mais antigos	65
Figura 10 - CRAS Indígena e do Posto de Saúde ao fundo	66
Figura 11 - Casa do Alto	68
Figura 12 - Antigo aqueduto e estrada que liga a Aldeia Central as Aldeias Santo Antônio e Nova.....	69
Figura 13 - Imagem do açude Santo Antônio.....	69
Figura 14 - Imagem de Santo Antônio	71
Figura 15 - Igreja de santo Antônio do Pitaguary.....	72
Figura 16 - Vista aérea a partir do pátio da igreja do Morro do Urubu	72
Figura 17 - Distribuição de CRAS no estado do Ceará	161
Figura 18 - Distribuição do atendimento à população indígena do Ceará.....	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro demonstrativo da diminuição de famílias no território, no intervalo de pesquisa	86
Quadro 2 - Descrição da média das per capita por território e ano, no intervalo da pesquisa	90
Quadro 3 - Demonstrativo geral do acesso à água na Terra Pitaguary	96
Quadro 4 - Quantitativo de pessoas e a média per capita da população cearense.....	129
Quadro 5 - Percentual de domicílios que receberam algum auxílio relacionado à pandemia e o valor médio recebido no domicílio – Brasil e Grandes Regiões – maio e junho de 2020.....	131
Quadro 6 - Demonstrativo do crescimento da extrema pobreza no Ceará.....	133
Quadro 7 - Informação de casos de COVID-19 em investigação e notificados em Maracanaú em julho- até 17/07/2020	136
Quadro 8 - Quadro de vulnerabilidade e risco social a partir do lugar de fala Pitaguary	174

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Indicação das famílias inseridas no CadÚnico em Maracanaú, com destaque para as famílias Pitaguary em 2019	85
Gráfico 2 - Indicação das famílias Pitaguary inseridas no CadÚnico entre 2014/2019	86
Gráfico 3 - Demonstrativo de famílias e condições econômicas	88
Gráfico 4 - Informações sobre as famílias inseridas no mercado de trabalho no intervalo de tempo da pesquisa	89
Gráfico 5 - Famílias beneficiárias do Bolsa Família, no intervalo da pesquisa.....	91
Gráfico 6 - Evolução de Beneficiários BPC	91
Gráfico 7 - Gênero no território indígena	93
Gráfico 8 - Demonstrativo da escolaridade indígena Pitaguary.....	94
Gráfico 9 - Demonstrativo do tipo de material empregado nas construções das casas Pitaguary	95
Gráfico 10 - Demonstrativo do acesso à iluminação entre os Pitaguary	97
Gráfico 11 - Demonstrativo do tipo de escoamento sanitário	97
Gráfico 12 - Demonstrativo da forma de descarte do lixo no território Pitaguary	99
Gráfico 13 - Índice de ocupação e trabalho no Brasil no período de maio a junho 2020.....	132
Gráfico 14 - Cenário Epidemiológico de Maracanaú em Relação a outros Municípios.....	135
Gráfico 15 - Índice indicativo da COVID-19 entre os Pitaguary até 17/07/2020	136

LISTA DE BRAVIATURAS

APIPY	Associação dos Produtores Indígena Pitaguary
ACESSUAS	Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
AVISA I	Agência de Vigilância Sanitária - Distrito I
BB	Banco do Brasil
BM	Banco Mundial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAD SUAS	Cadastro do Sistema Único de Assistência Social
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CCI	Centro Convivência Social
CCI	Centro de Convivência do Idoso
CENTRO POP	Centro de Atendimento à População de Rua
CIB	Comissão Inter gestora Bipartide
CIRM	Centro de Integração e Reabilitação de Maracanaú
CHESF	Companhia Hidrelétrica Vale do São Francisco
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMIC	Cartão Mais Infância Ceará
CPF	Cadastro Pessoa Física
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro Especializado de Assistência Social
DISEI	Distrito Sanitário Indígena
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENEL	Ente Nazionale per L'Energia Elétrica
EPACE	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Nacional
MC	Ministério da Cidadania
MSMBJ	Movimento de Saúde Mental do Bom Jardim
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIF	Programa de Atenção Integral a Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PAS	Política de Assistência Social
PIB	Produto Interno Bruto
PIS/PASEP	Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PR	Partido da República
PRONAMPE	Programa Nacional de Apoio à Microempresas e Empresas de pequeno porte
PT	Partido dos Trabalhadores
SASC	Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPS	Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
RG	Registro Geral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	CAPÍTULO 01: TRILHAS DA PESQUISA-OBJETO E ESCOLHAS METODOLÓGICAS.....	21
2.1	O pesquisador em encontro reflexivo com seu tema.....	24
2.2	Na tessitura relacional do objeto de estudos	30
2.3	A metodologia da pesquisa	47
3	CAPÍTULO 02. POBREZA INDÍGENA NO TERRITÓRIO PITAGUARY: UMA VERSÃO POSSÍVEL A PARTIR DO CADÚNICO	55
3.1	Aproximações à perspectiva de território indígena Pitaguary	55
3.2	Uma incursão pela Terra Pitaguary	57
3.3	As condições sociopolíticas do Brasil no período temporal da pesquisa	74
3.3.1	O Programa Brasil Sem Miséria do governo Dilma Rousseff: a focalização na extrema pobreza	75
3.3.2	Michel Temer: a ponte para o futuro das desproteções sociais.....	78
3.4	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e os dados sobre as condições de vida dos Pitaguary	81
3.4.1	Os Pitaguary por número de pessoas, família, domicílio, localidade e gênero no Cadastro Único	85
3.4.2	Renda e trabalho no território Pitaguary.....	87
3.4.3	Gênero e educação entre os Pitaguary	92
3.4.4	As condições objetivas de moradia dos Pitaguary	95
3.4.5	As condições de infraestrutura do território Pitaguary	96
4	CAPÍTULO 03 – DISCUSSÃO SOBRE A POBREZA E SUAS CONFIGURAÇÕES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	101
4.1	A construção social da pobreza e a sua atualidade no campo da proteção social.....	101
4.1.1	Sobre a Pobreza e a construção sociocultural dos “pobres”: aproximações à perspectiva de Simmel.....	105
4.1.2	Pobreza <i>versus</i> privação de capacidades	109
4.1.3	Da Pobreza à Exclusão Social: dilemas de uma polissêmica	114
4.1.4	Pobreza como vulnerabilidade social	118

4.2	Sobre a pobreza brasileira em contexto de (des)proteção social avançada: afinal, do que se trata?	126
4.3	Configurações da pobreza no Ceará e em Maracanaú em contexto de COVID-19: aproximações à situação de indígenas Pitaguary	133
5	CAPÍTULO 04 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE (DES)PROTEÇÃO SOCIAL: CONCEPÇÕES DE POBREZA E PARTICULARIDADES DE SEU ENFRENTAMENTO	139
5.1	Política de Assistência Social no Brasil contemporâneo: nos marcos de uma política pública em (des)construção.....	139
5.2	Afinal, quem necessita da Política de Assistência Social em tempos de precariedade e de insegurança sociais? Da Pobreza às Vulnerabilidades e Riscos Sociais	148
5.2.1	E quando os(as) usuários(as) da Política de Assistência Social são indígenas?	152
5.2.2	Problematizando os conceitos/noções de Vulnerabilidade Social e Risco Social na Política de Nacional de Assistência Social	155
5.3	A Política de Assistência Social no Ceará e em Maracanaú: particularidades a considerar.....	159
5.3.1	Configuração da Política de Assistência Social em Maracanaú-CE	166
5.3.2	As particularidades da PAS no CRAS Indígena Pitaguary.....	168
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
	REFERÊNCIAS	184

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tematiza sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), no nível da Proteção Social Básica (PSB) operacionalizada no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Indígena Pitaguary, junto aos indígenas usuários desta política pública em Maracanaú-CE. Busca compreender as configurações desta política pública, as concepções de pobreza e noções a esta correlata – vulnerabilidade e risco sociais – conforme inscritas nas suas normativas e orientações, bem como vislumbra apreender as particularidades das condições de pobreza indígena Pitaguary identificadas a partir dos dados do Cadastro Único de Programas Sociais (CADÚNICO). Parte-se do princípio de que a compreensão desse conceito e suas correlatas são fundamentais para um direcionamento efetivo nas ações dessa unidade socioassistencial, executor da Política de Assistência Social.

O fenômeno da pobreza associado, via de regra, à perspectiva de renda, encarna o ponto agudo da desigualdade social intrínseca ao processo de produção e reprodução capitalista. Já os termos vulnerabilidade e risco social aparecem como expressões correlatas da pobreza e carregam uma multiplicidade de significados e interpretações, abarcando contextos sociais, políticos e que chegam a envolver a própria individualidade. Estes dois últimos termos tornaram-se mais frequentes quando das análises sobre a nova questão social realizada por Castel (1980), Rosanvallon (1982) e Paugan (1985) após o ressurgimento do projeto político e econômico liberal no início dos anos de 1970, como forma de retomada da economia dos países do primeiro mundo e com refrações principalmente na periferia do capitalismo. No Brasil, os termos vulnerabilidade e risco social ganham vulto e corpo com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social em 2004.

Os referidos termos tornaram-se centrais na estruturação dessa política e definem as situações as quais esses encontram expostos os usuários dessa política. Tornaram-se balizares tanto para a definição do público demandatário como para o direcionamento do nível e tipo de atenção a ele aplicada. Com relação a aplicabilidade dos termos (pobreza, vulnerabilidade e risco) em sociedades tradicionais, onde valores capitalistas, como o de acumulação, muitas vezes parecem não encontrar espaço, a articulação da PNAS, que só recentemente se aproximou dessas populações, pode se configurar um grande desafio no sentido de oferecer condições de superação de situações que a lógica capitalista, nessa perspectiva neoliberal define, e que contradiz toda uma cosmologia instituída e vivenciada pelas populações originárias.

A partir dessa discussão e tomando como campo de pesquisa o Centro de Referência de Assistência Social Indígena Pitaguary, o presente trabalho busca também identificar como se configura a situação da pobreza de indígenas usuários(as) do CRAS Indígena Pitaguary a partir dos dados do CadÚnico; apreender as concepções de vulnerabilidade e risco social contidos na Política Nacional de Assistência Social; identificar como estas concepções são abordadas/significadas nas ações socioassistenciais do Centro de referência de Assistência Social Indígena e identificar os desafios da questão social indígena para a política de assistência social.

O presente trabalho se estrutura em seis seções, a incluir a presente Introdução. O PRIMEIRO capítulo, intitulado TRILHAS DE PESQUISA-OBJETO E ESCOLHAS METODOLÓGICAS – nele resgato o meu encontro com o objeto de pesquisa e que, seguramente, me marcou por toda uma vida. Não foi só o simples fato de me deparar com uma outra realidade, foi o fato de me ver dentro dessa nova realidade. Estar nela, sem ser parte direta dela. O percurso metodológico está descrito nessa seção, bem como um pouco do percurso sócio histórico do objeto. Constitui-se de três subitens: 1.1- O pesquisador em encontro reflexivo com seu tema onde procurei traçar um marco histórico para a condição de pobreza, vulnerabilidade e risco social em que se encontram parte significativa das etnias indígenas brasileiras; 1.2- Na tessitura relacional do objeto de estudo discuto a articulação histórica da proteção social brasileira, direcionada à população indígena, via políticas indigenistas, até a introdução da Política Nacional de Assistência Social em 2005 e as determinações que fazem dessa população alvo da sua intervenção; e no subitem 1.3 trago a metodologia utilizada no processo de pesquisa, baseada na pesquisa documental e na quantificação de dados sobre as condições de vida dos Pitaguary, a partir das suas informações prestadas à base do CadÚnico.

No SEGUNDO capítulo – POBREZA INDÍGENA NO TERRITÓRIO PITAGUARY: uma versão possível a partir do CadÚnico – inicialmente traz uma exposição sobre os conceitos de Terra, Território e Territorialidade, seguido de uma descrição da área referenciada pelo CRAS Indígena, com vistas a garantir uma aproximação as condições de vida do público potencial e/ou usuário desta política pública em nível local. Exploro o território através de um pretense ensaio etnográfico, para trazer ao leitor uma maior aproximação com o contexto dessa pesquisa, e na sequência, a apreensão das condições de pobreza no território indígena Pitaguary considerando os dados extraídos da base do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o CadÚnico no marco temporal de 2014 a 2019. Contudo, como essa pesquisa se estendeu até julho deste ano, percebi a necessidade da inserção de dados relacionados à pandemia e os Pitaguary.

O TERCEIRO capítulo denominado SOBRE A POBREZA E SUAS CONFIGURAÇÕES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – traz uma discussão sobre as interpretações da pobreza nos anos 2000, enfocando ainda noções e conceitos correlatos a este fenômeno e adotados no Brasil contemporâneo. Traço nesse sentido um diálogo com as concepções de Simmel (1908) e sua perspectiva do pobre como alguém que necessita da intervenção do Estado para a aquisição do mínimo; de Sen (2000) onde essa se expressa pela ausência de oportunidades sociais e cuja superação se dá pela ampliação de liberdades na participação dos processos sociais, com ênfase no campo político. Ainda nesse percurso, o conceito de pobreza é trabalhado como sinônimo de exclusão social, nesse ponto alguns autores como Sposati (1999), Fleury (2010), Martins (1989) e Kowarick (1999) conversam e colocam seus posicionamentos com relação a essa aparente sinonimidade. Da mesma forma o conceito de pobreza se mescla ao de vulnerabilidade social para indicar suas similaridades ao se definirem como a inexistência ou dificuldade em acessar a estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais ofertadas pelo mercado, sociedade ou mesmo pelo Estado. Existe, nesse capítulo a alternativa de articular as referências conceituais com as inflexões impostas pela pandemia do COVID-19, para fins de subsidiar a compressão da concepção de pobreza e das noções a estas correlatas, conforme adotadas na Política de Assistência Social (PAS).

No QUARTO capítulo – A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O SUAS E POBREZA À BRASILEIRA: concepções e particularidade no enfrentamento estatal da pobreza contemporânea, vem discutindo a Política de Assistência Social (PNAS,2004), o Sistema Único de Assistência Social (SUS) e a(s) concepção/concepções de pobreza adotadas nas normativas e orientações desta política pública. São subitens desse capítulo o 3.1 que trata da Política de Assistência Social no Brasil contemporâneo: nos marcos de uma política pública em (des) construção; o 3.2- indagando sobre o público da PAS e intitulado: Afinal, quem necessita da Política de Assistência Social em tempos de precariedade e de insegurança sociais? Da pobreza às vulnerabilidades e Riscos Sociais; o 3.2.1-Problematizando os conceitos /noções de Vulnerabilidade Social e Risco Social na Política Nacional de Assistência Social onde discuto acerca das configurações e concepções de pobreza e o público que ela se destina inserindo aí o momento histórico da cobertura dessa política junto às comunidades indígenas. Nos subitens 3.3. A Política de Assistência Social no Ceará; 3.3.1 Configurações da Política Nacional de Assistência Social em Maracanaú; e por fim o item 3.3.2 As particularidades da Política de Assistência Social no CRAS Indígena Pitaguary, enfoco a configuração e as particularidades desta política pública no Ceará

e no município de Maracanaú, com vértice direcionado à população indígena do estado, em especial, aos Pitaguary.

A última sessão corresponde à conclusão, que expõe o que um ano e oito meses de pesquisa revelou, apesar de termos iniciado com um objetivo, as voltas do percurso de pesquisa nos levaram para outros olhares, contudo, sem mudar o foco sobre a condição de vida material dos Pitaguary e o que as sociedades inseridas em modos de produção voltadas para o lucro denominam de pobreza.

Acredito que esse debate seja pertinente ao apresentar subsídios para a análise na implantação e implementação de programas, projetos e ações da Política Nacional de Assistência Social junto a populações originárias bem como favorecer o aperfeiçoamento do trabalho profissional junto ao público usuário da PAS, na PSB, a considerar as especificidades do Povo Pitaguary em âmbito territorial

2 CAPÍTULO 01: TRILHAS DA PESQUISA-OBJETO E ESCOLHAS METODOLÓGICAS

A escolha metodológica em uma pesquisa deve traduzir a articulação de conteúdo, a concepção de realidade, a criatividade para se aproximar do objeto e a(s) técnica(s) da pesquisa. Para Minayo (1994) a escolha do método deve ser criteriosa pois é ele que possibilitará a compreensão das dimensões que envolve o objeto da pesquisa. Isso revela que o pesquisador deverá primeiramente procurar aguçar sua sensibilidade na escolha do método, evitando assim uma visão restrita sobre o objeto, impedindo de compreendê-lo de forma ampliada com suas multicausalidades, seus fenômenos contraditórios e sua influência e refrações na totalidade da realidade social concreta. Essa descrição indica por excelência que o tom metodológico assumido é o de uma perspectiva marxista e o método, por conseguinte é o dialético, pois como afirma Netto (2009) este não é

[...] um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação. [...] O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações. (NETTO, 2009, p.22)

Dessa forma, ao propor a análise dos conceitos de pobreza, vulnerabilidade e risco social expressos na Política Nacional de Assistência Social, os quais são estruturantes na conformação de ações realizadas voltadas aos usuários dessa política, não se pretende somente retratar ou avaliar seus resultados a partir de sua efetividade, eficácia e eficiência junto à população indígena, especificamente a da etnia Pitaguary. Não, o que se pretende através desta explanação, é tecer como se dá a interlocução desses conceitos na efetividade da realidade indígena, através da atuação do Centro de Referência de Assistência Social Indígena Pitaguary. Lembremos que apesar de ser uma comunidade já integrada a comunidade nacional, ela possui elementos caudatários da sua formação originária. Assim a dialética se faz presente pela condição da política de assistência social ser fruto do desenvolvimento capitalista, na conformação de interesses de classe, onde a submissão e a subordinação à ordem posta é o grande objetivo. Como nos lembra Behring e Boschetti (2008).

Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem (e, que, dialeticamente, também sofrem efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução

da vida da classe trabalhadora. Dito de outra forma, relaciona as políticas sociais às determinações econômicas que, em cada momento histórico atribuem um caráter ou uma dada configuração ao capitalismo e às políticas sociais, assumindo assim, um caráter histórico-estrutural. Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação dos grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam. (p.43)

Quando se relaciona a questão indígena às políticas sociais, especificamente a política de assistência social, muitas nuances são percebidas e outros elementos inquisidores surgem para afinar a tendência dialética de contrapor a ordem naturalmente posta. A análise histórica revela elementos como a escravidão, a espolição, a tentativa de invisibilidade, o silenciamento, as conformações de “adestramento” a ordem nacional, esse conjunto de determinações cimentam hoje uma das novas refrações da questão social, a atualíssima questão indígena no capitalismo contemporâneo e sua expressão globalizada. Hoje a questão indígena ao ganhar apoio e preocupação internacional, nos revela por um lado a ruptura com o legado etnocêntrico, linear e etapista da evolução social que vai da vida selvagem à civilizada. Ao se debruçar o olhar para as comunidades indígenas, seja ela em momento de contato ou já “nacionalizada” sempre se percebe uma ordem imbricada que se contrapõem pela sua proposta de existência e resistência à lógica do sistema capital.

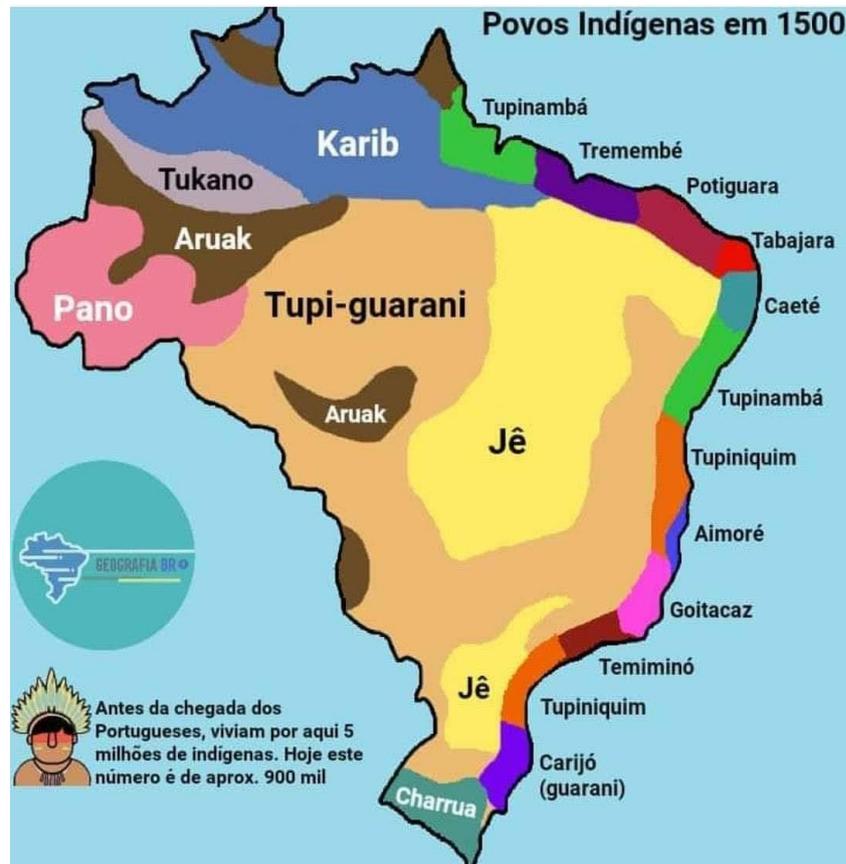
De exótico, o autóctone brasileiro logo se tornou meio de apropriação de riqueza através da sua escravidão, da sua distribalização. Como bem definiu Oliveira (1976)

Atam-se os índios à sociedade envolvente. E esta, incluindo o índio e seu território em seus projetos de expansão (ou de “desenvolvimento”), a partir do momento em que a força de trabalho indígena, tanto quanto as terras tribais, passam a se impregnar de valor, não mais abandona a sua presa- o índio a ser subjogado, o território a ser conquistado. (p.59).

Apesar de toda resistência empregada por parte dos autóctones, o que contribuiu na desistência do projeto de seu escravizamento por parte da Coroa portuguesa, muitos sucumbiram ao extermínio e outros tantos embrenharam-se Brasil a dentro como forma de não se submeter aos ditames do capitalismo comercial dos séculos XVI e XVII. Somente no início do século XX, os povos originários passaram a ter um olhar mais direcionado por parte do Estado, através de políticas indigenistas, executadas por órgãos responsáveis pela sua tutela, como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e posteriormente a Fundação Nacional do Índio, FUNAI. Cabe destacar que essa proteção era estendida somente aos indígenas em isolamento, situações de contatos ou contatos recentes. Os indígenas “já integrados a nação”, especialmente das regiões nordeste, sudeste e sul, eram desconsiderados dessa cobertura governamental por não serem reconhecidos pelo Estado como população étnica diferenciada

da nação. Somente com a Constituinte de 1988 é que essas populações excluídas das políticas protetivas dos órgãos indigenistas puderam ter seu reconhecimento efetivo pelo Estado, assim passaram a ter condições de exigir ações públicas e sociais a partir de suas realidades.

Figura 1 - Distribuição dos Povos Indígenas em 1500



Fonte: Geografia BR.

Esse tensionamento ainda constante, agudiza-se em tempo de um regime de governo que publicamente ignora minorias étnicas e tenta impor a ordem do grande capital avançando sobre territórios já demarcados ou em processo de demarcação buscando a derrocada de conquistas duramente efetivadas.

Isso implica que a questão indígena, em seus variados prismas, constitui um desafio histórico e atual na relação de forças capitalista. Ontem a luta era pela vida, pela liberdade expressas na vivência de seus territórios, hoje a luta travada é pela continuidade de existência a partir do reconhecimento de seus territórios e da implantação e ampliação de direitos conquistados a partir da mobilização social e política e assegurados na Constituinte de 1988.

A partir desse entendimento fez-se uso do método dialético para a compreensão das determinações e conformações do trabalho realizado pelo equipamento Centro de Referência de Assistência

Social Indígena Pitaguary a partir do uso conceitual da pobreza e suas correlatas vulnerabilidade e risco social e na identificação das contradições das noções aplicada frente a realidade indígena.

2.1 O pesquisador em encontro reflexivo com seu tema

Era uma manhã ensolarada de março de 2008 no pátio do Centro Administrativo da Prefeitura de Maracanaú¹, tudo transparecia que tínhamos mais um dia marcado pelo entra e sai de pessoas demandando atividades burocráticas. A monotonia foi quebrada quando uma movimentação de pessoas parecia trazer o inusitado para aquele local. Logo, sons de tambores ecoavam por todo o complexo. As janelas dos prédios que circundavam o grande pátio ficaram amontoadas de rostos querendo saber o que tudo aquilo significava e quem eram os responsáveis por tão ritmado som, que despertava a atenção dos presentes.

No centro do pátio, os ilustres visitantes, homens, mulheres e crianças vestiam saíotes feitos de palha de carnaúba. As mulheres traziam ainda, em seus corpetes, adornos feitos de sementes multicoloridas. Todos traziam em suas cabeças cocares de pena ou palha. “São os índios (as)! São os índios (as)!”, ouvia-se entre os expectadores daquele momento.

O som dos tambores era acompanhado por cânticos que faziam menção à natureza, à terra e ao grupo étnico². Vozes fortes e ritmadas demonstravam determinação quando mais firmes entoavam: “Céu! Céu! Céu! Assanharam o formigueiro, quem não pode com a formiga, não assanha o formigueiro. Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga, não assanha o formigueiro”.

Aquele ritual de dança, denominada Toré³, demorou por aproximadamente, quarenta minutos. Homens e mulheres dançavam em forma de círculo, em torno dos

1 Localizado na Região Metropolitana de Fortaleza-Ceará, Maracanaú comemorou 39 anos de emancipação em 06 de março do corrente ano. O nome atribuído ao município tem origem tupi e quer dizer lagoa onde as maracanãs bebem. O município é distante 22 km, em linha reta, do centro da capital cearense e é dividido territorialmente em dois distritos: Maracanaú e Pajuçara. (Fonte: Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021).

2 Os grupos étnicos se constituem como categorias de autodescrição e auto identificação, que têm a característica de serem dinâmicas e abertas ao múltiplo agenciamento simbólico, mas recorrendo a símbolos de um determinado tipo: uma adscrição categorial é adscrição étnica, quando esta classifica uma pessoa de acordo com sua identidade básica e mais geral, supostamente determinada por sua origem e formação. É na medida em que os indivíduos usam essas categorias para organizarem-se a si e aos outros que eles constituem grupos étnicos. **Fonte:** Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa / org., Lívio Sansone e Cláudio Alves Furtado; prefácio, Lilia Moritz Schwarcz; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva. - Salvador: EDUFBA, 2014. 494 p.

3 Dança tradicional dos indígenas nordestinos. A dança do Toré envolve elementos místicos e culturais, bem como é uma representação de luta e resistência. (Grifos nossos). VALLE. Carlos Guilherme Octaviano. Compreendendo a dança do torem: Visões de folclore, ritual e tradição entre os Tremembé do Ceará. Revista ANTHROPOLOGICA, ano 9, volume 16(2): 187-228 (2005).

instrumentos que pareciam ganhar vida e voz ao toque de mãos habilidosas. Maracás, nas mãos daqueles que dançavam, ajudavam a dar o ritmo a tão envolvente ritual. O suor de seus corpos brilhava sob o sol da cidade que se fez crescer no sopé da serra da Aratanha⁴.

Tratava-se de um ato de protesto político, de cobrança, numa clara exposição de reivindicação, de luta e resistência do Povo Indígena Pitaguary⁵. Estavam, ali, para cobrar, da Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) do município, agilidade na promessa de entrega de alguns metros de canos, bicos de irrigação e um motor, cujo objetivo era poderem participar, com equidade de um processo de licitação direta para a compra de alimentos anunciada pela gestão municipal. Reivindicavam melhores condições de vida, de oportunidades, de visibilidade, de inclusão social e econômica. Tal ato de resistência culminou com o agendamento de uma visita, por parte de técnicos da citada secretaria, ao território Pitaguary, para que fossem discutidas resoluções às reivindicações apresentadas.

Na data marcada, uma equipe formada por cinco técnicos, todos trabalhadores do SUAS⁶, entre eles eu, assistente social, recém-chegado ao município e ainda na fase de estranhamento com a realidade da política de assistência social, estava a caminho da terra ou território⁷ indígena Pitaguary. Trazíamos nos rostos a expectativa e a incerteza de não saber, de fato, como atender, de forma mais rápida, às reivindicações apontadas no dia do protesto.

No percurso até o destino, a paisagem se modificava à medida que a Kombi se afastava do centro de Maracanaú. Saímos do burburinho do centro comercial, com suas vitrines arrumadas e o movimento frenético de veículos e transeuntes e entramos na calmaria do vale da serra, morada do povo Pitaguary.

Vale destacar que essa população, descendente dos Potiguaras, iniciou sua luta pelo reconhecimento étnico no final da década de 1980, tendo seu reconhecimento oficial em 1997, com a destinação de 1.735,60 hectares de terra (FUNAI, 1997). A Terra Indígena Pitaguary, distante a 12 km da sede do município de Maracanaú, possui 1.740 km² e localiza-se entre o

4 Serra localizada a 27KM de Fortaleza. Aratanha, nome de origem Tupi que significa *bico de arara*. Fonte: <http://www.anuariodoceara.com.br/cidades/aratanha>. Acesso em: 28 jul. 2018.

5 Descendentes dos Potiguaras, estes povos originários habitavam desde o norte da Paraíba até o leste do litoral cearense e que foram adentrando as cercanias praianas desse estado em virtude da colonização portuguesa. Historicamente fizeram parte do Aldeamento Indígena das terras de Porangaba, que se estendiam até as terras que hoje conhecemos como Maracanaú, Pacatuba e Maranguape. (FUNAI, 1997).

6 Classificação definida a partir da Política de Nacional de Assistência Social (2004), quando orienta uma política de recursos humanos objetivando o reconhecimento de novas profissões que se incorporaram ao SUAS, bem como a necessidade da compreensão do novo perfil do servidor da assistência social, da “constituição e composição das equipes, dos atributos e qualificação necessários às ações de planejamento, formulação, execução, assessoramento, monitoramento e avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios, do sistema de informação e do atendimento ao usuário dessa política” (PNAS. 2004, p.53)

7 É comum a utilização dessas expressões pelos trabalhadores do SUAS ao se referirem a região habitada pelos Pitaguary. A FUNAI, por exemplo, sempre se reporta à região como Terra Indígena.

vale verdejante das serras de Aratanha e Maranguape⁸, uma visão majestosa para os olhos cansados da selva de pedra. Em termos de instituições a Terra Indígena Pitaguary em Maracanaú, possui 02 Escolas Diferenciadas Indígenas, 02 Postos de Saúde de Atenção Básicas e um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), cabe destacar que as duas primeiras instituições foram frutos de reivindicação dos próprios Pitaguary, nos primeiros anos dos anos 2000. Já a entrada da assistência social na Terra Indígena foi fruto de um movimento oriundo da própria Secretaria de Assistência do Município em 2004/2005, quando da inscrição de Maracanaú junto à Política de Assistência, na qualidade de município de grande porte e com indicação da presença de população indígena no seu território.

Desembarcamos à beira da rodovia e atravessamos uma pequena ponte sobre o riacho do Meio, único acesso à localidade. A tensão estava presente, pois ninguém queria se tornar mais um refém dos Pitaguary.⁹ Fomos recepcionados com a singeleza de quem sabe tratar, mas com a desconfiança de quem perdeu a esperança de esperar. Gente simples, de olhar altivo, próprio de quem sabe quem é, onde está e onde deseja chegar.

A chamada aldeia Olho D'água, uma das quatro aldeias da etnia Pitaguary, era composta, em sua maioria, por casas simples, de taipa (pau a pique), cobertas com telhas desgastadas e distribuídas ao longo de duas principais vielas de terra, entrecortadas por outras quatro. Era ali o local de moradia de 80 (oitenta) famílias, que desejavam melhores condições de vida através do que sabiam realizar: criar, plantar e colher.

Capitaneado por cinco representantes ou lideranças¹⁰, como eles se indicavam, e um grupo de 40 (quarenta) pessoas nos aguardava sob a sombra de um juazeiro. O grupo passava, nitidamente, a impressão de que estava ali mais para ouvir do que para falar. Estavam ali no aguardo de notícias que favorecessem o seu intento de desenvolver sua agricultura com mais recursos e assim poderem produzir com a perspectiva de participarem de

8 Nome de origem tupi que significa Campo de Batalha.

Disponível em: <http://www.anuariooceara.com.br/cidades/maranguape/>. Acesso em: 28 jul. 2018.

9 Ente os servidores de Maracanaú os índios Pitaguary ficaram conhecidos como carcereiros. Isso em decorrência de dois episódios em que impediram a saída de servidores do CRAS Indígena em 2006 e posteriormente representantes da FUNAI em 2007. Se as reportagens dos jornais Diário do Nordeste, “**Índios fazem técnicas da Seduc reféns**” de 24/04/2004 e Folha de São Paulo “**Índios fazem reféns para exigir concerto de uma bomba d’água**” de 27/10/2005 reforçaram essa imagem, por outro, demonstraram uma ruptura com o senso comum, que indica que os indivíduos em situação de pobreza são passivos diante dessa situação. As inúmeras tentativas de se fazerem ouvir diante dos dois órgãos citados pelas reportagens não logrou êxito e sendo assim de forma estratégica, os indígenas lançaram mão desse meio para terem suas reivindicações ouvidas e atendidas.

10 Entre os indígenas Pitaguary, as lideranças são escolhidas entre aqueles que se destacam pela forma como conseguem captar, condensar e expressar os anseios de seus pares.

igual para igual com outros grupos de agricultores do município nas chamadas públicas para o abastecimento de instituições públicas.

O território, trazia a marca da desigualdade social¹¹ e de pobreza¹² à brasileira, uma única rua terra batida ladeada por casas de taipa e de alvenaria sem reboco. As crianças brincavam despreocupadas entre o esgoto que corria a procura do rio Atalaia. Debaixo do jovem juazeiro, local onde a comunidade se reúne para tomadas de decisões e consensos, fomos convidados a sentar em cadeiras de madeira desgastadas pelo tempo e em bancos de plástico. Um café e água nos foi oferecido antes do início da conversa. Ali ouvimos atentamente o motivo da reivindicação, que confirmava a morosidade da gestão municipal em atender um apelo feito meses antes por aquela localidade e por suas lideranças locais. A relação do quantitativo de bicos, canos e o conserto do motor foi anotada por um dos técnicos e um prazo mais uma vez foi estabelecido. Como forma de amenizar o quadro de necessidades, foram oferecidas cestas básicas visto que todas as famílias estavam vivendo quase que, exclusivamente, do cultivo da terra, através da agricultura e do programa de transferência de renda do Governo Federal, Bolsa Família¹³. Para mim, muito mais que uma visita técnica, iniciava-se um percurso profissional, atuando como assistente social junto a uma comunidade¹⁴ indígena.

Diante de mim, duas situações que passavam longe do meu cotidiano. A primeira, o contato direto com uma população indígena e que contrastava com toda idealização do “índio”¹⁵ impregnada na minha formação; a segunda, e talvez a mais impactante, o choque de

11 Entendo a desigualdade social a partir da ótica marxista onde essa se manifesta dentro de um sistema de organização social e econômico resultantes da exploração da mais valia, gerada no/pelo processo de produção das mercadorias, e resulta na expropriação da riqueza socialmente produzida pela classe dominante. (Marx, 1980).

12 Compreendo a pobreza, como fenômeno humano, resulta diretamente das decisões políticas. Porém, as decisões políticas são tomadas a partir da racionalidade do capital, já que na sociedade moderna as necessidades humanas estão subordinadas a lógica econômica da rentabilidade do capital. (COSTA, 2005, p. 172 e 173). Por ser cimentada pelo elemento político, a categoria pobreza para além do aspecto material que lhe dá visibilidade está expressa pela ausência de direitos, de possibilidades e de oportunidades. (SPOSATI, 2011).

13 O Programa Bolsa Família se constitui no maior programa de transferência de renda do país. Foi criado em 2004, objetivando a unificação de outros programas de transferência de renda como: o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e o Fome Zero.

14 Passo a adotar o termo comunidade conforme a fala dos moradores do lugar. Entre os Pitaguary o termo comunidade parece ganhar um sentido de união, de coletividade. Por vezes costumam se referir ao coletivo através do termo aldeia.

15 Para João Pacheco (1995) a sociedade convive com duas discrepantes ideias sobre os índios. De um lado, os usos mais gerais e cotidianos, cristalizados no senso comum e na sua materialização mais óbvia e eficaz, representada pelo sentido recapitulado pelo dicionário. De outro lado, por um significado mais técnico dado ao termo índio por círculos mais especializados (antropólogos, advogados, indigenistas e missionários), vinculado a ideologia indigenista e que se reflete em usos administrativos e em definições legais. Na primeira acepção, "índio" constitui um indicativo de um estado cultural, claramente manifestado pelos termos que em

realidade que se abria diante dos meus olhos. Afinal, dois meses antes de ingressar como servidor na prefeitura de Maracanaú, atuava como guia de turismo, cuja atividade centrava-se na perspectiva de “realização de sonhos” de viagens. Sonhos marcados por diversão, descontração, lindas paisagens praianas, sorrisos, gastos com souvenirs da Terra do Sol, enfim, todo o oposto da situação que se desenrolava sob os meus atentos sentidos.

Naquele dia, me dei conta de outros tantos “Brasis”! Não que eu fosse um alienado às várias situações de desigualdade social e pobreza, mas que passavam, até então, a largo do meu cotidiano profissional. Mesmo quando eu explanava para os grupos de visitantes sobre a situação do Ceará, acerca de seus aspectos econômicos, populacional, social, sobre a seca, das dificuldades de acesso à água e outras condições mínimas de existência, nada se comparava a presenciar aquela situação. E mais, sentia de perto o fluxo das emoções, como a angústia e a expectativa daquelas pessoas se avolumavam diante da espera pelas ações do governo e a necessidade de se fazerem ver, serem vistos e serem reconhecidos enquanto sujeito de direitos. Estavam diante de nós, técnicos da secretaria de assistência, pessoas que lutavam pelo seu reconhecimento e visibilidade sociais. Como indígenas do Nordeste, me deparava com pessoas que viviam e experimentavam o apagamento histórico, político e social, Pacheco (2019).

Se iniciava, ali, um auto processo efetivo de consciência ético político, enquanto assistente social. Aquele momento foi um “divisor de águas” em minha existência. O meu fazer profissional ganhou contorno outros pela expressividade da situação e como fui tocado por ela. A busca por práticas que levassem ao desenvolvimento de ações afirmativas do direito social se consolidava na minha perspectiva. O campo me tocou no conjunto dos diálogos travados. Eles possuíam a semente da crítica social, a partir da realidade sentida e vivida. Caberia o desenvolvimento de ferramentas que favorecessem o constante fortalecimento da prática na luta social. O próprio projeto social da profissão aponta como um

diferentes contextos o podem vir a substituir - silvícola, incolá, aborígene, selvagem, primitivo, entre outros. Todos carregados com um claro denotativo de morador das matas, de vinculação com a natureza, de ausência dos benefícios da civilização. A imagem típica, expressa por pintores, ilustradores, artistas plásticos, desenhos infantis e chargistas, e sempre de um indivíduo nu, que apenas lê no grande livro da natureza, que se desloca livremente pela floresta e que apenas carrega consigo (ou exhibe em seu corpo) marcas de uma cultura exótica e rudimentar, que remete a origem da história da humanidade. Na segunda acepção, “índio” indica um segmento da população brasileira que enfrenta problemas de adaptação a sociedade nacional em decorrência de sua vinculação com tradições pré-colombianas. Como um mecanismo compensador aqueles que foram os primeiros moradores do território nacional, a legislação assegura aos índios uma assistência especial por parte da União, entre essas atribuições salientando-se o reconhecimento e a salvaguarda das terras que se fizerem necessárias para a plena reprodução econômica e cultural destes grupos étnicos. No projeto de lei relativa ao Estatuto das Sociedades Indígenas, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, estas são conceituadas como “as coletividades que se distinguem entre si e no conjunto da sociedade em virtude de seus vínculos históricos com populações de origem pré-colombiana” (p.78).

dos princípios fundamentais da profissão a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas a garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora” (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, CFESS.2011).

Estar ali, diante daquela população que desejava ser reconhecida em suas necessidades, demandas e cultura, identificada em seu potencial de trabalho, através da agricultura, me fez refletir, como indicou Martins (1997), que não há exclusão e sim contradição, pois, onde de fato existem “vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual os sujeitos dos processos excludentes gritam seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua ação corrosiva” (pág. 14).

A dança Pitaguary realizada dias antes, trazia a reivindicação por inclusão num processo social que, historicamente, os inviabilizava e os desconsiderava. Pareciam querer dizer, existimos, estamos aqui, e temos também condições de participar, só precisamos de oportunidade. Os índios Pitaguary, dentro do seu imaginário includente, viam, através daquele protesto, a “realização dos valores e possibilidades reprodutivos da sociedade que marginaliza e os marginaliza”. (MARTINS, 2002:37). Mesmo que dentro de uma lógica perversa de inclusão precária¹⁶, os Pitaguary desejavam participar do processo de venda de seus produtos agrícolas.

A partir dessa vivência, elaborei o propósito inicial dessa pesquisa social, qual seja: compreender os sentidos de Pobreza na Política Nacional de Assistência Social, Proteção Social Básica, no nível da Proteção Social Básica, e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) indígena, a focar suas particularidades junto ao povo indígena Pitaguary, localizado no município cearense de Maracanaú. Ao longo destes doze anos de atuação profissional em Maracanaú, especificamente no CRAS Indígena Pitaguary, fui construindo e retocando meu propósito preliminar, até constituí-lo em meu objeto de estudo de dissertação no programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Estadual do Ceará (UECE). No percurso de aproximações sucessivas ao meu objeto de estudo, em tentativas de “reconversão e deslocamentos” de meu olhar, fui convertendo meu campo profissional em campo empírico de minha pesquisa sociológica. É sobre esse delineamento e situar meu objeto de estudos que exponho no item seguinte.

¹⁶ Os preços pagos pelos produtos são definidos a partir da lista paga pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e essa oferece um preço bem abaixo do que é comercializado no mercado.

2.2 Na tessitura relacional do objeto de estudos

Muitos anos se passaram desde meu primeiro encontro com o povo Pitaguary e minha entrada em seu território em Maracanaú-CE. Continuo atuando junto à população indígena Pitaguary, na condição de coordenador do único centro de referência da Assistência Social (CRAS) Indígena deste município. Nesta unidade pública municipal operacionaliza-se a Política de Assistência Social, no nível da Proteção Social básica (PSB), cujos (as) usuários são indivíduos e famílias ditas em situação de pobreza, com suas noções correlatas de vulnerabilidade e de risco social. Atuo, assim, com os (as) indígenas Pitaguary que, na perspectiva desta política pública em âmbito municipal, são considerados usuários (as) dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Foi a partir desta experiência, que me senti instigado a problematizar e compreender sociologicamente as concepções/sentidos de pobreza e suas noções correlatas inscritas na Política de Assistência Social, no nível da PSB, implementada junto à população indígena no CRAS Indígena Pitaguary. Construí, então, algumas **questões orientadoras** desta pesquisa, a saber: quais os sentidos e/ou concepções de pobreza que embasam a política de assistência social? Como são significadas as noções correlatas de vulnerabilidade social e de risco social na perspectiva dessa política pública? Como se expressam essas noções e seus sentidos quando direcionadas à população indígena e na especificidade dos Pitaguary? Até que ponto tais noções/sentidos de pobreza e suas correlatas consideram a diferença étnica deste povo indígena no escopo desta política pública em âmbito nacional e local? E, finalmente, como o Centro de Referência de Assistência Social articula e /ou implementa práticas socioassistenciais com vistas a oferecer respostas as situações de vulnerabilidade e risco a partir das particularidades do povo Pitaguary?

Assim, em busca de contribuir com o campo de estudos acerca da pobreza e suas configurações nas particularidades dos povos indígenas em interface com a Política de Assistência Social voltadas a estas populações no Brasil contemporâneo, defini como **objeto geral**: compreender e interpretar concepções/sentidos de pobreza inscritas na Política de Assistência Social, da Proteção Social Básica, operacionalizada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Indígena Pitaguary junto aos indígenas usuários desta política pública em Maracanaú.

Em termos de **objetivos específicos**, elenco os seguintes: (I) identificar como se configura a situação da pobreza de indígenas usuários(as) do CRAS Indígena Pitaguary a partir dos dados do CadÚnico; (II) apreender as concepções de vulnerabilidade e risco social

contidos na Política Nacional de Assistência Social; (III) identificar como estas concepções são abordadas/significadas nas ações socioassistenciais do Centro de referência de Assistência Social Indígena e (IV) identificar os desafios da questão social indígena para a política de assistência social.

De fato, a pobreza indígena pode ser compreendida como fruto de uma construção social e política, movida pelo interesse de acumulação da fase expansionista/mercantilista do capital que aportou por essas terras no século XVI. Em o “sentido da colonização” de Prado Jr. (2004), se observa que a proposta para o Brasil era o da exploração do território, de acordo com o autor “é o comercio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América” (p. 23). O próprio processo de ocupação e povoamento do território ocorreu para atender aos interesses do mercado, veja-se o período das Entradas e Bandeiras, onde “produzia-se de acordo com a necessidade do mercado, explorando cada vez mais o território desconhecido, em busca de terras férteis. A mão de obra aqui existente migrava de acordo com este planejamento que lhes era, num primeiro momento, estranho.” (PRADO JR. 2004, p.25).

Passados 520 anos da colonização o projeto político econômico brasileiro parece não se desvencilhar dos propósitos da colonização expostos por Prado Jr. Alinhado à proposta de economia liberal marcada pela reestruturação produtiva, financeirização da economia, redução da máquina pública, dentre outras ações; e globalizada onde os avanços que afetam o planeta e a humanidade atravessam todas as fronteiras, tornando-se globais, da mesma forma os resultados perversos desses avanços atingem milhares de pessoas ao redor do mundo, com maior impacto nas sociedades já historicamente periféricas em termos políticos, econômicos e sociais, agravando de forma significativa condições objetivas e subjetivas de vida.

No trato dessas questões objetivas explicitadas através do quadro de vulnerabilidade social, risco social e pobreza, o Estado como forma de gerenciar essa expressão limite da questão social, produzida, ampliada e agravada pelo modo de produção capitalista (MDP), operacionaliza mecanismos e recursos através das políticas sociais, dentre elas a Política Nacional e Assistência Social. (BOSCHETTI, 2003)

A Assistência Social brasileira, elevada a política pública a partir da Constituição federal de 1988, assumiu relevância e centralidade, nestes anos 2000, dentre as ações estatais voltadas ao enfrentamento da pobreza. Mas, e quando tal fenômeno atravessa as vivências dos povos indígenas, que discursos vêm sendo produzidos pelo Estado sobre uma dita “pobreza indígena” no Brasil contemporâneo, na especificidade desta Política de Assistência Social?

Os mais de trezentos povos indígenas espalhados por todo o país (IBGE,2010) parecem desmentir todas as abordagens, teorias e políticas que preconizaram seu desaparecimento populacional. Fortalecidos pelo crescimento populacional, pelos movimentos identitários e movimentos sociais, esses diversos povos vêm se organizando e exigindo da sociedade brasileira respeito à diferença ao mesmo tempo em que reivindicam direitos comuns aos cidadãos brasileiros. Afirmando suas identidades, vários povos têm tomado cada vez mais consciência de que podem lutar por seus direitos, suas terras, afirmação das suas identidades, manutenção de seus territórios e valores culturais, etc.

A exclusão histórica dos povos indígenas da vida política nacional tem sido um motivo pelos quais não apenas os seus interesses e pontos de vista vêm sendo negligenciados, mas também pelos quais as decisões (legislativas, administrativas, judiciais e governamentais) se inclinam em favor dos grupos dominantes. Assim, sua exclusão não apenas tem sido um grave impedimento para a igualdade política, mas também funcionado como um mecanismo para impor aos povos indígenas leis, programas e medidas que em geral, lhes são prejudiciais. (SANCHEZ, 2009:125 apud SOUZA, 2019:32).

Assim a pobreza indígena torna-se um fato estrutural tanto para os indígenas que habitam o campo, como aqueles que vivem nas cidades. Embora os estudos oficiais sobre a pobreza insiram as situações de vulnerabilidade indígena, esses por seu turno têm como principal objetivo a criação e manutenção de políticas públicas voltadas para a superação da pobreza, sem, contudo, voltar-se para as causas estruturais do problema.

No Brasil, merece destaque o trabalho de Ricardo Verdum, que com apoio do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), publicou, ainda em 1994, um levantamento sobre a realidade alimentar das comunidades indígenas. Este documento denominado “Mapa da fome dos povos indígenas do Brasil” (1994), para além da especificidade de sua proposta também elencou elementos políticos e econômicos como educação, saúde, habitação, que consubstanciavam o mapa da fome. Como resultado final, tal documento indicou que a maioria dos povos indígenas moradores de terras homologadas, sofriam de insegurança alimentar expressa através da escassez de alimentos, redução do número de refeições diárias realizadas. Essa realidade impactava diretamente na formação escolar e na inserção no mundo do trabalho.

Outras pesquisas sobre os povos indígenas do Brasil podem ser encontradas nos trabalhos de (TEIXEIRA & GARNELO, 2014¹⁷; PALHETA, 2016¹⁸) na área da saúde;

17 TEIXEIRA, Carla Costa & GARNELO, Luíza. Saúde Indígena em Perspectiva: Explorando suas matrizes históricas e ideológicas. 2ª ed. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2014.

(ALMEIDA, 2010¹⁹; BANIWA, 2012²⁰) territorialização; educação/cultura (RIBEIRO,2004²¹; SILVA & COSTA, 2018²²); diretos indígenas (CUNHA, 2018²³), e etnicidade (BAHRTH,1997²⁴; OLIVEIRA,1999²⁵). Todos trabalhos corroboram e interligam-se de alguma forma com a exposição de textos nos dois compêndios acerca dos povos indígenas latino americanos realizados pelo Conselho Latino Americano de Ciências Sociais-CLACSO em 2006, citados acima.

Em termos da etnia Pitaguary, encontramos trabalhos sobre essa população nas seguintes áreas de pesquisa: saúde (DINIZ, 2010)²⁶, cultura (MAGALHÃES,²⁷ 2007; ALDINO²⁸, 2007; PINHEIRO²⁹, 2002); formação política (GONÇALVES³⁰, 2018) e no âmbito da política social em terras Pitaguary, temos os trabalhos de Almeida³¹ (2010), e Sousa³² (2017).

As supracitadas produções procuram descortinar o horizonte Pitaguary seja no campo da saúde, no seu processo de territorialidade, na oralidade tão importante para a perpetuação dos saberes indígenas, das condições políticas e seus conflitos internos, bem como suas resoluções. No campo da Política de Assistência Social com enfoque para o

- 18 PALHETA, Rosiane Pinheiro. Políticas Indigenistas de Saúde no Brasil. Coleção Questões de Nossa Época, nº 55. São Paulo. Ed. Cortez. 2013.
- 19 ALMEIDA, Maria Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010
- 20 BANIWA, Gersem. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, Alcida Rita. Constituições nacionais e povos indígenas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- 21 RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo. Companhia das Letras.1996.
- 22 SILVA, Giovane José; COSTA. Ana Maria Ribeiro F. M. Histórias e Culturas Indígenas na educação Básica. São Paulo. ed. Autentica, 2015.
- 23 CUNHA, Manoela Carneiro. Direito dos Povos Indígenas. São Paulo. Editora UNESP.2018ar
- 24 BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo. Fundação editora da UNESP,1998
- 25 OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). A Viagem de volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena. Territórios Sociais, 2. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999, 350p.
- 26 DINIZ RLP- Crescimento e desenvolvimento da criança indígena: um estudo da etnia Pitaguary- Ceará [tese de doutorado]. São Paulo. Faculdade de Saúde Pública da USP,2010.
- 27 MAGALHÃES, Elói dos Santos. Aldeia! Aldeia! A formação histórica do grupo indígena Pitaguary e o ritual do Toré. Dissertação apresentada como requisito exigido para a obtenção da titulação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pela Universidade Federal do Ceará.2007.
- 28 GALDINO, Lúcio Keury Almeida. OS CAMINHOS DA TERRITORIALIDADE DA ETNIA PITAGUARY: O CASO DA ALDEIA DE MONGUBA NO MUNICÍPIO DE PACATUBA NO CEARÁ. Dissertação de mestrado, UFC,2007
- 29 PINHEIRO, Joceny de Deus. A arte de contar, exercício de rememorar: As narrativas dos índios Pitaguary. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em sociologia, UFC. 2002.
- 30 GONÇALVES, Cayo Robson Bezerra. Política, mediação e conflito: a construção social de lideranças indígenas Pitaguary (CE). Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS, Natal, RN, 2018
- 31ALMEIDA, Maureni. Povos Indígenas e a Política Pública de Assistência Social: a experiência do CRAS Indígena Pitaguary. Monografia Especialização. UNB, 2010.
- 32 SOUSA, Valdênia Lourenço. Política de Assistência Social e Povos Indígenas: um estudo sobre o trabalho social com famílias realizado nos CRAS que atendem às etnias Pitaguary e Jenipapao-Kanindé na região metropolitana de Fortaleza-CE. Dissertação de Mestrado. UECE, 2017.

trabalho do Programa de Atenção e Integral a Família-PAIF³³, e dos processos de educação e sua amplitude para a consolidação de uma consciência indígena crítica frente ao processo de colonialidade historicamente vivenciado. Todas essas diversas perspectivas de conhecimento da realidade, na verdade trazem elementos comuns que dialogando silenciosamente acabam por embasar uma visão concreta da etnia e seus a partir de seus aspectos multifacetados, afinal, todos fazem parte de um todo complexo.

Na base de algumas dessas pesquisas de forma direta ou indireta identifico o fenômeno social que se constituiu em objeto central de minha pesquisa, qual seja a pobreza indígena Pitaguary. Essa situação atravessa parte ou a totalidade das pesquisas acima descritas e realizadas junto ao povo Pitaguary. A Política Pública de Saúde sem mínimas condições de infraestrutura, com precária oferta e acesso a serviços de saúde, alimentação inadequada, torna-se fragilizada e pode atingir de forma aguda o grupo populacional de crianças de zero a três anos, conforme enfatizou Diniz (2010) em sua pesquisa.

Magalhães (2007) ao objetivar em seu trabalho a formação histórica do povo Pitaguary com ênfase para o seu processo de territorialização e reconstrução de uma de suas maiores expressões distintivas, o Toré, também demonstra imbrincada nesse processo, as condições de desigualdades políticas, econômicas e sociais pelas quais passou essa forma de comunidade originária. Impossível falar de territorialidade sem se referir às formas como essa comunidade processa e articula respostas para o fenômeno das desigualdades social, política e econômica a que historicamente estão expostos. Da mesma forma, impossível não abordar o Toré como uma expressão mais política do que religiosa de demonstrar unidade, bem como situá-lo como um recurso político de protesto e afirmação identitária. Basta lembrar a descrição que inicia esse percurso de pesquisa.

Alinhadas dentro de uma proposta de pesquisa no âmbito da política de assistência social os trabalhos de Almeida (2010) e Lourenço (2016) objetivaram uma incursão sobre a forma como a questão étnica racial se expressa na comunidade e é abordada no âmbito do CRAS e como o trabalho juntos às famílias corroboram para a construção de uma política social protetiva e favorecedora do desenvolvimento de capacidades e autonomia. Ressalte-se aqui que essas questões são perpassadas ou balizadas por situações de vulnerabilidades e riscos sociais, que geram fragilidades em vários aspectos do campo social ao econômico.

33 Principal serviço ofertado nos Centros de referência de Assistência Social. Os serviços objetivam dentre outros objetivos o desenvolvimento da capacidade protetiva das famílias.

Feitosa (2020) ao abordar a educação diferenciada indígena, com um olhar mais específico sobre a construção desse currículo, compreendido enquanto construção social e político cultural, oferece condições de se pensar um projeto de educação que atraia e fixe seu público específico; que fortaleça politicamente a construção de um projeto de autonomia coletiva, de participação política, de ocupação de espaços de reivindicação e luta por equidade e direitos. Isso indica que a construção desse projeto passa pela desconstrução da pobreza, expressiva nestas terras indígenas.

Na base de todas essas pesquisas, explícita ou implícita está o objeto alvo de nossa pesquisa, a pobreza entre indígenas Pitaguary, na medida em que interfere nas condições de saúde e nas formas de enfrentamento, no território como parte das condições que se desenvolvem nas territorialidades e como um dos elementos secundários do processo de etnogênese, no trabalho com as famílias e nas abordagens técnicas e metodológicas presentes nas ações do CRAS Pitaguary.

É a partir da configuração da pobreza entre a população indígena, campo ainda pouco explorado, que entendo necessária a contribuição das ciências sociais e, em particular, da presente pesquisa, no sentido de desvendar esse universo, seus elementos constitutivos a partir das normativas pertinentes à Política de Assistência Social (PAS), dos dados oficiais do CadÚnico e das vivências estabelecidas junto esta população, no sentido de se intervir para conformar interesses que possam ir ao encontro do fortalecimento da maior autonomia desse (es) povo (os). Esse é o conhecimento que procurei produzir nesta dissertação.

No caso dos povos indígenas, duas situações específicas contribuíram para esse processo de “habitus precário” que Souza (2006) traduz como sendo a ausência de reconhecimento social e a ausência das precondições de participação social com dignidade, refletindo e marcando um conjunto de disposições psicossociais e culturais não adaptadas ao contexto de participação social no mundo da produção capitalista, inserido no mercado de trabalho formal, assim como também na esfera pública, enquanto cidadão pleno de direitos efetivos.

Na primeira situação, o processo de catequese que ao tomar a missão de humanizar os autóctones, impregnou-lhes a ideia de submissão e subalternidade à vontade de um Deus e ao poder político da coroa; na segunda, os indígenas que, vencidos pelo poder bélico/ideológico do colonizador, viram seus territórios espoliados e obrigados a vivenciar um processo civilizatório contrastante ao seu. Aqueles que fugiram de seus territórios para se livrarem do julgo colonizador, com o passar do tempo, viram-se cercados por uma construção social marcada pela implantação de núcleos portugueses. De forma direta ou indireta foram

forçados a passar pelo processo de assimilação³⁴ de uma nova ordem sócio política e econômica.

Esse processo de assimilação cultural, social, político e econômico levado a cabo pelo ideal colonizador e conduzido pela catequese nos aldeamentos³⁵ formados ao longo do território nacional, em especial no nordeste brasileiro, formatou o que se naturalizou denominar de uma pseudo invisibilidade social indígena, expressa na falta de um traço étnico cultural distintivo e contrastivo. Essa condição tencionou a uma construção histórico social de esquecimento, invisibilidade e silenciamento de seus saberes, suas demandas e cultura.

Assim, as populações indígenas, ao serem incorporadas à lógica do mercado colonial, foram consideradas como socialmente inadaptadas, desclassificadas sociais e/ou mesmo excluídas. Essas populações originárias foram consideradas “primitivas”, levadas a cabo por uma ótica colonizadora, que lhes imprimiu caráter de inferioridade e as marcas de subalternidade. Essas populações ao longo do processo histórico social, tornaram-se oprimidos pela lógica da colonialidade do ser, do saber e do poder, fazendo parte do processo sócio político como a camada social definida por Sousa (2006) como “ralé estrutural” brasileira. Na sua ótica encontram-se nessa camada os indígenas, os negros, ribeirinhos, as populações de terreiro, os brancos com pouca ou nenhuma condição de representação sócio/política, dentre outras.

Ainda na visão de Souza (2006), esses segmentos classificados como “ralé” brasileira ao não partilharem um reconhecimento social e uma dignidade básica enquanto cidadãos, encontram dificuldades para uma igualdade de oportunidade efetiva, embora contando com legislação constituinte que lhes indique essa prerrogativa, na prática a invisibilidade social parece ser o seu legado.

Borges (2016), corrobora com essa propositura ao destacar que muito das condições de vulnerabilidades sociais, que afetam os indígenas no Brasil, são decorrentes da relação desigual e violenta que as “frentes de expansão econômica - primeiramente europeia e depois brasileira – lhes impuseram desde o século XVI até os dias atuais” (p.305). O processo histórico que marcou o relacionamento entre as comunidades originárias e o Estado nacional,

34 Por assimilação, Ricardo Cardoso de Oliveira define o fato de um grupo étnico se incorpora noutro. Esse processo se divide em momentos: **aculturação**, compreendido como transmissão cultural direta ou não, mediatizada por ajustamentos internos ou adaptações de traços ou padrões externos a cultura original e mobilidade **social** se remetendo ao momento em que ocorre o despojo dos costumes de uma classe ou grupo étnico, para assumir valores e tornar-se membro de uma outra classe ou grupo étnico. (OLIVEIRA, 1976). Vale ressaltar que esse processo se inicia quando a cultura estrangeira passa a ser assimilada como superior.

35 A grosso modo os aldeamentos serviam como locais onde indígenas de diversas etnias conviviam e eram trabalhados ideologicamente para se verem como servos da Coroa, além disso esses locais eram “depósitos” de mão de obra.

instituído com a invasão iniciada por portugueses sobre as terras recém “descobertas”, é inseparável da lógica expansionista capitalista e marcada por períodos de domesticação, expulsão, deslocamentos forçados, extermínio físico assimilação cultural.

Borges (2016 apud Cunha, 2012; Gomes,1991; Ribeiro;1996; Castro,1993) expõe que ao longo dos séculos, a relação colonialesca com os indígenas esteve pautada por três momentos de grande interesse são eles:

Entre a invasão ibérica e o final do século XVII, interessava principalmente a mão de obra indígena; entre os séculos XVIII e XIX, a ocupação das suas terras para a instalação de fazendas e extração de minérios passou a ser o foco das ações indigenistas; no século XX e princípio do XXI, se intensificou o esbulho dos solos e subsolos dos territórios indígenas, cuja biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados também passaram a interessar ao capital. (BORGES, 2016, p. 306).

Nesse sentido, até a metade do século XX a legislação indigenista³⁶ era contraditória, autoritária e sempre “pensada fundamentalmente como um mecanismo compensatório frente à conquista e à dominação das sociedades indígenas” (PACHECO,1999, p.202). Tivemos a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e posteriormente a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que operava toda a parte de assistência social destinada a essa população. A partir dos anos 1970/1980, o contexto começou a mudar, passando essa população a ter o “status jurídico” de povos descendentes de população pré-colombiana ou “pré cabralina”³⁷ (BERGER, 2012, p.48), graças a intensa mobilização contestatória de sociedades etnicamente diversas que não mais concordavam com a noção homogeneizadora do Estado, em classificar as sociedades indígenas como sendo possuidoras de uma expressão cultural, social, política e econômica únicas. Essa forma de idealização é fruto do pensamento colonial aliado a perspectiva liberal que tem primado pela negação do pluralismo cultural.

Nesse sentido Callefi (2003) indica a processualidade das conquistas sociopolíticas destes povos originários, especificamente para os habitantes do nosso território, São eles:

- 1) Convenção nº 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 05 de junho de 1957. Concernente à proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semi tribais de países independentes;
- 2) Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989 cuja uma das principais conquistas é a consciência de uma alteridade indígena

36 Entendida como o conjunto de Tratados, Leis e regulações propostas pelo Estado em relação aos povos originários.

37 Fazendo referência a presença desses povos no território que com a chegada da esquadra comandada por Cabral, viria se chamar Brasil.

e auto nomeação dos povos o que substitui o preceito legal da integração contido na Convenção nº 107 de 1957;

- 3) Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973) que trata de direitos políticos e civis, tutela, assistência, registro civil, terra, educação, saúde, cultura, dentre outras diretrizes. O documento orientava em termos legais o trabalho junto a povos tradicionais;
- 4) Constituição Federal de 1988, artigos 231 e 232: partindo do princípio da alteridade reconhece a capacidade dos povos originários em defender seus direitos; trata dos direitos das terras tradicionalmente ocupadas;
- 5) Declaração das nações Unidas sobre Direitos dos povos Indígenas, em 2008;
- 6) Lei 11645/08: determina a inclusão obrigatória no ensino fundamental e médio de matéria relativa ao estudo da história e culturas indígenas e afro-brasileiras.

Almeida (2018) destaca que a década de 1980 foi de grande importância para as lutas indígenas. Era como se o movimento social indígena originado na década de 1970 finalmente produzisse seus primeiros frutos. A dinâmica gerada pela perspectiva de uma nova Constituinte Federal, em 1988, fez com que o movimento se fortalecesse na busca do seu lugar e espaço e lugar de fala (RIBEIRO,2017). Os discursos passaram a ser orientados pelas próprias lideranças da causa indígena, representando assim, elas próprias e aos seus, frente às questões jurídicas e políticas que lhes eram pertinentes, junto ao Estado nacional e a sociedade. (ALMEIDA, 2018. p.11).

O capítulo VIII do texto Constitucional destinado aos índios foi a conquista definitiva, pelo menos em termos legais, de um reconhecimento que abriu portas para novas dinâmicas sociais, a partir do olhar diferenciador sobre a diversidade étnica brasileira. Nos artigos 231 e 232 que tratam “Dos índios” residem dois aspectos de relevância para o reconhecimento de uma cidadania indígena. No artigo 231 está assegurado “o direito à diferença, voz própria e usufruto exclusivo das riquezas do solo, rios, lagos existentes nas terras tradicionalmente ocupadas, cabendo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar os seus bens”; no artigo 232, fica estabelecida a relativa autonomia política pois “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo” (CF, 1988, p.143). Outros artigos da Constituição Federal também fazem referência às populações originárias com relação a outros direitos e providências como:

- 1) cultura; proteção/ ensino – art. 210, § 2º – manifestações – art. 215, § 1º – organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, direitos; reconhecimento – art. 231, *caput*;
- 2) direitos/ disputa; processo e julgamento – art. 109, XI – defesa; Ministério Público – art. 129, V ;
- 3) populações; legislação; competência privativa da União – art. 22, XIV;
- 4) reconhecimento; organização social, costumes, línguas, crenças, costumes e direitos, posse, aproveitamento e defesa da terra; legitimidade na defesa de seus direitos e interesses – art. 231 e art. 232;
- 5) terras/ bens da União – art. 20, XI – aproveitamento dos recursos, pesquisa e lavra; aprovação; competência exclusiva do Congresso Nacional – art. 49, XVI – direitos – art. 231, §§ 1º a 5º – demarcação/ art. 231, *caput* – prazo – ADCT art. 67. (ÍNDICE TEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Como o advento da Constituição de 1988, a explosão populacional proporcionada pela possibilidade de reconhecimento identitário e alteridade, fez crescer os números de indígenas nos Censos nacionais. Cunha (2012 apud Berger, 2014) em pesquisa realizada sobre essa temática revela que no Censo de 2010, o Brasil contava com 440 mil indígenas autodeclarados. Passados dez anos da pesquisa censitária, a população que se autodeclarou indígena atingiu um total de 817 mil. A autora enfatiza que esse expressivo crescimento é fruto das populações indígenas do Sudeste e Nordeste brasileiros que ao se autodeclararem indígenas passaram a retomar e afirmar suas identidades e conseqüentemente lutando pelo reconhecimento por parte do Estado de seus territórios.

Essa territorialização inicialmente expressa pelas lutas de reconhecimento, demarcação e homologação de terras, trouxe também a perspectiva da chegada de políticas públicas de saúde, educação e assistência social.³⁸ Para o campo da proteção social, em especial ao que tange a assistência social para indígenas, os artigos 7º e 24º são relevantes. O artigo sétimo trata sobre os direitos de trabalhadores urbanos e rurais. Os indígenas são considerados dentro do regime previdenciário como trabalhadores rurais; já o artigo vigésimo quarto faz referência à legislação concorrente entre a União, estados e municípios, dentre as

38 Essa última inserida, de viés não contributivo, encontra-se inserida no corpo da seguridade social, juntamente com a previdência, que garante proteção através da via contributiva, e de saúde, de caráter universal, no corpo da seguridade social juntamente com a previdência que garante proteção através da via contributiva e da saúde de caráter universal.

questões o inciso XII, faz menção a previdência social, proteção e defesa da saúde. (CF, 1988, p. 85).

No caso dos Pitaguary, a primeira política pública a se fazer presente em seu território foi a de educação fruto de uma intensa articulação do movimento indígena no sentido de fazer valer o resgate e o repasse de conhecimentos específicos da etnia e para a etnia. A saúde chegou a Terra Pitaguary em 2003, com a implantação do Polo Base da Avisa I, ligada a Secretaria de Saúde Indígena-SESAI. A Política de Assistência Social chegou logo após a adesão do município a PNAS em 2005 e seus primeiros momentos na terra Pitaguary foram marcados pela incerteza e incompreensão de suas propostas, pois atravessados historicamente por práticas clientelistas, assistencialistas e negação de cidadania, os Pitaguary ao se depararem com a possibilidade de uma assistência social como direito e voltada para a garantia de algumas seguranças (como renda e acolhida), ficaram desconfiados sobre essa nova modalidade de intervenção estatal. Pairou, por alguns meses no início de sua implementação em Maracanaú, a dúvida se essa proposta era de fato para a viabilidade de direitos ou se era uma forma de controle e vigilância do Estado. Por conta disso, algumas reuniões foram promovidas pela gestão municipal junto a lideranças e população indígena para fins de socialização de informações e ampliação de diálogos³⁹.

Mesmo com a exposição das propostas, os primeiros dias do CRAS Indígena foram marcados pela resistência da população indígena em ir a este equipamento público que, por duas vezes, foi fechado por conta de burburinhos de ataques ao local como forma de rejeição. Novas rodadas de conversa foram estabelecidas e finalmente em 2006, o CRAS indígena abriu suas portas de forma mais segura e contando com a participação ainda tímida de indígenas locais em suas atividades.

Notadamente, a Política de Assistência Social destina-se “a quem dela necessitar”, desde que dentro dos critérios especificados em suas normativas para definir e balizar quem serão seus usuários (as), ou seja, aqueles (as) que ditos em situação de pobreza, vulnerabilidade e/ou riscos sociais. Aqui construí um questionamento básico orientador de minha pesquisa: como vem se configurando a relação entre esta população indígena e a política de assistência social, no nível da proteção social básica (PSB), em sua operacionalização no CRAS Indígena Pitaguary? A resposta implica a compreensão de

39 A prefeitura de municipal de Pacatuba, também fez adesão junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Cidadania em 2004, para a construção de um CRAS Indígena no distrito de Monguba para atender os Pitaguary daquela região. Contudo em decorrência de divergências entre a comunidade e as propostas da gestão municipal, o equipamento nunca foi construído.

concepções balizares para o propalado acesso, inclusão ou exclusão no campo desta política pública: além de pobreza, as correlatas e polissêmicas noções de vulnerabilidade social e o risco social.

A indagação acima está centrada em dois pontos básicos: a) o processo histórico de privação econômica, social, cultural e política a que essas populações foram expostas; b) pelo quadro de necessidades e demandas materiais, o que implicava em falta de segurança alimentar e nutricional; e c) pelas condições de discriminação racial e étnica. Esses elementos contribuíram para tornar esse grupo foco de proteção social estatal, a partir da política de assistência social.

O termo vulnerabilidade social e risco social inscritos no corpus da PNAS (2004), ao mesmo tempo que apontam situações de sua ocorrência e o público que deve ser trabalhado, não possibilitam precisar seu alcance e, por vezes, as concepções/sentidos que as alicerçam. Essa falta de especificidades teóricas parece apontar para uma instabilidade com relação a estas concepções polissêmicas e seus usos no campo socioassistencial. O que leva a uma falta de consenso acerca de seus sentidos e de suas implicações quando da identificação e classificação de situações vivenciadas pelos usuários, a adquirir maior complexidade com relação aos povos indígenas, dadas as suas particularidades e diferenças culturais.

A PAS, aprovada e normatizada em 2004 pelo Conselho Nacional de Assistência Social pela resolução nº145, traz muitas vezes o termo vulnerabilidade como sinônimo de risco e vice-versa, gerando dúvida o que pode impactar na efetivação de propostas. No texto da política, os termos estão assinalados de forma explicativa de quem são os sujeitos alvo das ações estatais. Assim o indicativo de vulnerabilidade social e risco social se configura como

famílias e indivíduos com perda de fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2004, p.33).

Situa-se, portanto, no campo da prevenção dos riscos sociais, que requerem a presença da proteção social estatal. Diante disso cabe aos profissionais do SUAS⁴⁰ relacionar

40 SUAS- Sistema Único de Assistência Social materializa o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social. É um modelo de gestão para todo

essas fragilidades sociais e as situações vivenciais em que ocorrem, para que se possa definir estratégias de intervenção socioassistencial estatal. Esse processo por falta de uma explicação mais precisa de tais concepções /sentidos basilares da PAS potencializa a dubiedade na sua interpretação e parece impactar diretamente na delimitação de ações junto aos usuários do CRAS.

Por seu turno, a expressão risco social, utilizada mais no campo da Proteção Social Especial (PSE), tem um significado especial na construção de suas ações por se caracterizar na “materialização das vulnerabilidades”. O termo é utilizado com frequência para explicitar casos de violência em seus aspectos material, psicológico, sexual e físico; adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; trabalho infantil e pessoas com deficiência, dentre outros. (PNAS.2008, p. 37)

No aspecto operativo da PAS, cabe uma análise relacional entre as concepções/sentidos em análise e mais, perceber que se eles trazem ambiguidade, similaridades no corpo na política, eles também podem ser são vetores de prevenção e de fortalecimento de capacidades no enfrentamento de conjunturas pessoais ou sociais adversas.

Se dentro da lógica capitalista o fator determinante da classificação social de pobre ou rico passa necessariamente pela condição de renda aferida, a população indígena Pitaguary, que por suas condições de renda e vida pode ser classificada como “pobre”. Esse grupo populacional que integra uma das quatorze etnias existentes no Ceará, é parte de um conjunto estimado em cinco mil comunidades indígenas, distribuídas em cerca de 90 países ao redor do mundo. Assim como as demais comunidades originárias cuja atividade básica se centrava na agricultura, todas essas sociedades viram suas vidas afetadas pelo processo colonizador e hoje representam 19% das pessoas extremamente pobres⁴¹ de acordo com o último documento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2019 em comemoração aos 30 da Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais.⁴²

A partir dessa informação a população indígena mundial é marcada por um profundo quadro de vulnerabilidade social, os dados da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que a situação socioeconômica desse segmento ao redor do mundo é alarmante, segundo documento desse órgão,

território nacional, que integra os três entes federativos e objetiva consolidar um sistema descentralizado e participativo, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. (PNAS,2004, p. 39).

41 Pessoas que de acordo com o Fundo Monetário Internacional, sobrevivem com menos de US\$ 1,50 por dia.

42 Fonte: <http://nacoesunidas.org/oit-pede-acao-entre-paises-para-erradicar-pobreza-indigena-entre-povos-indigenas>. Acesso em: 03/07/2020.

A população indígena é de aproximadamente 370 milhões de pessoas – em torno de 5% do total mundial – e constitui mais de um terço das 900 milhões de pessoas que vivem em extrema pobreza em áreas rurais do mundo. Diariamente, comunidades indígenas sofrem com a violência e a brutalidade, políticas de assimilação, desapropriação de terras, marginalização, remoção forçada ou realocação, negação dos seus direitos a terra, impactos causados pelo desenvolvimento em larga escala, abusos de forças militares e uma série de outras injustiças (CENTRO DE INFORMAÇÃO REGIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS-UNRIC, 2019).

Inserido nesse contexto, o perfil socioeconômico da população indígena latino-americana indica que dos 42 milhões de indígenas, 14% situa-se no patamar da pobreza e 17% no âmbito da extrema pobreza (ONU,2016). No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 o país tinha 817,9 mil indígenas, desse total 315 mil habitavam em cidades como São Paulo/SP (12 mil), São Gabriel da Cachoeira/AM, (911 mil) e Salvador/BA com 7,5 mil. Ainda segundo os dados do Instituto existem 114,5 mil (14%) indígenas inseridos na faixa de pobreza e 139 mil (17%) em situação de extrema pobreza.

As condições socioeconômicas dos 2.382 Pitaguary extraídos da base do CadÚnico do município, no último ano de 2019⁴³, não os difere do quadro de necessidades acima exposto, o que os capacita para o atendimento da PAS em seu território, através das ações do CRAS Indígena, afiançando assim as garantias previstas na de acolhida, renda e autonomia e convivência previstas na PAS. (PNAS. 2004, p. 40).

Nesse momento de pandemia do novo vírus Corona-19, ou COVID 19, as populações indígenas inseridas ou não em centros urbanos estão sendo consideradas grupos de considerável risco para a doença tanto pela questão da baixa imunidade ao vírus, como pelas precárias baixas condições de vida que enfrentam - a considerar a baixa renda, a parca ou ausente infraestrutura básica e acesso à saúde - e que potencializa a ação do vírus. Em Maracanaú, dos 3.153⁴⁴ casos confirmados até 21/06, 104 foram entre indígenas Pitaguary, desse total 04 mortes confirmadas pela doença e outras duas ainda sob investigação.

Com a pandemia, as vulnerabilidades e riscos sociais aprofundaram-se para esse segmento já tão fragilizado no sentido de terem principalmente suas rendas diminuídas ou extintas no período, o que impacta na segurança alimentar, na moradia e no acesso a serviços essenciais como água e luz. O isolamento social, proposto por organismos de referência internacional como medida protetiva contra o avanço e controle da doença acabou por provocar um profundo impacto na cadeia produtiva, visto que o mercado praticamente parou.

43 Esses dados compõe a seção 04 deste trabalho.

44 Dados obtidos pelo boletim da vigilância socioassistencial do município de junho de 2020.

Com isso o trabalho de muitos agricultores indígenas foi prejudicado tanto pela redução da demanda, como pelas condições de manuseio e logística, o que envolve pessoas, contato. Da mesma forma as famílias indígenas que vivem do artesanato, com os pontos de grande fluxo e venda como calçadão da Av. Beira Mar, Pavilhão Cultural da Praia de Iracema, praias do Futuro em Fortaleza e região metropolitana sem acesso, sofreram um declínio em suas economias. Os catadores de material reciclável com o fechamento de bares e restaurantes, tiveram a matéria prima de seu trabalho reduzida de forma significativa. Com isso a situação socioeconômica de muitas famílias entrou em colapso e agravou a situação daquelas que já viviam na iminência ou sob o risco de violência intrafamiliar⁴⁵. Isso tudo potencializou ações descritas na PAS ligadas às seguranças afiançadas no texto daquele documento com destaque no momento para a segurança de renda e a segurança alimentar e nutricional.

O CRAS Indígena levando em consideração a recomendação do Ministério Público⁴⁶ sobre o atendimento a populações indígenas vem operando através de um protocolo de atendimento interno⁴⁷ objetivando um atendimento seguro às demandas da população

45 O Ministério da Saúde (2002) define a violência intrafamiliar como toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também as relações em que se constrói e efetua. A violência doméstica distingue-se da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. (p.15).

46 Ministério Público do Ceará. Recomendação Conjunta Nº 01_/2020.

47 O CRAS criou a partir de recomendações do Ministério da Saúde, Organização Mundial da Saúde e do protocolo de Segurança da Secretaria de Assistência Social de Maracanaú, um Plano de Contingenciamento próprio, adequado às condições culturais do Povo Pitaguary. Nesse plano são adotadas as seguintes ações: Divulgação junto as lideranças e agentes de saúde para a devida; divulgação junto à comunidade através de seus canais de contato (grupos de WhatsApp, Facebook e/ou Instagram) sobre as formas de atendimento do equipamento CRAS Indígena; Trabalho realizado em sistema de home office com divisão de tarefas entre os técnicos do equipamento; Divulgação via mídias sociais do equipamento CRAS Indígena (Facebook e E-mail) sobre as novas formas de atendimentos do equipamento para a população usuária; □ Criação de novas mídias sociais para expandir o acesso da população ao atendimento (WhatsApp Business e Instagram); Divulgação das novas mídias sociais para lideranças como forma de expandir o conhecimento da população sobre esses novos canais; Divulgação de informes, via mídias sociais do CRAS, sobre a pandemia do Corona Vírus sempre alertando para a necessidade do isolamento social e o cuidado com idosos e as pessoas do grupo de risco; divulgação sobre as medidas do governo com relação as condicionalidades do Bolsa Família, processos de Revisão e Averiguação Cadastral, sempre objetivando tranquilizar a população acerca de seus direitos e como forma de se programarem sem maiores preocupações sobre os benefícios recebidos; Divulgação de informes, via mídias sociais do CRAS, sobre o Auxílio Emergencial e as determinações do Governo Federal; Atendimento via Facebook e principalmente WhatsApp sobre dúvidas acerca do Número de Inscrição Social (NIS), de quem terá direito ao Auxílio Emergencial, quando se inicia o repasse do auxílio, quem ainda não está inscrito no CADÚNICO, dentre outras questões; Ida ao equipamento, de forma escalonada, pela equipe técnica para atendimento presencial visto que parte da população não tem acesso às mídias sociais, mantendo-se sempre as devidas medidas de segurança como forma de evitar o contágio do Corona Vírus. O atendimento, quando se encontram mais de uma pessoa de dá de forma coletiva, onde se mantendo a distância recomendada pelos médicos, são tiradas todas as dúvidas; Alimentação constante da mídia social Facebook e Instagram como forma de divulgar as últimas notícias sobre os benefícios

indígena usuária⁴⁸ seja de forma presencial ou remota. Nesse período a grande procura se deu tanto pela orientação acerca do auxílio emergencial do governo federal, que consiste em uma transferência de renda em dinheiro que oscila entre R\$600,00 até R\$1200,00, dependendo da situação familiar informada para o banco de dados do CadÚnico até 02/04/2020; como a demanda para orientação de como acessar o benefício via aplicativo, pela dificuldade de acesso à rede de internet na região. Nesse sentido o CRAS realizou aproximadamente 60 solicitações de auxílio emergencial junto à Caixa Econômica para indígenas que não estavam inseridos no programa de transferência de renda Bolsa Família. Para se ter uma breve noção, importa salientar que das 765 famílias indígenas inscritas no CadÚnico, 645 receberam o auxílio emergencial, o que implica que essas famílias tiveram maiores condições de verem suas necessidades básicas minimamente supridas. Deste total 147 apresenta “renda zero” para o governo. Outro ponto no tocante à garantia da renda foram as solicitações realizadas junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) requerendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁴⁹ e as orientações de como acessar o auxílio emergencial para os indígenas que não estavam inseridos no CadÚnico, mas que tinham perfil para receber o benefício.

Com relação à segurança alimentar e nutricional a comunidade Pitaguary tem tido o apoio da gestão municipal com a doação de cestas básicas às famílias identificadas a partir do CadÚnico como mais economicamente fragilizadas. Essa definição parte do entendimento

prometidos pelo Governo Federal; Constante contato com grupos de coordenadores, via mídia social, para recebimento e repasse de informações sobre benefícios e posterior compartilhamento entre equipe técnica e usuários; Articulação com a equipe de saúde do Polo base da Avisa I, para promover uma maior conscientização da população sobre a: importância da lavagem das mãos com sabão, do distanciamento entre as pessoas, do toque entre as pessoas, da necessidade de se permanecer em casa, se não for possível, que fiquem distantes uns dos outros, que não andem em grupos, que andem de dois no máximo, mas sem proximidades, que evitem pegar em tudo o que virem pela frente, etc.); Articulação entre lideranças e CRAS para recebimento de alimentos do Programa Mesa Brasil e posterior divulgação nas mídias sociais para que a população tenha conhecimento e vá buscar no equipamento CRAS.

Vale destacar que antes de divulgarmos, tiramos fotos dos alimentos (frutas e verduras) colocamos nas mídias para que as famílias tenham noção do tipo e quantidade de alimentos que estão dispostos para retirada. No ato da entrega, procedemos de acordo com as recomendações médicas (distanciamento entre pessoas, lavagem de mãos antes e depois de pegar os alimentos) e aproveitamos a ocasião para reforçar a conscientização sobre essa pandemia e por fim, Reuniões de equipe via WhatsApp para repasse de informes, tiragem de dúvidas, análise de documentos e informes oriundos das esferas Federal, Estadual e Municipal.

48 O auxílio emergencial foi regulado pelo Governo Federal (Lei nº 13.982, de 02/04/2020) e se traduz em uma transferência em espécie ao público que cumpri um dos seguintes critérios: ser maior de 18 anos, está na informalidade, não receber nenhum outro benefício, como aposentadoria, BPC, seguro desemprego, auxílio doença, entre outros (exceto Bolsa Família), família com renda por pessoa de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou com renda total de até 3 salários mínimos (R\$ 3.135); em 2018, não ter recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70, ou seja, não houve necessidade de declarar Imposto de Renda ou ser microempreendedor individual (MEI), contribuinte individual ou trabalhador informal, seja empregado, autônomo ou desempregado As famílias já cadastradas no Programa Bolsa Família recebem automaticamente na data do pagamento o referido benefício.

49 Pagamento de um salário mínimo a portadores de deficiência física que comprovem incapacidade laborativa e a idosos com 65 anos. Os dois públicos devem ter uma renda per capita familiar de até ¼ do salário mínimo.

sobre o conceito vulnerabilidade social e risco social encontrado na PAS. Por outro lado, a Fundação Nacional do Índio tem distribuído cestas básicas à população, embora o quantitativo não contemple todas as famílias. Nesse sentido como órgão ligado a administração executiva nacional, o investimento relacionado a preservação da população indígena está aquém do esperado. Até o dia 03/07 o órgão destinou R\$ 136,670 para as ações voltadas aos 35.757 indígenas cearenses⁵⁰.

Na área da prevenção a Secretaria de Assistência Social de Maracanaú tem realizado entrega de máscaras e álcool em gel às famílias que vão ao equipamento para receberem algum atendimento. Com relação a equipe de trabalhadores do SUAS, esta instituição a mesma tem providenciado equipamentos de proteção individual (EPI) e incentivado o rodízio das equipes.

Se por um lado as populações indígenas enfrentam de forma mais desafiadora a pandemia, por outro têm, a nível de movimento social, um grande obstáculo: o desgoverno do presidente Jair Messias Bolsonaro, que afiado com a proposta liberal, procura minar de todas as formas as conquistas dos povos indígenas. São recorrentes as tentativas desse “desgoverno” em retirar direitos indígenas, forçando a entrada dessas comunidades à sociedade do capital internacional a partir da abertura à exploração de interesses nacionais e internacionais. Desrespeitando e rasgando o que está posto no corpo da Constituição Federal com relação a autonomia desses povos e ao respeito a sua alteridade.

A mais recente ação da presidência com relação à população indígena se deu sobre a forma de veto a artigos da Lei nº 14.021/2020, que trata de medidas protetivas a grupos em situação de extrema vulnerabilidade e alto risco como quilombolas, comunidades de terreiro, pescadores artesanais e outros povos tradicionais. Pelo veto presidencial, às comunidades indígenas isoladas ou de recente contato, da mesma forma a comunidades que vivem em terras já demarcadas e se estende também a povos indígenas que por situação de migração provisória se encontram dentro do território nacional, **não terão acesso a:**

- 1) Acesso universal a água potável;
- 2) Distribuição gratuita de materiais de higiene, limpeza e desinfecção de ambientes;
- 3) Aquisição de ventiladores e máquinas de oxigenação sanguínea e pulmonar;
- 4) Distribuição de materiais de informação sobre o covid-19; e

⁵⁰ Fonte: <https://g1.globo.com/ce/noticia/2020/07/03/funai-destinou-menos-r-005-por-dia-a-indigenas-cearenses-no-combate-a-covid-19.ghtml>. Acesso em: 03 jul. 2020.

5) Pontos de internet nas aldeias.

O presidente, Jair Messias Bolsonaro, também vetou uma dotação orçamentária especial, voltada para a dinamização da saúde indígena e a abertura de créditos extraordinários estados, municípios e Distrito Federal destinada ao atendimento dessas populações.

Terminada essa subseção onde se deu o posicionamento do objeto de pesquisa na realidade, passo a metodologia realizada.

2.3 A metodologia da pesquisa

O processo de pesquisa e produção é desafiador. Voltar-se sobre determinado objeto a procura de respostas para interrogações levantadas, procurando sua estrutura, suas especificidades e as correlações com o processo sócio, histórico e político em que se dá, exige esforço, dedicação, paciência, idas e vindas em abstrações, noites em claro, introspecção, solidão e finalmente o desabrochar da linha de raciocínio e o produto realizado. Ufa! Desafiador, doloroso, mas no final a sensação de missão cumprida é extremamente compensadora. Assim é a pesquisa científica, um processo investigativo, no qual estão envolvidos o planejamento, o desenvolvimento a conclusão, tudo isso balizado por normas metodológicas cientificamente validadas.

Escolher o tema, construir o objeto, analisar a viabilidade da pesquisa, equacionar o possível do objeto e o possível do sonho da pesquisa são momentos de tensão, de excitação e também de reconhecimento das nossas limitações. Uma junção de sentimentos na busca da concretização de um sonho pensado e que se torna realidade a cada momento do processo de pesquisa, na separação de material, nas leituras, nos fichamentos, nas discussões temáticas com o (a) orientador (a) e amigos (as), nos encontros do grupo de pesquisa e científicos, enfim, na escrita e retoques do trabalho final que ora apresento.

Articulado a tudo isso a necessidade imperiosa de me manter atento ao limite da linha tênue entre pesquisador e profissional que atua dentro do território Pitaguary, conhecendo há 11 anos expectativas, necessidades, conflitos, determinações sociais, políticas e econômicas da região. O olhar investigativo, como relata Feitosa (2020) sobre um objeto que faz parte do nosso cotidiano, superdimensiona a necessidade de nos despirmos de nossos preconceitos e pré-noções que, à primeira vista parecem evidentes no senso comum. (p.25).

Importa relatar que o processo pandêmico também foi responsável pelo atual objetivo desta pesquisa, pois a intenção originária esteve voltada para a investigação sobre os significados e sentidos da pobreza para os indígenas Pitaguary como forma de responder a inquietantes questionamentos que o cotidiano profissional nos impunha. Assim, no momento anterior a pandemia tive como farol preliminar para a pesquisa os seguintes questionamentos: Quais as especificidades simbólicas e culturais dessa pobreza? Como eles se pensam e se representam na condição de pobres? Existirá entre os Pitaguary um conceito nativo⁵¹ de pobreza que não dialoga com o conceito oficial desse fenômeno? Se isso ocorrer, a não percepção desse conceito nativo por parte dos órgãos governamentais pode inviabilizar as expectativas dos projetos de superação da pobreza dessa população, demonstrada nos dados oficiais?

Diante daqueles questionamentos iniciais, sobrevieram outras perguntas que reforçaram a busca pela descoberta do objeto, sendo elas: quais os sentidos e significados da pobreza expressas pelo Povo Pitaguary? Que critérios são elencados pelos Pitaguary para a identificação de pobreza? Os critérios oficiais de pobreza do CadÚnico⁵² se relacionam com os critérios elencados pelos Pitaguary? As ações da política de assistência social, desenvolvidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Indígena Pitaguary através do Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), levam em consideração os significados de pobreza dessa população residentes nas aldeias do Horto, Olho D'água e Santo Antônio, em Maracanaú/CE?

Os objetivos específicos da primeira intenção de pesquisa foram assim delineados: (I) identificar se os Pitaguary se percebem enquanto segmento populacional marcado pela pobreza; (II) compreender como os Pitaguary concebem a pobreza, a partir de suas representações e dos elementos sócio-históricos e culturais do seu Povo e (III) captar como eles se vêem e se percebem enquanto sujeitos socialmente pobres de acordo com os dados oficiais da pobreza.

Contudo, minha intenção de pesquisa sofreu sérios reverses em decorrência do processo pandêmico do Corona Vírus-19, que coincidiu com o início do processo de realização das 47 entrevistas semiestruturadas. Com isso e em respeito à população indígena Pitaguary e às determinações da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a imperiosa

51 Tomamos como referência o entendimento de Geertz (1978) sobre o trabalho etnográfico em que a concepção nativa traz em si suas concepções de mundo e suas marcas simbólicas.

52 Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Falaremos especificamente sobre ele na seção V desse texto.

necessidade de isolamento social- enquanto uma das formas centrais de se evitar a expansão da COVID-19 - as entrevistas foram suspensas e o objetivo da pesquisa, a incluir seu realinhamento metodológico, tiveram que ser adaptados às novas condições do campo.

As adaptações geraram refrações também no aspecto do objetivo geral que agora passou a ser **a compreensão e a interpretação das concepções e sentidos da pobreza inscrita na Política de Assistência Social, da Proteção Social Básica, operacionalizada pelo centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Indígena Pitaguary junto aos indígenas usuários dessa política. No âmbito dos objetivos específicos estes circunscrevem-se agora na: (I) identificação de como se configura a situação da pobreza de indígenas usuários (as) do CRAS Indígena Pitaguary a partir dos dados do CadÚnico; (II) apreensão das concepções de vulnerabilidade e risco social contidos na Política Nacional de Assistência Social; (III) identificação de como estas concepções são abordadas/significadas nas ações socioassistenciais do Centro de referência de Assistência Social Indígena; e (IV) identificação dos desafios da questão social indígena para a política de assistência social.**

A adaptação foi realizada sem alterar o núcleo central da pesquisa. Assim, a pobreza indígena Pitaguary continua como foco principal. Contudo, a percepção dessa pobreza sai do foco de quem a vivencia, os indígenas, para ancorar-se na(s) concepção(ões) /sentidos de pobreza da própria Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no nível da Proteção Social Básica (PSB), a considerar as particularidades de sua operacionalização no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Indígena Pitaguary em Maracanaú/CE.

O processo pandêmico, além de trazer frustração ao fluxo da pesquisa, trouxe outro grande desafio, a mudança de orientador da pesquisa. Entre idas e vindas, ajustes, conversas e oficialização do novo orientador, no caso, nova orientadora o tempo corria e se fazia menor para o cumprimento do prazo para a apresentação do trabalho.

Posto tudo nos trilhos, o tempo urgia para a adequação do texto, dos objetivos geral e específicos, as novas leituras para adequação ou complementação das mudanças textuais, fichamentos, encontros virtuais com orientadora, novo planejamento e reelaboração de cronograma, realinhamento metodológico, escrita, enfim, adrenalina pura e tempo zero.

A nova realidade, por seu turno redimensionou a criatividade e percepção desse pesquisador, me fez problematizar as versões de pobreza, e suas correlatas, noções de vulnerabilidade social e risco social, inscritas nas legislações e normativas regulamentadoras e orientadoras da política de Assistência Social, nível da PSB, bem como as suas diretrizes destinadas à sua implementação a atuação profissional junto aos povos indígenas por esta

atendidos na condição de seus usuários. Como parte constitutiva desse processo recorri aos dados do Cadastro Único de Programas Sociais – o CadÚnico- como ferramenta para apreender, a partir das estatísticas de estado – a dita pobreza indígena Pitaguary. E desta feita, melhor apreender as concepções de pobreza inscritas neste discurso estatal no campo em estudo.

Nesse processo, embora resguardando a predominância da abordagem qualitativa da presente pesquisa social, redefinimos alguns aspectos da metodologia, inicialmente proposta, em consonância com o recorte do objeto de estudos. Desde o início nos colocamos na intenção de realizar pesquisa qualitativa em complementariedade com a quantitativa, fazendo uso de metodológicos da antropologia como o ver, ouvir e escrever (Oliveira, 1980) por entender que essa forma nos possibilita uma maior aproximação com o objeto, principalmente quando o alvo se inseri no campo das percepções, sentidos e significados, a intenção é cercar o objeto para tentar captar suas conexões e assim melhor elucidá-lo.

Se é impossível a realização de uma pesquisa social sem levar em consideração a história e as teorias sociais que a conformam, assim como os posicionamentos sobre a realidade, seu desenvolvimento e a dinâmica social, da mesma forma é a pesquisa junto a uma comunidade tradicional, observá-la e tentar interpretá-la a partir do seu exterior é tarefa inócua. Embora tendo como campo empírico o equipamento CRAS indígena Pitaguary, nele transitam interlocutores, pessoas com seus modos de vida, cultura e percepções, valores e concepções, os quais me deram acesso ao universo simbólico e real no qual o objeto analisado se inseria.

A experiência etnográfica⁵³ que em um primeiro momento estaria voltada para a percepção dos Pitaguary acerca da pobreza, foi reelaborada na perspectiva de uma inspiração etnográfica, tendo como base os aportes da antropologia cultural especificamente o ouvir, o olhar e o escrever, assim como a observação participante e o diário de campo para tentar descrever a partir do olhar Pitaguary o território que lhes é chão, é mãe e Terra. O processo descritivo foi um verdadeiro rito de passagem, posto que a cada descrição eu, mergulhado na sociabilidade do grupo ao longo de 11 anos, tentei descrever o território e suas territorialidade com o máximo do olhar e sentimento nativo. Nesse momento, saber-se e ver-se como

53 Essas situações corroboram a etnografia como um método voltado para a introjecção de um sujeito (desconhecido e desconhecedor) de determinada realidade, para ser concretizada necessita do estabelecimento de vínculos de reciprocidade, de identificação e confiança para que se alcance informações mais complexas e aproximadas daquele mundo social. Essa característica da etnografia consiste, enquanto ferramenta metodológica em exercitar o olhar, o escutar, da mesma forma o deslocamento de pontos de vistas pessoais, para tentar um mergulho no interior do fenômeno observado e isso só ocorre se houver uma intensa participação na sociabilidade da realidade que está sendo pesquisada. (ROCHA e ECKERT,2008).

diferente e ao mesmo tempo igual é algo mágico. É perceber-se falando igual, sentindo-se igual, olhando igual, enfim, é sentir-se um, sem sê-lo.

Reitero que o processo não se constituiu uma experiência etnográfica pois não representou de fato uma tensão entre a aparência e a essência, entre o senso comum e a cientificidade, visto que no processo etnológico vale mais a percepção e apreensão dos contrastes culturais, históricos e sociais, do que mesmo a quantificação de dados, na compreensão dos sujeitos como simples objetos de pesquisa. (ROCHA e ECKERT,2008). A inspiração etnográfica foi um esforço na tentativa de uma descrição densa da Terra Indígena, para apresentar a territorialidade Pitaguary e o CRAS Indígena objetivando explicitar o campo empírico e situar melhor o meu objeto de estudo

Se por um lado o processo pandêmico obstruiu parte essencial da pesquisa, forçando seu redirecionamento, por outro, o zelo, o cuidado e a vigília sobre o limite pesquisador/pesquisa não se extinguiram. Se na proposta original de pesquisa a proximidade entre entrevistador e entrevistado poderia subjetivar o processo de pesquisa em decorrência da minha imersão no território pelo tempo de atuação na área, a nova perspectiva manteve o tensionamento e a prática do processo de estranhar o familiar, o que corresponde como disse Velho (1987) a: “confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito dos fatos, situações” p. (131), visto que a PNAS me é muito mais familiar.

Neste processo metodológico, a pesquisa bibliográfica perdurou por todo o ciclo investigativo e de escrita. Desde o momento em que o objeto se desenhava em 2018, a garimpagem por textos, livros, artigos, se tornou frequente. À medida que o objeto se definia, as buscas se refinavam e hoje aproximadamente quase 800 textos fazem parte de meu arquivo pessoal, herança da construção dessa pesquisa.

O trabalho que começou com uma base definida em torno das categorias pobreza, representação social e identidade étnica, foi evoluindo e encerra estruturado nas categorias, pobreza, vulnerabilidade social e risco social, identidade étnica e a política pública de Assistência Social.

Nesse sentido, a pesquisa não está fechada em uma única base teórica, ela tende para o pluralismo teórico metodológico, na tessitura teórico-empírica a considerar argumentos históricos, territoriais e política pública. O texto em tela baseia-se no diálogo crítico com alguns autores fecundos a esta pesquisa, que podem ser divididos pelas seguintes categorias

- 1) **Pobreza, exclusão social e risco social:** José de Souza Martins (2002) e (1997); Jessé de Souza (2006), (2012) e (2018); Escorel (1999); Castel (1998);

Bezerra (2015); Koga (2013); Kowarick (2018); Siqueira (2013); Telles (1999); Schwartzman (2004) e Sposati (2009,2012).

- 2) **Etnia, etnicidade e Políticas Indigenistas:** João Pacheco de Oliveira (2016), (1999) e (1995); Cunha (2018), (2012); Geertz (2008) e (1997); Castro (2002); Bartolomé (2018); Barth (1998); Almeida (2008); Da Matta (1978);
- 3) **Terra, Território e Territorialidade:** Gallois (1985); Haesbaert (2004); Little (2002).
- 4) **Política de Assistência Social:** Mota (2010); Iamamoto (2010); Bezerra (2019); Fleury (2007); Carvalho (2002); Behring e Boschetti (2008); Couto (2012); Pereira (2000), PNAS (2004), LOAS (1993)
- 5) **Além de teses, dissertações e artigos sobre a temática.**

Com o redirecionamento do objeto e objetivos da pesquisa, a proposta metodológica também sofreu alterações. Se antes a observação participante seria uma das técnicas preponderantes no processo, agora, somada a esta, a pesquisa documental adquiriu centralidade nesse percurso investigativo, posto que possibilitou apreender as concepções de pobreza e noções correlatas que alicerçaram a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), a PAS (2004), sobretudo, em termos locais. Para tanto, foram consultadas e analisadas os documentos pertinentes à Constituição Federal de 1988 relativas aos direitos sociais; o texto da Política nacional de Assistência Social (2004); as Normas Operacionais Básica (NOB-SUAS,2005;2011) e de Recursos Humanos (NOB-RH,2006); a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais; os cadernos de Orientação PAIF I e II, os Cadernos de Orientação sobre o trabalho Com Famílias; e em especial o Caderno de Orientações de trabalho com Famílias Indígenas (2018).

Na busca por aportes o arquivo morto do CRAS Indígena foi visitado, virado e revirado em busca de documentos, relatórios, livro de registro, resumo de atas de reunião de gestão e da equipe técnica. Afinal, todos esses elementos resguardam as visões e sentidos da gestão e da equipe técnica do CRAS sobre as condições materiais e simbólicas da população, o que conforma a apreensão das práticas não discursivas desse processo interventivo do equipamento junto à população. Afinal, essas intervenções são planejadas, possuem intenções/objetivos e sentidos que podem expressar as formas como são interpretadas a dita “pobreza indígena Pitaguary”, as perspectivas de vulnerabilidades sociais e riscos sociais, constituintes do objeto de pesquisa.

Neste horizonte metodológico, tive um maior aprofundamento sobre os dados na base do cadastro único do Governo federal – o CadÚnico – específica do município de Maracanaú, com filtros de pesquisa para a população Pitaguary referenciada pelo CRAS Indígena Pitaguary. Como forma de dá maior visibilidade das condições de pobreza e suas noções correlatas priorizei a extração de dados da base do CadÚnico relacionados a: quantidade de famílias e pessoas por aldeia, famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), domicílio, gênero, escolaridade, renda e trabalho e infraestrutura no território. Esse recurso de pesquisa foi substancial para a construção desse trabalho, e só foi possível pela abertura do setor de Gestão do Sistema Único da Assistência Social (GESUAS) do município para o fornecimento dos dados. O resultado dessa pesquisa se traduziu nos gráficos expostos e que ajudam a compreender os avanços e recuos da pobreza na terra Pitaguary.

Após as fases acima enunciadas, chegou a hora da coleta e análise do material, nesse momento algumas leituras se fizeram complementares. É o momento de reencontrar os elementos constituintes e constitutivos da pesquisa, isso significa que é momento de fazer o caminho de volta e assim traçar uma linha lógica de argumentações e exposições que deem conta das questões motivadoras da pesquisa. Nesse momento o cruzamento de leituras, documentos, entrevistas, convergem para a aproximação com o objeto e sua interpretação. Interpretação essa que não é estática, visto que o próprio objeto não o é. A interpretação, delimitada pelo tempo e espaço, é apenas uma das formas de apreensão do objeto de pesquisa, ela é um momento, um lapso, dentro da infinita possibilidade de sua interpretação. O próprio resultado da pesquisa já abre portas para outros caminhos, outros olhares sobre o mesmo objeto e sobre o próprio pesquisador, pois como indica Santos (1987) *“todo conhecimento científico é autoconhecimento”*. (p.52)

Ludke e André (1986 apud Feitosa 2020) indicam que a análise documental pode ser considerada valiosa na abordagem de dados qualitativos pela complementariedade das informações obtidas a partir de abordagens, bem como pela possibilidade de trazer à luz outros aspectos, possibilidades e horizontes para um mesmo objeto de pesquisa (p.32). Assim, para as autoras a pesquisa documental indicam que:

Os documentos constituem também fonte poderosa de onde se podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LUDKE e ANDRÉ, 1986 apud Feitosa 2020, p. 33).

Esse processo começou com o estabelecimento de critérios de conteúdo para a separação do material, assim, foram se formando através do método de análise de conteúdo (Morais, 1999), envolvendo as seguintes etapas: preparação, transformação do conteúdo em unidades, classificação das unidades em categorias, descrição e interpretação conteúdos relacionados aos temas pobreza, vulnerabilidade social e risco social. Na leitura desses documentos procurei descobrir linearidade com os conceitos sobre o objeto dessa pesquisa delineado na PAS e seus documentos correlatos, da mesma forma procurei traduzir o fio condutor dos planos de trabalho do equipamento CRAS Indígena com as percepções e sentidos sobre a pobreza captadas no diário de campo e vivências junto à população atendida pelo equipamento. Esse ponto é essencial porque como afirma Moraes (1999) “no exame de um texto, serve de suporte para captar seu sentido simbólico. Este sentido nem sempre é manifesto e o seu significado não é único, podendo ser focado em diferentes perspectivas” (p. 08). No tocante a construção dos gráficos, realizei a formatação dos dados extraídos da base do GESUAS de Maracanaú com filtragem para a população do território Pitaguary entre os anos 2014 a 2019, utilizando o programa Excel 13, o qual já traz elementos de formatação para os dados em porcentagem.

Essa pesquisa acabou por se tornar um relato de experiência e ao mesmo tempo uma proposta objetiva de uma reflexão sobre a forma como a política de assistência social é pensada e trabalhada na especificidade étnica. Cabe esclarecer que esta pesquisa possui um viés transdisciplinar e que apesar de não ser uma pesquisa antropológica *stricto sensu*, está marcada por uma dinâmica antropológica, caracterizada pela: observação do cotidiano da etnia Pitaguary com registro em diário de campo, documentos, fotos de reuniões, de grupos atividades e do próprio território indígena, no qual situa-se o CRAS. Elementos que expressam e sintetizam as relações sociais que lá ocorrem.

Concluída essa exposição sobre o processo metodológico da pesquisa, convido o leitor a continuar comigo nesse processo e na próxima seção passo a expor o território indígena Pitaguary a partir de um ensaio etnográfico para, em seguida, apresentar as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o CadÚnico, como forma de delinear as condições de família, renda e trabalho, acesso a serviços essenciais e infraestrutura da etnia Pitaguary, como forma de explicitar o que denominamos de pobreza. Continuemos nossa jornada.

3 CAPÍTULO 02. POBREZA INDÍGENA NO TERRITÓRIO PITAGUARY: UMA VERSÃO POSSÍVEL A PARTIR DO CADÚNICO

Nesta seção objetivo traçar uma visão das condições de vida dos Pitaguary, a partir dos dados coletados na base do cadastro Único para Programas Sociais do governo Federal, o CadÚnico. Como forma de melhor apresentar esses dados travei um diálogo com expressões recorrentes na comunidade, Terra e Território à luz da ciência, bem como os termos Territorialidade e Territorialização, sempre presentes quando se trata de questões indígena. Após essa conversa, ensaiei uma cartografia social do território Pitaguary, como forma de lhes melhor apresentar os dados da pesquisa, realizados no marco temporal de 2014 a 2019. Complementa essa seção uma análise sócio política do período como forma de entender as inflexões sócio econômicas do país, as quais tiveram refrações nas condições de vida dessa população.

3.1 Aproximações à perspectiva de território indígena Pitaguary

Dialogar acerca do território indígena ultrapassa os marcos legais estatais quando se refere à Terra Indígena circunscrita ao espaço político-jurídico conduzido pelo Estado e tendo como referência o espaço geográfico e sua forma, limite e fronteira. Essa elaboração conceitual remete ao processo ocidental de colonização, o que faz da territorialidade um campo de discussão na área da antropologia por esta trazer imbricada uma perspectiva histórica e cultural na sua formação. Segundo enuncia Raffestin:

Espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usados sem critérios, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias [...] é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (1993b, p. 143).

Gallois (2009) enfatiza a variedade de estudos antropológicos sobre a questão distintiva entre terra, território e territorialidade para comunidades indígenas. Para o autor, **terra** seria, na concepção antropológica, somente um pedaço específico de dentro de um território historicamente mais amplo. O **território** se projetaria na construção e remeteria “à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial” (p.04). A **territorialidade** ficaria nas formas de apreensão e apropriação desse

território pelos grupos nas dimensões políticas, sociais, culturais, cosmológicas e econômicas recuperando e valorizando o jogo de suas experiências tanto de ocupação como de gestão desse território (p. 06).

Paul Little (2002) corrobora com a definição acima ao compreender a territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se em seu “território” ou homeland” (p.03)

Para Meirelles (1994), o território designa uma representação coletiva do espaço e local onde o indivíduo e o grupo social constroem e se reconstróem com a materialidade do espaço, da mesma forma compreendo que é nesse movimento e nessa relação que se dá o seu processo de identidade com o espaço, transformando-o em território. Assim, é a partir da sua localização enquanto indivíduo frente ao grupo e da sua relação do grupo com o meio através das múltiplas relações institucionalizadas determinadas e vividas pela sociedade que se processa o seu pertencimento socio territorial. Portanto, nos termos do citado autor, o território é a representação coletiva fundamental, a destacar que:

na raiz da percepção do território está a percepção do nós, a construção básica da identidade coletiva e, por extensão, a sede do estabelecimento da diferença, o limite da construção da alteridade enquanto uma situação antagônica por definição (MEIRELLES, 1994:03)

Cabe destacar que o território Pitaguary, assim como tantos outros territórios de povos tradicionais, fundamenta-se em séculos de ocupação efetiva, o que lhe fornece um maior peso sobre sua historicidade e reforça sua persistência cultural diante das refrações da sociedade do entorno. Nesse sentido, Ramos apud Little (2009) indicam que o território de um grupo *se vincula a*

(...) uma história cultural na qual (...) cada aldeia está historicamente vinculada aos seus habitantes, de modo que o passar do tempo não apaga o conhecimento dos movimentos do grupo, desde que se mantenha viva a memória dos ancestrais” (p.11).

Acolhendo o conceito de Territorialidade como um todo onde se mesclam Terra (espaço geográfico, legalmente demarcado) e Território como local de significação, vivência, vínculo e identidade/pertencimento, passo a descrever a territorialidade ou territorialidades⁵⁴ Pitaguary, tendo como base o seu território, por ser neste que se pode, nas palavras de Little

⁵⁴ Nesse ponto a definição de Paul Little (2009) sobre territorialidade parece traduzir melhor a realidade Pitaguary, pois cada espaço dentro desse território expressa performances distintas sem com acarretar perda de simbologias, significados e expressões do que é ser um Pitaguary.

(2009), captar a cosmografia dos Pitaguary. Cosmografia traduzida como “o regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém em seus territórios específicos, a história da ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (LITTLE, 2009: p.04).

Os Pitaguary, grupo configurado como um caso de etnogênese iniciado ainda na década de 1980, passou a ser diferenciada, cujos membros se autodefinem em relação à uma origem sociocultural, reivindicando identidades indígenas e reelaborando tradições e discursos culturais (OLIVEIRA FILHO, 2004). Este fenômeno marca a constituição de diversos agrupamentos, inclusive os Pitaguary, por entre “descontinuidades históricas” (GRUNEWALD, 2004) e de maneira situacional. Assim, um conjunto de agentes sociais produzem ações, comportamentos e interesses específicos a partir de eventos variados em um determinado contexto histórico e desenvolvem reflexividade e agência a partir de situações sociais.

3.2 Uma incursão pela Terra Pitaguary

Início explicando que faço referência a Terra Pitaguary por compreender que território e territorialidade se encontram dentro do espaço geográfico delimitado, bem como por ser esta a expressão nativa adotada pelos (as) indígenas para falar de seu território vivido. O território⁵⁵ indígena Pitaguary, em parte situado na parte sul do município de Maracanaú⁵⁶ (3°54’26’’S e 38°37’18’’W),⁵⁷ está distante 25 Km de Fortaleza, seguindo pela CE 060 e a 05 Km do centro de Maracanaú. A extensão territorial do espaço Pitaguary é de 1.735 ha. (Hum mil, setecentos e trinta e cinco hectares, distribuídos em aproximadamente 21Km entre os bairros do Horto, Olho D’água e Santo Antônio. Nossa incursão se inicia no sentido Maracanaú-Serra, pela Rua Professor José Henrique, conhecida também como rua Manoel Pereira.

⁵⁵ A concepção de território, que adoto, não tem o território somente como uma circunscrição e seus limites precisos, correspondendo assim a uma mera unidade de solo. Compreendo território como algo mais amplo e complexo, pois para além do solo trato-o como um espaço onde se desenvolvem relações sociais e sua organização do espaço, assim como sua representação e suas características políticas. Lá estão contidos, saberes e saberes tradicionais, concepções de mundo e sociedade, sentidos e significados concretos e abstratos. Para além disso, é no território que se projetam os sentimentos de pertença e vínculo, unidades importantes para a construção e fortalecimento de identidades.

⁵⁶ Os limites do município são: Norte: Fortaleza e Caucaia; Sul: Pacatuba; Leste: Pacatuba; Oeste: Maranguape.

⁵⁷ Dados do referenciamento do início da Terra Indígena Pitaguary a partir do bairro Horto. Fonte: <https://earth.google.com/web/@-3.90745337,-38.62200289,64.20467958a,210.75286799d,35y,0h,0t,0r>. Acesso em: 16 fev. 2020.

O Horto primeiro bairro na incursão ao território se configura como um bairro urbano com suas ruas de calçamento e cortado por uma rua principal a Prof. José Henrique, mais conhecida como Manoel Pereira. Interessante notar que as nomenclaturas de suas ruas obedecem a historicidade do lugar e faz referência a pessoas precursoras no povoamento do local. Assim, temos, por exemplo, as ruas Francisco Ferreira, antigo comerciante do local e Joaquina Vieira, a mais famosa parteira do local. Conforme relatou, em certa ocasião, Abias Bezerra, uma liderança indígena, ela foi a responsável por trazer ao mundo muitos dos indígenas Pitaguary. Em sua homenagem maior, o posto de saúde do bairro, responsável pelo atendimento exclusivo a indígenas, recebeu o seu nome.

Após a Unidade Básica de Saúde José Severino, vê-se à esquerda um pouco apagada pelas marcas do tempo, uma placa indicativa da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) “Terra Indígena Pitaguary”. A entrada de parte desse território tem como marco uma casa de farinha desativada, mas que em um passado remoto serviu de base de produção da farinha e beiju, alimentos indissociáveis da culinária indígena e que eram vendidos principalmente aos finais de semana para grupos e visitantes que voltavam do açude Santo Antônio⁵⁸. O local hoje serve como espaço de reunião da comunidade, geralmente no terceiro sábado de cada mês, bem como de reuniões do Conselho de Saúde Local, da FUNAI e CRAS Indígena. Ladeando essa construção encontramos a sede do posto de saúde Mãe Joaquina Vieira. Por trás dessa antiga residência com arquitetura que remonta a década dos anos 30/40 do século XX, temos a antiga estrutura da Escola Indígena Chuí, que, em 2010, recebeu nova sede dentro do território.

⁵⁸ No final da década de 1990, as atividades comerciais no entorno do açude foram suspensas pelo Ministério Público e a pedido por parte da população indígena, em decorrência das confusões e delitos cometidos naquela região.

Figura 2 - Posto de saúde indígena Dona Joaquina Vieira. Aldeia Horto



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 3 - Casa de farinha-Horto



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 4 - Rua dentro da Terra Indígena Pitaguary- Horto



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa localidade possui ruas curtas e irregulares e não conta com infraestrutura de calçamento, possui na sua maioria casas de taipa ou em alvenaria sem reboco, demonstrando as poucas condições de renda de sua população. O vasto campo que se abre logo após o pequeno conglomerado de residências torna-se mais distantes uma das outras e é nesse espaço onde as famílias nos períodos de inverno plantam feijão, milho, mandioca e hortaliças como cheiro verde e cebolinha. As fruteiras como a acerola, manga e caju estão em maioria nos quintais das casas. Nessa região, o plantio, o cuidado, a limpeza e a colheita das lavouras se dão em terreno comunitário e de forma coletiva, embora a venda dos produtos não seja compartilhada.

Seguindo ainda pela rua Prof. José Henrique, nota-se que, ao longo desses 11 (onze) anos de meus percursos até o CRAS, a antiga paisagem aberta com ampla vista da vegetação foi cedendo espaço para a construção de casas, sinal do aumento dessa população. Ainda no Horto, encontramos, mais à frente e à nossa esquerda, uma estrutura formada por dois pavimentos. O da frente, conhecido como Centro Cultural Chuí, faz parte da nova sede da Escola Diferenciada Indígena. E, logo após, encontra-se a sede da escola que, em formato de uma maia oca, traz em suas paredes painéis com imagens do Pajé Barbosa e do primeiro Cacique Pitaguary, Daniel. A Escola Chuí é o marco da divisão territorial entre Horto e Olho d'água.

Figura 5 - Escola Indígena Chuí- Horto



Fonte: Elaborado pelo autor.

A comunidade indígena Pitaguary do Olho D'água, como gostam de se anunciar, foi a mesma que me despertou para os questionamentos contidos na base deste texto. Muita coisa mudou desde 2008, quando do meu primeiro contato com este território e seus moradores. Contudo, as condições socioeconômicas pouco se alteraram. E a violência ganhou outros contornos com o avanço de facções criminosas que também fincam raízes nessa região. A parte indígena do Olho d'água é conhecida ainda por muitos como “a favela”. Essa nomeação de cariz estigmatizante faz referência às precárias condições de infraestrutura local em seu surgimento em 1997, quando alguns indígenas saíram do Horto, por dissidência com a liderança do Sr. Venâncio, e aclamaram Maurício Ferreira como seu representante. Na verdade, essa região é praticamente uma família estendida dos Ferreira e dos Jorge, sobrenomes de base do povo Pitaguary.

A aldeia do Olho D'água possui uma rua principal, denominada D. Alzira (em referência à avó de Maurício Ferreira), e uma perpendicular, nomeada rua Dona Bela, referência a outra indígena, já falecida. Vale ressaltar que essas ruas não dispõem ainda de código de endereçamento postal. Assim, no endereço das correspondências consta Estrada da Tangureira, atual CE que interliga a CE 060 a Maranguape. Nessa comunidade, ao atravessar a pequena ponte sobre o Riacho do Meio, olhando à esquerda, temos o galpão da comunidade, inaugurado em 2014 e teve como homenageado o Cacique Arco Verde. Foi ele quem registrou as terras Pitaguary, em 1880, no cartório de Maranguape e cuja descoberta serviu como prova decisiva para a demarcação da terra Pitaguary.

Figura 6 - Principal entrada da Aldeia do Olho D'água e a Rua Dona Alzira



Fonte: Elaborado pelo autor.

A economia local está baseada na agricultura e aqui se tem o destaque para o tipo de plantio coletivo em mandala, bem como na inserção formal e informal no mercado de trabalho. As casas que, até 2008, em sua maioria, eram de taipa, agora (2020) são de alvenaria, fruto da chegada do Programa Nacional de Habitação Rural⁵⁹ em 2013, no governo de Dilma Rousseff (2011-2016). É na aldeia do Olho D'água que ocorre a tradicional “Festa do Milho” realizada no final do mês de julho em homenagem ao fim do período do inverno. São dois dias de comemoração ao som dos atabaques, ao sabor de canjicas⁶⁰, muncunzás doce e salgado⁶¹, aloás⁶², bolos de milho e outras iguarias. Na ocasião, são realizados batismos dos jovens indígenas como forma de registrar a passagem da infância para a adolescência. Essa cerimonia ritualística tem à frente o Pajé e Caciques da etnia.

Estando no Olho D'água, se tem uma deslumbrante visão da serra e, à medida que avançamos na própria rua Prof. José Henrique, sentimos a impressão de estarmos diminuindo em relação ao complexo de serra, que se desnuda diante dos olhos. Infelizmente, tal beleza natural tem, no seu início, uma das grandes lutas do povo Pitaguary contra devastação

⁵⁹ O PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa *Minha Casa Minha Vida*, através da Lei 11.977/2009 e com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente. Fonte: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>

⁶⁰ Espécie de angu feito com a massa do milho e leite.

⁶¹ Prato feito a base do caroço de milho cozido onde se põe leite e açúcar na sua versão doce e feijão e pedaços de carne de porco na sua vertente salgada.

⁶² Bebida fermentada a base de pão, mandioca, açúcar, rapadura, gengibre e outras especiarias.

ambiental perpetrada por uma pedreira que, em decorrência de uma autorização da Secretaria do Meio Ambiente do Ceará- SEMA, explora a extração de pedra e brita na região⁶³.

Ao passarmos da Estrada da Tangureira, estamos a caminho da região mais tradicional do grupo indígena: é um espaço vivo da criação cultural Pitaguary. Foi nessa região que se iniciou o processo de reconhecimento étnico deste povo, a encontrar-se, portanto, repleto de significados que informam ao “estrangeiro” sobre a comunidade e os indivíduos que ali habitam. Na entrada desse espaço atravessa o Território Pitaguary no sentido Leste-Oeste as torres de energia de Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que indenizou a comunidade pelo uso do solo⁶⁴. As monumentais torres elétricas, que mais parecem guardiões de ferro da terra, ficam para trás e dão espaço para a longa estrada até as aldeias unificadas⁶⁵ do Santo Antônio do Pitaguary. O caminho que antes era marcado pela vegetação frondosa e perpassada por redes de mananciais de rios, riachos e sangradouros, agora se apresenta praticamente completo de casas. Da mesma forma que, entre Horto e Olho D’água, pode-se observar entre esse e o Santo Antônio uma grande explosão demográfica com a construção de casas do lado esquerdo de quem segue para o Santo Antônio. Esse fenômeno tem se tornado causa de disputas políticas internas pela acusação de vendas de terrenos por lideranças a não índios, que têm se transformado em processos legais junto à FUNAI e Ministério Público pela retomada da terra e a regularização dessa situação. Essa articulação entre indígenas e o poder institucionalizado do Estado vai de encontro ao que Oliveira (2004), configura como um processo territorialização, que é

o movimento pelo qual um objeto político-administrativo (...) vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso (p.24)

⁶³ Além do impacto ambiental pela devastação da fauna, flora e extermínio de olhos d’águas pela reacomodação do solo provocada pelas explosões, o pó de cascalho afeta a qualidade de vida de vários “nativos” da região.

⁶⁴ A CHESF indenizou via pagamento de uma quantia monetária, paga durante intervalos de meses ao Povo indígena Pitaguary. Esse valor que é administrado pela FUNAI e deve ser aplicado em projetos socioeconômicos para o povo Pitaguary. O valor que hoje alcança a cifra de quase 2 milhões permanece sem um direcionamento por falta de um entendimento comum das aldeias na forma de sua aplicação.

⁶⁵ Oficialmente a etnia indígena Pitaguary está dividida em 04 aldeias, a saber: Horto, Olho d’água, unificadas Santo Antônio e Monguba, essa localizada no município de Pacatuba. As aldeias unificadas do Santo Antônio se subdividem em três: Central que começa logo após a Estrada da Tangureira, Santo Antônio localizada à esquerda do açude de mesmo nome e a aldeia Nova.

Figura 7 - Torres de energia



Fonte: Elaborado pelo autor.

Do lado esquerdo de quem segue tem-se a delimitação do espaço por um muro, o qual estabelece a posse da pedreira BRITACET. Esse trecho de crescente contingente populacional é conhecido como o “estirão” e como dito acima se inicia na “Tangueira” e vai até a primeira rua das aldeias unificadas, a Rua do Fogo, que recebeu esse nome porque a alguns anos atrás residia lá uma família que costumava todas as noites acender uma fogueira. Descendente dessa família, temos a liderança indígena Ceiça Pitaguary⁶⁶ Hoje essa pequena rua de terra batida e sem saída, é local de morada de duas reconhecidas personalidades Pitaguary, uma que já foi mencionada acima, Ceiça, e a outra é dona Maria Pereira, representante da etnia na esfera do controle social nas áreas da saúde e assistência social no município.

Figura 8 - Rua do Fogo



Fonte: Elaborado pelo autor.

⁶⁶ Ceiça Pitaguary, personalidade conhecida e dona de forte expressividade no movimento indígena do estado e da região nordeste. Militante no movimento indígena desde a juventude, ocupou assento na APOIME, APIB e é secretária da Federação Cearense de Povos Indígenas.

Ao passar da Rua do Fogo, temos, à direita, a sede da Associação dos Produtores Indígenas Pitaguary (APIPY), prédio de um só vão, onde se realizam reuniões de interesses coletivos e particulares dos associados. Adiante, logo após uma curva, temos um vasto mangueiral, local que a população e lideranças lembram, de certa forma até saudosista, do tempo em “essa terra era bem tratada, era bonito de se vê. Como relatou uma indígena certa vez, “tudo era capinado, tudo era limpo. Hoje os índios tem a terra, mas não cuida, não zela”⁶⁷

Figura 9 - Mangueiral, lembrado com saudosismo pelos mais antigos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Hoje, o mangueiral é bastante procurado nos períodos da safra entre novembro de dezembro pela população local e visitantes para a colheita e posterior consumo ou venda de mangas. É também do mangueiral que muitos produtores Pitaguary retiram frutos para entregarem ao Programa de Aquisição de Alimentos gerenciado pela Secretaria de Assistência Social (SASC) do município esse produto.

Prosseguindo, mais a frente, temos o CRAS Indígena, inaugurado em dezembro de 2010, e o polo base, inaugurado em 2006. Ainda serpenteando pela desgastada estrada de asfalto, nos deparamos com casas antigas construídas no tempo do lendário do Sr. Araripe⁶⁸, figura emblemática nas memórias Pitaguary e que, embora depredadas pelo tempo, conseguem ainda manter o seu ar de nostalgia. Logo após esse conjunto de casas, em número

⁶⁷ Fala de uma indígena em uma das muitas conversas sobre o tempo em que a terra indígena era administrada pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará -EPACE, ligada a Secretaria de Agricultura do Estado. Tinha como objetivo principal desenvolver tecnologias para o meio rural.

⁶⁸ O Doutor Araripe é uma figura determinante na construção sócio histórica dos Pitaguary. Os mais antigos sempre o têm como referência de ordem e domínio do local. A data de sua chegada é imprecisa, os mais velhos do local que hoje tem uma média de 70/80 anos, relatam que quando nasceram ele já estava. Sua presença na localidade teve um objetivo que foi o de cuidar da produção agrícola de terras controladas pela Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará.

total de 04, nos deparamos, à esquerda, com as ruínas de dois blocos formados por várias salas administrativas. O Cambeba ou Cambebinha⁶⁹ foi o antigo escritório da EPACE (Empresa de Pesquisa e Agropecuária do Ceará) na década de 1980 e que, posteriormente, na década de 1990, foi utilizado pela polícia militar do Ceará. Essa antiga construção também delimita a região, que passou a ser conhecida como “Estado”⁷⁰.

Figura 10 - CRAS Indígena e do Posto de Saúde ao fundo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Atravessando a ponte do Riacho do Meio, chegamos à região da Aldeia Central. Temos, à esquerda, o antigo horto da EPACE, hoje ocupado pela família do Sr. Nelsinho, antigo servidor daquele órgão, e que mantém o cultivo e venda de espécies frutíferas e ornamentais. Nesse espaço também se encontra uma Igreja Universal do Reino de Deus, o que demonstra a diversidade religiosa entre os habitantes do local. O Território Pitaguary, em Maracanaú-CE, possui 04 igrejas evangélicas (03 na aldeia Santo Antônio e uma no Horto) 01 templo católico (a aldeia Santo Antônio) e dois centros de umbanda (01 no Santo Antônio e outro no Horto).

Logo após, nos deparamos com o coração das aldeias unificadas ou como é mais conhecido, o “Estado”, um charmoso espaço formado por uma vila de casas localizadas à esquerda e quatro outras maiores que, sombreadas por antigos pés de benjamim, nos inspira uma nostálgica sensação de início de século, imagem que se fortalece pelo chão recoberto por paralelepípedos. Este parece ser o “centro”, o coração desta terra indígena. Neste perímetro, quase em formato de circunferência, existe um pequeno portão de ferro no canto esquerdo

⁶⁹ Cambeba ou Cambebinha é uma analogia ao centro do poder, uma analogia ao Centro Administrativo de Estado do Ceará, Cambeba localizado em Messejana - Fortaleza.

⁷⁰ O “Estado” rem para os Pitaguary um significado de poder, de imposição, de ordem. Lembram da forma como tratados pelos agentes públicos em especial no tempo em que o local abrigou parte do departamento de polícia responsável pela cavalaria.

entre algumas casas e um antigo muro. Ao adentrarmos nesse portão, vamos nos deparar com uma área de mata, repleta de árvores e córregos.

Andando algumas centenas de metros, chegaremos à Mangueira Sagrada. Ao redor, existem inúmeras outras mangueiras, porém, está se destaca entre todas por ser a maior e mais antiga. Seus galhos se espalham por todas as direções. Alguns não suportam o peso e tocam o chão. Outros se erguem imponentemente, não deixando transparecer a antiguidade de tal beleza natural. Diversas narrativas fazem parte da memória e da oralidade dos Pitaguary sobre esta árvore centenária (PINHEIRO, 2002). Configurando-se, assim, como um importante espaço simbólico e performativo para os rituais, festas e encontros - ou seja, construindo a própria etnicidade do grupo.

Historicamente os Pitaguary realizam, no pé da mangueira, um ritual na manhã do dia 12 de junho - às vésperas do dia de Santo Antônio, que, no calendário católico é comemorado no dia treze. A direita deste local fica a entrada para o local mais sagrado dos Pitaguary: a Mangueira Centenária⁷¹. O espaço da Mangueira Sagrada pode ser traduzido como um canto onde tudo no entorno parece silenciar, talvez em respeito a tudo o que ela representa para a etnia. É o espaço que congrega tudo o que os Pitaguary acreditam e é a representação viva da sua ancestralidade. É uma espécie de documento vivo, de prova da história desse povo.

Retornando a única via que corta a região, encontro, coroando o local, a famosa “Casa do Alto”, antiga residência do Dr. Araripe construída sobre um pequeno elevado de pedras e com a arquitetura dos antigos casarões de fazenda possui uma vista privilegiada onde, em dias claros da sua varanda, podemos ver no horizonte, prédios em Fortaleza e picos de dunas da Praia do Futuro. Hoje, o local é tanto a casa de apoio do povo Pitaguary⁷², como morada da família Guedes. Esta ampla estrutura, entre os anos de 2006 e 2010, também foi sede do CRAS Indígena, quando ocupamos 03 dos 08 cômodos da edificação. Descendo na lateral esquerda da casa do alto, encontramos um dos espaços mais utilizados pela

⁷¹ A Mangueira Centenária é o local de maior caráter religioso e político da etnia. De acordo com a oralidade nativa, o local era onde os índios revoltosos eram castigados e, muitas vezes, mortos. Comemora-se nos dias 12 de junho a Celebração à Mangueira centenária. Na ocasião, os Pitaguary se reúnem e cantam, dançam em homenagem aos antepassados. É a maior festa da etnia. Com a morte do cacique Daniel, em 2016, as celebrações estavam suspensas.

⁷² As casas de apoio são comuns entre os povos indígenas do Ceará. Parece que foram construídas a partir da atividade do “movimento indígena”, isto é, concebidas como espaços de recepção e reunião nas situações sociais internas e entre os povos. Casa que foi reformada com o financiamento de parte da verba da indenização da CHESF

comunidade: a palhoça Pitaguary.⁷³ Estendendo-se no quintal o “serrote”⁷⁴, ponto de partida de trilhas para aqueles que desejam chegar até as pedras do frade e do urubu onde se tem vista privilegiada de parte de Maracanaú e Maranguape.

Figura 11 - Casa do Alto



Fonte: Elaborado pelo autor.

Continuando esta incursão pelas terras Pitaguary, temos à frente uma estrada de duas mãos: à direita, segue em direção ao açude, Igreja Santo Antônio, Escola Indígena e Aldeia Nova é feita de paralelepípedo; a que fica à esquerda, retorna daquele local e é de terra batida. Chama a atenção a prolongação de um muro com arquitetura de arque duto localizado na via esquerda e que se estende desde o açude. Trata-se de uma antiga construção que canalizava a água do açude para a utilização doméstica e irrigação da agricultura na região “Estado”, atingindo, também, o mangueiral citado anteriormente. Atualmente, o canal que transportava água, leva canos de água oriundos dos poços profundos que fazem o abastecimento local, se estendendo até as casas do “estirão”. Ao fim dessa bifurcação, nos deparamos com a imponente parede do açude⁷⁵, a levar o nome do lugar. E desse mesmo ponto, temos os acessos às outras duas aldeias que fazem parte do “complexo territorial” do Santo Antônio. E olhando a esquerda em um declive, encontramos a lapinha do Santo Antônio, um oratório de pedra que faz parte do processo central da toponímia do local.

⁷³ Um espaço em formato de oca com 22m², que recebe reuniões da comunidade, visitantes, órgãos governamentais, etc.

⁷⁴ De acordo com a acepção nativa, serrote designa uma pequena serra ou morro.

⁷⁵ A data da construção do açude é imprecisa.

Figura 12 - Antigo aqueduto e estrada que liga a Aldeia Central as Aldeias Santo Antônio e Nova



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tomando o percurso à esquerda, que passa ao lado da parede da barragem⁷⁶ e segue margeando parte do açude, estaremos no caminho que nos leva a Aldeia Santo Antônio, com sua economia baseada na agricultura de hortifrúti, criação de galinhas, porcos e leguminosas que são vendidas em sua maioria para o PAA-Compra Direta. Também encontramos pessoas que estão na economia informal, realizando pequenos bicos de faxina, artesanato (cordões e colares de semente de linhaça), pedreiros, dentre outros.

Figura 13 - Imagem do açude Santo Antônio



Fonte: Elaborado pelo autor.

⁷⁶ Se faz necessário colocar que com muita frequência a população torna sinônimo as palavras açude e barragem. Não há, para eles, uma distinção de significado.

Nessa região, local de morada de alguns dos “Troncos Velhos” da etnia Pitaguary, residem Sr. Alcides e sua esposa D. Mazé que, ao abrirem todas as manhãs a porta de entrada da sua rústica casa de taipa, se deparam com o majestoso açude a lhes saudar bom dia. É na margem do açude que muitas mulheres, principalmente dos “bola” e dos “fulô” que se reúnem a tarde, após o cumprimento das atividades domésticas, para rirem, disputarem, brigarem e se reconciliarem nas divertidas jogadas de bingo ora debaixo das copas das árvores à margem do açude, ora no alpendre do “cumpade ciço”.

A estrada agora de terra batida, condiz com o registro de endereços da conta de luz daqueles que possuem esse serviço. “Estrada do Santo Antônio”, e é essa estrada que nos faz ter excelentes ângulos daquele que é externamente a representação simbólica da localidade⁷⁷. E é essa mesma estrada que nos leva as residências das famílias “Eduardo”, outro “tronco velho” de fundamental importância no trabalho de referenciamento e reconhecimento territorial da FUNAI no início da década de 1990. Criado nas matas do lugar, soube, como ninguém, orientar as incursões para a delimitação da área indígena. Quando perguntado como ele sabe de tudo isso, de cada ponto, ele sempre responde *“meu pai me ensinô. Ele dizia: menino! Vê se aprende desde cedo, nós tem saber até onde vai nossa terra, nosso lugar”*. Depois dos “Eduardo,” encontramos os “Gonçalves” sempre alegres e de prosa fácil. E, por fim, a estrada termina no “terrero”⁷⁸ de D. Ziza, uma senhora a quem todos se referem com muito carinho. Após a estrada, e contornando a lateral da casa de D. Ziza, começa a vereda que dá acesso ao sítio do Sr. Honório, lugar onde a água sempre gelada da serra mata a sede do doce das frutas que se pode colher no seu pomar.

Retornando para o fim da bifurcação já mencionada e optando em seguir em frente pela estrada de calçamento, logo após o aclave, encontram-se as casas do falecido Cacique Daniel e da sua cunhada, D. Livramento. Vizinho à casa de D. Neném, viúva do Cacique Daniel, fica a imponente estátua em bronze erguida pela prefeitura do município, em 2012, em homenagem àquele que foi o primeiro cacique da etnia após o reconhecimento étnico do governo federal e que se destacou no movimento indígena estadual e regional. Mais à frente, antes de chegarmos aos pés da Estátua de Santo Antônio, temos uma pequena estrada que dá acesso a um descampado à margem direita do açude. Nesse local, mulheres da Aldeia Nova costumam ir lavar louças e roupas. Essa pequena estrada também nos leva até as casas

⁷⁷ Quando nos reportamos a imagem da localidade a população sempre faz referência ao açude, deixando as especificidades étnicas e seus símbolos como a cafua e a Mangueira Centenária com poucas menções.

⁷⁸ Expressão comum em comunidades interioranas que indica a parte próxima à porta da casa.

de D. Firmina e Angélica, pontos privilegiados para a contemplação do açude e do conjunto de serras que o rodeia.

Poucos metros após a “Praça do Cacique”⁷⁹, chegamos aos pés de um morro, onde se localiza a estátua de Santo Antônio, com os seus aproximados 10 metros de altura. Na base da imagem um altar para as celebrações em sua homenagem. No cume desse morro está uma das pérolas do local, a Igreja de Santo Antônio⁸⁰, cujo acesso é realizado por uma estreita estrada de calçamento. No percurso da subida a visão do caminhante vai se abrindo para novos e encantadores ângulos da Terra Indígena Pitaguary.

Figura 14 - Imagem de Santo Antônio



Fonte: Elaborado pelo autor.

⁷⁹ Local onde está situada a estátua do cacique Daniel.

⁸⁰ De acordo com Regiane, indígena Pitaguary e participante ativa do movimento religioso local a igreja de Santo Antônio foi levantada no começo dos anos 1770. O templo possui três portas principais e duas laterais. No seu interior encontramos o piso em tijolo vermelho e as telhas sustentadas por caibros e ripas de carnaúba. O altar obedece ao estilo tradicional, dividido em três nichos, um maior no centro destinado ao patrono do local e outros dois menores destinados em sua maioria para imagens de Jesus e sua mãe, Maria.

Figura 15 - Igreja de santo Antônio do Pitaguary



Fonte: Elaborado pelo autor.

Do pátio do templo religioso de estrutura simples que nos envolve de nostalgia e paz, datado de 1787, século XVIII, temos uma visão: da cadeia de serras⁸¹ que envolve como um abraço essa terra, da totalidade do espelho d'água do açude e ainda se pode avistar as cidades de Maranguape e Fortaleza e as estradas e trilhas que serpenteiam o local. Desse ponto, também podemos vislumbrar outros locais que contam e fortalecem a história de luta e resistência dos Pitaguary: as pedras do letreiro e do urubu. Do lado esquerdo da igreja, encontramos o pequeno e maltratado cemitério da localidade.

Figura 16 - Vista aérea a partir do pátio da igreja do Morro do Urubu



Fonte: Elaborado pelo autor.

⁸¹ É dessas serras que os Pitaguary tiram a matéria-prima do artesanato de palha (a comunidade faz suas vestimentas de dança, enfeites de cabeça, bolsas, vassouras e abanos), barro para a confecção de cerâmica, madeira e sementes para a confecção de colares e outros adornos.

Descendo o pequeno serrote e serpenteando, conforme a estrada nos guia, temos mais à frente à Escola Indígena do Povo Pitaguary⁸², inaugurada em 2002, como forma de garantir um ensino diferenciado à população e perpetuar o legado cultural da etnia e também marco do início do perímetro da Aldeia Nova e das lutas pelo reconhecimento étnico e territorial. Em frente à escola fica ponto final do ônibus 060 (Fortaleza/Pitaguary) e a velha mangueira, local de antigas e novas reuniões de comunidade. Após esse ponto existe uma estreita estrada de terra batida que leva a mais algumas casas e faz fronteira com o município de Maranguape, terras do sítio da empresa Ypióca (do complexo turístico Ypark).

Há bastante tempo os moradores da Aldeia Nova sofrem com o abastecimento de água na região, gerando inúmeras dificuldades práticas cotidianas além de doenças. Descendo a pequena ladeira após a escola, entramos nos domínios da Aldeia Nova, *marcadamente o território considerado mais pobre de todas as aldeias que compõe a Terra Indígena Pitaguary*. O terreno local parece ser mais árido do que o restante do território. Chama a atenção o maior número de casas de taipa, principalmente quando se toma a conhecida “estrada do sítio do Dr. Hugo⁸³. Nesse local moram cerca de 60 famílias, grande parte com o mesmo tronco genealógico, e que vivem da agricultura, de trabalhos informais/ precarizados e de programas de transferência de renda, com destaque ao Bolsa Família.

Seguindo em frente, pela mesma estrada que passa ao lado da escola, encontraremos a “granja”⁸⁴, bem como uma outra igreja evangélica administrada pelo sorridente Sr. Silas, o qual tem como vizinhas, Luciana, grande produtora de verduras do local, e D. Quinha com seu famoso orgulho de ser mãe de 12 filhos “*todos criados na base do feijão, farinha e castigo, quando precisavam*”⁸⁵. Mais abaixo, descendo a ladeira, iremos encontrar mais à frente a extrema da Terra Indígena com o sítio Ypióca.

A descrição do território Pitaguary para além da narração de cada ponto, trecho ou percurso é repleta de simbologia traduzida nas memórias das falas dos indígenas sobre o processo cronológico e os fatos que marcaram o que hoje ele é e representa. Nesse sentido, Almeida (2008), ao trabalhar o processo de territorialização, indica que “processo de territorialização, tenta propiciar instrumentos para compreender como os territórios de pertencimento foram sendo construídos politicamente através das mobilizações por livre

⁸² Essa escola veio em substituição a primeira escola da localidade e denominava-se Coaba.

⁸³ Um juiz aposentado que durante muitos anos teve sua residência nos limites com a Terra Indígena Pitaguary.

⁸⁴ Local que em parceria com uma famosa empresa de criação de frangos, recebe essas aves para engorda e posterior abate.

⁸⁵ Fala de D. Quinha.

acesso aos recursos básicos em diferentes regiões e em diferentes tempos históricos” (p.118). E continua sua reflexão afirmando que todo esse processo:

é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. As relações comunitárias neste processo também se encontram em transformação, descrevendo a passagem de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva. A chamada “comunidade tradicional” se constitui nesta passagem. O significado de “tradicional” mostra-se, deste modo, dinâmico e como um fato do presente, rompendo com a visão essencialista e de terras de quilombos, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto (ALMEIDA,1988:118).

Construí, aqui, um esforço de descrição do território indígena Pitaguary, de maneira a melhor situar e viabilizar a interpretação dos dados extraídos da base do CadÚnico sobre essa população, com foco nas condições de pobreza multidimensional. Contudo, antes de expor a sistematização destes dados, realizei uma pequena reconstrução da cena sociopolítica brasileira no período temporal da pesquisa. Dessa forma, busquei destacar como determinados aspectos da conjuntura macro societal brasileira tencionam a vida cotidiana destas populações e, em especial, têm condicionado processos de agudização da pobreza multidimensional experienciada pelos povos indígenas em seus territórios vividos.

3.3 As condições sociopolíticas do Brasil no período temporal da pesquisa

Compreende-se que os (as) demandatários (as) e/ou público-usuário da PNAS sentem, de forma mais agudizada, as refrações oriundas dos direcionamentos e processos de sociopolíticos e econômicos da conjuntura nacional destes anos 2000. As inflexões por estes provocados em seus cotidianos acabam por impulsioná-los na busca do sistema de proteção social do Estado, na perspectiva de acessar mecanismos de atenuação e/ou melhoria das condições de precariedade de existência, em contexto de (des)proteção social ampliada no Brasil.

No transcurso da pesquisa realizada nesta dissertação, mediante o acesso e sistematização de dados do Cadastro Único de Programas Sociais (CADÚNICO) do governo federal, foi possível identificar as condições de pobreza de indígenas do território Pitaguary no período de 2014 a 2019. Período de intensa crise estrutural do capitalismo mundializado e, em termos de Brasil, marcado por forte movimentação conjuntural com a retração da economia, aumento de juros, com impacto na abertura de negócios, déficit fiscal do Estado;

contrarreformas estatais no campo das políticas públicas sociais, com retração e/ou cortes no orçamento público na área social, desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, retração na área social em coadunância com o avanço do ultra neoliberalismo. Aspectos impactantes que tendem a ampliar e complexificar as condições de pobreza/extrema pobreza neste país e que, mesmo tempo, tenciona o Estado a oferecer respostas voltadas a atender às demandas sociais postas. Todavia, em termos do governo federal, tais respostas alinham-se à perspectiva minimalista de proteção social.

Mas será que existe uma relação, uma interface entre o que o governo percebe, espera e/ou aponta como caminhos possíveis e o que a população compreende como “a alternativa”? É nesse jogo de sentidos e significados que expomos o período conjuntural entre 2011 a 2018, período dos governos Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018) enquanto mediação necessária para melhor compreensão e interpretação de seus impactos nas condições socioeconômicas no território indígena Pitaguary.

3.3.1 O Programa Brasil Sem Miséria do governo Dilma Rousseff: a focalização na extrema pobreza

Eleita como sucessora do presidente Lula em 2011, a presidenta Dilma Rousseff continuou com a estratégia do governo Lula de desenvolvimento da economia, controle e diminuição da inflação e o olhar atento para os programas de enfrentamento a pobreza com destaque para a extrema pobreza. Dilma assume o executivo em um cenário nacional de indicadores macroeconômicos satisfatórios, mesmo em um contexto de paulatina recuperação da economia mundial decorrente dos impactos da crise e do descompasso mundial de 2008. Contudo, ao adotar ações que se entrelaçavam entre políticas de ajuste e neodesenvolvimento caracterizadas basicamente pela flexibilização do regime de metas de inflação e crescimento do produto interno, ocorreu uma deterioração da confiança na economia o que acarretou em um ambiente de incertezas marcado pela não reação dos investimentos privados e no descompasso entre a demanda e a oferta. (CURADO & NASCIMENTO, 2015).

O enfrentamento à pobreza no governo de Dilma teve como destaque a política de transferência de renda. O destaque nesse campo da proteção social foi o lançamento do “Plano Brasil sem Miséria” em 2011 cujo objetivo era erradicar a pobreza do país através da inclusão dos “invisíveis” sociais, compreendido como as famílias e indivíduos com renda mensal inferior a R\$ 70,00. Com forte dimensão ética o Plano era influenciado pelo incentivo à

geração de renda, capacitação para o trabalho, intermediação de mão de obra, estímulo a economia solidária e ao empreendedorismo. (PLANO BRASIL SEM MISÉRIA,2011).

Foi nesse período que o Cadastro Único⁸⁶, referência para a coleta de dados dessa pesquisa, tornou-se o principal instrumento de identificação e acesso de indivíduos e famílias aos programas projetos e serviços direcionados ao público prioritário do plano. Isso implicava que a mão do Estado procurava alcançar as regiões menos favorecidas, nas quais as oportunidades de inserção no mercado e a falta de serviços públicos fazia parte do cotidiano de sujeitos e comunidades.

Reconfigurado em sua proposta original, o programa Bolsa Família no Plano Brasil sem Miséria, conseguiu ampliar de imediato o acesso a 800 mil famílias em extrema pobreza⁸⁷, promovendo uma melhora nas condições de vida através da transferência de no mínimo R\$ 70.00 por família. Em 2012, ao implementar um benefício com valor variável baseado na severidade da pobreza, ou seja, quanto menor a renda, maior o valor pago, fazendo com que todas as famílias beneficiadas ultrapassassem a linha da pobreza extrema. Inicialmente direcionado às famílias com crianças e com cobertura posterior àquelas com adolescentes, o benefício atingiu em 2013 a todas às famílias em extrema pobreza, o que implicou em 22 milhões de brasileiros beneficiados. (IPEA,2014:16). Contudo, os recursos financeiros repassados às famílias ainda eram inferiores para a satisfação das famílias beneficiárias.

Destaque-se que foi no governo de Dilma que a política de assistência social passou a ter um formato normativo e regulador. Nesse período a Lei Orgânica da Assistência

⁸⁶ Cadastro Único () para Programas Sociais “é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal” (MDS., 2008, p.89), garantindo assim a proteção social enquanto parte constitutiva da seguridade social, assegurada na Constituição de 2008. Criado em 2001 e regido por meio do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, o Cadastro Único foi implementado concomitante ao momento em que os programas de transferência direta de renda se iniciavam, com expectativa de que fossem um eficaz instrumento de enfrentamento à pobreza. Entretanto, para tal enfrentamento, era necessário identificar a população nessa condição e implementar uma ação única e integrada que evitasse a sobreposição de ações e a duplicidade de registros.

⁸⁷ **O conceito de pobreza** adotado pelo governo Federal é balizado pela definição de pobreza do FMI, que caracteriza pobre toda pessoa que vive com menos de US\$ 1,50 por dia, mais as informações do Censo aplicado a Pesquisa nacional por Amostra do Domicílios –PNAD. Desse parâmetro tem-se que a pobreza é a incapacidade de uma pessoa em sobreviver como um mínimo necessário para a sua sobrevivência biológica. **O conceito de extrema pobreza** torna esse quadro mais agudo, portanto, pode ser entendida como um conjunto de condições que, para além da questão biológica, envolve aspectos materiais e que também comprometem a sobrevivência, tais como: falta de banheiro de uso exclusivo, não ter residência com ligação da rede geral de esgoto ou fossa séptica, não ter acesso a água potável, estar em área rural sem condições de acesso à rede geral de distribuição de água, poço ou nascente, não ter energia elétrica, ter pessoas analfabetas na composição familiar, a residência ter pelo menos três moradores de até 14 anos de idade ou ter pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade. (MDS, 2010, p. 14).

Social, foi alterada pela Lei. 12.425/2011 a qual incorporou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), organizando-o em programas, projetos serviços e benefícios, possibilitando o reconhecimento das responsabilidades, organização, competências, financiamento e os mecanismos para a provisão de recursos importantes para o funcionamento desse sistema. Essa estruturação foi uma grande conquista para a organização e institucionalização dessa política.

Nessa alteração e como forma de organizar a proteção social, esta foi dividida em básica e especial, definindo assim os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros Especializados de Referência da Assistência Social (CREAS), ambas unidades públicas de atendimento e referência para a realização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Ainda nessa perspectiva de organização de fluxos também foram incluídas as relações com as entidades prestadoras de serviço e ações no campo da assistência social, que passando a englobar a rede socioassistencial tiveram que oficializar seus vínculos com o SUAS, via processos de certificação.⁸⁸

Embora os governos petistas tenham promovido uma nova abordagem no campo da proteção social no Brasil, com a implementação do SUAS e a formatação da rede socioassistencial territorializada como forma de chegar o mais próximo dos sujeitos em situação de desproteções, na questão sobre a universalização dos direitos não conseguiram avançar. Essa imobilidade foi fruto de questões políticas internas, da manutenção de práticas clientelistas, corporativistas e na falta de uma maior articulação entre as esferas federal e municipal, bem como nos entraves para uma participação mais incisiva da sociedade civil. (FONTENELE,2016:86).

Alves (2013), indica que um outro fator para a ampliação de garantias sociais universais, foi a manutenção nos governos petistas de traços de uma política neoliberal, representados pelas metas inflacionárias, o câmbio flexível e a preocupação com o superávit primário, mesclado a uma perspectiva de reforma social, apostando no desenvolvimento econômico, aumento de gasto público e em programas de transferência de renda. Porém essa mesclagem se deu sob uma manutenção de um formato de uma governança tradicionalmente sistêmica caracterizada pela estrutura burocrática e baseada no poder do capital e da articulação política.

⁸⁸ A Lei 12.101/2009 modificou a forma de certificação das entidades socioassistenciais, bem como tratou da isenção de contribuições e impostos. Essa lei ao ser regulamentada pelo Decreto nº 7.237/2010, retirou do Conselho nacional de Assistência Social a competência por essas certificações.

Na área social isso se expressou em um compromisso de combate à fome, pobreza e miséria, mas sem embates com o bloco hegemônico do poder. Isso demonstrado pela própria expansão da proteção social e seus equipamentos que em 2016, chegavam a 8.240 unidades distribuídas entre CRAS e CREAS. Todo esforço das políticas sociais petistas foi dotar de suportes mínimos de existência o enorme contingente populacional, dando aí a possibilidade de vislumbre do que seria de fato uma intervenção do estado no campo social, encontrou nesse árduo esforço o embate com forças políticas comprometidas com a reprodução de grupos econômicos, oligopolistas e financeiros do capital trans nacionalizado.

Como indica Costa (2018):

a lógica desenvolvimentista que opera resistência mínima ao capital e aos interesses a ele vinculados desenvolveu-se, nos últimos anos, criando as condições para a governabilidade nos limites de uma política de reforma parciais efetuadas por meio de acordos com o que existe de mais rançoso e atrasado nas oligarquias regionais e ao optarem por esses caminhos os governos petistas anunciaram sua própria tragédia (p.54).

3.3.2 Michel Temer: a ponte para o futuro das desproteções sociais

A crise no Brasil gestada pelo descompasso entre os setores políticos e econômicos se intensificou em 2016 quando o então vice-presidente de Dilma Rousseff, assume de forma interina o executivo nacional. Fruto de uma ardilosa articulação das forças mais reacionárias da política brasileira que em um plano mega estruturado forçou a instalação do impeachment contra a então presidenta.

Dilma, que foi eleita em 2015⁸⁹ para seu segundo mandato pelo Partido dos Trabalhadores e em articulação com outras agremiações partidárias que objetivavam a manutenção da proposta política e econômica do primeiro mandato, logo passou a sofrer um embate com as forças reacionárias que tentaram pôr em descrédito as ações do seu governo e para isso utilizaram de adulteradas de sentido ou de subterfúgios jurídicos e políticos. Dentre essas estratégias de descrédito estão o direcionamento das contas de campanha, a imposição da dúvida sobre a lisura do processo eleitoral, a criminalização de práticas no orçamento, o qual já havia sido anteriormente aprovado pela justiça eleitoral. De forma objetiva o impeachment foi ancorado nas denúncias de crime de responsabilidade fiscal, denominada de

⁸⁹ Dilma Rousseff e Michel Temer, seu vice-presidente, foram reeleitos em segundo turno da eleição de 2014, com 51.64% dos votos válidos. A chapa encabeçada pelo partido dos trabalhadores, tinha apoio do PMDB, PP, PR, PDT e PROS.

“pedaladas fiscais”⁹⁰, e pela edição de decretos⁹¹ para abertura de créditos sem a prévia autorização do Congresso Nacional. Após três meses e com o país dividido sobre a legalidade desse processo, em 31 de agosto de 2016 com um placar de 61 votos a favor do afastamento e 20 contra o impedimento, a presidente Dilma é considerada inapta para o exercício no posto de maior representação política do Estado, a presidência da república.

Ao assumir o poder o até então vice-presidente Michel Temer, lança através de um pacote de medidas via PEC 55⁹² que traduzindo a retórica de crescimento econômico trouxe sérias imposições aos gastos públicos, com vigor a discussão sobre a reforma da previdência social e a reforma trabalhistas com o enfraquecimento da luta dos trabalhadores e a consequente retirada de direitos historicamente conquistados. Na área social os impactos se deram principalmente para os mais pobres, principalmente pessoas com deficiência e idosos que pleiteiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC), deixando às claras que a previdência social se tornou um incômodo para a expansão neoliberal, a qual vai contra a garantia de segurança a jovens, idosos, trabalhadores do campo e da cidade, do setor privado ou público.

A posse de Temer, resultou no rompimento do processo democrático brasileiro e abriu caminho para a instalação de um capitalismo ultra selvagem manipulado pelas forças do capital, o que representou a volta do país a posição submissa do capital financeiro internacional e a consequente instalação para a barbárie capitalista no Brasil através das estratégias para se alcançar a flexibilização econômica, a redução de gastos do Estado e os ajustes fiscais (CARVALHO, 2017). Todas as diretrizes desse plano de desmonte do projeto petista, ficou registrado no documento intitulado “Travessia Social- Uma ponte para o futuro” de 2015 utilizado para chamar a atenção do empresariado e entidades patronais e formatar uma aliança política em torno de Temer e a consequente aprovação do impeachment de Dilma Rousseff.

⁹⁰ Nome dado às práticas do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos, públicos e privados, financiadores da despesa do governo com benefícios sociais e previdenciários como o Bolsa família, abono salariais e o seguro-desemprego. Esses atrasos ajudam a fechar as contas de um determinado mês ou até de um ano fiscal, uma vez que joga as contas para o período seguinte. Essas estratégias também podem ser realizadas por instituições como INSS. Fonte: www.cartacapital.com.br/politica/perguntas-e-respostas-pedaladas-fiscais-e-o-julgamento-do-tcu-5162.html. Acesso em: 25 fev. 2020.

⁹¹ Os decretos presidenciais, precisam previamente passarem pelo Congresso nacional para aprovação, diferentemente das medidas provisórias em que o presidente pode determinar por um período de seis meses uma determinada ação. Nesse caso o congresso tem até seis meses para avaliá-la, aceitar ou recusar como decreto.

⁹² Projeto de Emenda Constitucional -PEC.

No referido documento fica evidente a postura ortodoxa da proposta liberal, ao indicar que uma política social para ser efetiva deve priorizar a inserção das pessoas nas novas configurações do mundo do trabalho, sem que haja o protecionismo do Estado. Assim as políticas de transferência de renda deveriam voltar-se para os 5% mais pobres e miseráveis que por questões individuais não conseguiram sua integração junto a sociedade. Aos demais, mesmo que em situação de vulnerabilidade, deveriam buscar auxílio nos setores privado e na inserção no mercado de trabalho. Com claro objetivo de esvaziamento das conquistas sociais oriundas dos governos petistas, a nova adotada não só buscou o desmonte de direitos sociais, mas estrategicamente promoveu um processo pedagógico de desqualificação social das políticas sociais do antigo governo. Esse retrocesso trouxe de imediato para o âmbito da assistência social o retorno da figura da primeira-dama como a responsável pelo direcionamento das ações de caráter social no país. Isso se esboçou através do lançamento do “Programa Criança Feliz”, via Decreto presidencial nº 8.869/2016, que designava a primeira-dama do país como a representa ou embaixadora do voluntariado. Para além de um retrocesso na assistência social, a proposta social de Temer, ressuscita elementos históricos de práticas voluntaristas, assistencialistas e acima de tudo conservadoras, o que se contrapõem ao preconizado no SUAS.

Carvalho (2017), em uma fala feita a profissionais do SUAS em Maracanaú/CE, caracterizou o momento como sendo “um momento de desproteção social, inseguranças de toda ordem e insatisfação popular. A rigor, vive-se no Brasil do presente, uma situação insustentável e perigosa, social, econômica e politicamente” e continuou seu pensamento afirmando que esse momento histórico é decorrente da revolta de setores oligárquicos tradicionais que opondo-se à política de inclusão dos governos balizada por um pacto conciliatório materializado

por um lado, no apoio irrestrito aos interesses do capital, em suas composições orgânicas, notadamente o capital rentista com o capital do neo extrativismo e, por outro lado, na inserção pontual dos segmentos populares via políticas de enfrentamento à pobreza, alterando o próprio tecido social brasileiro, com a ascensão de segmentos dos setores populares pela via do consumo. (p.04)

Se o impeachment articulado, ocasionou um golpe na frágil democracia brasileira, mostrou por outro a pouca articulação dos governos petistas ao longo dos 12 anos em construir uma base popular hegemônica de lastro suficiente para enfrentar e confrontar a institucionalidade da ordem burguesa.

É nesse cenário mascarado pela crise de recita fiscal, do desequilíbrio entre despesas e recitas e má distribuição de recursos, que a direita brasileira retoma o poder

executivo desqualificando as investidas do Estado em nome de uma maior equidade social e promovendo o mercado como o grande regulador de condições de vida. As incertezas do período foram muitas e nos mais variados setores político, econômico, social e cultural. O desmantelamento de políticas pró-povo ocorreram de forma ora silenciosa, ora abertamente afrontando conquistas sociais, rasgando o texto constitucional. A herança neoliberal dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, pareceu ter sofrido um revés com o advento dos governos Lula e Dilma. Se Lula encontrou terreno para um projeto de governo que priorizou a desigualdade social em suas faces mais duras como a miséria e a pobreza, Dilma por seu turno encontrou dificuldades para a manutenção do pacto social pelas refrações das crises econômicas e políticas do capital financeiro e a Temer coube o preço de uma rejeição popular o que provocou uma crise de legitimidade sem precedentes, pondo em risco inclusive a democracia brasileira, onde tanto o governo como a oposição não encontravam legitimidade junto as camadas populares.

Após essa breve contextualização com fortes refrações no âmbito das famílias mais carentes, exponho um pouco sobre o papel do Cadastro Único para em seguida apresentar o perfil da população indígena Pitaguary, a partir dos dados obtidos pelas declarações dessa população junto a base do referido instrumento de mensuração das condições socioeconômicas entre os anos de 2014 e 2019.

3.4 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e os dados sobre as condições de vida dos Pitaguary

Criado em 2001 e regido por meio do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, o Cadastro Único foi implementado concomitante ao momento em que os programas de transferência direta de renda se iniciavam, com expectativa de que fossem um eficaz instrumento de enfrentamento à pobreza. Entretanto, para tal enfrentamento, era necessário identificar a população nessa condição e implementar uma ação única e integrada que evitasse a sobreposição de ações e a duplicidade de registros. Assim, era necessária a implantação de uma base de dados comum para favorecer tanto a distribuição de benefícios como para tornar a avaliação dos programas mais eficazes, conforme esclarece o documento do MDS:

Essa base de dados está direcionada à identificação da população de baixa renda; esse registro objetiva contribuir na avaliação da eficácia dos programas de redução da pobreza, por gerar uma base comum de dados, o que permite o acompanhamento das famílias atendidas pelos diversos programas. Favorece por outro lado ações integradas dos ministérios pois, ao unificar os registros, evita-se multiplicidades, o

que facilita o acompanhamento na gestão dos benefícios concedidos (MDS, 2008, p. 89).

Além de servir como referência para os diversos programas sociais de concessão de benefícios, o permite que estados e municípios identifiquem melhor os riscos e vulnerabilidades sociais⁹³ aos quais esse público está exposto. Destaca-se que o intercâmbio e a cooperação entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) permitem o aprimoramento dos processos de gerenciamento e das ferramentas do Cadastro Único.

Portanto, o Cadastro Único configura-se como um registro administrativo e não como um programa de governo, tendo por objetivo a coleta de dados e informações. Entretanto, esse instrumento não viabiliza, por si, nenhum benefício, mas, tão somente, subsidia diversos programas sociais com informações, de modo que possam viabilizar os benefícios assistenciais às famílias cadastradas.

Hoje todos os municípios brasileiros estão inseridos nessa rede, assim como todas as famílias em situação de pobreza e exclusão social estão inseridas no Cadastro Único, que fornece dados não só para o Programa Bolsa Família, mas orienta políticas nos mais diversos ministérios. Assim, o Cadastro Único tornou-se a mais apurada base de dados e importante ferramenta de planejamento e gestão de programas e políticas sociais para todas as esferas de governo.

Os dados ali condensados possibilitam o planejamento e a implementação de políticas públicas de forma mais efetiva e precisa, visto que as informações contidas nesse instrumento possibilitam a identificação e diagnóstico das reais necessidades de cada família e até dos indivíduos que a compõem.

O Cadastro Único incorpora dados relativos ao contexto socioeconômico das famílias inseridas que tenham renda per capita de até meio salário-mínimo ou renda total familiar de até três salários mínimo. Esses dados condensados geram para cada núcleo familiar um código familiar, composto por um ou vários Números de Identificação Social, o NIS. É esse número o responsável pela identificação, controle e acompanhamento da situação

⁹³ Estes são dois conceitos que orientam e organizam as ações no campo de atuação da assistência social. A definição de risco social está ligada ao agravamento das situações de vulnerabilidades levando à violação de direitos humanos e à ameaça da integridade física, psíquica e relacional das pessoas. O conceito de vulnerabilidade social volta-se para as situações que podem gerar ou levar ao risco social. Essa vulnerabilidade pode estar relacionada ao território (violência, infraestrutura precária, catástrofes naturais), coesão familiar e comunitária (isolamento, abandono, violência intrafamiliar, abuso sexual), pobreza (situação de rua, trabalho infantil, exploração sexual), raça, etnia, gênero, orientação sexual (discriminação, violência, segregação). (MDS, 2011, p. 42).

cadastral de cada pessoa inscrita no Cadastro Único. Ressalte-se que esse número atribuído a cada pessoa é pessoal e intransferível, da mesma forma que o CPF e o RG.

Ao atribuir o NIS a cada pessoa, o próprio sistema integra os dados aos sistemas do PIS/PASEP. Assim, as informações são cruzadas com os dados da Previdência Social e do extinto Ministério do Trabalho, hoje secretaria.

Para o Governo Federal, como ressaltado acima, todas as famílias em situação de pobreza devem constar no, entendendo famílias pobres como aquelas que possuem privação de renda e de outros recursos necessários para a obtenção de vida que lhe permita desempenhar seus papéis na sociedade e desenvolver as potencialidades de todos os seus membros (MDS, 2008, p. 91).

Vale destacar que famílias que possuem renda superior ao definido para o seu cadastro no também podem ser incluídas nessa ferramenta, desde que sua inclusão encontre justificativa pela existência de programas nas esferas federais, estadual ou municipal, conforme prevê o Decreto 6.137/07 (art. 6º § 1º)

O artigo 7º do Decreto acima descrito informa que os dados coletados das famílias cadastradas terão validade máxima de dois anos a partir da inclusão das informações no sistema ou a cada alteração de dados realizada pela família no âmbito da renda familiar, escolaridade ou endereço.

Por ser um instrumento condensador de dados, o torna-se uma excelente ferramenta de apoio à análise qualitativa de problemas sociais vivenciados pelos grupos familiares, pois possibilita um mapeamento real das condições de vida nas áreas da saúde, educação, moradia, trabalho e renda. Essa condição faz com que a intersetorialidade⁹⁴ e a intergovernabilidade⁹⁵ sejam acionadas, “objetivando a integração e a cooperação entre diferentes programas e políticas públicas focadas no território ou público-alvo” (MDS, 2008, p. 97).

Com isso, tem-se o Cadastro Único como um dispositivo importantíssimo para ações governamentais, pela possibilidade de uma maior precisão na elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas. Além disso, estimula que as ações do governo sejam realizadas de forma integrada e compartilhada tanto com outros entes federativos como com diferentes segmentos da sociedade (Idem, p. 97).

⁹⁴ Intersetorialidade entendida como a capacidade de diálogo, integração e cooperação entre diferentes programas ou políticas públicas focadas no mesmo território ou público-alvo. (MDS.2008, pág.97)

⁹⁵ Intergovernabilidade é a integração e cooperação entre as três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) objetivando a partilha de responsabilidades e atribuições objetivando atender às premissas do pacto federativo. (Idem, pág.97).

Com um campo dedicado à marcação de famílias indígenas, o formulário do CadÚnico traz espaços para marcações específicas para indicar se as famílias são ou não aldeadas, em que Terra Indígena se encontram, bem como solicita a indicação da etnia a essas famílias. Dessa forma pode-se ter um mapeamento e gerenciamento das famílias indígenas incluídas no sistema.

Para o trabalho com populações específicas, como as indígenas, o MDS lançou em 2011 o Guia de Cadastramento de Famílias Indígenas, objetivando uma ação mais qualificada por meio do mapeamento da demanda, cadastramento e acompanhamento das famílias que se adequem aos critérios para a entrada nos programas sociais do Governo Federal.

Desta forma, o , como ferramenta de identificação e caracterização de famílias de baixa renda, é utilizado no cadastramento de famílias indígenas por serem essas, “vítimas de situação de insegurança alimentar, nutricional e vulnerabilidade social, tendo suas origens no passado colonial de nossa sociedade” (MDS, 2011, p. 26), principalmente aquelas que estão situadas nos arredores dos médios e grandes centros urbanos, onde o esgotamento dos recursos naturais se torna um imperativo para o pleno desenvolvimento de seus métodos tradicionais de autonomia. Assim, os programas sociais vêm adentrando o espaço indígena e adquirindo importância no cotidiano dessas pessoas pela ação objetiva da superação das violações que lhes foram historicamente impostas.

Conforme esse mesmo documento, nem todas as famílias indígenas devem ser cadastradas, portanto somente aquelas que apresentam situações de vulnerabilidade social decorrentes da renda auferida e/ou que apresentam insegurança alimentar e nutricional devem estar na base do Cadastro Único (Idem ibidem; p. 27).

Para além dessas situações, ainda podem ser inscritas famílias indígenas que apresentem:

altos índices de desnutrição e mortalidade infantil; altos índices de problemas de saúde entre jovens, adultos e idosos; impossibilidade de desenvolverem atividades autossustentáveis e/ou desenvolvimento autossustentável; ou que venham a realizar adesão voluntária a programas sociais e avaliação positiva do grupo quanto às condições para recebimento dos benefícios sociais, como os de transferência de renda (MDS.2011, p. 28).

Interessante destacar a indicação desse Guia para a necessidade de se conhecer esses povos, sua cultura, suas formas de ver e entender o mundo. Esse cuidado se faz necessário para que não haja confusão na definição de situações de pobreza e extrema pobreza simplesmente a partir de critérios oficiais, pois se incorre no erro de se incluir

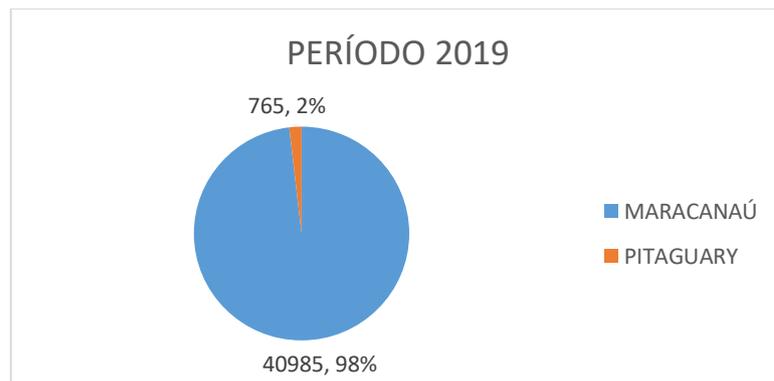
equivocadamente famílias em programas sociais gerando assim “uma situação desagregadora na organização social desses povos” (MDS. 2011, pág. 27). Contudo, esse documento não oferece uma metodologia para essa orientação, ficando sua aplicabilidade difusa ou sem efeito.

Passo agora a demonstração desse quadro de pobreza a partir dos dados captados.

3.4.1 Os Pitaguary por número de pessoas, família, domicílio, localidade e gênero no Cadastro Único

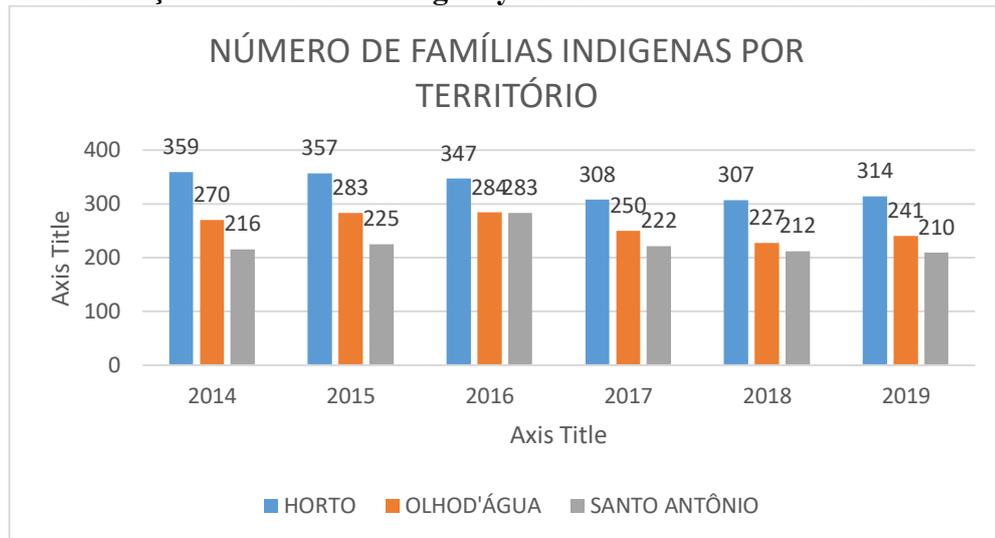
Em relação à quantidade de famílias inclusas no Cadastro Único no município de Maracanaú/CE, o sistema indica um total de 40.014 famílias cadastradas no ano de 2019. A etnia Pitaguary corresponde a quase 2% desse total, o que significa o registro de 765 famílias, distribuídas entre as localidades do Horto, com 314 unidades familiar, Olho D’água⁹⁶, com 241 e Santo Antônio, com 210 domicílios, compondo um universo de 2.382 pessoas cadastradas. Desse universo, 1.047 são do sexo masculino e 1.335 do sexo feminino. Com relação a taxa de atualização cadastral, o CRAS Indígena atinge a marca de 88% de cadastros atualizados o que nos garante a atualidade dos dados coletados.

Gráfico 1 - Indicação das famílias inseridas no CadÚnico em Maracanaú, com destaque para as famílias Pitaguary em 2019



Fonte: Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social- GESUAS/Maracanaú/2019)

⁹⁶ Vale ressaltar que as localidades do Horto e Olho D’água possuem população indígena residente fora da Terra Indígena demarcada pela FUNAI.

Gráfico 2 - Indicação das famílias Pitaguary inseridas no CadÚnico entre 2014/2019

Fonte: Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social- GESUAS/Maracanaú: 2014-2019.

Quadro 1 - Quadro demonstrativo da diminuição de famílias no território, no intervalo de pesquisa

ANO	FAMÍLIAS CADASTRADAS	PESSOAS CADASTRADAS
2019	765	2382
2018	746	2.354
2017	780	2.523
2016	864	2.897
2015	865	2.932
2014	845	2.843

Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social- GESUAS/Maracanaú: 2014-2019. Fonte: Elaborado pelo autor.

Comparando os dados de 2014 a 2019 sobre o quantitativo de famílias, o quadro acima demonstra uma diminuição de 80 famílias no período analisado. As reduções nos intervalos descritos se deram por três razões mais específicas: a primeira em decorrência da solicitação feita pelo Cacique Daniel e lideranças que observaram um significativo volume de pessoas que procuravam o equipamento se autoafirmando indígenas sem terem nenhuma relação direta com a etnia⁹⁷. A partir de uma reunião em 2014 entre coordenação CRAS, lideranças e Cacique, ficou acertado que todas as famílias que não tivessem o número de

⁹⁷ Na época foram encontradas 1.207 famílias na base do CadÚnico com indicação de pertencentes ao território indígena. Embora o Cadastro Único opere com a noção de autodeclaração. No caso das populações indígenas é necessário que a pessoa que se autodeclara indígena, tenha o reconhecimento dessa identidade confirmada pelo grupo étnico que ela declara pertencer (Declaração Internacional dos Povos e Comunidades Indígenas - OIT, 1965). As famílias que não eram indígenas foram convidadas para uma reunião com o CRAS e lideranças a fim de ser explicada a situação, foram orientadas e encaminhadas ao CRAS mais próximo.

inscrição do Distrito Sanitário Indígena (DISEI), não eram reconhecidos como indígena, portanto não deveriam ser atendidas no equipamento.

A partir de então no campo observação do formulário do Cadastro Único, o entrevistador coloca o número do DISEI⁹⁸ da família. Em casos de exceção, as lideranças num primeiro momento emitiam uma declaração afirmando que a família era indígena para ter acesso aos serviços oferecidos pelo equipamento, contudo essa estratégia gerou algumas divergências entre lideranças e foi posteriormente abolida, mantendo-se ordinariamente o número do DISEI como indicativo da pessoa indígena; a segunda razão diz respeito a mudança de território pelas famílias em busca de melhores condições de vida em outras localidades, tanto no próprio município como em outras regiões. Essa afirmativa pauta-se nas informações coletadas pelos profissionais/cadastradores do CRAS indígena Pitaguary ao realizarem a busca ativa⁹⁹ das famílias do território e a terceira razão é justificada pela exclusão das famílias da base de dados do Cadastro Único motivada pela alteração da renda familiar, que venha a ultrapassar o teto limite estabelecido de até três salários mínimo ou pela exclusão compulsória¹⁰⁰.

3.4.2 Renda e trabalho no território Pitaguary

Quanto às condições socioeconômicas do povo Pitaguary, a partir das informações sobre renda e trabalho, o Cadastro Único indicou que no ano de 2019, das 765 famílias cadastradas, 413 vivenciavam situação de extrema pobreza, o que implica uma média per capita de rendimentos entre R\$ 0,00 e R\$ 89,00. Na situação de pobreza, o quantitativo de famílias ficou em torno de 64, indicando que a média per capita desses núcleos girou entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00. Portanto, o cadastro Único indicou, no ano 2019, a existência de 487 famílias indígenas inseridas nos patamares de extrema pobreza e pobreza, o que representa 62% do total de famílias cadastradas.

Essa indicação pareceu pouco inalterada no marco temporal (2014/2019), conforme indica o gráfico abaixo, que trata de demonstrar a linha evolutiva da extrema pobreza e pobreza entre essa população.

⁹⁸ DISEI- Distrito Sanitário Indígena, ligado a Fundação Nacional de Saúde / Ministério da Saúde.

⁹⁹ A busca ativa refere-se à procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território. (MDS. Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, 1ª ed. Brasília,2009. P.29).

¹⁰⁰ Após dois anos sem nenhuma alteração no sistema, a família é excluída da base do cadastro, o que impacta no quantitativo de famílias registradas no território.

Gráfico 3 - Demonstrativo de famílias e condições econômicas

Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social- GESUAS/Maracanaú: 2014-2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

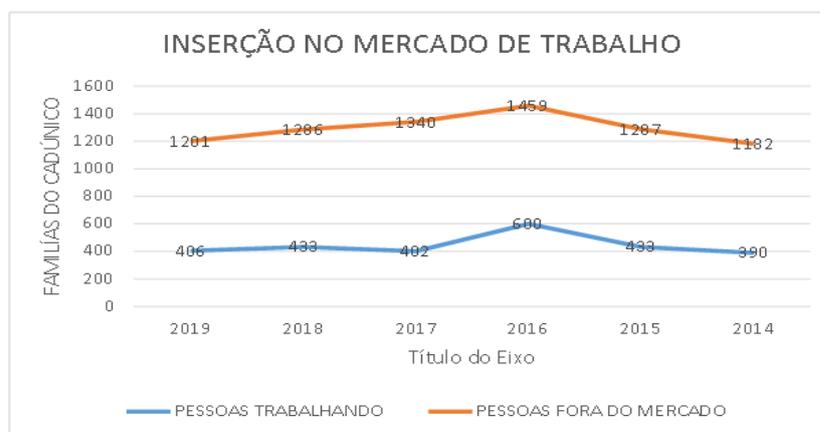
O gráfico demonstra que, durante o período em estudo, a linha das famílias em situação de pobreza permaneceu pouco inalterada entre 2014 e 2016. A partir de 2016, observa-se uma redução nos anos de 2017 a 2019 desse quadro em torno de 38% e 45% por anos correspondentes. Contudo, a saída desse contingente do quadro de pobreza representou sua descida para o grupo das famílias em extrema pobreza como demonstra o gráfico, pois salta de 350 famílias em 2016 para 394 em 2018 e fecha 2019 com 413 famílias com per capita oscilando entre R\$0,00 e R\$ 89,00. Esse aumento no quantitativo de famílias em extrema pobreza no período 2016/2019 tem como principal elemento a oscilação política econômica brasileira e suas refrações na esfera social. Em 2015, a economia já havia recuado 3,8%. Essa sequência, de dois anos seguidos de baixa, só foi verificada no Brasil nos anos de 1930 e 1931, quando os recuos foram de 2,1% e 3,3%, respectivamente. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu pelo segundo ano seguido em 2016 e confirmou a pior recessão da história do país, com uma retração de 3,6% em relação ao ano anterior. (IBGE, 2016). Nesse sentido, o IBGE confirma essa queda ao afirmar que “entre 2016 e 2017, a pobreza no Brasil passou de 25,7% para 26,5% da população. O número dos extremamente pobres, aqueles que vivem com menos de R\$ 140 mensais, saltou, no período, de 6,6% para 7,4% dos brasileiros” (IBGE, 2018).

A queda das famílias em situação de pobreza ocorre a partir de 2016, permanecendo estável entre 2017 e 2018 e com acréscimo de 19 núcleos de família em 2019 nessa situação. Esse fato nos indica o impacto lento da recuperação da economia e seu rebatimento na mudança do perfil das famílias Pitaguary, visto que economicamente o Brasil indicou crescimento a partir do quarto trimestre de 2016, quando ocorreu uma leve reação

crecente no PIB nacional que implicou num incremento na economia com a geração de emprego e renda¹⁰¹.

Corroborando com os dados acima, quando pesquisamos os índices relativos à população em idade economicamente ativa¹⁰² (idade entre 18 a 60 anos) e a inserção das famílias no mercado formal de trabalho, temos a seguinte demonstração comparativa entre pessoas inseridas e fora do mercado de trabalho no período 2014/2019.

Gráfico 4 - Informações sobre as famílias inseridas no mercado de trabalho no intervalo de tempo da pesquisa



Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social- GESUAS/Maracanaú:2014-2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2016, do quantitativo de 2.059 pessoas em idade economicamente ativa¹⁰³ cadastrada, somente 29% declararam estar no mercado de trabalho (formal e informal)¹⁰⁴, com exponencial presença, em torno de 15%, de pessoas autodeclaradas no mercado informal. O número das pessoas que se declararam fora do mercado de trabalho, no mesmo período, chegava a 71% dos cadastrados, o que representa 1.459 indivíduos. Nos anos subsequentes,

¹⁰¹ Reportagem da Folha de São Paulo, sobre o desenvolvimento da economia brasileira. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/economia-brasileira-cresce-1-em-2017-e-confirma-recuperacao.shtml>.

¹⁰² Compreende o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo; a oferta efetiva de trabalho numa economia. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=128,-1,1,2,-2,-3&ind=4726>. Acesso em: 13 jul.2020.

¹⁰³ Para o cálculo da PEA são consideradas as seguintes categorias: População ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias); População desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva nos últimos 30 dias (consultando pessoas, jornais, etc.). Cálculo: A PEA é obtida pela soma da população ocupada e desocupada com 16 anos ou mais de idade. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=128,-1,1,2,-2,-3&ind=4726>. Acesso em: 13 jul. 2020.

¹⁰⁴ No corpo do questionário do existem campos específicos para essa indicação. Para essa contagem entram pessoas com idade igual ou superior a 14 anos.

tem-se uma diminuição no comparativo a 2016 com 25% e 24% nas indicações dos que se declararam inseridos no mercado, como naqueles que dele estavam fora, corroborando os indicativos da dificuldade de retomada do crescimento econômico do quadriênio 2016/2017/2018/2019.

Ao longo do espaço de tempo estudado, a per capita das famílias se expressou de acordo com a tabela abaixo, chegando a R\$ 142,56 no auge da recessão e mantendo-se praticamente estável nos anos de 2017 e 2018 o que marca o período de estagnação da economia. A composição familiar dos Pitaguary, aqui está representada de forma relativa pois é comum encontrarmos famílias com dez, doze membros e outras com dois, três ou quatro componentes

Quadro 2 - Descrição da média das per capita por território e ano, no intervalo da pesquisa

ANO	PER CAPTA MÉDIA DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS (média feita a partir das per captas dos territórios)
2019	229,76
2018	210,49
2017	210,05
2016	142,56
2015	188,86
2014	167,07

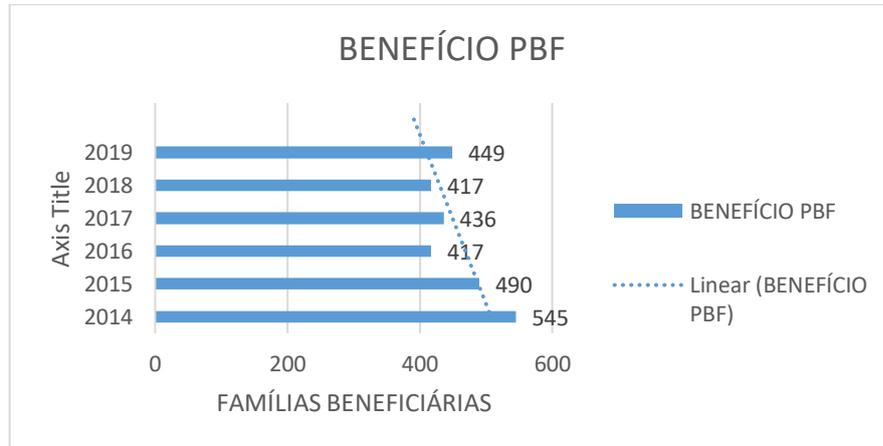
Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social-GESUAS/Maracanaú:2014-2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaque-se que nesses períodos de crise econômica, pela falta de renda ou sua oscilação no núcleo das famílias cadastradas, o sistema de avaliação do CadÚnico, aciona recursos como a liberação do Programa de Transferência de Renda, o Bolsa Família¹⁰⁵. O quadro abaixo indica o quantitativo de famílias beneficiadas em detrimento da falta de renda.

¹⁰⁵ Nessa modalidade de programa, a renda per capita é influenciador direto para que famílias recebam o benefício. No final de 2018, 417 famílias eram beneficiárias diretas dessa modalidade de transferência de renda. Em 2016, por exemplo, ano de maior ascendência no volume de famílias em extrema pobreza e pobreza, o quantitativo de famílias beneficiárias do Bolsa Família foi de 487.

Gráfico 5 - Famílias beneficiárias do Bolsa Família, no intervalo da pesquisa

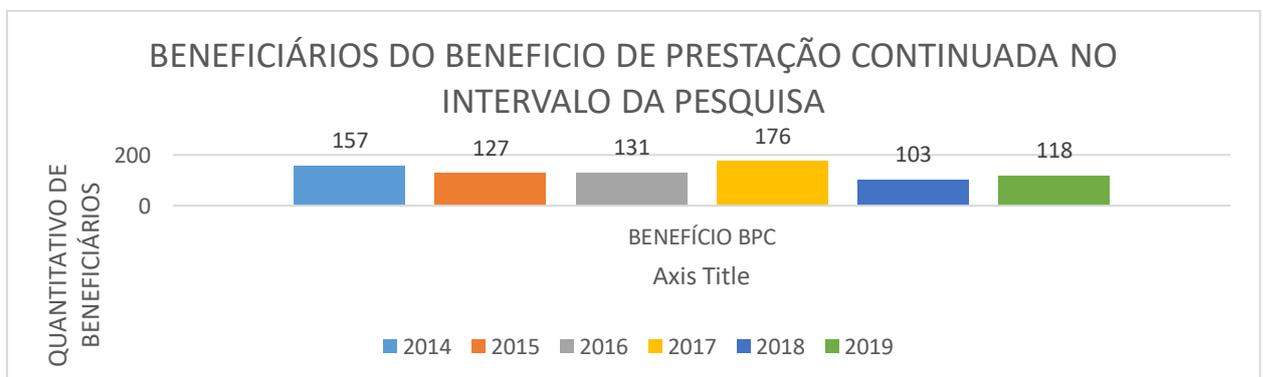


Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social- GESUAS/Maracanaú2014-209.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa transferência de renda promovida pelo Estado, para além da garantia mínima das condições materiais, traz em si um conteúdo de caráter moral e ético aos beneficiados. Ao possibilitar o acesso à renda, o governo afiança a inclusão dessas pessoas ao corpo da cidadania; esse beneficiário se vê tanto reconhecido de alguma forma como amparado pela instituição política brasileira, sendo assim nele desenvolvido um sentimento de pertencimento e identificação com a nação. Da mesma forma o Benefício de Prestação Continuada, o BPC, dirigido a deficientes e a idosos a partir de 65 anos que comprovem ter renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, o que hoje corresponde a uma renda mensal por família inferior a R\$ 262,00.

Gráfico 6 - Evolução de Beneficiários BPC



Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social- GESUAS/Maracanaú:2014-2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em novembro de 2019 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou publicação indicando que o número de pessoas que sobreviviam com até R\$145,00 por

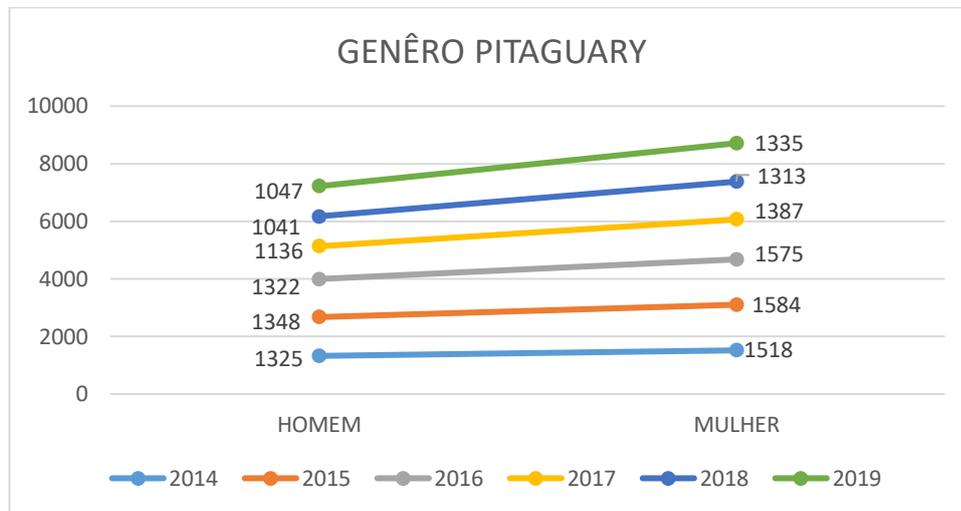
mês no Brasil, atingia o patamar de 13.5 milhões, ou seja, pessoas localizadas na faixa de extrema pobreza. Contudo e muito preocupante é que os dados apontam que desse total, “quase 16% tinham alguma ocupação, ainda que informal, cumprindo abaixo das 40 horas de trabalho semanal” (2019). O texto indicava ainda que essa população vinha crescendo desde 2015, o que provocou uma inflexão na curva da miséria de períodos anteriores, visto que de 2015 pra cá, caíram em extrema pobreza cerca de 4,5 milhões de indivíduos, o que para o Instituto é uma série recorde. O IBGE indicou também que programas sociais mais enxutos, focalizados, a alta do desemprego e a falta de reajustes nas subvenções nos programas de transferência de renda como o Bolsa Família, contribuíram para o agravamento da questão. Lembra ainda que o indicador de pobreza do Programa Bolsa Família no valor de R\$89,00 é muito abaixo do indicador utilizado pelo Banco Mundial, que hoje está em R\$ 145,00.

O documento do IBGE analisou que o crescimento da extrema pobreza se deu com o início da recessão que começou em 2014 e terminando em 2016. Mesmo nos anos posteriores com leve aumento do Produto Interno Bruto o ritmo da miséria no Brasil continuou de forma lenta, porém ascendente. Com relação aos anos de 2017 e 2018, o estudo apontou que 200.000 mil pessoas passaram ao patamar de miseráveis e o Nordeste ficou com 47% desse total, contra 1.339 milhão no período de 2016-2017. Com relação ao binômio 2018-2019, o órgão enfatizou a falta de investimento do Governo Federal na gestão Temer com a sua política de redução do Estado e com Jair Bolsonaro, com seu viés ultra direita, obstaculizando a ampliação e continuidade de programas sociais já existentes.

3.4.3 Gênero e educação entre os Pitaguary

Interessante é retratar essas pessoas, seu gênero, faixa etária e grau de instrução. Essa identificação pode refutar ou afirmar os dados do IBGE (2010) que afirmam que a pobreza brasileira é composta em sua maioria por mulheres em idade produtiva (14 a 60 anos) e com baixa escolaridade. No caso dos Pitaguary, pegamos o perfil da idade produtiva entre 18 e 60 anos.

Nesse sentido, a população indígena acompanha os índices gerais do IBGE (2010) com relação ao gênero e idade entre os indígenas:

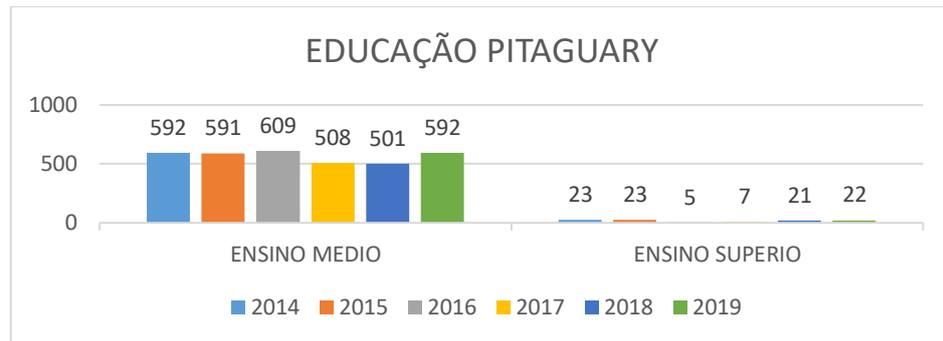
Gráfico 7 - Gênero no território indígena

Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social-GESUAS/Maracanaú:2014-2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Numa simples visualização dos gráficos, fica fácil concluir que a maioria da população Pitaguary é formada por mulheres, principalmente situadas na faixa de idade produtiva. O que aqui pode ratificar a assertiva que define uma estreita relação entre pobreza e o gênero feminino, na verdade esconde uma das formas de estratégia para conseguir ser beneficiária do Programa Bolsa Família. Ora, se base das pirâmides etárias (0 a 15) existe a presença masculina, essa presença tende a diminuir a partir dos 18 anos e volta a surgir a partir dos 50 anos. Isso pode demonstrar que o (a) Responsável Legal pela declaração das informações na base do Cadastro Único, por questões diversas, podem estar omitindo a presença de filhos e cônjuges em idade produtiva e engajados no mercado formal ou informal, como estratégia para auferir uma maior renda no benefício bolsa família. Contudo o que os dados nos revelam é a priorização da mulher enquanto representante legal do núcleo familiar.

Outra ideia cotidianamente atribuída à pauperização ou o que torna essa realidade um fato, é a relação escolaridade/emprego. Nesse caso, ao longo dos seis períodos analisados, os Pitaguary apresentam bons resultados com relação à escolaridade relacionada ao ensino médio. Vejamos:

Gráfico 8 - Demonstrativo da escolaridade indígena Pitaguary

Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social- GESUAS/Maracanaú:2014-2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Resultados expressos em linha contínua conseguiram demonstrar que a maioria das famílias inseridas não possuem membros que concluíram o segundo grau (ou ensino médio, como atualmente é denominado) em todo o período de análise. Ressalte-se que essa modalidade não possui formação técnica, o que dificulta o ingresso imediato do concludente no mercado de trabalho, já que todo o conteúdo apreendido se volta para o processo de Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Com relação ao ingresso no nível superior, os Pitaguary apresentam números realmente muito reduzidos. Acredito que isso ocorra, aqui e tomo um lugar de fala, por razões como: falta de investimento em um projeto pedagógico que realmente se volte para a participação no ENEM o que gera agravamento na baixa expectativa dos jovens e a falta de um trabalho educacional voltado para a construção de Projetos de Vidas.

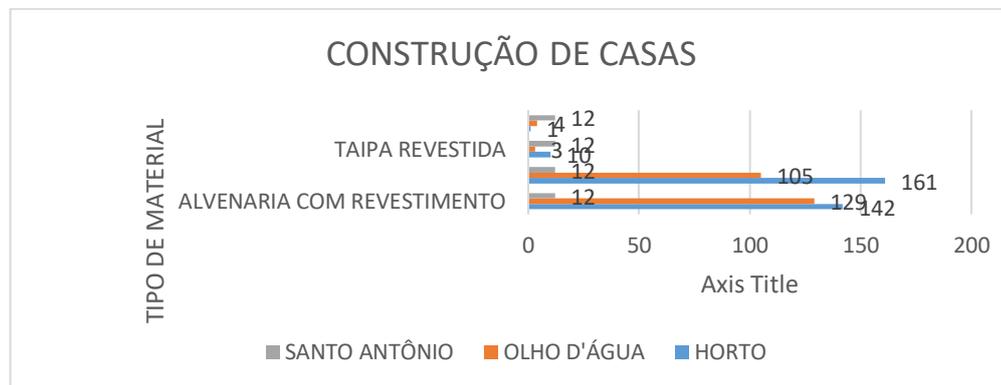
Saliente-se o baixo número de pessoas que se declararam analfabetos em todo o período, situando-se em 4% e atingindo as pessoas com 55 anos ou mais.

O mesmo documento do IGBE, confluiu para esses dados, ao relacionar renda e educação indicando que a população adulta em situação de pobreza extrema e pobreza, são em maioria sem instrução ou com instrução fundamental incompleta e que isso se replica em seus filhos, o que gera a paralisia econômica a curto e prazo. A inter-conecção renda/educação, continua o documento, acaba por direcionar estudantes desses extratos mais vulneráveis a evasão escolar, pois entre ir à escola ou trabalhar, a segunda opção é a escolhida.

3.4.4 As condições objetivas de moradia dos Pitaguary

Para uma melhor compreensão das condições de existência dessa população, passaremos a uma análise das condições de moradia. Para isso, utilizei os dados do consolidado GESUAS/2019.

Gráfico 9 - Demonstrativo do tipo de material empregado nas construções das casas Pitaguary



Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social-GESUAS/2019.
Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico traduz o grau da diferença econômica entre as aldeias Pitaguary, expressa através da estrutura das casas desses territórios. A aldeia do Horto é marcada por uma maior divisão de indígenas aldeados (moradores da Terra Indígena) e não aldeados (moradores nos arredores da Terra Indígena) por apresentar um maior poder econômico diante das demais; possui 45% das casas feitas de alvenaria em relação aos 31% da aldeia Olho D'água e os 21% de domicílios da aldeia Santo Antônio.

O maior número de construções em taipa se encontra na aldeia Santo Antônio, com 88 domicílios construídos com esse material, o que ajuda a reificar as condições das 210 famílias que ali residem. A comunidade do Olho D'água, que em 2015 recebeu o Programa de Habitação Rural¹⁰⁶, conseguiu diminuir de forma significativa o quantitativo de casas de taipa

¹⁰⁶ O PNHR, Programa Nacional de Habitação Rural foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa minha Casa Minha Vida, através da Lei 11.977/2009 e com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 11 maio 2018.

em sua localidade, que até 2014 registrava um total de 62 imóveis com esse material¹⁰⁷ apresenta somente 07 imóveis com esse tipo de material.

3.4.5 As condições de infraestrutura do território Pitaguary

A partir daqui demonstraremos as condições relacionadas ao acesso à água, luz, escoamento sanitário e coleta de lixo. Esses são fatores que tem forte influência nas determinações oficiais da pobreza. A falta de acesso a condições supracitadas indica déficit na qualidade de vida da população atingida e implica a falta de alcance dessas políticas públicas.

Somente um terço do território Pitaguary em Maracanaú não possui rede de água tratada através da CAGECE¹⁰⁸, a comunidade do Horto lidera com 224 domicílios com registro de água contra 90 sem esse acesso. Desse total, 93% das unidades familiares são abastecidas pela rede geral de distribuição, 8,6% tem seu abastecimento oriundo de poço ou cisterna e 18,8% indicam que o acesso à água se dá por outra forma, cacimba por exemplo. O Olho D'Água segue em segundo lugar, com 176 domicílios com acesso à água fornecida pela CAGECE, e 55 famílias não apresentam esse serviço em suas residências. Nesse sentido, do total de 765 unidades domiciliar, 72% recebem água da rede geral, 9,6% tem o abastecimento domiciliar através de poço ou nascente e 18% das famílias têm acesso à água através de outra forma.

Quadro 3 - Demonstrativo geral do acesso à água na Terra Pitaguary

Localidade	Rede geral de distribuição	Poço ou nascente	Cisterna	Outra forma	S/ informação
Horto	224	26	1	63	0
Olho D'água	176	21	1	43	0
Santo Antônio	3	193	3	11	0
TOTAL	403	240	5	117	0

Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social-GESUAS/Maracanaú:2019.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Contrariamente, a região do Santo Antônio lidera o quantitativo de casas sem água canalizada da rede geral de abastecimento. Do total de 210 unidades familiares, 93% das famílias fazem uso de poço ou nascente para o seu abastecimento doméstico, 1,8% possui cisterna para seu uso e 3,7% indicaram outra forma de abastecimento. Três unidades, ou seja,

¹⁰⁷ Fonte: Perfil das Famílias do Cadastro Único-CRAS Indígena/2014. GESUAS.

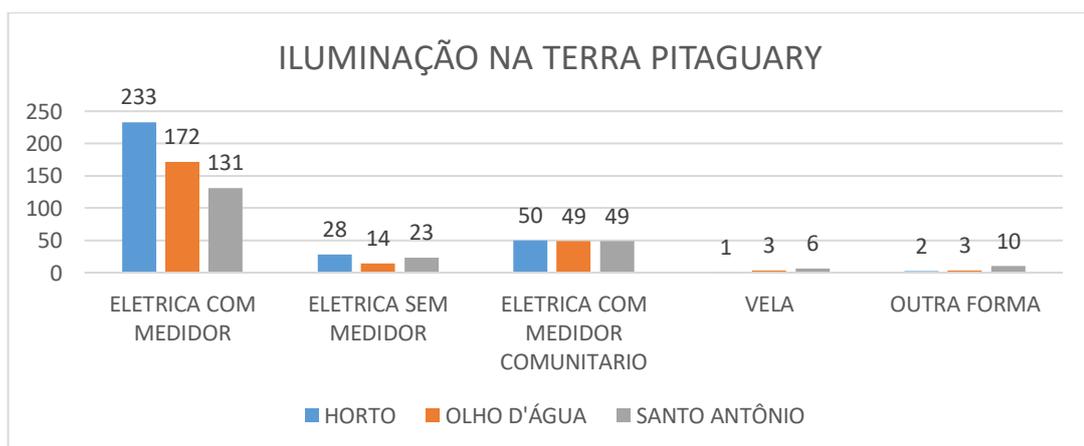
¹⁰⁸ Companhia de Água e Esgoto do Ceará.

0.4%, indicou ter acesso à rede de distribuição geral de água. Essa informação parece não ser coerente com os fatos, visto que o território do Santo Antônio não é beneficiado com a rede de água da CAGECE.

Das 765 famílias cadastradas, temos 70.06% dos domicílios com energia elétrica em suas residências a partir de medidor próprio, 13% afirmam ter energia elétrica em suas residências, mas declaram dividir o medidor com outra residência. Nesses casos, são famílias que moram dentro da mesma área ou terreno e se utilizam da extensão elétrica de uma das casas como forma de terem uma fonte de energia, dividindo o custo mensal da conta. Ainda temos, do total de famílias cadastradas, aquelas que indicaram terem energia elétrica em seus domicílios, mas sem a presença do medidor, indicando que 14% das famílias indígenas não fazem consumo clandestino de energia elétrica ou que realizaram ligação direta do poste de energia mais próximo.

O uso de vela como vetor de iluminação atinge somente 5.3% das unidades e 1.07% dos domicílios responderam por “outra forma” de energia, indicando o uso de lamparina ou lampião como o elemento de iluminação. Cabe ressaltar que as 06 famílias que declararam ter a iluminação doméstica à base de vela ou outra forma estão inseridas nas comunidades mais carentes da Terra Indígena Pitaguary, especificamente Olho D’água e Santo Antônio. Logo abaixo demonstro através de gráficos essa realidade, bem como a situação do escoamento sanitário no território.

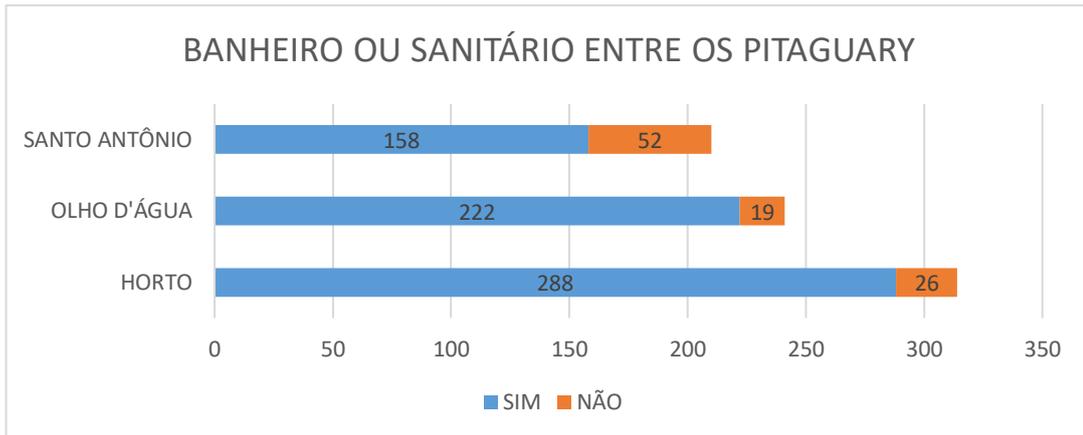
Gráfico 10 - Demonstrativo do acesso à iluminação entre os Pitaguary



Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social- GESUAS/Maracanaú:2019)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 11 - Demonstrativo do tipo de escoamento sanitário



Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social GESUAS/ Maracanaú, 2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

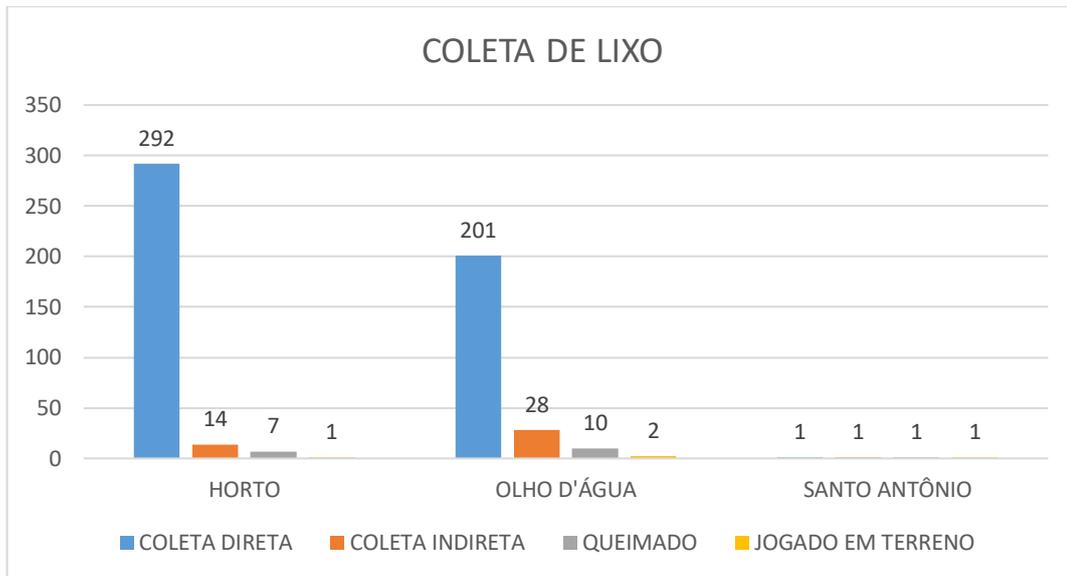
Conforme demonstrado, a maioria das residências da Terra Indígena Pitaguary possui banheiro ou sanitário, com escoamento sanitário através da fossa rudimentar. Essa condição se deu em decorrência de projetos que envolviam a extinta Fundação Nacional de Saúde-FUNASA, a qual operacionalizava ações sanitárias em terras indígenas. Entre os Pitaguary, esse projeto de construção de banheiros chegou em 2005.

O Horto, localidade mais populosa com 314 famílias cadastradas, tem 288 domicílios com banheiro ou sanitário e desses, 280 tem fossa rudimentar, 02 com fossa séptica e outros dois com rede coletora de esgoto. Cabe nesse último a indicação de uma possibilidade de erro de registro, visto que nenhuma das comunidades possui rede de esgoto.

A aldeia Olho D'água indica um quantitativo de 241 unidades familiares. Dessas, 91% apresentam banheiro com fossa rudimentar, 8,8% apresentam ausência de banheiro e 1 unidade indicou escoamento a céu aberto.

Por fim, a localidade do Santo Antônio apresenta 158 residências com banheiro ou sanitário, contra 52 sem esse indicativo. Das 765 famílias indígenas cadastradas na base do CadÚnico, 73% indicaram a fossa rudimentar como forma de escoamento, 0,47% indicou a presença de fossa séptica e 2,3% das unidades registraram outra forma de escoamento. Vale ressaltar que pela vivência no território a declaração “outra forma de escoamento” significa que a família não possui banheiro e se utiliza do “mato” para suas necessidades.

Sobre o processo de descarte de lixo, o território possui as especificidades abaixo demonstradas.

Gráfico 12 - Demonstrativo da forma de descarte do lixo no território Pitaguary

Dados extraídos do consolidado da Gestão do Sistema único de Assistência Social- GESUAS/Maracanaú:2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pelas condições de tráfego na comunidade do Horto, a coleta de lixo se faz de forma mais tranquila e atinge quase a totalidade das unidades da região. Do total de 314 unidades dessa localidade, 97% das residências têm sua coleta de lixo feita de forma direta ou indireta (contêineres públicos), 2,5% queima ou enterra o lixo como forma de descarte e 01 unidade residencial indicou que o seu lixo é colocado em terreno baldio ou logradouro.

Acesso similar ao da localidade do Horto é o Olho D'água. Do total de 241 unidades registradas no CadÚnico, 50,6% tem sua coleta de lixo realizada de forma direta ou indireta, similar ao Horto. Só 3,9% das famílias indicaram a queima do lixo como forma de descarte e 0,8%, o que corresponde a 02 unidades, atestaram jogá-lo em terreno baldio.

A aldeia Santo Antônio também é favorecida com a coleta de lixo em dois dias durante a semana. Dessa forma, dos 210 domicílios do território, 51,8% tem seu lixo coletado de forma regular, 2,3% das unidades tem coleta indireta (contêineres), 45% queimam os resíduos domésticos e 0,47% afirmaram realizar o descarte do lixo em terreno baldio.

Ainda em referência a análise do IBGE (2019) com relação as condições de moradia, se destaca que 29,5 milhões das pessoas em situação de pobreza extrema não possuem acesso a esgotamento sanitário; 13,5 milhões não possuem abastecimento de água por rede e 11,1 milhões não são atendidos por coleta de lixo. O conjunto de análises do IBGE (2019), ratificam que as desigualdades sociais não fazem parte de uma conjuntura específica, determinada por elementos políticos e econômicos, não, essa desigualdade presente na

realidade brasileira com maior incidência nas regiões norte de nordeste, marcadamente carente de recursos, com espaços regionais com menor dinamicidade.

Finalizo aqui a exposição acerca das condições objetivas dos Pitaguary, ao mesmo tempo que aumenta em mim a necessidade de entendimento do que é pobreza para essa população. Na busca pelo aspecto teórico dessa categoria passo para o próximo capítulo à guisa de algumas abordagens conceituais da pobreza e suas correlatas, bem como a noção conceitual adotada no Brasil contemporâneo e que embasa o discurso oficial, com foco na Política de Assistência Social. Vamos lá?

4 CAPÍTULO 03 – DISCUSSÃO SOBRE A POBREZA E SUAS CONFIGURAÇÕES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Na presente seção, buscou-se apresentar um breve diálogo acerca dos conceitos de pobreza e noções/conceitos a esta correlacionais neste século XXI. Momento indispensável neste processo de aproximações sucessivas do objeto de estudo porque são estes conceitos/noções que têm fundamentado as lógicas da formulação e de implementação de políticas públicas sociais, dentre as quais se enfatiza aquela considerada central no enfrentamento e/ou controle do fenômeno da pobreza contemporânea no Brasil, qual seja: a Política de Assistência Social (2004). A explicitação das principais interpretações e estatísticas oficiais recorrentes acerca do fenômeno social em tela encontram-se sistematizadas nesta seção enquanto mediação necessária à consecução dos objetivos desta dissertação.

4.1 A construção social da pobreza e a sua atualidade no campo da proteção social

A abordagem dessa temática está baseada na concepção de pobreza como manifestação da questão social¹⁰⁹, fruto das relações vigentes dentro de uma sociedade cujo padrão de acumulação é regido pelo capitalismo que, em sua forma constituída, traz a marca da produção e da reprodução da desigualdade social representada pela convivência contraditória entre miséria e acumulação. Nesse sentido, corrobora-se com o pensamento de Silva (2010) ao afirmar que:

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na exploração e expropriação da mais-valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente,

¹⁰⁹ Para Yamamoto (2008) A questão social como parte constitutiva das relações sociais capitalistas (totalidade) ⇔ expressão ampliada das desigualdades sociais e lutas político-culturais dela decorrentes. **Questão social é a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social sob a lógica do capitalismo. Na versão marxista: questão social é parte constitutiva das relações capitalistas – a outra face da acumulação do capital, ou seja, a Questão Social traduz-se no ... “(...) conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum, ou seja, funda-se na contradição fundamental do capitalismo: a produção cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (Yamamoto, 2003: 27). Versão mais complexa da Questão Social: expressa desigualdades e discriminações econômicas, políticas, sociais e culturais de grupos e classes mediatizadas por relações de gênero, étnico-raciais, geracionais e formações regionais, colocando em foco os vínculos entre amplos segmentos da Sociedade Civil e do Estado (Yamamoto, 1999). Questão Social: “expressa uma ARENA DE LUTAS POLÍTICAS (RELAÇÕES DE PODER) E CULTURAIS nas disputas entre projetos societários, orientadas segundo distintos interesses na condução das políticas econômicas e sociais” (IAMAMOTO, 2010).**

gerador e reproduzidor da pobreza, entendida como fenômeno estrutural, complexo de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de renda é também desigualdade na riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básico; à informação; ao trabalho e uma renda digna; é não a participação social e política. (p.120).

Assim, os ditos “pobres” são frutos desse processo e relação que, dentro de um plano social, político, cultural e econômico do sistema capitalista, lhes define um lugar na sociedade. Lugar social esse marcado pelo desrespeito às suas formas de expressão e demandas, pela desqualificação de suas crenças e cultura, os quais são geralmente associadas à sua condição de classe. (BEZERRA, 2011). Nessa perspectiva, o “ser pobre” ou “tornar-se pobre” implica em submissão a processos de estigmatização e marginalidade, ampliando essa referência quando isso ocorre com populações distintivas historicamente como as indígenas e negras. Essa configuração de estigma projetado sobre as populações em situação de pobreza faz referência a um aspecto ou atributo de profunda depreciação e que espraia na linguagem das relações sociais (GOFFMAN, 1988:13).

A pobreza torna-se categoria histórica e socialmente construída, portanto, não pode ser tomada como simples fenômeno natural ou fruto de escolhas simplesmente pessoais. Essa mesma pobreza pode acentuar expressões interseccionais de desigualdades no mundo social, a considerar, além das dimensões de classe, as de gênero, étnico-raciais, regionais e territoriais, a depender das distintas formações sócio-históricas dos países nos quais se materializa.

O “ser pobre”, na versão recorrentemente disseminada no capitalismo, em especial o brasileiro, tem se reportado, necessariamente, à falta de condição de prover sua própria subsistência, não se inserindo socialmente ou se inserindo de forma precária no mercado de trabalho (formal ou informal) e no acesso ao consumo. É essa noção que está na base dos programas sociais do governo que tem se tornado cada vez mais focalizados em consonância com o projeto de contra reforma do Estado nacional, hoje atrelado ao ideal neoliberal.

Contudo, essa lógica de inserção social nem sempre fez parte da história da humanidade, ela surge no século XVIII, com a destituição da velha ordem social do feudalismo, baseada em laços de solidariedade, vicinal e familiar - suseranos e vassalagem/servidão – e o surgimento de uma ordem voltada para um modelo de economia de mercado. (SCHWARTZMAN, 2004). Netto (2001) ressalta o quadro de pobreza, as privações eram decorrentes da escassez que o modo de produção não conseguia suprimir; com a constituição da ordem burguesa essas situações mudam de determinante, agora o quadro de

pobreza, miséria e desigualdade é decorrente da contradição entre as relações de produção que “garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação” e as forças de produção, socializadas de forma ampliada, mas cuja apropriação do lucro é circunscrita a poucos. (p. 46). Ou seja, como afirma Netto (2012), pela primeira vez na história a pobreza cresce na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. (p.203).

A sociabilidade na era do capital é marcada pela economia perpassando todas as esferas das relações sociais, a configurar um processo de mercadorização de vida social. O vetor da mobilidade e sobrevivência social é a inserção do homem na esfera econômica. É o mercado formatando a tessitura social, isso indica inclusive que é o mercado o responsável pela condução e instituição de prioridades, sentidos e ações na esfera das relações sociais. Desta feita, pobreza e miséria fazem parte do processo de mercado, da lógica da sociabilidade capitalista. Elas são fruto do alicerce capitalista, conforme enunciou Marx, como o cerne do Modo de Produção Capitalista (MDP) cujo resultado é a transformação de pessoas em seres descartáveis, redundantes, reduzidos a coisa, ou seja, mercadorias. É a demonstração máxima do processo de alienação¹¹⁰ enquanto ser humano genérico.

Para Martins (2002), esse fenômeno é “um problema social porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para se viver com dignidade como cidadão; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos seus filhos,

¹¹⁰Tomamos aqui o conceito de alienação em Marx. Para esse autor são cinco as formas de alienação, a saber:

- 1 – *Alienação do ser-genérico*** – Marx via o homem como um ser coletivo, componente do gênero humano. O indivíduo é parte orgânica de um todo supra individual. O homem ser-genérico é a origem da projeção mística de Deus, pois a humanidade enquanto organismo tem atributos divinos, como onipresença, onisciência (intercâmbio de conhecimentos) e capacidade de obras extraordinárias. A alienação do ser-genérico ocorre devido à existência da propriedade privada, pois esta separa os homens em classes, fragmenta o todo em grupos que lutam por monopólio de conhecimento e riqueza, ou seja, há uma competição interna no gênero humano.
- 2 – *Alienação do objeto*** – Através do trabalho o homem exterioriza parte de si (emoções, energia) e transfere ao objeto pela transformação da matéria. Com isso, o produto passa a ter parte de seu produtor, e quando outra pessoa toma posse do resultado de seu trabalho, ocorre a alienação do objeto. Nesse caso o melhor significado de alienação é separação.
- 3 – *Alienação de si*** – O Objeto produzido pelo homem some em meio ao mercado, e quando volta ao seu criador não é reconhecido, ocorre um estranhamento entre o produto e o produtor. Na alienação de si o homem perde o controle sobre sua obra e torna-se escravo dela, sendo oprimido.
- 4 – *Alienação do homem*** – Marx afirma que o homem se torna um animal quando tem sua obra apropriada por outro, e também quando faz o papel do apropriador, dando origem ao conflito x produtores x apropriadores. A teoria das classes sociais tem fundamento na disputa entre explorados X exploradores.
- 5 – *Alienação do trabalho***- *O homem se realiza e humaniza pelo trabalho, porém por causa da alienação da sociedade o homem trabalha apenas como meio de sobreviver, torna-se uma simples peça do sistema capitalista.* Conferir BINS, Milton. Introdução à Sociologia geral. 3.ed. Porto Alegre: Mundo jovem, 1985.

do próximo” (p.21). Indica que o lócus dessa problemática está na “desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes aos indícios visíveis no sorriso pálido dos que não tem um teto, não tem trabalho e, sobretudo não tem esperança (MARTINS, 2002:21).

Entretanto, só a simples identificação dos fatores produtores dessa pobreza e suas partes constitutivas não possibilita uma compreensão maior e mais profunda acerca dessa condição. É necessário entender suas delimitações diante e perante quem a vivencia. A delimitação social, sua dimensão simbólica e significados sobre essa realidade e sobre si, é parte imprescindível para se apreender a pluridimensionalidade da pobreza. Isso indica que o contexto socioeconômico e político cultural é fundante para compreender a formatação dessa teia de significados. O ser humano é histórico, faz parte do processo histórico, exerce e sofre influência das determinações e mudanças desse processo.

Se na Idade Média, na Europa, a pobreza sob um prisma teológico era sinônimo e tradução de humildade, da certeza da salvação divina e não um produto decorrente da escassez de meios de existência material, hoje, em pleno século XXI, esse fenômeno social, organicamente vinculado ao modo capitalista de produção e reprodução das relações sociais, intensifica-se e amplia-se sob a orientação neoliberal. Em meio à crise estrutural do capitalismo globalizado, o projeto político cultural transnacional do neoliberalismo, no dizer de Wacquant (2010), tem corroborado com a ampliação do desemprego crônico ou estrutural mediante as revoluções técnico-científicas, que vem eliminando, de forma permanente, postos de trabalhos – o que gera e amplia uma população de “não empregáveis”; a flexibilização e precarização dos modos de trabalho e suas formas de contratação (contratos por hora serviço prestado/ a terceirização); a precarização da saúde (física e psicológica); a desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais – delineada na flexibilização e eliminação da proteção social. Em termos deste último aspecto, cabe salientar a negação do direito ao trabalho protegido, o crescimento do déficit habitacional, dos assentamentos precários (barracos, pontes, etc..), com ênfase no processo de favelização; a falta/negação ao acesso à saúde, à educação dentre outros direitos sociais básicos em curso face a desconstrução dos sistemas públicos de proteção social. Tais processos implicam em adensamento, complexificação e globalização da pobreza em perspectiva multidimensional. Trata-se de olhar para parcela significativa de populações aviltadas da participação efetiva no usufruto das riquezas socioeconômico e político culturais, a ganhar distintas nomeações/definições conceituais à luz da sociologia, seja na versão clássica de Marx como parte da “superpopulação relativa”, seja nas versões contemporâneas como “massa sobranante” ou “supranumerários” (Castel,1997),

“excluídos” (Martins,2002) e “redundantes” e/ou “refugos humanos” (Baumam,2005), mas que comungam da mesma “não cidadania”, segundo delineada por Fleury (1994 apud Yazbeck, 2012, p. 292).

Ao analisar parte significativa da literatura sobre o fenômeno pobreza na sociedade capitalista e suas bases explicativas, percebe-se que expressam modos de observação do seu funcionamento e são essas concepções que acabam por sugerir alternativas de intervenção nessa problemática. De fato, as explicações sobre a pobreza são identificadas em diferentes campos teórico-práticos, a delinear, portanto, modos distintos de interpretação relacionais às práticas interventivas propostas diante deste fenômeno.

Após estas considerações, passo a expor algumas interpretações teórico-políticas acerca da pobreza, ora consideradas fundamentais à compreensão deste fenômeno na contemporaneidade. Destaco que alguns dos conceitos/noções/interpretações teóricas e abordadas foram, por vezes, identificadas nas ações governamentais – as ditas políticas públicas sociais – adotadas para equalizar o trato da questão social, com foco em sua expressão-limite e que, em tempos contemporâneos, assumiu centralidade das intervenções estatais: a pobreza, em suas configurações assumidas nas particularidades das formações sócio-históricas de distintos países.

4.1.1 Sobre a Pobreza e a construção sociocultural dos “pobres”: aproximações à perspectiva de Simmel

Le Pauvres (1908), obra distintiva do escritor alemão Georg Simmel, escrita em um contexto onde se iniciavam propostas de sistemas de proteção social na Alemanha, seu país, centrados na ideia de seguro social, traz no seu escopo uma análise sociológica sobre a pobreza.

Segundo Bezerra (2015), a obra de Simmel objetivou uma construção sociocultural dos pobres, tanto no seu aspecto funcional como na posição ocupada no conjunto social. Em Simmel (1908) pobre é todo aquele que necessita e recebe assistência social seja do Estado, seja da sociedade civil a partir de normas sociais identificadas pela sociedade. Assim, Simmel (1908) busca a partir de um fenômeno social realizar uma análise da sociedade, do Estado moderno e suas determinações no contexto europeu do início de século XX. Nessa análise, Simmel articula conforme indica Ivo (2008) elementos que envolvem:

as relações entre ética, a moral e a sociedade, na construção da dádiva e da caridade: das relações entre indivíduos (pobre) e as coletividades (Estado nacional e município); da parte e do todo (uma perspectiva metodológica); da generalidade (noção abstrata da pobreza) com as formas regulatórias (assistência) e sua objetivação da ação social (as formas concretas assumidas pelas instituições públicas ou privadas de assistência. (IVO,2008. p, 172)

Nessa perspectiva, Bezerra (2015), indica que a pobreza em Simmel (1908) não se define em si mesma como um estado quantitativo e de privações materiais, mas segundo as respostas sociais - formas de regulação social – produzidas diante desta expressão-limite da questão social. As distintas “respostas sociais” (público-estatais e privadas) recebidas por alguém publicamente constrói a sua condição sociocultural de “ser pobre” em determinada sociedade, a partir das relações dos direitos e obrigações das prestações, de dádivas no plano que vai da dimensão interativa interpessoal às formas associativas e relações mais amplas no Estado moderno. Segundo afirma Simmel:

O pobre, como categoria sociológica, não é o que sofre determinadas deficiências e privações, senão é o que recebe socorros ou deveria recebê-los, segundo as normas sociais. (...) somente quando a sociedade – a totalidade dos indivíduos particulares – responde frente a eles com socorros, somente então representa um papel social específico. (...) O fato de que alguém seja pobre não quer dizer que pertença à categoria social determinada dos ‘pobres’. (...) somente no momento em que são socorridos – com frequência e desde que sua situação o pede normalmente e, porém, não aconteça de fato – entram em um círculo caracterizado pela pobreza. Este círculo (...) se mantém unido (...) pela atitude coletiva que a sociedade em conjunto adota frente a ele. (SIMMEL,1908 apud BEZERRA,2015).

Neste aspecto, estamos a falar de uma construção sociocultural de quem são nomeados “pobres” alvo de formas de assistência social privada ou públicas e estatais – na condição ou não de política pública garantidora de direitos sociais, no caso da política de assistência social brasileira, falamos de direitos.

O que, por seu turno, pode implicar em controle e equilíbrio social pois ao ser classificado/reconhecido socialmente – seja pelo Estado, seja pelas instituições da sociedade civil – na condição de alguém que precisa receber assistência social para sobreviver porque este indivíduo ou grupos de indivíduos passam a ser reconhecidos enquanto “pobres”, com toda a carga de significados social e historicamente construído em determinada sociedade. Trata-se da marca da classificação social dentro de relações de poder específicas àquela sociedade. Algo intensificado quando este indivíduo (s) passa a receber tal assistência social – pública ou privada – que esta marca lhe é impelida – a de “pobre” – de caráter homogeneizador de sua condição social de dependente e necessitado/ as marcas de um estigma social gerando uma classificação social negativada do outro. É a chancela da

desclassificação social (im)posta socialmente pelo Estado – o maior e dito mais legítimo dos classificadores sociais – ou das instituições da sociedade civil.

Simmel (1908), parece compreender a pobreza dentro de uma perspectiva relativa, e deixa claro esse posicionamento ao exemplificar que “se pode se encontrar um comerciante pobre, um empregado pobre, sem, contudo, que estes venham a necessitar de ajuda ou assistência do conjunto social ou do governo” (p.). Simmel (1908) compreende que a pobreza perpassa, de forma relativa, todas as classes sociais, pois para ele cada classe possui suas necessidades típicas e o fato de alguém nessa classe não ser capaz de supri-la pode significar uma expressão de pobreza. Nas palavras deste autor:

De aqui procede el hecho vulgar em todas as las civilizaciones progressivas de hay personas que son pobres dentro de su clase y no lo serian dentro de otra inferior, porque les bastarían los medios de que disponen para satisfacer los típicos de estas ultimas (...) puede ocurrir que el hombre absolutamente pobre no sufra de la discrepancia entre recursos y las necesidades de su clase, de modo que no exista él pobreza em sentido psicologico, com también puede suceder que el mais rico se proponga fines superiores a los empeños propios de su clase y la quantia de sus recursos, de manera que se sienta psicológicamente pobre”(SIMMEL, 1908:240)¹¹¹.

Dessa forma Simmell (1908) põe em relativo à condição da pobreza, pois ela estaria diretamente relacionada às condições materiais e recursos necessários para a manutenção pessoal de acordo com as expectativas do grupo social do qual faz parte.

Em Simmel (1908), o indivíduo só pode ser considerado “pobre” dentro de uma perspectiva sociológica e não quando sofre determinadas deficiências e privações, é o recebimento do socorro de acordo com as normas sociais existentes que assim o caracterizará (p,243). Reside nessa classificação um conjunto de construções sociais simbólicas que o molda a ser quem é, indicando como deve portar-se consigo e nas relações sociais. Daí a necessidade de garantia de um mínimo social para os pobres, o qual estaria relacionado à forma como cada sociedade compreende o que é o mínimo necessário para este segmento social reconhecido como “pobre”. Isso envolve a especificidade da regulação social e as formas de solidariedade de cada estrutura societária. E continua, ao afirmar que “(...) os pobres, enquanto categoria social, não são aqueles que sofrem déficits ou privações

¹¹¹ Daí o fato vulgar em todas as civilizações progressistas de que há pessoas que são pobres dentro de sua classe e não o seriam dentro de outra inferior, porque os meios de que dispõem seriam suficientes para satisfazer o típico desta (...) Acontece que o homem absolutamente pobre não sofre com a discrepância entre os recursos e as necessidades de sua classe, de modo que a pobreza não existe no sentido psicológico, como também pode acontecer que o homem mais rico estabeleça metas superiores aos empreendimentos de sua classe. e a quantidade de seus recursos, para que se sinta psicológicamente pobre”(SIMMEL, 1908: 240).

específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la, em conformidade com as regras sociais existentes”. (SIMMEL,1908:35).

Nesse sentido, a pobreza estaria relacionada, em especial, à dependência de indivíduos à ação do Estado ou instituições que se destinam à ajuda social. O Estado, como forma de manter a coesão e o equilíbrio social disponibilizaria ações voltadas a esses sujeitos ditos “pobres”, a fim de frear, assim, possíveis riscos contra a ordem estabelecida. Instituições sociais, cumpririam o “dever moral” nessa ajuda, reforçando o caráter ético da construção social balizada na relação direitos e deveres.

A fim de que os pobres não se tornem inimigos ativos e perigosos da sociedade, para tornar suas reduzidas energias mais produtivas e, enfim, para impedir a degeneração de sua progenerura. O homem pobre, enquanto pessoa com sua própria percepção de sua posição (...) teve pouca importância. (SIMMEL.1908, p. 58).

Com isso, na lógica simmeliana o homem tem o direito ao socorro por parte da sociedade, por ser ele, o necessitado, integrante do corpo social. Segundo Simmel (1908), “A concepção, que considera o indivíduo como produto de seu meio social, confere a esse indivíduo o direito de solicitar do grupo ou do Estado uma compensação por suas necessidades prementes e suas perdas” (p. 2019)¹¹²

Assim, ações de ajuda à pobreza são incentivadas, tendo como base um conteúdo moral e ético, porém, a ajuda realizada pelo Estado passa por um outro crivo. Ela sai da esfera da simples doação, como dádiva, e ingressa na dimensão da cidadania pois:

Os pobres não são apenas pobres, eles são também cidadãos. Enquanto tais, eles participam dos direitos que a Lei atribui à totalidade dos cidadãos de acordo com a obrigação do estado de prestar assistência aos pobres, para utilizar a mesma metáfora [da função de um canal para os vizinhos], digamos que os pobres sejam, ao mesmo tempo, o canal e os vizinhos, da mesma forma como seriam os cidadãos mais ricos. (SIMMEL.1908, p.60).

Para Ivo (2008), Simmel resgata a dimensão da cidadania e coloca a discussão da pobreza no centro do debate político, ao defini-lo enquanto categoria cívica e na posição de cidadão em relação ao Estado e não somente como alvo de intervenção governamental ou como simples objeto da relação mercado de trabalho/luta de classe. (p.175). Ao realizar esse resgate o autor expõe o lugar do “pobre” na sociedade moderna e o enquadra dentro de uma perspectiva sociológica, pois mesmo compreendendo sua posição particular, não o percebe

¹¹² “la concepción, que considera al individuo como el producto de su medio social confiere al individuo el derecho a solicitar del grupo una compensación de sus necesidades apremiantes y de sus pérdidas” (SIMMEL.1908,p. 219)

como algo exógeno ao Estado, ao contrário, ele não se destitui de membro da “unidade política”, continua “ordenado de forma orgânica no seu interior” (SIMMEL.1908, p. 65).

A fecunda análise de Simmel realizada em 1908, atualiza-se quando se busca na atualidade o entendimento de alguns princípios que balizam a natureza dos programas estatais de proteção social, principalmente a assistência social e seus programas de renda mínima, focalizados na população inserida nos critérios definidores de pobreza e extrema pobreza, critérios esses definidos por entidades internacionais como o Fundo Monetário internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Em tempos de recessão, como o que vivenciamos, ampliam-se os contingentes sociais destituídos de condições mínimas de sobrevivência decorrentes principalmente da deterioração das relações sociais, marcada pelo desemprego, pauperismo, decorrentes dos rearranjos da Lei Geral da Acumulação.

Segundo Bezerra (2015), tornou-se relevante retomar a ideia de George Simmel (1986) acerca da construção sociocultural dos *pobres*, de seu lugar e de sua função na sociedade moderna. Sobre a perspectiva simmeliana da pobreza e dos “pobres”, esta autora assim sintetizou:

Como categoria sociológica, salientada por Simmel (1989), o *pobre* é o que recebe a assistência social – privada ou público-estatal – ou deveria recebê-la, segundo as normas sociais identificada pelas coletividades. Neste sentido, a pobreza não se define em si mesma como um estado quantitativo e de privações materiais, mas segundo as respostas sociais - formas de regulação social – produzidas diante desta expressão-limite da questão social. As distintas “respostas sociais” (público-estatais e privadas) recebidas por alguém publicamente constrói a sua condição sociocultural de “*ser pobre*” em determinada sociedade, a partir das relações dos direitos e obrigações das prestações, de dádivas no plano que vai da dimensão interativa interpessoal às formas associativas e relações mais amplas no Estado moderno. No próximo item discutirei a concepção de pobreza a partir de um dos grandes influenciadores na formulação de políticas sociais de entidades como o Banco Mundial.

4.1.2 Pobreza *versus* privação de capacidades

Entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, emerge, a partir do pensamento econômico de Amartya Sen¹¹³, o entendimento da pobreza como falta de capacidades. Essa linha de pensamento foi decisiva na formulação de políticas públicas voltadas às populações em situação de pobreza e financiadas por instituições internacionais, com destaque para o protagonismo do Banco Mundial.

Sen (2000) compreende que o mundo é perpassado por velhas e novas formas de problemáticas sociais persistentes em todos os continentes, a destacar: a pobreza; a perenidade de necessidades básicas não satisfeitas; a fome disseminada em aspectos crônicos e coletivos; a violação de liberdade política e outras de caráter básico perpetradas contra mulheres, idosos, crianças e trabalhadores dentro e fora do mercado de trabalho; além das ameaças ao meio ambiente e à sustentabilidade da vida socioeconômica.

Para o supracitado autor, a superação desse quadro passaria, necessariamente, pela adoção de práticas de desenvolvimento que invistam nas diversas formas de oportunidades tanto sociais, como políticas e econômicas (SEN, 2000). Essas oportunidades deveriam voltar-se para uma questão central no pensamento de Sen: a liberdade. A apontada falta de liberdade se expressaria pela tirania, pobreza, falta de oportunidades econômicas, destituição social, negligência dos governos através da falta e/ou escassez de serviços públicos, assistência social, educação, saúde, instituições eficazes da segurança pública e, por fim, diante do recrudescimento de Estados autoritários e que fazem uso da repressão para resguardo da ordem social.

Sen (2000) pontua que a pobreza vivenciada por um enorme contingente de pessoas ao redor do mundo resulta de várias privações que se entrecruzam, tais como a econômica e de liberdade. A pobreza econômica conforme enunciou, parecia vinculada a uma falta de liberdade substantiva, representada por uma ausência de participação política, de educação básica de qualidade e de assistência médica. Nas expressões do autor, a pobreza econômica tira dessas pessoas a liberdade de “saciar fome, de obter nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar apropriadamente, de ter acesso à água tratada e saneamento básico” (SEN, 2000: 18).

¹¹³ Nasceu em Santiniketan, atual Bangladesh, em 1933. Após a Partição de 1947, emigrou com a família para a Índia, onde estudou antes de se doutorar em economia pelo Trinity College, em Cambridge, Reino Unido. Sen recebeu em 1998 o prêmio Nobel de economia por seu trabalho sobre a economia do bem-estar social. É professor da Universidade Harvard. Fonte: <https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=01066>

Sen enfatiza que a ausência desses fatores é a exata representação da pobreza e que só poderá haver um empoderamento humano¹¹⁴ quando, de fato, as pessoas encontrarem-se em condições objetivas de oportunidades econômicas, liberdade política, saúde e consciência social efetuada via educação. A articulação dessas oportunidades levaria a uma maior possibilidade de liberdade humana.

A abordagem da pobreza por esse viés revela algumas considerações importantes. Primeiramente, essa discussão enfoca um desenvolvimento econômico como eixo principal. Assim, a pobreza, para ser superada, exige uma mudança no cenário social, só assim se pode pensar em um envolvimento efetivo de todos para se alcançar um desenvolvimento com plenitude. A mudança no cenário social se daria pela garantia de oportunidades sociais e pela possibilidade de geração, desenvolvimento e ampliação de liberdades na participação nos processos sociais, com ênfase no campo político. Só dessa forma se poderia almejar um desenvolvimento social de forma responsável.

No enfrentamento desse quadro de pobreza, Ivo (2006) enuncia que os pobres são sujeitos potencialmente mobilizadores, o que indica que a superação do quadro de necessidades por parte desses grupos passa pelo “desenvolvimento de capacidades pré-existentes dos próprios pobres” (p.09).

Embora corroborando com a perspectiva de Ivo (2006), de que as potencialidades daqueles (as) em situação de pobreza e de seu protagonismo na busca de estratégias de sobrevivência e/ou de enfrentamento do pauperismo, cabe salientar tratar-se de uma questão estrutural produzida e reproduzida na civilização do capital. Portanto, exige ações público-estatais garantidoras de proteção social face às situações de desigualdades sociais e pluridimensionalidade da pobreza. Desta feita, vale ressaltar que, nos debates públicos e no campo das políticas sociais direcionadas a estes processos estruturais no Brasil contemporâneo, com destaque para a Política de Assistência Social (PAS, 2004), parece expandir-se uma tendência que hiper dimensiona a autorresponsabilidade dos “pobres” no seu processo de enfrentamento e/ou mesmo de suposta superação da pobreza.

¹¹⁴ Empoderamento humano se traduz na capacidade de emancipação, onde o indivíduo dá poder a si mesmo para viver a vida que escolheu. Quando uma pessoa escolhe por se empoderar, ela fica consciente das decisões que toma para a sua vida, conhece suas capacidades e suas possibilidades de contribuição para o mundo. Dessa forma, se torna mais criativa e produtiva. O indivíduo empoderado vive de forma plena seus valores e tem alto senso de pertencimento e reconhecimento. (PAULO FREIRE.1978, p. 48).

Contudo, essa possibilidade de liberdade é perpassada no âmbito do Estado por condições assumidas pelo sujeito, como forma de impulsionar o desenvolvimento dessas capacidades, como indica Pereira (2007),

mesmo nas intervenções estatais, através de programas sociais voltados às populações pobres, há a exigência de deveres e critérios que o indivíduo se compromete a assumir. O Estado aparece com instrumentais otimizadores e geradores de capacidades que o indivíduo ao acessá-las tenta sair de sua condição de pobreza. (p. 81).

No enfrentamento desse quadro de pobreza, Ivo (2006) enuncia que os pobres na perspectiva de Sem, parece ser aqueles sujeitos potencialmente mobilizantes, os quais tem consciência de sua posição e só precisam de uma “força” para saírem da situação em que se encontram, e isso se dá pelo “desenvolvimento de capacidades pré-existentes dos próprios pobres” (IVO, 2006: p.09).

Contudo, a análise de Sen (2000) parece ignorar que a pobreza é uma questão estrutural produzida e reproduzida na civilização do capital. Portanto, exige ações público-estatais garantidoras de proteção social face às situações de desigualdades sociais e pluridimensionalidade da pobreza. Nesse sentido Bezerra (2015 apud Ivo,2003) indica que as estratégias apontadas por Sen (2000) voltam-se para os “pobres viáveis” ou os “pobres-bons”, cidadãos consumidores integrados ao mercado de trabalho e ao consumo.

Sen (2000) na sua abordagem restringe a pobreza somente às formas de privações materiais ou de capacidades, portanto, desvinculada, dos processos socioeconômicos e político-culturais de sua produção e reprodução no modo de vida capitalista, em sua versão contemporânea.

De fato, a Política de Assistência Social (PAS, 2004) tem programas¹¹⁵ voltados para o despertar dessas “capacidades pré-existentes dos pobres”, que, em um primeiro momento, procuram observar e trabalhar as potencialidades dos sujeitos envolvidos para, em

¹¹⁵ Um desses programas é o ACESSUAS Trabalho, lançado em 2015 é uma iniciativa da Política Nacional de Assistência Social para promover o acesso de seus usuários a oportunidades no mundo do trabalho, por meio de ações integradas e articuladas voltadas para a garantia dos direitos e cidadania das pessoas em situação de vulnerabilidade social. O programa é destinado à população em situação de vulnerabilidade e risco social, residente em municípios integrantes do Programa, com idade de 14 a 59 anos. Os usuários de serviços, projetos, programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais são o público prioritário. As ações envolvem: Promoção de estratégias, ações e medidas para enfrentar a pobreza, por meio de identificação e sensibilização de usuários; desenvolvimento de habilidades e orientação para os usuários; acesso a oportunidades por meio do encaminhamento de usuários; monitoramento do percurso dos usuários no acesso ao mundo do trabalho; articulação com outros programas e serviços da assistência social e de demais áreas, como saúde, educação e trabalho; acompanhar usuários que ingressem no mundo do trabalho, dentre outras ações. Fonte: http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/copy_of_beneficios-eventuais. Acesso em: 24 jan. 2019.

seguida, direcioná-los a cursos e capacitações que as fortaleçam. Espera-se que os indivíduos em situação de pobreza e beneficiados com essas ações socioassistenciais estatais sintam-se capazes e desenvolvam formas de sua autossustentabilidade. Tal perspectiva parece aproximar-se do que indica sem (2000) na citação abaixo:

com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar aos outros. Não precisam ser vistos, sobretudo, como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável. (p.20).

Essa mobilização de recursos, na visão de Sen (2000), parecem corroborar como avanço de tendência neoliberal¹¹⁶ de organizar os pobres, objetivando o atendimento de suas necessidades através da promoção de suas capacidades individuais. Assim, o indivíduo poderá ao mesmo tempo solucionar problemas materiais, participação política e de integração social via inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, pode-se entender que, à medida que se amplia essa inserção do indivíduo via lógica de mercado; por outro, há uma diminuição do papel do Estado no campo das políticas sociais e da política redistributiva, levando a um Estado cada vez mais mínimo em termos de proteção social e máximo para atender às demandas do capital.

Observa-se, historicamente, mudanças nos modos estatais de interpretar e intervir diante da pobreza e dos “pobres”, que vão desde a ajuda assistencial, focalizada, esporádica, como meios de manutenção do controle e subalternidade dos segmentos pauperizados; passando pela construção de um Estado democrático de direitos garantidor de um sistema de proteção social face – o Estado de Bem Estar Social, em suas múltiplas configurações nacionais; e, mais recentemente, a tendência de Estado de baixíssimo compromisso com o social – preconizada na versão do projeto político-cultural neoliberalizante – a repor, para os indivíduos/ suas famílias e para instituições privadas da sociedade civil, a responsabilidade de suprir necessidades sociais novamente reprivatizadas. Isto, a depender supostamente das capacidades individuais e das oportunidades abertas pelo mercado ou pelos resultados do crescimento econômico nos moldes da inserção segundo as demandas do capital.

¹¹⁶ A perspectiva neoliberal parte da concepção de que a única via possível de crescimento econômico é a ruptura da relação emprego e proteção social, como afirma IVO (2004) “o desenho da nova política de redistribuição no quadro neoliberal pressupõe, portanto, a distensão da relação entre proteção social e emprego, rompendo o modelo que caracterizou a construção do Estado social. (p. 59)

No próximo tópico concentro a atenção acerca da aproximação conceitual da pobreza com a noção de exclusão social, termo recorrente no âmbito da proteção social e que tem forte ascendência na estruturação da Política Nacional de Assistência Social brasileira

4.1.3 Da Pobreza à Exclusão Social: dilemas de uma polissêmica

A partir da década de 1970, do século XX, em meio à crise do capitalismo contemporâneo, o termo exclusão social começou ocupar espaço na literatura sociopolítica e econômica¹¹⁷ europeia, com destaque para tentar expressar o fenômeno da chamada “nova pobreza” emergente na Europa e relaciona-se diretamente à crise de solidariedade e fragilização de vínculos sociais decorrentes da dessocialização do trabalho. Essa nova configuração política e cultural passou a redefinir o foco das políticas públicas, detidamente no campo da Assistência Social.

A nova expressão que tenta definir estados de privação e focalização de necessidades, esconde uma dimensão complexa e multidimensional, o próprio processo de acumulação capitalista. Por outro lado, a noção de exclusão social tem forte impacto nas relações sociais, pois produz e reforça a imagem estigmatizante do excluído social, nesse sentido os pobres passam a ser definidos como “sobrantes” do sistema.

Essa noção emergiu na França com a análise de René de Lenoir (1974) e trata da nova pobreza decorrente do aumento da precariedade social e econômica, oriundos do enxugamento e da precarização de postos de trabalho e a subsequente situação de diminuição de postos de trabalho de longa duração.

Logo as ideias de Lenoir sobre essa nova configuração social se expandiu para os demais continentes, ampliou seu leque de cobertura de análise e tornou-se, nos países de capitalismo periférico, dependente e em situação de colonialidade (do poder, do saber e do ser), a extrapolar a condição daqueles pertencentes ao campo da histórica pobreza – os chamados “incapazes/inválidos para o trabalho” – e começou a abranger contingentes ampliados de trabalhadores “válidos/ capazes para o trabalho”, todavia, estruturalmente desempregados ou em condições de trabalho precarizadas, informais e socialmente desprotegidas. Exclusão social tornou-se, então, noção-chave e polissêmica adotada para

¹¹⁷ De acordo com Oliveira (2004), o termo exclusão é usado primeira vez em termos sociológicos com a obra de René Lenoir intitulado “Les exclus, uns français sur dix” de 1974, onde mostrava que apesar de todo o seu desenvolvimento da era da sociedade de bem estar, as políticas públicas acabavam por esquecer de atuar de formas mais contundente junto ao que ele denominava de os “excluídos do progresso” citando os deficientes mentais e físicos, os anciãos, etc. (p. 161-164)

traduzir todo espectro de condições aviltantes ou situações de extremadas necessidades sociais vivenciadas por estes segmentos acima pontuados.

Não por acaso, noção recorrente no campo da assistência social, sobretudo, em si tratando da Política de Assistência Social. Mas quem está incluído nessa definição? O termo excluído abrange, na literatura social, as minorias étnicas, os desempregados de média e longa duração, os sem teto, os mendigos, a população em situação de rua, os portadores de deficiência, os idosos, os jovens pobres, os que estão sem acesso à saúde, educação ou previdência social, os subempregados, os trabalhadores na informalidade, a comunidade LGBTQIAP¹¹⁸, dentre outros. A lista é longa, talvez seja mais fácil definir quem são os incluídos SOCIAIS.

Importante salientar que os grupos citados acima guardam condições em comum para serem reconhecidos enquanto excluídos sociais: vivenciam situações de pobreza e de desigualdade social. Daí o fato de a noção de exclusão social ser adotada, ao menos no campo socioassistencial, para transmitir a ideia dessas condições. Embora pobreza e a desigualdade social tenham demarcações próprias em suas definições, elas acabam, por vezes, em algum ponto, convergindo e se autoafirmando mutuamente.

Nascimento (1994) faz uma distinção desses conceitos. Para ele, **desigualdade social** está relacionada à distribuição da riqueza socialmente produzida na sociedade capitalista; **pobreza** faz referência à situação dos recursos suficientes para a sobrevivência dos membros dessa sociedade, se estes possuem condições materiais e financeiras para uma vida digna ou se estão sem condições de suprir sequer suas necessidades básicas e **exclusão social** seria um conceito mais direcionado à lógica da ruptura de vínculos sociais, o que envolve a coesão social. Complementa essa definição de exclusão social, enfatizando dois aspectos sobre esse conceito.

O primeiro, relacionado a um “processo social de não reconhecimento do outro, de rejeição, de intolerância o que provoca uma dificuldade de reconhecer, no outro, direitos que lhes são próprios” (NASCIMENTO, 1994, p. 31). O segundo aspecto diz respeito ao “não reconhecimento que se traduz numa exclusão de direitos”. Explicita essa segunda acepção indicando os grupos que não conseguem se engajar no mercado de trabalho pela simples falta de condições

¹¹⁸ LGBTQIAP+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, e mais. Fonte: <https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/> Acesso em: 18 dez. 2019.

mínimas de conhecimento, o que ocasiona a sua exclusão social. Dessa forma, há uma configuração transmitida pelo termo sinonimicidade entre pobreza e exclusão social, pois tanto um, como o outro indicam, invariavelmente, um processo de apartação na sociabilidade legitimada.

Sposati (1998) também lança apontamentos sobre as definições e limites entre pobreza e exclusão social. Cita que a pobreza tem aspectos absolutos e relativos, ou seja, pode ser mensurada, enquanto que a exclusão social é perpassada por elementos de estigmatização, discriminação, que podem ser ampliados por aspectos culturais e éticos. Dessa forma “ela estende a noção de capacidade aquisitiva relacionada à pobreza e outras condições atitudinais, comportamentais que não se referem só à capacidade de não retenção de bens”. (SPOSATI,1998: p.03).

Para a supracitada autora, exclusão social seria a negação da cidadania, o que confronta diretamente a noção estabelecida na sociedade moderna sobre o direito como algo universal. Assim, o termo exclusão tem a mesma constituição de denúncia como em Lenoir (1974), o que coloca o termo dentro de uma perspectiva positiva, pois ao se debruçar sobre e exclusão social temos a possibilidade de ler a realidade social a partir de suas contradições.

Esse conceito à luz da compreensão de Sposati (2011), amplia o seu alcance para além da pobreza material, espraiando-se para as questões de gênero, raça, etnia, dentre outros. E, ao mesmo tempo, mostra-se embutido como elemento motor pelas reivindicações de cidadania, igualdade e, principalmente, equidade social.

Martins (1997) indica, por seu turno, que a exclusão social não é um fenômeno novo. Na verdade, ela faria parte do processo de relações produtivas, com impactos no campo social e simbólico das sociedades modernas. Em perspectiva de crítica à noção de exclusão social, afirma que o termo exclusão é a tentativa de encaixar dentro de um conceito todas as mazelas provocadas pela sociedade capitalista. Indica ainda que essa sociedade cria e recria continuamente novos formatos e modalidades de exclusão social, à medida que avança nas suas configurações e reconfigurações no seu modo de produção e reprodução capitalista, também lhe é peculiar a criação de novas formas de reintegração ou nos moldes de uma “inclusão precária” constante.

Para o citado autor, a exclusão social passa a ser um problema, para o capitalismo, quando os mecanismos de inclusão não mais conseguem acompanhar o ritmo das determinações excludentes de parcelas significativas da sociedade, tornando-as humanos ditos descartáveis segundo as necessidades do capital. Esse processo que gera, em larga escala,

miséria, abandono, pobreza, marginalidade e sofrimento, provoca, no processo reverso, a criação de uma inclusão degradante ou precária, a saber:

A sociedade moderna está criando uma massa de população sobrando, que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico. Em outras palavras, o período de passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório (MARTINS, 1997:33).

Martins (2002), ao anunciar que a sociedade do capital é constituída por processos contínuos e descontínuos de estruturação e desestruturação, o que implica, invariavelmente, no processo de “empurrar para fora, a excluir, mas ao mesmo tempo o faz incluir ainda que de forma degradada, ainda que em condições sociais adversas” (p. 46). E, nesse processo de empurrar para fora, que se mostra uma das faces perversas desse conceito, pois ao empurrar para fora o sujeito, o desloca também, para fora das suas relações sociais, privando-os do direito dessas relações. Segundo enuncia este autor:

parece uma coisa nova, um modo de vida do excluído que não consegue ser reincluído (...). A pessoa consegue ganhar alguma coisa para sobreviver, mas não se dá no plano social. A pessoa não se reintegra numa sociabilidade “normal” (...) nessas áreas de excludências (...) as pessoas estão incluídas economicamente, ainda que de modo precário, mas estão criando um mundo à parte (...). A nossa sociedade está se transformando numa sociedade dupla, duas “humanidades”, na mesma humanidade. De um lado, uma humanidade constituída de integrados (ricos e pobres). Todos, inseridos de algum modo, decente ou não, no circuito reprodutivo das atividades econômicas: todos o que vender e o que comprar. (...). Essa outra humanidade é uma sub-humanidade em todos os sentidos. Ela se baseia em insuficiências e privações que se desdobram para fora do econômico. As pessoas podem ter dinheiro (...), mas estão à margem. São tratados como cidadãos de segunda classe e sabem disso. Está se criando de novo no mundo uma sociedade do tipo feudal: as pessoas estão separadas socialmente por estamentos, categorias sociais rígidas que não oferecem alternativa de saída (MARTINS, 2002: p. 35-36).

Em sua obra *A sociedade vista do abismo* (2003), o referido autor retoma o tema exclusão social e explicita:

A sociedade que exclui é a mesma que inclui e integra, que cria formas também desumanas da participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos.[...]manifesta-se ainda num radicalismo interpretativo ilusório e superficial que se recusa a reconhecer a competência integradora e até patologicamente includente, aliciadora, dos processos econômicos e do sistema eco que se nutrem da exclusão manifesta-se, sobretudo, o bloqueio do verdadeiro pensamento crítico, base e condição da construção da esperança. (p. 11).

Dessa forma, o autor destaca que o discurso da exclusão faz parte da oratória dos incluídos, dos integrados, à nível do sistema, da economia e dos valores que lhes são subjacentes. Isso implica que na retórica da exclusão os elementos que conformam essa situação são descritos, mas a base dessa

configuração, sua dinâmica reprodutiva não é sinalizada. Isso implica que em bora se trate da exclusão e suas especificidades de forma socialmente crítica, a postura por uma mudança de ordem social não é trabalhada.

Em artigo sobre pobreza, desigualdade e exclusão, Fleury (2007) assim define a exclusão social:

A exclusão se refere à não incorporação de uma parte significativa da população à comunidade social e política, negando sistematicamente seus direitos de cidadania - envolvendo a igualdade de tratamento ante a lei e as instituições públicas - e impedindo seu acesso à riqueza produzida no país (p. 1423).

Nesta perspectiva, a noção de exclusão social acaba por não referidos à concepção de pobres então conhecidos pela sociologia, mas diz respeito à produção de uma “sociedade paralela”, que pode até incluir em termos econômicos, mas do ponto de vista moral, social e político é extremamente excludente. Esse fenômeno é o que Martins, (1997) define como inclusão marginal que se traduz “na inclusão dos que são alcançados pela nova desigualdade social provocada pelas grandes transformações econômicas e para os quais só há, na sociedade, lugares residuais. (p. 84). Portanto, o sentido da exclusão social enquanto correlata de pobreza centra-se na desagregação humana, a significar o seu não reconhecimento social e a sua não pertença aos processos das relações sociais.

Passo ao próximo tópico, procurando trabalhar a correlação entre pobreza e vulnerabilidade social, outro termo recorrente no terreno da proteção social e que tem relação direta com as novas determinações da nova ordem sócio, econômica e cultural mundial.

4.1.4 Pobreza como vulnerabilidade social

O conceito de vulnerabilidade social pode ser compreendido como um daqueles conceitos guarda-chuva que, sob sua aba muitas definições e determinações agrupam-se e delinea seu caráter multidimensional. Assim como a noção de exclusão social discutida acima, o conceito de vulnerabilidade emerge a partir da análise sociológica sobre as novas configurações do sistema capitalista a partir da década de 1970 e seus impactos nas relações sociais caracterizados pelos processos de precarização do mundo do trabalho, desemprego estrutural e despojamento dos direitos sociais e trabalhistas.

Esse conceito tem principalmente nos estudos de Robert Castel (2008) e Serge Paugan (2010) seus principais representantes, pois foi através de seus escritos que se abriram uma via de análise sobre as dimensões da “nova” pobreza, marcada pela descartabilidade de

amplos segmentos populacionais diante à nova ordenação política, social, econômica e cultural que se abriu a partir da retomada da ideologia liberal, marcada predominantemente pelo acirramento das desigualdades sociais. Contudo os dois autores, trilharam abordagens diferentes sobre a nova realidade mundial.

Robert Castel (2001) discutiu e introduziu a perspectiva de uma “nova questão social”, expressa pelo dismantelamento de condições até então seguras no campo do trabalho e social. Esse dismantelamento se concretiza pela desestabilização dos estáveis, na precarização do trabalho e na fragilização da sociabilidade primária(família) e da proteção social da sociabilidade secundária (grupos de amigos, instituições). De acordo com Castel (2008) esse processo leva à uma insegurança, uma incerteza que poderá chegar ao infortúnio. Essas inseguranças estariam diretamente relacionadas à desfiliação da sociedade do trabalho, a qual é motor de integração e reconhecimento social. Estar fora dessa zona, indica a possibilidade de uma situação de ausência de participação produtiva e/ou social, ou seja, de situação de vulnerabilidade, o que leva ao isolamento social. Estar em isolamento social, indica uma situação em zonas de exclusão, portanto pertencente ao grupo dos supranumerários, inúteis, ou “não integrados e não integráveis”. São os desfiliaados sociais.

Serge Paugan (2010), também buscou analisar a nova configuração social instaurada a partir do desmonte do Estado de Bem Estar Social, para melhor especificar essa nova pobreza, escolheu trabalhar com o conceito de desqualificação social. Esse processo de análise parte da gradativa expulsão de segmentos sociais do mercado formal de trabalho e da consequente “segurança” nele contida, para o encontro com o mundo da assistência social, afiançada pelo Estado através de suas instituições. Essa passagem é constituída por três fases: a fragilidade, a dependência e a ruptura dos vínculos ou dissolução social. Contudo, é na última fase que ocorre a dessocialização em decorrência do acúmulo dos “fracassos sociais” e o aparecimento da auto imagem de “sobrante” social. Segundo Arregui e Wanderley (2009), o conceito de vulnerabilidade social ganhou maior visibilidade pública enquanto substituto do de pobreza a partir dos anos 1990, no Brasil, em meio ao contexto contemporâneo de medos, incertezas e inseguranças (sociais, civil, socioambientais, dentre outros modos de sua configuração). E assim alertam em sua análise sobre este conceito, a saber:

Embora cada área de conhecimento incorpore a noção de vulnerabilidade, e mesmo que seu uso seja tão frequente a partir da década de 1990, não é possível ainda detectar um arcabouço teórico conceitual coerente em torno dela. Mas o que parece ser comum em quase todas as abordagens é a relativa ligação da noção de vulnerabilidade com a equação com o conceito de risco ou, posto em outros termos,

a noção de vulnerabilidade com a equação entre exposição ao risco e capacidade de resposta da população. (ARREGUI; WANDERLEY, 2009: p. 151)

Desta feita, vulnerabilidade social diz respeito não somente às necessidades sociais/carências/privações materiais de indivíduos, mas também aos seus “ativos e capacidades/recursos” para enfrentarem situações de insegurança social. Sugerem a construção de uma nova gramática social para tratar dos temas relativos à pobreza, à desigualdade e à injustiça social.

Esta abordagem da vulnerabilidade baseada nos “ativos/recursos e nas capacidades”, focada nos indivíduos/grupos e nas “suas carências”, parece responder a demandas de ajuste fiscal do Estado e de corte nos gastos públicos consoantes ao projeto neoliberal à brasileira em curso. Para fins de ampliação deste conceito, importa destacar uma abordagem processual da produção e reprodução da vulnerabilidade social, voltada à garantia e/ou ampliação de direitos e de proteção social. De modo a reconhecer as exposições desiguais aos riscos e aos processos socioeconômicos e políticos que as alicerçam no mundo capitalista contemporâneo e em suas particularidades no capitalismo brasileiro periférico, dependente e de gênese colonial.

Na acepção de Ximenes (2010), o conceito de vulnerabilidade social refere-se à situação de pessoas e/ou grupos em condições de fragilidade, expostos a riscos e a variações de degradação social. A vulnerabilidade social apresenta-se, ao mesmo tempo, enquanto fator de exposição e fator condicionante de uma exclusão mais acentuada, de discriminação e de enfraquecimento de laços sociais. E sua origem e/ou agravamento decorrem de crises econômico políticas, pobreza, educação deficiente, localização territorial, dentre outros (XIMENES, 2010). Nesse sentido, a vulnerabilidade social se expressa pela inexistência ou dificuldade em acessar a estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais ofertadas pelo mercado, sociedade ou mesmo pelo Estado. Essas desvantagens geram em grupos ou pessoas situações de desproteções e insegurança, o que pode evidenciar, ainda mais, a condição de exclusão e de marginalidade social.

Segundo Pizzaro (2006 apud Ximenes, 2010), a vulnerabilidade social possui dois componentes de destaque. O primeiro diz respeito à condição socioeconômica, que lança sobre pessoas, famílias e grupos a insegurança e a incerteza da manutenção das condições básicas de vida e sobrevivência. O segundo remete às formas de enfrentamento dessa (as) vulnerabilidade (s) por parte das pessoas, famílias, grupos e comunidades, que apresentam recursos insuficientes, o que diminui sua capacidade de respostas frente às dificuldades socialmente impostas e/ou à condição precária ora apreendida enquanto “(...) condição

politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas deficientes e ficam expostas às violações, à violência e à morte” (BUTLER, 2015, 46).

Importa considerar que a emergência desse conceito de vulnerabilidade social, nos anos 1990, ocorreu a partir de um alegado esgotamento da matriz analítica da pobreza reduzida ao viés econômico (renda e consumo). Existe uma tendência bastante difundida por organismos internacionais, com destaque ao Banco Mundial, à Organização das Nações Unidas e à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, em adotarem esse conceito como norteador de políticas sociais e econômicas para os territórios afetados pela pobreza ao redor do mundo. Vale salientar que essas propostas não estão voltadas para a compreensão dos condicionantes e determinantes estruturais e dinâmicas específicas dessa condição, e sim para mapear os setores mais desprovidos de condições, já que utilizam indicadores de acesso e de carências para a satisfação das necessidades básicas (MONTEIRO, 2011)

Ao citar a pesquisa pioneira realizada por Mozer, em 1998, sobre essa condição na América Latina, Monteiro (2011) indica que a vulnerabilidade social não se encontra somente entre os mais pobres, mas perpassa parte significativa da sociedade em decorrência do alto grau de desproteção e insegurança que impedem a capacidade de satisfação de necessidades consideradas como básicas tais como alimentação, vestuário e habitação.

Ligada a uma ideia de predisposição de condicionantes que geram ou agravam a situação social de indivíduos/grupos, a vulnerabilidade social pressupõe a sua substituição por resistência, luta e força na busca da superação da negatividade simbólica e material que o próprio conceito carrega. Isso implica a arregimentação de pressupostos subjetivos e objetivos como motores da sua pseudo eliminação.

Para Katzam (1999), a vulnerabilidade pode ser compreendida como:

o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, provenientes da capacidade dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhorar sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais (KATZMAM,1999:25).

Pela sua capacidade de múltiplas formas e condicionantes, a vulnerabilidade social acaba por se constituir, nesta perspectiva, como um conjunto multifacetado e complexo de fatores que se direcionam ao sentido maior da precarização de recursos materiais capazes de prover a sobrevivência. O fato de a sua superação estarem envolvidos elementos simbólicos e materiais como forma de se acessar bens e serviços, objetivando um mínimo de mobilidade social, indica que a vulnerabilidade social se constitui também como fruto de uma construção social, a partir de determinantes sócio-históricos, que produzem mudanças e

transformações expressas no aparecimento de fragilidades socioeconômicas na vida da população.

A vulnerabilidade social aparece como um determinante externo, que corrói as estruturas e recursos materiais e simbólicas dos sujeitos, grupos ou “comunidades”. Esses recursos, para Monteiro, citando Kastsman (1999) e Figueira (2001), estão centradas em:

aspectos físicos caracterizados pelo meio de vida (como moradia e acesso a bens duráveis) e meios de produção”; *aspectos financeiros* “constituídos pelas diferentes instrumentos financeiros formais e informais, de acesso a crédito, poupança, cartão de crédito, caderneta, etc.”; *aspectos humanos* “recursos dispostos no território sobre a quantidade e a qualidade da força de trabalho”; *recursos sociais* “atributos coletivos pautados nas relações de confiança e reciprocidade, que se manifestam em redes interpessoais. (MONTEIRO, 2010: 34-35).

Portanto, a diminuição da vulnerabilidade se daria pelo fortalecimento dos sujeitos na busca de acesso a bens e recursos, objetivando a ampliação desse universo simbólico e material. Contudo, se faz mister lembrar que o acesso a esses recursos ocorre em conjunturas políticas específicas que determinam a ampliação e retração desse acesso, tendo como referência os interesses políticos e as relações de forças sociais que as embasam. De toda forma, esse discurso tende a analisar a vulnerabilidade social sob os seguintes ângulos. O primeiro aponta para uma perspectiva de culpabilização do sujeito através do seu conteúdo adjetivista, por circunscrever a vulnerabilidade a esferas micro como indivíduos, grupos ou comunidades em situação de vulnerabilidade, sem uma articulação mais profunda com a construção sociopolítica do Estado. O segundo aponta para uma perspectiva relacional e conjuntural ao focar na ideia relacional de risco e de potencialidades, a serem desenvolvidas pelas capacidades do sujeito, grupo ou comunidade.

Isso leva a compreensão de que toda análise sobre o conceito, determinantes e determinações sobre a vulnerabilidade não levam em conta o caráter estrutural da sociedade, aos condicionantes do contraditório processo a perpassa, nem propõem sua superação justamente por não considerar a vulnerabilidade como fruto da desigualdade social organicamente vinculada à estrutura e dinâmica da civilização do capital e às suas configurações particulares em distintas formações sócio-históricas. Nestes moldes, as estratégias propostas para a superação das situações de vulnerabilidades sociais se dão no campo do empoderamento e do desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos, em uma lógica paliativa, condicionando a saída dessa situação à vontade do indivíduo, sem relacionar a estrutura social às demandas de ajuste fiscal do Estado e o corte nos gastos públicos. Caso tal articulação fosse realizada, exigiria uma abordagem processual, focada nos direitos e na

proteção e na exposição desigual aos riscos e suas causas políticas e econômicas alicerçada no deciframento das estruturas, dinâmicas e configurações do modo de vida capitalista nas particularidades sócio-históricas dos distintos países.

Em interpretação crítica peculiar, vale destacar a análise de Lúcio Kowarick (2009) acerca da pobreza na vida brasileira contemporânea, ou seja, em sua dimensão política expressiva de uma negação ou ausência de direitos de cidadania (social, política e civil). Segundo Bezerra (2014):

(...) este autor parte do descompasso histórico entre a consolidação democrática e a vulnerabilidade em relação aos direitos sociais básico, sociais e civis, vivenciada por segmentos pauperizados no Brasil anos 2000. Traz para o debate contemporâneo sobre a pobreza urbana sua noção de subcidadania característica de extensos segmentos populacionais residentes nas periferias brasileiras situados nos limites da pobreza. Problematiza os discursos sobre a pobreza urbana emergentes nos contextos europeu e estadunidense dos anos 1990 e 2000, de forma a relativizá-las e torná-las viáveis à análise das particularidades brasileiras. E propõe, então, as noções de vulnerabilidade socioeconômica e vulnerabilidade civil para pensar os processos e condições urbanas de vida das populações nas periferias urbanas (...) (p.06)

Assim, na versão de Kowarick, (2009) a vulnerabilidade socioeconômica consiste na “(...) situação de desproteção a que vastas camadas pobres se encontram submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania”. (p.19).

A vulnerabilidade civil por seu turno se caracteriza pela

integridade física das pessoas, ou seja, ao fato de vastos segmentos da população estarem desprotegidos da violência praticada por bandidos e pela polícia. Sua expressão máxima é o homicídio, mas também está presente nos assaltos ou roubos, espancamentos, extorsões e humilhações que fazem parte do cotidiano das famílias de baixos rendimentos” (KOWARICK, 2009: p. 19-20).

Nesta interpretação, a vulnerabilidade à brasileira abrange os campos socioeconômico e civil, a trazer como característica a marca de uma cidadania precária que, mesmo com a inscrição de direitos no quadro das garantias legais/ jurídico-políticas, de fato não se materializa no cotidiano da população. A garantia e a extensão de direitos básicos ocorrem de forma irregular ou incompleta, tornando o processo da cidadania truncado ou subcidadania (KOWARICK, 2010). Para esse autor, o processo de construção político cultural colabora para essa situação. De um lado, tem-se a naturalização das expressões da questão social – com enfoque na pobreza e situações de vulnerabilidade social – atribuídas ao azar, ao acaso, ao destino ou tomando as consequências de processos estruturais como causas de *per si*. Dessa forma, destitui-se da pobreza o seu caráter estrutural e o seu significado político, caindo-se na inevitabilidade do processo social e político-econômico, sem se definir, assim, as

responsabilidades de garantia da proteção social pública. Por outro lado, temos o viés político cultural da neutralização dos fatos através do sufocamento das tentativas de desestabilização da ordem através de mecanismos de invisibilização, silenciamento e desqualificação social daqueles (as) brasileiros (as) na posição histórica de subalternizados.

Dentre estes (as), merecem destaque os povos indígenas, em especial quando desigualdades/vulnerabilidades sociais/pobreza e discriminações étnico-raciais entrecruzam-se e complexificam-se neste século XXI. No contexto internacional relativo aos povos indígenas, as condições de acesso a direitos sociais (como educação, saúde, assistência social, segurança pública, renda/trabalho) é considerada relativamente baixa, a encontrarem-se atravessados pelas dinâmicas da pobreza multidimensional tanto em países centrais, como naqueles em desenvolvimento, conforme registra Garcia (2014): p. 6):

En ele primer informe sobre lá situacional de lós pelos indígenas dele mundo, realizado por la Organización de las Naciones Unidas, los pueblos indígenas suman unos 370 millones de personas a nivel mundial en el 2010. Y de acuerdo al Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas pese a que la población indígena constituya aproximadamente el 5% de la población mundial, también constituyen el 15% de los pobres del mundo. El pertenecer a una identidad indígena es en la actualidad ser una persona vulnerable a las consecuencias de la injusticia, violencia, corrupción, impunidad, discriminación y represión. (p.06)¹¹⁹

O Fórum Permanente das Nações Unidas para as Questões Indígenas calculava que, em 2000, existiam entre seis e sete mil idiomas ativos ao redor do mundo. E, deste total, 90% tenderá a desaparecer nos próximos 100 anos em decorrência do processo de globalização, que tende a nivelar culturas, através da proposta de um desenvolvimento social verticalizado, bem como via avanço tecnológico, na busca de uma homogeneidade linguística. Concordam também os participantes desse Fórum, que a falta de espaço político, desses grupos, povos e comunidades, na deliberação de políticas públicas e sistemas de governo poderá levar, em médio prazo, a um desaparecimento das culturas e das cosmovisões indígenas.

No campo da saúde, as perspectivas sobre a vulnerabilidade desses povos também chamam a atenção pois, de acordo com o mesmo Fórum:

En materia de salud se tiene como principales problemas, en grupos indígenas, la pobreza y la desnutrición, ya que estos factores se vinculan con condiciones de

¹¹⁹ No primeiro relatório sobre a situação dos povos indígenas no mundo, realizado pelas Nações Unidas, os povos indígenas somavam cerca de 370 milhões de pessoas em todo o mundo em 2010. E de acordo com o Departamento de Informação Pública das Nações Unidas Unidos, apesar do fato de que a população indígena constitui aproximadamente 5% da população mundial, eles também constituem 15% dos pobres do mundo. Pertencer a uma identidade indígena é atualmente ser uma pessoa vulnerável às consequências da injustiça, violência, corrupção, impiedade, discriminação e repressão. (p. 06).

higiene, falta de servicios médicos básicos, entornos contaminados, lugares de trabajo insalubres, falta de recursos alimenticios, y enfermedades constantes. El Foro Permanente de las Naciones Unidas para las Cuestiones Indígenas ha señalado que en todo el mundo más del 50% de los adultos indígenas de más de 35 años padece diabetes tipo 2, en donde incluso ha trascendido de forma epidémica poniendo en peligro a la comunidad indígena en donde se presenta. (...) la desnutrición, la anemia, las enfermedades intestinales, la diarrea, las infecciones respiratorias, la tuberculosis y el cáncer cervicouterino, e incluso son las principales causas de muerte en miembros de dichas comunidades indígenas.(GARCIA,2014:p.07)¹²⁰

Assim, o tema dos grupos indígenas como um grupo socialmente vulnerável, dentro de um contexto de globalização e suas implicações têm se tornado pertinente tanto por ser uma questão sociopolítica, como pelo caráter humanista que essa problemática carrega. Parte das sociedades ao redor do mundo tem uma origem histórica e cultural que se remete a povos indígenas. Dessa forma, as tendências econômicas, políticas e sociais que envolvem o processo de globalização capitalista devem ser consideradas, com vistas a garantir menor impacto junto a essas populações ainda existentes e resistentes em tempos contemporâneos. E apreender a pobreza ora registrada entre estes povos indígenas na vida brasileira presente, nas particularidades do campo empírico definido para esta pesquisa – o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Indígena Pitaguary, em Maracanaú-CE – a partir da Política de Assistência Social (PAS) operacionalizada neste território, conforme se pretende fazê-lo nesta dissertação, implica compreender as concepções de pobreza e correlatas adotadas no âmbito desta política pública, conforme se busca explicitar ao longo desta dissertação. Portanto, estabelecer este breve diálogo crítico com as principais interpretações acerca da pobreza e noções/conceitos a esta correlacionais, conforme adotadas neste Brasil contemporâneo, tornou-se fundante neste percurso analítico.

Nestas aproximações sucessivas do objeto de estudo desta dissertação, discuto, no item seguinte acerca da pobreza em tempos desafiadores para o campo da proteção social frente aos desafios de uma ordem imperialista que vem se adensando e mostrando seu poder de aniquilação contra medidas que impedem o avanço do mercado como regulador das relações sociais.

¹²⁰ Em termos de saúde, os principais problemas são a pobreza e a desnutrição nos grupos indígenas, uma vez que esses fatores estão ligados às condições de higiene, falta de serviços médicos básicos, ambientes contaminados, locais de trabalho insalubres, falta de recursos alimentares, e doenças constantes. O Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas indicou que em todo o mundo mais de 50% dos adultos indígenas com mais de 35 anos de idade sofrem de diabetes tipo 2, onde até mesmo transcendeu de forma epidêmica, colocando a comunidade em risco indígena onde ocorre. (...) Desnutrição, anemia, doenças intestinais, diarréia, infecções respiratórias, tuberculose e câncer de colo do útero, e até são as principais causas de morte em membros dessas comunidades indígenas (GARCIA, 2014: p.07).

4.2 Sobre a pobreza brasileira em contexto de (des)proteção social avançada: afinal, do que se trata?

Ao se abordar a questão da pobreza, torna-se imprescindível compreender a relação desse fenômeno com as relações existentes no processo capitalista que dispõem em lugares distintos os que detêm os meios de produção e os pobres, esses destituídos de expectativas, de direitos e oportunidades. Iamamoto (2010) indica que essa contradição é inerente ao próprio sistema capitalista por trazer, no seu processo estruturante, a desigualdade entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, entre produção coletiva da riqueza social – via socialização do trabalho coletivo – e a apropriação privada dos frutos sociais desta produção fundada na exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe capitalista. Gera, portanto, desigualdades sociais marcada pela concentração de renda /da riqueza socialmente produzida nas mãos da classe capitalista em detrimento da classe geradora desta riqueza pela via do trabalho coletivo e/ou abstrato.

Neste País, a desigualdade manifesta-se de forma acentuada e está ligada à própria formação sócio-histórica brasileira, estando ligada ao próprio sentido da colonização e seus consequentes desdobramentos como a escravidão indígena, negra, o autoritarismo e ao desrespeito às conquistas da classe trabalhadora. Essa condição, que é marca das economias periféricas, dependentes e colonizadas, tem, no Brasil, uma característica mais distintiva, pois sendo uma das grandes economias do mundo ocupa de acordo com relatório do Fórum Econômico Mundial o 60º lugar entre 82 no ranking que mede a possibilidade de mobilidade social. Isso significa a equação entre as condições socioeconômicas de um país e oportunidades oferecidas para que uma pessoa possa ascender na sua melhoria de vida. Segundo o referido relatório um brasileiro nascido em um baixo patamar de renda levaria no mínimo nove gerações para alcançar um patamar de renda média do país¹²¹.

O documento, que leva em consideração dez índices, indica as seguintes posições para o Brasil: aprendizagem (80ª), instituições inclusivas (74ª), oportunidade de trabalho (69ª), qualidade e equidade da educação (65ª), distribuição justa de salário (64ª), saúde (60ª), acesso à educação (57ª), acesso à tecnologia (56ª), condições de trabalho (39ª) e proteção social (38ª).

¹²¹ Fonte: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/01/22/ranking-social-global-brasil-mobilidade-social.htm?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996 Acesso em: 22 jul. 2020.

O que a realidade brasileira atualmente vivencia não está dissociado de uma conjuntura político-econômica mundial iniciada com a nova estruturação do capitalismo como resposta à crise do fordismo e ao modelo de bem-estar social, instituído no pós-guerra como resposta à crise mundial. A resposta dos considerados estados imperialistas como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, França dentre outros foi uma internacionalização do mercado, reestruturação produtiva com incremento tecnológico e novos modelos de gestão e a financeirização do capital, o que Yamamoto (2016) denomina de “Capital Fetiche”. Esse movimento adentrou todas as esferas da vida social, gerando impactos profundos principalmente na realidade de países periféricos como o Brasil.

Essa perspectiva político-cultural e econômica denominada de neoliberalismo, tornou-se hegemônica e está pautada numa espécie de disputa

estimulada pela ideologia do empreendedorismo e pela ditadura do sucesso, e que tem sua tradução religiosa na teologia da prosperidade. [...] o neoliberalismo, através de seus valores, interfere em todo tipo de relações sociais, moldando-as, constituindo por assim dizer um “novo modo de vida. (FILGUEIRA e DRUCK.2019, p.15).

Instalada a “nova onda”, o mundo se viu por um lado diante de uma realidade marcada pelo avanço tecnológico até então inimaginável e o conseqüente e extraordinário crescimento das riquezas nacionais dos países ditos de ponta e de outro uma ampliação no fosso entre os países centrais e os de economia periférica. Esse novo momento ideológico-político também fez surgir ondas internacionais de xenofobia, racismo, homofobia, misoginia e o surgimento de movimentos antidemocráticos.

No Brasil, esse período se iniciou com o governo do então presidente Collor de Mello(1990-1992), primeiro presidente eleito de forma democrática, após o período de ditadura que o país mergulhou desde o golpe militar em 1964 o qual foi seguido pelos dois mandatos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2003), que em consonância com proposta de internacionalização e globalização da economia e balizado com as determinações de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), conseguiu aprofundar a desigualdade social no território nacional. A gestão de Fernando Henrique foi sucedida pelo governo Lula da Silva que embora moderando os efeitos deletérios dessa nova forma de gestão capitalista (neoliberalismo e financeirização do capital) não conseguiu romper a lógica desse sistema, nem conseguiu barrar o levante silencioso de setores reacionários a uma proposta de governo alicerçada na possibilidade da equidade social. Lula enfrentou as refrações de uma conjuntura marcada de um lado pelo aumento do descontentamento do desamparo estatal frente as precárias situações

de vida de parte significativa da população e por outro não conseguir alimentar a contento os interesses dos setores políticos e suas representações voltadas a dinamização da nova ordem financeira internacional no território nacional.

Dessa forma, foi se moldando um contexto no qual, segundo enunciam Filgueira e Druck (2019):

[...] as massas deserdadas pelo novo tipo de capitalismo, desesperadas pela degradação brutal de suas condições de vida e trabalho, têm encontrado no movimento neofascista (nacionalista, xenófobo, racista, religioso, anti Estado e avesso às políticas sociais) e em sua narrativa um desaguadouro para suas frustrações, seus medos, rancores e ressentimentos, identificando no “outro” (imigrantes, judeus, negros, políticos tradicionais, funcionários públicos corruptos, artistas degenerados, ateus, intelectuais de esquerda etc.) a origem de seus problemas. (FILGUEIRA e DRUCK, 2019, p.02).

E estes autores continuam sua análise ao assinalar que:

[...] estabelece-se cada vez mais uma relação simbiótica entre neoliberalismo-capital financeiro e o neofascismo, por duas razões. De um lado, o capitalismo financeirizado neoliberal, ao não conseguir incorporar em seu movimento as grandes massas da população, tem dificuldades crescentes de conviver com a participação política dos “de baixo” e, por consequência, com o Estado de direito e suas instituições, ou seja, com a democracia formal criada pelas revoluções burguesas. A permanente precarização das condições de vida e trabalho da maioria da população não é mais apenas produto de uma situação extraordinária que aparece em momentos de crise; a “normalização” dessa nova situação exige, cada vez mais, um Estado de exceção: a exceção se transforma em norma. De outro lado, o capitalismo financeirizado neoliberal, conforme já visto anteriormente, cria e reproduz as circunstâncias e o ambiente econômico-social no interior do qual surge e se difunde o autoritarismo e o neofascismo. (op cit).

A culminância desse processo no Brasil se deu com o golpeachment da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, marcado pela articulação das bancadas do agronegócio, do capital financeiro, evangélica e conservadores com o apoio da mídia, sintetizando assim os interesses de poderosos sujeitos políticos desejosos pela exploração dos recursos naturais e a dilapidação do patrimônio e fundo. Temer (2016/2018) assumiu a defesa do livre mercado; uma política de desmonte da seguridade social e do patrimônio público, contando ainda com a ajuda e articulação de instituições do próprio Estado como o Poder Judiciário, Polícia federal e Ministério Público¹²².

Eleito em 2018, com 57.797.423 votos, 55,13% dos votos válidos, Jair Messias Bolsonaro chegou a chefe do Executivo nacional com um discurso mais austero do que o do seu antecessor, alinhado aos interesses de financeirização da economia, abertura aos grandes mercados internacionais, redução do Estado e enxugamento do gasto público, por outro lado

¹²² Nessa questão se encontra a ação do Ministério Público e Poder Judiciário e suas manobras para o impedimento da candidatura de Lula à presidência no pleito de 2018.

sua fala traz um tom moralista/religioso onde elementos homofóbicos, misóginos, xenófobos têm acentuada presença. Aproveita ainda das refrações da grande crise de 2008 na economia nacional e seus impactos na vida social de milhares de brasileiros para selar o período petista com uma narrativa de culpabilização daquelas gestões pelo atual quadro de desproteção social brasileira.

O grande “pulo” de Jair Bolsonaro foi a formatação de uma estruturada rede de mídia digital a partir da qual, com certa facilidade, conseguiu convencer milhares de pessoas de suas propostas. A chamada fábrica de “*Fake News*” invadiu o país, contribuindo para fazer tombar as perspectivas da esquerda brasileira que não teve habilidade suficiente para formatar estratégias e sair em contra ataque ao poder influenciador dos recursos digitais utilizados por aquele que foi alçado à figura de “mito”.

Passado um ano de sua eleição, o governo do então presidente Bolsonaro defronta-se com um número crescente de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, com tendência de ampliação devido a um desgoverno que, querendo atender aos ditames de interesses do capital internacional, lança parte considerável da população no limbo da pobreza. Contexto marcado pela desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas em expansão, a configurar a desresponsabilização social ampliada do Estado brasileiro para com o contingente de pauperizados e precarizados deste país.

Em agosto de 2019, passados 06 meses de seu governo, os dados do Cadastro Único indicavam o seguinte quantitativo, conforme a tabela abaixo:

Quadro 4 - Quantitativo de pessoas e a média per capita da população cearense

Per capita de até R\$ 89,00	Per capita entre R\$89,00 e R\$178,00	Per capita entre R\$178,01 e R\$499,00	Per capita acima de R\$ 499,00
13.283.061	2.977.497	6.057.134	5.932.971

Fonte: Diário do Nordeste. Agosto /19.

Essa população, herança do período do governo do ex-presidente Michel Temer, também resultado do desmonte da seguridade social brasileira e da reforma trabalhista teve, já no início do governo Bolsonaro, que enfrentar a saída da equipe médica do Programa Mais Médico, deixando considerável parcela da população sem assistência médica, principalmente as que vivem nos rincões do Brasil.

No campo da previdência social, cuja reforma teve a justificativa de reduzir o déficit das contas públicas no período de 10 anos e combater privilégios, medidas impactantes como as regras que dificultam o acesso à aposentadoria e pensões; redução do valor do

benefício pago e aumento do tempo de contribuição; diminuição do valor de benefício para aqueles que se aposentam por invalidez e como medida mais severa a instituição de uma idade mínima para alcance da aposentadoria.

No campo da assistência social, o governo federal encerrou 2019 pagando um 13º salário aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Todavia, iniciou o ano de 2020 com o corte de orçamento em 03 milhões para o referido programa o que já deixa em fila de espera cerca de 04 milhões de famílias, de acordo com os dados do Cadastro Único de junho de 2020.

Com a chegada da pandemia de COVID-19¹²³, colapsando economias ao redor e pondo a prova a capacidade de resposta dos governos às populações pauperizadas, o governo Bolsonaro preferiu seguir a linha de pensamento de Donald Trump¹²⁴, ignorando as orientações de renomados instituições de saúde com relação aos cuidados preventivos para a nova doença, como também se manteve inerte diante das informações que davam e dão conta de um número astronômico de mortes decorrentes da nova gripe. Se não fosse a pressão da opinião pública, do corpo político, da mídia e de pressões internacionais talvez muito pouco tivesse sido feito. Enquanto o mundo se voltava para o Novo Corona Vírus, Bolsonaro tentava dar conta de abafar escândalos ligando a sua família à milícia e a peculato; trocas de ministros de Estado em decorrência da não anuência aos seus pensamentos; embates com o Supremo Tribunal Federal; litígios que envolvem o uso da Amazônia e a questão indígena.

A crise gestada pelo novo vírus, sugestionou o aparecimento de um exército de invisíveis para as políticas sociais. A nova configuração fez de um dia para o outro o país se deparar com a dura realidade de pessoas que existem, mas que, até então, eram invisibilizados aos olhos do Estado. A garantia do Auxílio Emergencial, pago pelo Governo Federal, foi a saída imediata para a sobrevivência de milhares de pessoas, assim como a mobilização política e econômica para apoiar empresas e indústrias nesse momento onde a economia praticamente parou.

¹²³ Os Coronavírus são uma grande família de vírus comum em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas como exemplo do MERS-Cov e SARS-Cov. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-Cov-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa. Fonte: coronavirus.saude.gov.br.

¹²⁴ Donald Trump foi eleito o 45º presidente dos Estados Unidos após uma das campanhas mais acirradas da história do país, derrotando a democrata Hilary Clinton. Trump venceu a ex-secretária de Estado em estados-chave, como Flórida, Michigan e Pensilvânia. Fonte: [Época.globo.com](https://epoca.globo.com).

Atualmente, mais de 53 milhões¹²⁵ de brasileiros são beneficiários do Auxílio Emergencial, outros milhares estão no aguardo do recebimento. Para as pessoas que já fazem parte do programa de transferência do Governo Federal, o pagamento é gerado de forma automática e é feito de acordo com a data do benefício Bolsa Família. Para aqueles que não estão incluídos no Programa Bolsa Família a Caixa Econômica elaborou um calendário em lotes de pagamento e seguindo o mês de aniversário do beneficiado.

O Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia -IBGE¹²⁶- apresentou agora em julho o resultado da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar mensal e os dados indicaram que aproximadamente 29.4 milhões de domicílios receberam alguns dos auxílios dispensados pelo Governo Federal como o Auxílio Emergencial, o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e o Benefício de Prestação Continuada, este último, de forma compulsória até a avaliação do Instituto nacional de Seguridade Social (INSS), o que corresponde a 68,3 milhões de domicílios no país, cerca de 43% do total. A pesquisa também revelou que em maio o repasse de um desses auxílios chegou a 26,3 milhões de residências. No Nordeste a cobertura foi de 58,9% aos domicílios.

Quadro 5 - Percentual de domicílios que receberam algum auxílio relacionado à pandemia e o valor médio recebido no domicílio – Brasil e Grandes Regiões – maio e junho de 2020

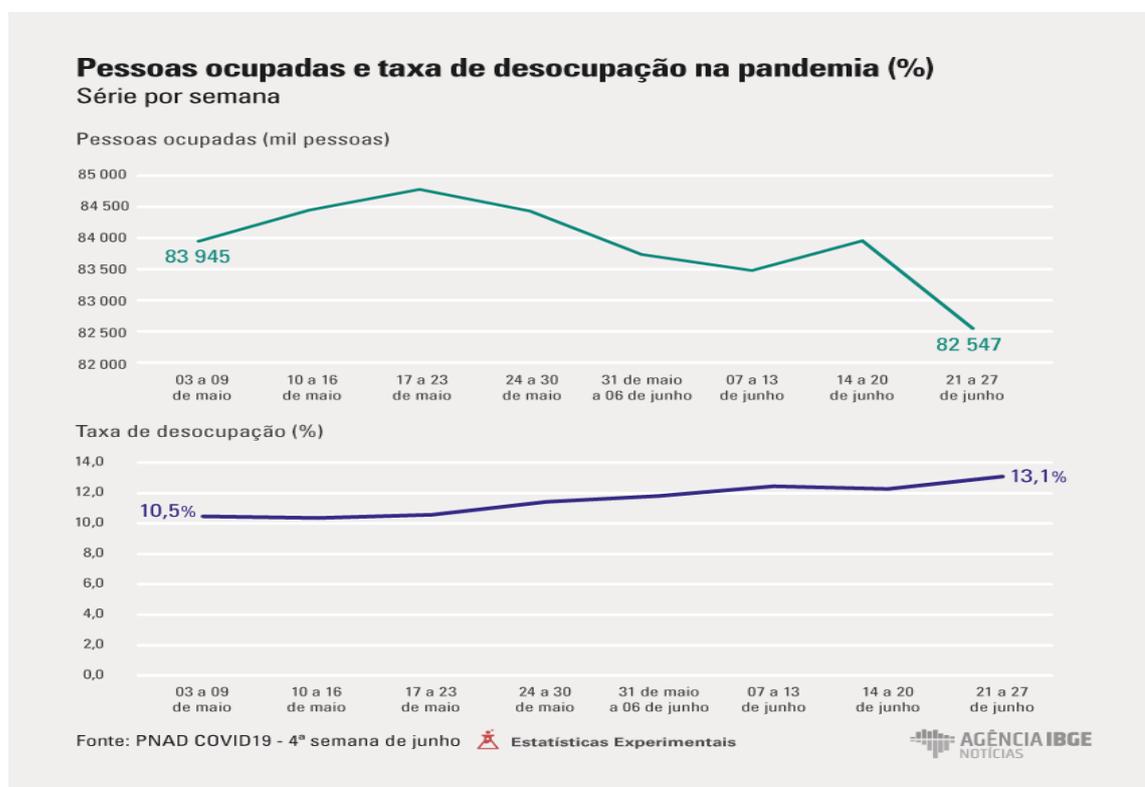
Brasil e Grandes Regiões	Percentual de domicílios que recebem auxílio relacionado à pandemia no total de domicílios (%)		Valor médio do auxílio (R\$)	
	Maio	Junho	Maio	Junho
Brasil	38,7	43,0	845	881
Norte	55,0	60,0	931	954
Nordeste	54,8	58,9	907	950
Sudeste	31,3	35,9	789	827
Sul	26,0	29,7	771	803
Centro-Oeste	36,7	41,4	793	834

Fonte: IBGE. jul. 2020.

Com relação a taxa de emprego o IBGE indicou entre os 83,4 milhões de trabalhadores, 14,8 milhões estavam afastados do trabalho e cerca de 7,1 milhões estavam sem remuneração, o que corresponde a 48,4% do total geral de trabalhadores. No Nordeste essa taxa foi de 51,8% de trabalhadores sem remuneração.

¹²⁵ Portal da transparência. Ministério da Cidadania, Acesso em: 15 jul. 2020.

¹²⁶ Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28355-pnad-covid19-29-4-milhoes-de-domicilios-receberam-auxilio-emergencial-em-junho>. Acesso em: 23 jul. 2020.

Gráfico 13 - Índice de ocupação e trabalho no Brasil no período de maio a junho/2020

Fonte: IBGE/07-2020.

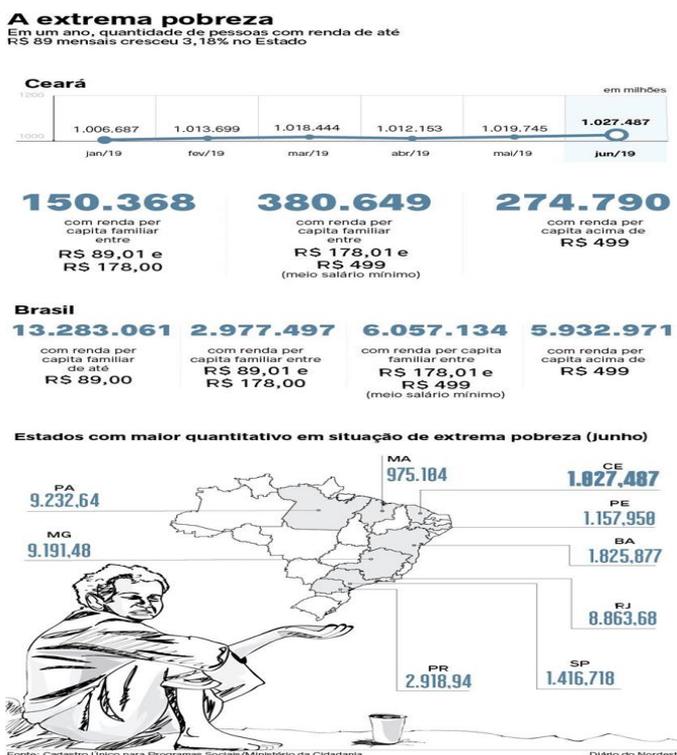
Muito embora as medidas adotadas pela gestão Federal, Estadual e Municipal como forma de amenizar a crise provocada pela COVID-19, os resultados são ainda incalculáveis, pois o processo pandêmico persiste e ainda com a possibilidade de novos surtos. Com a economia declinante o governo já anunciou que o crescimento do país vai ser na ordem de 0,02% em 2020, bem abaixo dos 2,1% previsto antes da pandemia o que se configura uma recessão técnica.

O cenário que se desenha no horizonte é preocupante e provocador principalmente no tocante as respostas que serão necessárias no campo da proteção social, em especial na assistência social, as quais parecem se avolumar decorrente da estagnação econômica o que reforça o ideário do Governo Federal em uma política ultraliberal, voltada para a abertura do mercado internacional, para exploração do solo e subsolo (garimpagem, perfuração de petróleo), do desmatamento (ampliação da agroindústria), venda de estatais, dentre outras medidas desregulatórias do mundo do trabalho. Isso aprofunda o fosso entre as camadas sociais e ao mesmo tempo em lança parte da população nas zonas de pobreza e extrema pobreza ao mesmo tempo em que inviabiliza a saída dos que lá se encontram.

4.3 Configurações da pobreza no Ceará e em Maracanaú em contexto de COVID-19: aproximações à situação de indígenas Pitaguary

No contexto cearense, a expressar as inflexões das conjunturas mundial e nacional no campo das determinações da nova ordem mundial do capital, a quantidade de pessoas em extrema pobreza de acordo com os dados do Cadastro Único, em 2019, foi de 31,7 mil, contra 995.777 do ano de 2018. O aumento no número de pessoas em pobreza extrema fez o estado ficar na quarta posição no ranking de estados com os maiores números de pessoas em situação de extrema pobreza. O Ceará ficou atrás de Bahia com 1.82 milhão, de São Paulo com 1.41 milhão e de Pernambuco que somou 1.15 milhão de pessoas vivendo com uma per capita de até R\$89,00. Já a pobreza cearense, ou seja, aqueles que têm uma per capita entre R\$89,00 e R\$ 178,00 chega a um total de 150.368 pessoas. Cabe salientar que essas condições são frutos da informalidade e/ou subutilização no mercado de trabalho.

Quadro 6 - Demonstrativo do crescimento da extrema pobreza no Ceará



Fonte: Diário do Nordeste. 13 set. 2019.

Com a chegada da pandemia de COVID-19, em março de 2020, as ações do governo, nas três esferas, se voltaram para os grupos que, historicamente, estão entre a vulnerabilidade e o risco sociais, seja pelas condições econômicas, sociais ou culturais. Nesse

sentido, tomaram como base as famílias inseridas no Programa Bolsa Família, para depois ir traçando estratégias para alcançar outras populações, como os informais, micro empresários, população em situação de rua, dentre outras.

No caso cearense, cerca de 656 mil famílias foram beneficiadas com alguma medida do governo estadual como a suspensão da taxa de contingência (corte de energia), a não cobrança da conta de água por um período de três meses e o recebimento do vale gás por um mês. Em Maracanaú, cidade de grande porte, aproximadamente 40.369 famílias estão inscritas no CadÚnico, correspondendo a 109.600 pessoas. Desse total, 19.573 famílias, cerca de 48% das famílias inscritas, vivem em situação de pobreza ou pobreza extrema. De forma mais precisa temos 15.605 famílias em situação de pobreza e 3.968 famílias que declararam ter renda zero mensal.

Em termos de Auxílio Emergencial do Governo Federal, todas as famílias inseridas no Programa Bolsa Família até 02-04-2020 tiveram a liberação do Auxílio Emergencial. No caso das famílias Pitaguary, foram ao todo 656 famílias contempladas com 05 parcelas que variam entre R\$ 600,00 a R\$1.800,00. Da mesma forma houve a concessão antecipada do Benefício de Prestação Continuada¹²⁷ para 04 indígenas, em conformidade com a alteração na LOAS¹²⁸ promovida pela Lei nº13.982 de 02 de abril de 2020.

A gestão estadual, a cargo de Camilo Santana do PT¹²⁹, tomou como medidas protetivas como a suspensão da cobrança das contas de água e negociou a suspensão do corte de energia por três meses pela empresa concessionária de energia, a ENEL. Proporcionou também a antecipação da data de pagamento aos beneficiários do CMIC¹³⁰, entre os Pitaguary foram 47 famílias, e a distribuição de 74 Kits de Higiene para as famílias indígenas Pitaguary

¹²⁷ Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-13982-2-abril-2020-789931-norma-pl.html>. Acesso em 09 jul. 2020.

¹²⁸ Lei Orgânica da Assistência Social.

¹²⁹ Partido dos Trabalhadores

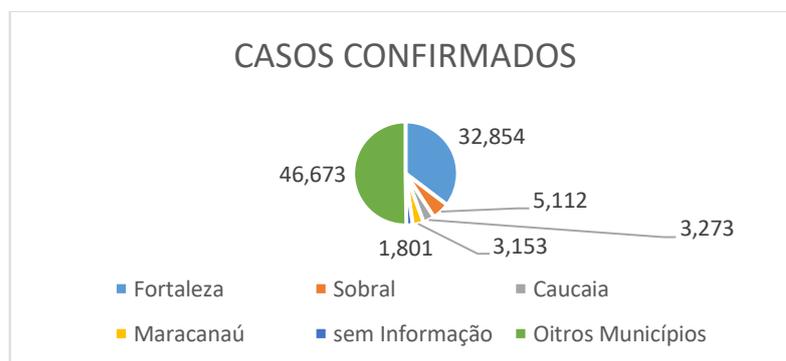
¹³⁰ Cartão Mais Infância Ceará faz parte do Programa Ceará Mais Infância, voltado para gestantes, crianças e suas famílias e criado pelo Governo Camilo Santana (PT) justamente com o propósito de englobar as várias etapas do desenvolvimento infantil, numa atuação multidisciplinar capaz de trazer novo impulso às áreas com maior número de crianças em situação de vulnerabilidade social. O programa oferece uma ajuda mensal a famílias que tenham per capita de até R\$ 89,00 na base do CadÚnico e que apresentem duas ou mais das seguintes vulnerabilidades: casa de taipa, não ter água encanada, ausência de banheiro. Fonte: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/EBook-MaisInfanciaCeara-2019.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2020.

inseridas nesse programa. Houve também a distribuição do Vale Gás¹³¹ para 170 famílias indígenas, de um total de 2.862 em Maracanaú.

As ações do município de Maracanaú, que tem a frente Firmo Camurça do PR¹³², direcionaram-se para a distribuição de cestas básicas para estudantes da rede pública municipal, entrega de cestas básicas para condutores de transporte escolar, artistas, permissionários do mercado, grupo populacional LGBT¹³³, ambulantes, famílias de pessoas com deficiência acompanhadas pelo CIRM¹³⁴ e condutores de topics, cadastrados no COOPTRAM¹³⁵.

De acordo com os registros da DATAPREV¹³⁶, 456 indígenas, não cadastradas no CadÚnico¹³⁷ procuraram acessar o Auxílio Emergencial via o aplicativo da Caixa Econômica Federal, desse total 177 foram considerados inelegíveis para o recebimento do auxílio em decorrência de contradições nas informações declaradas ao sistema, 180 ainda estão em análise e 99 tiveram a liberação confirmada.

Gráfico 14 - Cenário Epidemiológico de Maracanaú em Relação a outros Municípios



Dados extraídos do Boletim Vigilância Socioassistencial de Maracanaú. 1.ed. jun. 2020.
Fonte: Elaborado pelo autor.

¹³¹ O Vale Gás social é uma das medidas de auxílio às famílias vulneráveis no enfrentamento a COVID-19. Foram contempladas com o perfil, as famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância, inseridas no Cadastro Único e beneficiárias do programa Bolsa família com renda igual ou inferior a R\$ 89.00 e aos jovens inseridos no programa Superação. No total 245.966 famílias foram beneficiadas em Maracanaú. Fonte: <https://www.ceara.gov.br/acoes-de-apoio-as-familias-cearenses/beneficiarios-do-vale-gas/> Acesso em: 05 jul. 2020.

¹³² Partido da República.

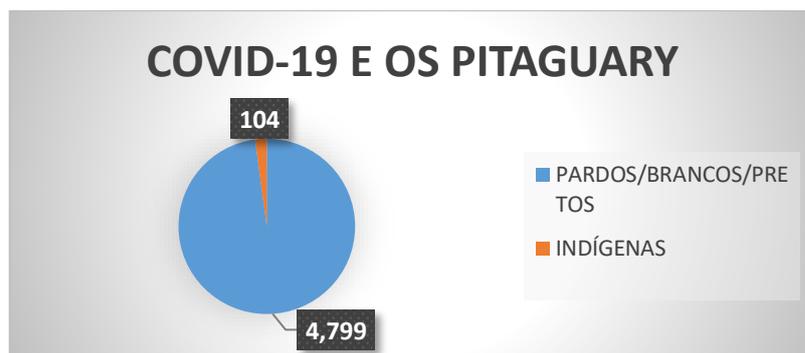
¹³³ LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais.

¹³⁴ Centro de Integrado de Recuperação de Maracanaú.

¹³⁵ Cooperativa de Transporte de Maracanaú.

¹³⁶ Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência é uma empresa pública brasileira, vinculada ao Ministério da Economia. É responsável pela gestão da Base de Dados Sociais Brasileira, especialmente a do Instituto Nacional do Seguro Social. Fonte: <https://portal2.dataprev.gov.br/> Acesso em: 04 jul. 2020.

¹³⁷ O que sugere a necessidade de maior busca ativa e esclarecimento acerca do CadÚnico junto a essa população.

Gráfico 15 - Índice indicativo da COVID-19 entre os Pitaguary até 17/07/2020

Dados extraídos do Boletim Vigilância Socioassistencial de Maracanaú. 1.ed. jun. 2020.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 7 - Informação de casos de COVID-19 em investigação e notificados em Maracanaú em julho- até 17/07/2020

CASOS NOTIFICADOS	CASOS INVESTIGADOS
1.717	9.713
Considera-se quando o sistema de monitoramento do Ministério da saúde é abastecido com os dados indicados pelas prefeituras, a partir de sintomas comuns a COVID-19	Considera-se quando o processo de definição do diagnóstico aguarda resultado.

Fonte: Disponível em: <https://indicadores.integrasus.saude.ce.gov.br/indicadores/indicadores-coronavirus/coronavirus-ceara> . Acesso em: 17 jul. 2020.

O processo pandêmico trouxe para a política de assistência social uma nova categoria denominada de “novos usuários da assistência social”, configurada pela população que não estava inserida no Cadastro Único, ou mesmo aqueles que tinham alguma forma de renda e conseguiam manter a si e/ou os seus. Com o isolamento social, o cenário mudou, pois com o fechamento de parte significativa do comércio e da suspensão de muitas atividades econômicas, esse grupo ficou desamparado, tornando-se público em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, portanto desprotegidos socialmente no que tange a renda. (PNAS/2004).

Na esfera indígena, a pandemia, por condições socioeconômicas e estruturais, tende a se tornar mais grave, pois a condição precária de acesso a uma alimentação mais equilibrada possibilita um flanco aberto a condições imunológicas mais suscetíveis. Não se tem ainda uma cura ou vacina específica, mas as informações de jornais, reportagens e outros meios dão conta de que pessoas com melhores condições alimentares, de habitação e de possibilidades de distanciamento social, tendem a passar melhor ou se recuperarem melhor da COVID-19. Por outro, condições de insalubridades, precárias condições de infraestrutura urbanas (acesso à água potável, saneamento), alimentação deficiente e com altas taxas de concentração e fluxo de pessoas em lugares públicos colaboram para a ampliação da curva de contágio.

Os desafios no campo da proteção social, em especial na assistência social, que parecem se avolumar no horizonte decorrente da estagnação econômica o que reforça o ideário do Governo Federal em uma política ultraliberal, voltada para a abertura do mercado internacional, para exploração do solo e subsolo (garimpagem, perfuração de petróleo), do desmatamento (ampliação da agroindústria), venda de estatais, dentre outras medidas, levando ao aprofundamento do fosso entre as camadas sociais e ao mesmo tempo lança parte da população nas zonas de pobreza e/ou extrema pobreza e inviabiliza a saída dos que lá se encontram.

A respostas para essa problemática que envolve articulação e mobilização política e social, parece deixar claro que não irá ser fácil de ser adquirida, mas as ações não podem parar, pois estamos tratando com vidas. Vidas que embasam a sociedade, que contribuem de alguma forma para a manutenção do corpo social, vidas que também são fruto de um processo histórico de negação, de desigualdade, de precariedade, de silenciamento e de invisibilidade socialmente produzido.

Neste processo de aproximações sucessivas do objeto de estudo em tela, buscou-se explicitar, com base nas teorizações e dados e/ou estatísticas ditas oficiais, a condição da pobreza no Brasil, no Ceará e em Maracanaú – em direção às particularidades adquiridas por este fenômeno social no território indígena Pitaguary – de maneira a compreender, no decurso desta pesquisa social, as concepções de pobreza e suas noções correlatas inscritas na forma central de seu enfrentamento/controlado acionada pelo Estado brasileiro nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal), qual seja: a Política de Assistência Social, no nível da Proteção Social Básica (PSB) operacionalizada, via Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). O foco direciona-se, explicitamente, para compreender, portanto, as concepções e configurações da “pobreza indígena”, a partir da Política de Assistência Social, no âmbito da Proteção Social Básica (PSB) conforme tem sido materializada junto aos indígenas Pitaguary, na condição de usuários (as) do CRAS Indígena implementado em seu território vivido, no município cearense de Maracanaú.

Para tanto, na seção seguinte, aborda-se esta política pública constitutiva do tripé da Seguridade Social que, com o objetivo de atender àqueles que dela necessitam, encontra-se diante de outro desafio emergente, a saber: buscar, dentro das condições de precariedade em que se encontra no Brasil, destes anos 2020, atender, além do público demandatário até então inscrito neste campo socioassistencial estatal, os novos usuários (as) oriundos das refrações provocadas mediante a pandemia de COVID-19.

A considerar as especificidades da pobreza e as condições de maior vulnerabilidade a que estão expostas as populações indígenas nestes tempos de COVID-19, a enfocar, nesta dissertação, os (as) indígenas Pitaguary usuários (as) do Centro de Assistência Social (CRAS) Indígena em funcionamento neste território situado no município cearense de Maracanaú-CE.

Desta feita, indaga-se, inicialmente, acerca da Assistência Social, que política pública é essa e que respostas têm sido possíveis dentro do seu campo de atuação? Como vem atendendo os povos indígenas, neste caso estudado, o povo Pitaguary em Maracanaú-CE? E, prioritariamente, que concepção/concepções de pobreza e/ou noções a esta correlacionais têm adotado para circunscrever as situações vivenciadas por seu público demandatário, nas particularidades deste povo indígena Pitaguary, no município cearense de Maracanaú, no âmbito de sua operacionalização no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Indígena Pitaguary? As respostas a essas questões serão desenvolvidas nas próximas seções deste trabalho acadêmico.

5 CAPÍTULO 04 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE (DES)PROTEÇÃO SOCIAL: CONCEPÇÕES DE POBREZA E PARTICULARIDADES DE SEU ENFRENTAMENTO

O objetivo dessa seção é traçar o caminho histórico da assistência social, enquanto política de proteção social construída a partir do choque de interesses contraditórios no campo da sociabilidade humana. Procuo também mostrar sua estruturação com centralidade para as concepções de pobreza e suas correlatas vulnerabilidade e risco social, nela presentes a partir das normativas e orientações do Ministério da Cidadania, antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Nesse capítulo o campo socioassistencial se destaca pela complexificação da pobreza, vulnerabilidade e risco social decorrentes do surgimento da pandemia do Corona Vírus 19.

5.1 Política de Assistência Social no Brasil contemporâneo: nos marcos de uma política pública em (des)construção

A assistência social brasileira ganhou institucionalidade jurídico-política com a Constituição Federal de 1988, através da materialização do conceito de Seguridade Social, englobando assistência social, saúde e previdência em um mesmo tripé de proteção social. Esse reconhecimento da assistência social como política pública rompeu uma longa trajetória marcada pela cultura do favor, do clientelismo, do assistencialismo e do mérito da necessidade, portanto, de uma não política, visto que, até a promulgação do texto constituinte de 1988, a assistência social possuía, como sinalizou Couto (2012), “um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se de forma renegada e marginal no conjunto das políticas públicas” (pág. 33).

Esse período ao qual se refere a supracitada autora, foi instituído com criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, configurada no primeiro damismo,¹³⁸ marcando, assim, a intervenção estatal no âmbito das necessidades da população como uma “filantropia” e/ou um assistencialismo estatal. Nesse período, a assistência social era formatada mediante relações paternalistas e clientelistas, voltada para o atendimento de

¹³⁸ O movimento conhecido como primeiro damismo iniciou-se partir da década de 1940, as atividades exercidas por estas mulheres foram assegurando-se como atividades de ordem filantrópica, digna no plano da atenção à pobreza. A referência dos empreendimentos das Primeiras Damas no Brasil foi constituída pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), implantada em 1942, por Darcy Vargas (BARROS & SILVA, 2015 apud LOPES e GROSSI, 2019, p.01)

situações emergenciais e de forma residual, focalizada na população alijada do direito ao trabalho, preferencialmente os ditos “incapacitados para o trabalho”, e situadas na zona de pobreza e extrema pobreza¹³⁹. Cabe destacar que essa era marcou tão profundamente o entendimento sobre a assistência social, sua atuação e seu público, que até hoje permanecem dificuldades na ruptura conceitual e prática com o cariz assistencialista que atravessa o campo da assistência social (pública-estatal e/ou privada).

O sentido de assistência social enquanto direito no campo da proteção social brasileira, voltada para o atendimento de necessidades sociais históricas circunscritas sobre uma determinada classe social e objetivada na redistribuição de parte da riqueza socialmente produzida foi o fundamento do texto constitucional de 1988. E apesar das retaliações e modificações por parte da bancada política, à época da Constituinte, motivada pela defesa de seus interesses em ações pontuais e assistencialistas, a assistência social foi inserida oficialmente no campo da seguridade social brasileira. Para Sposati (2009):

A inclusão da assistência social na seguridade social foi uma decisão plenamente inovadora. Primeiro, por tratar esse campo como de conteúdo de política pública. De responsabilidade estatal, e não como uma nova ação, com atividades e atendimentos eventuais. Segundo (...) por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pelo qual a ação da família e da sociedade antecedia a do Estado (p.14).

Isso implica um enorme ganho para as camadas mais desprotegidas socialmente, porque embora a assistência social, enquanto política pública, seja mais do que a simples provisão de serviços e benefícios sociais, sua institucionalização e universalização conseguiu abraçar um grande contingente populacional até então marcado pela invisibilidade social, a tornar possível sua inclusão social, política e econômica, bem como assinalou uma ampliação efetiva na seara dos direitos humanos e sociais.

O modelo de seguridade social brasileiro, no qual se assenta a política de assistência social, é marcado pelo hibridismo de dois modelos clássicos do período do Estado de Bem-Estar Social¹⁴⁰: o Bismarkiano e o Beveridgeano. O modelo Bismarkiano está presente nos princípios da previdência social pelo aspecto contributivo que lhe determinante; e o Beveridgeano influência a política de saúde no tocante à sua universalidade e cobertura. Já

¹³⁹ O governo federal trabalha o conceito de extrema pobreza a partir da concepção de que estão inseridas nessa condição todos que sobrevivem com menos de cinco dólares por dia.

¹⁴⁰ Estado de Bem-Estar Social foi um modelo de gestão política, econômico e social que vigorou nos países desenvolvidos, logo após a Segunda Guerra Mundial, orientado pela concepção de John Keynes. A adoção dessa forma de gestão foi sendo adaptada a cada realidade nacional. No campo da proteção social dois modelos se destacaram: o modelo Bismarkiano, adotado na Alemanha desde o final do século XIX, cujo acesso ao seguro só era possível mediante contribuição direta por parte da classe trabalhadora; e o modelo Beveridgeano, adotado na Inglaterra e destinado a todos os cidadãos, portanto de caráter universal. (BOSCHETTI, 2009).

a assistência social, mesmo inserida no campo da proteção não contributiva, assim como a saúde, apresenta restrições ao seu acesso. Fica oportunizada somente para aqueles que dela necessitarem e comprovarem essa situação a partir de critérios de necessidades circunscritas, via de regra, à precariedade socioeconômica. Aspecto a constituir um tensionamento em seu sentido de amparo, pois submete o seu usuário à premissa da carência, da necessidade, da pobreza restrita à renda e ao consumo, o que se caracteriza como uma contradição do direito de acesso e da própria noção de cidadania.

Contudo, ao mesmo tempo em que o país avançava na sua agenda de proteção social, com ênfase na seguridade social, experimentava um momento de contrarreforma do Estado e de desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas mediante a política econômica do primeiro presidente eleito de forma democrática pós ditadura militar (1964 a 1985), Fernando Collor de Mello (1990-1992). Alinhado ao projeto político-ideológico transnacional neoliberal, seu governo impôs restrições ao gasto público com o social como um dos pontos estratégicos para o suposto equilíbrio fiscal e abertura da economia (VALTSMAN, 2009). A posição política brasileira em adotar o mercado como auto regulador da economia/sociedade, implicou o recuo do Estado na oferta e execução da seguridade social e demais políticas públicas sociais. Uma das primeiras ações governamentais deste período foi a abertura do mercado para a privatização da saúde, dos seguros através dos planos de capitalização e a focalização da assistência social. Portanto, embora o texto constitucional de 1988 tenha assegurado a atuação do Estado no campo da seguridade social, em contexto neoliberal encontra-se ameaçada pelo mercado e os interesses que lhe rodeiam.

As divergências geradas, nesse momento, por setores progressistas, culminaram com o veto total dado pelo então presidente Fernando Collor de Melo a respeito do projeto da Lei Orgânica da Assistência (LOAS), de nº 3.099/89, em 18 de dezembro de 1992¹⁴¹. Na ocasião, os argumentos do governo para o veto desta Lei foram, de acordo com Pereira (1996): “a) desqualificação da assistência social para lidar com políticas de ajuda pecuniária e continuadas de renda, b) o seu afastamento dos limites do trabalho” (p. 38). Somente cinco anos após a aprovação da Constituição, o Congresso Nacional aprovou o texto legal da LOAS (Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993), a instituir a assistência social como “direito do

¹⁴¹ Em 1990, a primeira redação da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social apresentada pela Câmara Federal com o auxílio da Comissão Técnica do IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, foi vetada. Neste momento, os municípios já se articulavam na busca de seu novo protagonismo na assistência social, através da Frente Social dos Estados e Municípios, da Associação Nacional dos Empregados da Legião Brasileira de Assistência – ANASSELBA, dos Federal de Serviço Social – CFESS, Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, sindicatos, Organizações Não governamentais – ONG’s e movimentos sociais. (NOB/SUAS, 2005, p.10).

cidadão e dever do Estado”, a tornar-se, de fato, uma política de direito, regulamentando, assim, os artigos 203 e 204 da carta constitucional (Dos Direitos Sociais). Vale destaque que essa aprovação se deu por força de intensa movimentação de segmentos organizados da sociedade civil brasileira, com destaque para o movimento dos (as) assistentes sociais a alavancar esse processo. A aprovação da LOAS (1993) orientou, para fins de sua efetividade nas três instâncias governamentais, três condições, a saber: a construção da Política de Assistência Social; a integralização de ações socioassistenciais em um Plano de Assistência Social; sua viabilização interligada a um Fundo de Assistência Social.

Com a LOAS, a assistência social brasileira começou a se configurar-se e a definir seu papel enquanto política pública de direito social. Assim, a assistência social passa a ser compreendida como “direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que *provê os mínimos sociais*, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às *necessidades básicas*”. (LOAS, 2016, p. 08). Essa política tem como objetivo “a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos” (LOAS, 2016 p. 08). Dessa forma, a nova Lei institucionaliza e sistematiza serviços socioassistenciais continuados e direcionados a indivíduos, famílias e grupos em condições de *vulnerabilidade social e risco social*. Para isso, define que todas as ações devem ser voltadas para:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- b) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- c) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
- d) a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. (LOAS, 2016, p.08).

Compreende-se, assim, que a proteção social capitaneada pela assistência social, segundo especificado na Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS),

se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana. A proteção social de assistência social através de suas ações produz aquisições materiais, sociais, socioeducativas ao cidadão e cidadã e suas famílias para: *suprir suas necessidades de reprodução social* de vida individual e familiar; *desenvolver suas capacidades e talentos* para a convivência social, protagonismo e autonomia. (NOB/SUAS, 2005: p.16).

Conforme preconizado no *corpus* do seu texto legal, a população-alvo/ público da política nacional de assistência social insere-se no campo das vulnerabilidades sociais e riscos sociais, expressos pelas situações de desproteção social ~~que lhe é implícito~~. Contudo, essa população não acessa a assistência social como uma espécie de seguro social. As ações que envolvem serviços, programas, projetos e benefícios exigem critérios de seletividade e são impactados econômica e diretamente pela relação do Estado com as determinações do mercado e sua lógica internacional conjugada a interesses nacionais. Essas determinações político-econômicas e conjunturais vinculadas aos ditames do capitalismo contemporâneo acabam por tensionar o campo socioassistencial estatal recém-instituído, chegando a ferir os princípios da LOAS assegurados, de forma legal, em seu artigo 4º:

- I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III. respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V. divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão. (LOAS, 2016, p. 08-09).

Entretanto, apesar dos limites impostos para a concretização efetiva da assistência social enquanto política pública de direito, Couto (2010) indica avanços na regulamentação dessa política, a saber: primazia do Estado no gerenciamento dessa política; abertura para o controle social pela sociedade civil e a afirmação da assistência social como um direito não contributivo. Em verdade, este campo socioassistencial estatal encontra-se eivado de contradições e tensionamentos entre os avanços políticos-jurídicos instituídos em suas normativas e os recuos em contexto de confluência perversa da democratização inconclusa com a ofensiva neoliberal à brasileira (DAGNINO, 2005) impulsionada nos anos 1990, com especial destaque ao processo de desresponsabilização do Estado com o social. Nesta perspectiva, Sousa (2011) lembra que, nestes anos de 1990, a direção do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão máximo responsável pelo controle social dessa política “ficou anos sob o comando de representantes da filantropia, a responsabilidade dos serviços e programas foi, em muito, transferida para organizações da sociedade civil, com destaque da valorização do voluntariado” (p. 64).

Com o tema “Assistência Social como política de Inclusão: uma nova agenda para a cidadania - LOAS 10 anos”, a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em

2003, no primeiro mandato do então presidente da república Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), teve como deliberação máxima o texto enviado pelo CNAS ao Ministério do Desenvolvimento Social ao Conselho Nacional de Assistência Social (MDS) e versava sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) regulamentada em 2004. Neste estavam definidas as bases constitutivas do Sistema Único de Assistência Social: o SUAS¹⁴². O texto aprovado pela Resolução nº 145, do CNAS, em 15 de outubro de 2004, lançava bases para a efetivação da assistência social no campo do direito social e no reconhecimento da histórica dívida social do país com milhares de brasileiros e sua condição de subcidadania (KOWARICK, 2010). Decorrente dessa conquista, garantiu-se, em seguida, a aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS)¹⁴³, pela resolução do CNAS, nº 130, de 15 de julho de 2005, a constituir-se em importante instrumento normativo de reiteração da centralidade do Estado na oferta e cobertura universalizada dos serviços socioassistenciais voltados para a proteção social junto à população “que dela necessitasse”, a especificar seus dois tipos complementares:

a proteção social básica voltada para a *prevenção de situações de risco social* por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e destina-se à população que vive em *situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (...) e ou fragilização de vínculos afetivos- relacionais e de pertencimento social (...)*;

e a proteção especial compreendida como a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em *situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil*, entre outras. (grifos nossos) (PNAS, 2004:33-37)

No esteio da NOB-SUAS (2005), foi constituído um Grupo de Trabalho (GT), de acordo com a resolução nº 47/2006, cujo objetivo era acompanhar e avaliar os impactos sociais, a gestão de recursos dos serviços da proteção social básica (PSB) nas comunidades indígenas, como forma de garantir uma proteção social a partir das demandas específicas dessas comunidades. As conclusões desse GT centraram-se na necessidade de formação de equipes tecnicamente melhor qualificadas para o atendimento dessas populações,

¹⁴² O SUAS propõem uma assistência social aliada ao desenvolvimento humano e social para isso se faz necessário oportunizar às famílias o acesso ao desenvolvimento de suas capacidades, através de bens e recursos que assim os favoreçam. (BRASIL/SUAS,2005, p.09)

¹⁴³ A NOB/SUAS disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a constituição da república de 1988, a LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis. Seu conteúdo estabelece: a) caráter do SUAS, b) funções da política de assistência social para extensão da proteção social brasileira; c) níveis de gestão do SUAS; d) instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do SUAS; e) financiamento; f) regras de transição. (NOB/SUAS,2005 p. 85/PNAS/2004)

principalmente para o entendimento da diversidade cultural e suas implicações em cada grupo específico. Da mesma forma prestação de serviços que se adequassem a cada realidade, respeitando sua ordem cosmológica (BRASIL, 2007:31)

Em 2006, ocorreu a aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS)¹⁴⁴ no intuito de garantir as condições objetivas do funcionamento do SUAS, através da indicação das profissões indispensáveis ao seu funcionamento. Outros importantes documentos ~~que~~ norteadores da operacionalidade da política de assistência social (organicidade ao fluxo de atendimento, serviços e benefícios ofertados pela PNAS), aprovados em 2009, foram a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais e o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no SUAS (Aguiar, 2014).

Implementado na agenda pública, em 2011, sob a Lei 12.435/2011, o SUAS passou a ser a nova diretriz no campo da assistência social estatal brasileira, balizada pela perspectiva de justiça e direitos sociais. Trouxe, em seu bojo, profundas transformações no campo conceitual, na estrutura organizacional, na condução do processo de gestão e no controle das ações realizadas. Porém, o aspecto mais importante se dá na dimensão política de sua institucionalidade, pois com a sua regulamentação, o SUAS torna-se imperativo à organicidade do conjunto de ações da assistência social no Brasil através da integração da rede de atendimento e da geração de uma cooperação entre todas as políticas públicas setoriais, com vistas ao ~~objetivando o~~ cumprimento das funções protetivas afiançadas da PNAS (2004)¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Segundo a NOB-RH/SUAS, o Estado tem papel importante na assessoria aos municípios com presença dos povos e Comunidades Tradicionais. Nesses casos, devem compor a equipe de referência de Gestão do SUAS dos Estados profissionais com curso superior em ciências sociais com habilitação em antropologia ou graduação concluída em qualquer formação, acompanhada de mestrado e/ou doutorado em antropologia. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA – CRAS, 2009: p.62).

¹⁴⁵ Os serviços de proteção social estão alicerçados em condicionantes que favorecem “à garantia de direitos e de condições dignas de vida” (PNAS, 2004 p.31) através da redução e prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais. Esses condicionantes se expressam através de algumas seguranças como: **Segurança de sobrevivência** (rendimento e autonomia): garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir condições básicas de sobrevivência, independente das limitações para o trabalho ou do desemprego. Entram nessa segurança pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas sem condições dignas que expressem um mínimo padrão de cidadania. **Segurança de acolhida**: segurança primordial para a assistência social, porque através dela se dá o início da operacionalização das provisões necessárias ao atendimento das demandas humanas. Ao indivíduo assegura-se que suas questões serão encaminhadas da forma mais eficiente possível. Essa segurança afiança a provisão de necessidades humanas básicas como vestuário, alimentação, abrigo. **Segurança de convívio familiar e comunitário**: compreendendo que o homem só se torna humano em contato com outros homens, o convívio pode possibilitar o despertar da consciência, trazendo capacidade de emancipação; assim as dimensões “multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras” são valorizadas e trabalhadas nessa segurança específica”. **Segurança de desenvolvimento de autonomia**: indica a necessidade de ações profissionais que se voltem para: a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania; b) a

Criado pela Política de Assistência Social, o SUAS objetiva organizar e definir as prioridades para o atendimento da PAS no território nacional. E apresenta os seguintes eixos estruturantes:

Matricialidade Sociofamiliar; Descentralização político-administrativa e Territorialização; Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; O desafio da participação popular/cidadão usuário; A Política de Recursos Humanos; A Informação, o Monitoramento e a Avaliação. Os serviços socioassistenciais são organizados a partir das seguintes referências: vigilância socioassistencial (responsável pela produção e sistematização de informações, índices e indicadores territorializados das situações de vulnerabilidade sociais e risco social), a proteção social e a defesa social e institucional (proporcionar o acesso aos direitos socioassistenciais e a sua defesa) (BRASIL, 2005: p. 12).

Para Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010), o SUAS ampliou, de forma significativa, os objetivos da PAS, principalmente no que tange, ao seu público por defini-lo a partir de um leque de situações, a considerar as noções de vulnerabilidade e de riscos sociais relacionais adotadas para delinear aqueles (as) a serem incluídas no campo socioassistencial estatal. Essa expansão de público e de situações poderá, de acordo com estes autores, gerar comprometimento no processo de normatização e padronização das ações e serviços ofertados. Para eles, as noções de vulnerabilidade e risco sociais “ambas indicadoras dos níveis de exclusão, [contribuem para] uma relativa fragilidade na delimitação dos usuários e dos próprios serviços a serem prestados para atender aos níveis de proteção propostos”. (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2010, p. 191 apud Oliveira, 2017, p. 82-83).

Para Janczura (2012), os termos vulnerabilidade e risco social são utilizados por várias ciências: sociais, da saúde e da natureza. No campo da PNAS (2004), esses termos parecem indicar uma indecisão e imprecisão conceitual: ora substitui o conceito de pobreza; ora delimitam um espaço próprio de aplicação; ora se complementam e/ou se sobrepõem. Para as autoras Couto; Yazbeck; Raichelis (2012), estes supracitados conceitos merecem problematização, afinal:

Eles não são adjetivos da condição do usuário. A produção da desigualdade é inerente ao sistema capitalista, ao (re)produzi-la produz e reproduz vulnerabilidades e riscos sociais. Essas vulnerabilidades e riscos devem ser enfrentados como produtos dessa desigualdade, e, portanto, requerem uma intervenção para além do campo das políticas sociais. Não se resolve desigualdade com desenvolvimento de

conquista de melhores graus de liberdade, respeito e dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, à família e a sociedade; c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e cidadãs sob contingências e vicissitudes. **Segurança de apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais:** exige a oferta de auxílios e bens materiais e em pecúnia em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para famílias, seus membros e indivíduos. (NOB/SUAS, 2005 p. 91-92. / PNAS, 2004).

potencialidades individuais e familiares. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 72).

Cabe salientar que, como as demais políticas públicas sociais, a assistência social também é perpassada por intensos processos de disputa hegemônica. De um lado, estão as demandas imediatas e/ou históricas oriundas dos segmentos mais pauperizados, que são absorvidas seletivamente pelo Estado e respondidas via serviços sociais básicos e essenciais, de maneira a garantir direitos sociais. De outro, encontra-se as demandas do capital, a fomentar o processo de desmonte das políticas públicas sociais e a reconfiguração minimalista da assistência social estatal em nome de uma economia de mercado e da suposta austeridade fiscal do Estado, a implicar em desresponsabilização estatal com a garantia da universalização dos direitos sociais. Tendência em expansão no Brasil destes tempos pós-governos progressistas do Partido dos Trabalhadores, cujos representantes legítima e democraticamente eleitos permaneceram à frente da gestão federal deste país de 2003 a 2016.

De fato, a depender do governo à frente do aparato estatal, do projeto político-ideológico e econômico que representa, as conquistas jurídicas-políticas no campo social podem avançar ou, ao contrário, tornam-se cada vez mais esvaziadas de sentido e de materialidade cotidiana. Infelizmente, é na direção desta segunda perspectiva que parece caminhar a Política de Assistência Social potencializada a partir do golpe político-jurídico de 2016, que destituiu a ex-presidenta Dilma Rousseff (2015-2016) – democraticamente eleita para seu segundo mandato à frente da república brasileira – e empossou na presidência seu vice presidente Michel Temer, a consumar, desta feita, a transição para o atual desgoverno de desproteção social ampliada na vida brasileira neste 2020.

Em termos da Política de Assistência Social brasileira, pode-se afirmar a continuidade do processo ampliado de negação aos direitos socioassistenciais àqueles que necessitam fazer recurso a esta política pública, bem como a precarização crescente do arsenal de serviços, benefícios, programas e projetos àquela vinculados. Ou seja, os serviços, benefícios, programas e projetos sociais destinados ao público demandatário desta política pública, que já se voltava àqueles (as) ditos (as) em situação de pobreza, tendem a tornarem-se cada vez mais pontuais e focalizados nos “mais pobres dentre os pobres”, por vezes remetidos à posição de “excluídos sociais”. A condição de usuários/as desta política pública aponta, nos marcos atuais, para o obscurecimento do pertencimento destes segmentos pauperizados à classe trabalhadora e os inscreve no campo polissêmico de “excluídos sociais”. Restitui o critério de maior necessidade para elegibilidade daqueles que terão acesso

aos direitos socioassistenciais enquanto possibilidade de inserção ou inclusão social. Nesta perspectiva, corrobora-se com a análise de Mota (2009) ao afirmar que: “um dos instrumentos de repolitização da política, como parte da pedagogia da hegemonia constituiu em definir esse segmento de classe como excluído e os programas de Assistência Social como estratégia de inclusão” (p, 140).

O SUAS vem sofrendo, mais intensamente, os perversos efeitos do contexto da crise política, social e econômica desde 2016, quando as forças sociopolíticas (neo)conservadoras tomam o executivo através do golpe jurídico-político articulado contra a ex presidenta Dilma Rousseff (2016). O paulatino desmonte de suas propostas provocado pela drástica redução no seu orçamento público, o que impacta diretamente na garantia das seguranças afiançadas na PNAS (2004) e materializadas via serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE). Esse processo, que tem como argumento a crise fiscal do Estado e a alardeada austeridade orçamentária, provoca uma séria inflexão na promoção da cidadania, marcada pela descontinuidade, da não integralidade e da não igualdade de acesso. E impacta na versão de um SUAS residual, focalizada e, acima de tudo, discriminatória, a direcionar o acesso ao campo socioassistencial somente aos mais pobres dos pobres. Indica, assim, as marcas de uma proposta neoliberal de sistema de proteção social minimalista, cujo resultado é a reprodução ampliada das desigualdades sociais e da pobreza multidimensional. Versão, portanto, posta na contramão de uma sociedade que vive no paradigma legal de um Estado Democrático de Direito garantidor de um sistema de proteção social ampliado recém-instituído e sob riscos iminentes de desconstrução no Brasil do tempo presente.

5.2 Afinal, quem necessita da Política de Assistência Social em tempos de precariedade e de insegurança sociais? Da Pobreza às Vulnerabilidades e Riscos Sociais

Compreender e interpretar a concepção de pobreza e, por conseguinte, as noções a esta correlatas – de vulnerabilidade e riscos sociais – adotadas nas normativas jurídicas-políticas e orientações da Política de Assistência Social (PAS) remete a indagações preliminares, quais sejam: a) quem necessita desta política pública? e b) quem são considerados (as) usuários (as) desta política pública nos anos 2020? Pode-se afirmar, em caráter inicial, que se constituem em seus usuários (as) e/ou seu público usuário todos (as) aqueles indivíduos e famílias que, para além de condições precárias e/ou inexistentes para garantir sua própria sobrevivência biológica, dependem da proteção social estatal via

solidariedade social e são reconhecidos enquanto cidadão – reconhecidos sujeitos de direitos socioassistenciais – sem exigência de prévia contribuição e/ou quais condicionamentos e/ou contrapartidas para acessá-los.

De acordo com o texto normativo da PNAS, usuários (as) ou público usuário desta política pública não contributiva são *cidadãos e grupos em situações de vulnerabilidade social e riscos sociais*, a saber:

famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultura e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS,2004:33).

Note-se que houve uma significativa ampliação na definição dos usuários da assistência social em relação a LOAS, de 1993. O escopo da assistência social volta-se para indivíduos e grupos em *situações de vulnerabilidade social e risco social*, não especificando faixa etária, sexo, etnia, condicionamentos ou condição física. Na PNAS (2004), a condição de risco social ou vulnerabilidade social, independe da classe social ou de condições econômicas de seus usuários, estas situações estão vinculadas a situações nos aspectos social, afetivo, biológico e econômico. (SOUSA, 2011, p. 66). Em verdade, cabe, aqui, uma observação inicial: a condição de classe social destes (as) usuários (as) fica ausente nesta definição do público usuário, bem como a concepção de pobreza parece subsumida e, mesmo, diluída na referência às ditas “situações de vulnerabilidade e riscos sociais”, em especial, quando aborda as especificidades da população potencialmente usuária da PAS em seus dois tipos de proteção social: a PSB e a PSE.

Com a chegada e expansão da pandemia do COVID-19, a partir de março de 2020 e seus impactos no mercado de trabalho, com intensificação do desemprego e da pobreza, o público em potencial e/ou usuário da Política Assistência Social se avolumou. Afinal, como revelaram os dados da pesquisa do IBGE¹⁴⁶ sobre o mercado de trabalho na primeira quinzena de julho deste ano, nesse curto período, o país teve 733 mil trabalhadores ingressando no desemprego, o que elevou essa taxa de 12.3% no final de junho para 13.1% em apenas quinze dias de julho. A pesquisa ainda revela a escalada do desemprego que no início da pandemia havia cerca de 9,8 milhões de desempregados, no início de julho, o número já chegava a 11,5

¹⁴⁶ Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28310-desemprego-sobe-para-13-1-e-atinge-12-4-milhoes-na-4-semana-de-junho> Acesso em: 28 jul. 2020.

milhões e em 15 dias saltou para 12,34 milhões. O Instituto alerta que esse número pode ser ainda maior, visto que a pesquisa não contemplou o universo que gostaria de estar no mercado de trabalho, mas que não está procurando emprego, algo em torno de 28,3 milhões de pessoas, de acordo como o órgão.

Nesse momento, insere-se, no conjunto de população-alvo da Política de Assistência Social, a população dos cerca de 29,4 milhões de domicílios que receberam, em junho e julho/2020, alguma forma de auxílio governamental, seja por transferência de renda, BPC, antecipação do Fundo de Garantia do Trabalhador ou o pagamento de parte do salário, decorrente do acordo governo/empresa, onde a empresa para não demitir seu funcionário se responsabilizaria por pagar 30% do salário e os 70% restante ficaria a cargo do governo). Isso implica em mais de 3,1 milhões de lares beneficiados em relação a maio do mesmo ano. Outro público que passou a circunscrever os de possíveis atendidos pela Política de Assistência Social foram os pequenos e médios empresários, que viram suas receitas se esvaziarem e, assim, sem condições de honrarem seus compromissos fiscais e trabalhistas, optaram pelo acesso ao Programa Nacional de Apoio ao Microempresário e Empresas de pequeno Porte (Pronapem)¹⁴⁷ e que, até agora, por questões técnicas, não tiveram acesso ao programa.

Some-se a esse exército de supranumerários as pessoas que, sem condição de acesso ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), em decorrência de situações de indisponibilidade de acesso à rede de internet, não conseguem acessar benefícios como auxílio-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria, pensão, complementação salarial, dentre outros.

Por parte da PAS, o atendimento a essa população pode se dar em um dos níveis da proteção social, os quais operacionalizam ações e recurso a partir gradações de vulnerabilidade social e/ou de risco social vivenciadas por indivíduos ou grupos sociais. No nível da Proteção Social Básica (PSB), âmbito dessa pesquisa, os serviços, programas, projetos e benefícios são operacionalizados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) localizados, estrategicamente, em áreas com índices significativos de *vulnerabilidade social* e, por isso, constituem-se em unidades públicas estatais consideradas

¹⁴⁷ Instituído pelo governo federal pela Lei 13.999/20, o programa se constitui em uma linha de crédito especial no valor de R\$ 19.9 milhões para ajudar micro e pequenas empresas com recursos financeiros e, assim, evitar demissões. Contudo para conseguir acesso ao crédito, é obrigatório uma garantia pessoal no valor do empréstimo contratado acrescido de juros. Em contrapartida os interessados deverão manter, em contratação do crédito e o 60º dia após o recebimento da última parcela, um número de funcionários igual ou superior ao registrado em 19 de maio de 2020. Fonte:

“portas de entrada” do SUAS. A concepção de pobreza, neste nível da proteção social, emerge enquanto um dos fatores que contribuem para as situações de vulnerabilidade social, junto com a privação (de renda e/ou de serviços públicos) e a fragilização de vínculos sociais. De resultado de processos estruturais de produção e reprodução da vida social no capitalismo, a pobreza parece transfigurada em “causa” da vulnerabilidade social. Conforme a PNAS (2004) expõe, a PSB direciona-se:

(...) à população que vive em *situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação* (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) *e, ou, fragilização de vínculos afetivos* – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (p. 24)

Respaldadas nesta perspectiva, as ações socioassistenciais nos CRAS são operacionalizadas em torno de três eixos. O primeiro é o **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**, que objetiva o Trabalho Social com Famílias, em especial, àquelas em situação de vulnerabilidade social, utiliza-se de um conjunto de ações relativas à acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos.

O segundo eixo diz respeito ao **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**, que visa assegurar espaços de convívio familiar e comunitário, bem como, o desenvolvimento de relações baseadas na afetividade. É realizado para as faixas etárias de zero a seis anos; sete a doze anos; de quinze a dezoito anos; dos 30 aos 59 anos; e idosos. Contudo, o trabalho intergeracional é incentivado por se entender que essa abordagem possibilita a valorização da cultura das famílias e das comunidades locais, resgatando suas raízes através da promoção de vivências por oficinas, atividades artísticas, lazer, esporte, meio ambiente, recursos tecnológicos, dentre outros; despertar e desenvolver sentimento de pertença e identidade e a promoção da socialização e convivência.

O terceiro eixo consiste no **Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos**, ainda pouco trabalhado nas unidades federativas, objetiva contribuir para a promoção do acesso à pessoa com deficiência e pessoa idosa aos serviços e à rede socioassistencial, no intuito de prevenir, assim, situações de vulnerabilidade e de risco sociais (MDS, 2012).

Embora não sendo a Proteção Social Especial (PSE), a área desse estudo, vale o destaque, por ser ela a zona onde ocorrem os riscos sociais. Dessa forma a PSE compreende que para além de privações e dificuldades no acesso a bens e serviços, a pobreza quando

associada a desigualdade social torna a situação mais complexa o que poderá levar a uma situação de exclusão social de pessoas, famílias ou grupos sociais. (PNAS.2005, p.36).

Essas situações que envolvem riscos sociais demandam da PSE intervenções mais específicas e/abrangentes, desencadeiam-se estratégias de atenção sociofamiliar, articulam-se a rede de proteção mais próxima, acionam mecanismos de garantia de direitos.

O público alvo dessa modalidade de proteção social são crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua ou qualquer outra circunstância que agrave sua integridade física, psíquica ou moral expressos pelas seguintes situações: abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (PNAS.2005, p. 37). São exemplos de ações desse nível de proteção o programa de Erradicação do trabalho Infantil (PETI) e o Programa de combate à Exploração Sexual de Crianças e adolescentes.

5.2.1 E quando os(as) usuários(as) da Política de Assistência Social são indígenas?

O título-pergunta atribuído a este subitem orienta a reflexão acerca da pobreza e de seu enfrentamento estatal, via Política de Assistência Social e de seu Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em território indígena específico, a permitir que se situe o lugar da população indígena na condição de usuária ou público usuário desta política pública brasileira. Enquanto segmento populacional inscrito em histórica condição de pobreza multidimensional, os povos indígenas têm sido reconhecidos, pelo Estado brasileiro, como público usuário, por excelência, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), conforme explicitado em suas principais normativas jurídico-políticas.

Dentre as motivações consideradas importantes para este reconhecimento público-estatal relativamente recente, além dos processos de organização e lutas dos povos indígenas no Brasil, três merecem destaque. A **primeira** foi a divulgação do trabalho de Ricardo Verdum, intitulado Mapa da Fome entre os Povos Indígenas (1993-1995), patrocinado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), em parceria com outras entidades e ampla rede de colaboradores, como uma contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar no Brasil. Este estudo expôs as condições de vulnerabilidade alimentar dos diversos povos originários do país. A **segunda** razão diz respeito à divulgação dos dados do IBGE (2000), a indicar as péssimas condições de vida das comunidades indígenas localizadas nos grandes centros urbanos, regiões metropolitanas e nas zonas rurais do Brasil. A partir daí, o

Governo Federal iniciou uma articulação de Ministérios para o lançamento de estratégias de intervenção junto a essas comunidades. (SOUSA, 2011). A **terceira** motivação e, talvez, a de maior peso, foi a chancela do Brasil, em 2004 (Decreto 5051/2004), à Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizada em Genebra, de nº 169 e datada de 27 de junho de 1989, sobre Povos Indígenas e Tribais. Essa última razão se sobrepõe às demais porque, ao assinar tal documento, o Estado brasileiro comprometeu-se a olhar, com responsabilidade pública, para povos indígenas e tribais, conforme abaixo especificado no documento:

os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade” (Artigo 2º). (CONVENÇÃO OIT, Nº 169 de 1989).

Dessa forma, a Política de Assistência Social também foi chamada a garantir ações socioassistenciais culturalmente adequadas e atentas às especificidades dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como sintonizadas com o arcabouço jurídico pertinente a esta prerrogativa. Contudo, foi com a inserção de povos e Comunidades Tradicionais – dentre os quais se inserem os indígenas - na base do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), a partir de 2006, que esta política pública teve condições de “radiografar” as reais condições de vida desse segmento populacional. Além do CadÚnico levar em consideração a renda familiar, por vezes enfatizado na versão reduzida de pobreza circunscrita a renda e consumo, outros aspectos significativos à compreensão das condições de pobreza multidimensional são observados, a saber: gastos e acesso aos serviços de água, luz elétrica, medicação, transporte, alimentação, condições de moradia, acesso a serviços de infraestrutura urbana, trabalho e renda, composição familiar, escolaridade, acesso a direitos sociais e/ou socioassistenciais, dentre outros. Como as famílias acolhidas/atendidas/acompanhadas, em primeira instância por Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) – a dita “porta de entrada” da PNAS (2004) – tem estreita ligação com os Programas de Transferência de Renda (PTR) – com destaque ao Programa Bolsa Família (PBF) e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), a população indígena tornou-se também grupo prioritário de atendimento/acompanhamento do SUAS, nos dois níveis/tipos de proteção social ofertada: PSB e PSE.

No âmbito da PSB, merece destacar o ofício circular nº 18, de 08 de setembro de 2005, que orientou a construção de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para atendimento específico a essas comunidades. Contudo, o financiamento ou cofinanciamento,

por parte dos entes integrados, só poderia ocorrer se a Terra Indígena estivesse devidamente identificada e sua regularização (demarcada ou homologada) atestada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Aspecto problemático para a consecução dos objetivos de garantia de direitos socioassistenciais, posto que o reconhecimento social, por parte das instâncias estatais, e o autorreconhecimento, por parte dos próprios indígenas, é processual e exige construções identitárias, análises antropológicas, mudanças culturais profundas neste país, sobretudo, em termos de respeito às diferenças destes povos originários.

Até o ano de 2016, apesar das diversas regulamentações pelas quais passou a PNAS (2004) e o SUAS (2005; 2011), nenhuma norma, decreto ou portaria tratou, diretamente, sobre o trabalho socioassistencial específico a ser realizado junto e/ou com as populações indígenas ou mesmo com outras comunidades tradicionais. Naquele ano, foi lançada a produção **Caderno de Orientação sobre o Trabalho Social com Famílias Indígenas**, do Ministério do Desenvolvimento Social e Cidadania (MDS, 2016), que comporta diretrizes gerais. Este documento indica que o trabalho com famílias indígenas deve orientar-se pelo respeito às tradições e costumes de cada povo e pelo primado da necessária de participação da comunidade na formatação das ações a serem implementadas e realizadas pela equipe do CRAS junto a seus povos.

Na mesma linha de trabalho foi divulgado, em 2017, pelo MDS, o texto informativo **Atendimento a Povos e Comunidades Tradicionais na Proteção Social Básica**, que logo na sua apresentação destaca:

Boa parte dessas comunidades ainda se encontram na *invisibilidade, silenciada* por pressões econômicas, fundiárias, processos de *discriminação e exclusão social*. A partir desse cenário, a Proteção Social Básica estabeleceu como foco nos últimos anos a qualificação da oferta de seus serviços aos povos e comunidades tradicionais, trabalhando na *lógica da matricialidade familiar e comunitária*, levando em consideração a grande *diversidade sociocultural das famílias* como forma de dar o devido atendimento. É a partir do *olhar sobre o território e da escuta qualificada no atendimento às famílias* que se fortalece a implementação de ações de caráter *preventivo, protetivo e proativo*. (MDS, 2017, p. 04).

Dessa forma, o supracitado documento reforça a proposta de uma PAS que recusa a ideia do universalismo eurocêntrico e homogeneizador de coisas, pessoas e territórios vividos, para fins de evitar o apagamento/ invisibilidade social e silenciamento histórico das diferenças sociais, culturais, políticas e econômicas pertinentes aos povos indígenas. Reafirmando o seu trabalho voltado para pessoas e grupos em situação de pobreza multidimensional, este último documento orientava às equipes de trabalhadores do SUAS, no desenvolvimento de seu trabalho junto aos indígenas, a:

contemplar outras formas de vulnerabilidade, tornando visíveis pessoas tradicionalmente invisíveis ou excluídas socialmente. Reconhece que as discriminações étnicas e raciais são promotoras de vulnerabilidades que devem ser enfrentadas. A PNAS somente será universal se for equânime e só será equânime se reconhecer as diferenças e especificidades de seus usuários. É necessário desconstruir práticas que historicamente obscurecem diferenças, aprofundam desigualdades e ampliam assimetrias, tornando importante uma mudança de paradigma na área de Proteção Social no país. (MDS, 2017, p. 06).

Isso implica a adoção de uma Assistência Social, enquanto política pública, com capacidade de apreensão e reconhecimento das diferenças socioculturais, atenta ao arcabouço jurídico que permeia a realidade dos povos originários e, desta maneira, considere a legitimidade de suas demandas, falas e especificidades enquanto portadores de uma cosmovisão peculiar, observando suas dinâmicas sociais, culturais, econômicas, religiosas (ou do âmbito da espiritualidade). E, desta feita, consiga construir, neste campo socioassistencial estatal, formas de intervenção – a configurar, de certo modo, ações afirmativas – capazes de o lugar de fala desses povos e construídas para/de e com eles, a fortalecer a perspectiva de participação ativa e no controle social desta política pública.

Neste sentido, cabe a reflexão acerca das noções de vulnerabilidade e riscos sociais correlatos ao conceito de pobreza, conforme adotadas no campo socioassistencial-estatal, para definir seu público-usuário e garantir acesso e/ou permanência ao conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios constitutivos da Política de Assistência Social (PAS) e de seu sistema de gestão, o SUAS.

5.2.2 Problematizando os conceitos/noções de Vulnerabilidade Social e Risco Social na Política de Nacional de Assistência Social

Vulnerabilidade social e o risco social apresentam-se como conceitos/noções estruturantes na implantação das políticas de proteção social, em especial na estruturação da assistência social enquanto política pública de direito. Em verdade, estão presentes neste campo socioassistencial estatal desde a LOAS (1993), a indicar a centralidade destas noções na propositura das proteções sociais básica e especial reiterado nos documentos normativos e de orientações PNAS.

Uma coisa é certa, os dois conceitos influenciam-se e completam-se no tocante à tomada de decisões no âmbito da proteção social executada pela assistência social. Cabe destacar que nem toda vulnerabilidade ou risco social a que estejam expostos indivíduos ou grupos, são, por excelência, passíveis de resolutividade no campo da assistência social estatal. Por exemplo, vulnerabilidades ou riscos nas áreas da educação, saúde, habitação e transporte,

embora sejam necessidades humanas básicas (PEREIRA, 2002), não indicam necessariamente a intervenção da proteção social não contributiva como resolutive dessas questões. Assim, corrobora-se com a afirmação de Sposati (2009, p. 21): “Não são todas as necessidades humanas de proteção que estão em questão, como também, não são as necessidades de proteção social dos pobres que aqui se consideram como específicas da proteção social não contributiva”. Requer reconhecer a dimensão transversal da Política de Assistência Social e, portanto, a urgência em garantir a materialidade do caráter intersetorial das políticas públicas sociais para fins de efetivação do sistema de proteção social.

Devido aos dois conceitos serem intercambiáveis, a gravidade de um pode adensar ou potencializar o outro, isso indica que existem gradações nas suas configurações. Essas gradações influenciam também a forma como as pessoas reagem/ enfrentam e vivenciam as situações plasmadas pelas vulnerabilidades sociais e riscos sociais. Para Sposati (2009), tais gradações são transfiguradas no cotidiano entre variações de fragilidade, podendo chegar até a incapacidade de resolução da questão vivenciada. A Política de Assistência Social agiria no sentido de minimizar essas fragilidades através do aporte de seguranças sociais e fortalecimento das potencialidades, com destaque ao caráter educativo intrínseco a essa política de proteção social.

Citados diversas vezes ao longo de todo o conjunto de textos que envolvem esta Política de Assistência Social, os termos vulnerabilidade sociais e risco social são abrangentes e vinculados a condição humana, a desigualdade de vantagens e precariedade; bem como expressos mais por múltiplos exemplos situacionais do que, propriamente, por sua tradução conceitual. Assim, vulnerabilidade social e risco social comumente aparecem traduzidos às seguintes situações:

contingências geradas por deficiências, como também, decorrem de fatores relacionais e do convívio humano desde o núcleo familiar até o societário. Aqui ocorrem violações de várias montas e significados como: transgressões, agressões, expropriações, discriminações, apartações, exclusões, marginalizações, desfiliações, desagregações, privações, contingências enfim, um múltiplo de situações que vão da sociabilidade à segurança e respeito à dignidade humana e à cidadania. (FONTE???)

Dessa forma o caráter educativo, proposto pela política de proteção no âmbito da assistência social, passaria pelo reconhecimento dessa realidade, suas determinações e, por fim, o despertar para possibilidades de ações direcionadas à sua melhoria de suas condições imediatas de modo individual e/ou coletivo.

No que concerne à PSB, as noções de vulnerabilidade social e de risco social correlacionam-se ao conceito de pobreza. Contudo, por um lado, o uso das expressões

“vulnerável” de “risco” podem portar uma conotação depreciativa e/ou estigmatizante, pois se assemelha a denominar alguém de pobre, de carente, de excluído; por outro, a compreensão de que essas situações indicam uma determinada situação na qual o sujeito “está fragilizado para o seu enfrentamento, indicando uma predisposição à precarização, vitimização, agressão” (SPOSATI, 2009, p. 34) também parece corroborar com a perspectiva liberal/neoliberal de repor para os indivíduos a culpabilização e/ou responsabilização por seu “sucesso ou fracasso” na civilização do capital. O que põe desafios às suas significações e usos neste campo socioassistencial estatal tanto quando atribuído ao público-usuário, como quando adotado para nomear e/ou classificar seus territórios vividos, sob riscos de reprodução de modelizações negativas e estigmatizações socio territoriais potencializadoras de segregações sociais das populações já em situações de precariedade politicamente induzida (BEZERRA, 2015; 2019).

O termo **vulnerabilidade** por si só, parece trazer implícito em sua base interpretativa no campo da assistência social, dois sentidos: um de ordem material e outro de caráter afetivo ou relacional. No aspecto material, a expressão da vulnerabilidade social e sua agudização traduzida em seu declínio em situação de risco (de violação dos direitos), seria a falta de renda e acesso a serviços públicos. Na dimensão relacional ficam concentradas as fragilidades sociais e/ou culturais marcadas pela discriminação, desvalorização e/ou desqualificação social de indivíduos ou de grupos. Com isso, cabe lembrar que, uma sociedade movida pelo modo de produção capitalista, a vulnerabilidade social inclui e ultrapassa os aspectos econômicos, especificamente de renda, a considerar ainda as dificuldades e/ou condições de precariedade em acessar as condições de enfrentamento a riscos sociais no tocante às violações de direitos e violências sociais vivenciadas.

No âmbito da PAS, o termo vulnerabilidade parece intrinsecamente ligado às noções orientadoras emitidas por entidades internacionais de controle econômico, como o Banco Mundial, que se utiliza dos estudos de Narayan (2000) para fomentar, em sociedades menos desenvolvidas, o aspecto do desenvolvimento de capacidades como forma de enfrentamento de vulnerabilidades sociais. Disso pode ter resultado a noção de que ninguém é totalmente vulnerável e a descoberta de potencialidades por seus atores é uma forma de combater as situações de vulnerabilidades vivenciadas. Sobre essa questão, Sposati (2009) indica que “atuar com vulnerabilidades significa reduzir fragilidades e capacitar potencialidades. Esse é o sentido educativo da proteção social, que faz parte das aquisições sociais dos serviços de proteção” (SPOSATI, 2009, p. 35).

Com relação à noção de **risco social** na PNAS, o seu uso parece traduzir padecimento, danos, privações e padecimentos, o que gera danos à dignidade e à integridade do sujeito posto versar sobre duas condições: a de efetiva violação de direitos e de violências, com ênfase naquelas vivenciadas em âmbito familiar e/ou doméstico, sobretudo perpetradas contra crianças, adolescentes, idosos e mulheres. No tocante ao sentido adotado nesta política pública, trata-se, conforme analisaram Couto, Yasbek e Silva (2010)

(...) dos riscos a que estão expostos indivíduos, famílias, classes sociais, coletividades que se encontram fora do alcance da ‘rede de segurança’ propiciada pela proteção social pública e que, por isso, se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social gerados pós uma cadeia complexa de fatores. (p. 53),

Essas situações ocorrem no cotidiano das pessoas e a materialidade dessas ocorrências se expressa pela segregação espacial; nas relações sociais e familiares através da desfiliação, isolamento, desagregação, abandono, apartação; nas condições objetivas de moradia que na ocorrência de desastres ambientais, tais como enchentes e desabamento que potencializam as vulnerabilidades; os riscos podem ocorrer nos aspectos pessoal e social, no caso de perseguições e discriminações por orientação sexual, religião, etnia.

Emblemática desta situação é a atual política indigenista impetrada pelo governo Jair Bolsonaro que, aliada aos interesses do grande capital da agroindústria/ agronegócio, coloca em risco toda estrutura cosmológica dos povos indígenas. Amplia, assim, suas vulnerabilidades sociais históricas e, por conseguinte, lança-os, cada vez mais, em situações adensadas de risco social em meio ao desrespeito à sua alteridade, à sua cultura, às condições de suas existências neste país. Segundo já alertava Ribeiro (1995) (: p. 105):

O índio vive na situação desesperada de quem não quer identificar-se com a sociedade nacional, de quem se nega a dissolver-se nela, mas que precisa, igualmente, do seu amparo compensatório. E é um amparo que só o Estado pode dar e deve dar, mesmo porque o problema indígena somos nós, que invadimos suas terras e destruimos suas vidas. Fomos nós que criamos o problema indígena. Somos nós os agressores. Nós, em consequência, é que lhes devemos esse amparo oficial e legal – o único que pode garantir condições de sobrevivência. (p. 105).

Uma coisa é certa, esses conceitos/noções permeiam o objetivo das seguranças alicerçadas na PAS, sem, contudo, olvidar que vulnerabilidades e riscos sociais estão presentes na base de todas as políticas públicas sociais na contemporaneidade. Portanto, não poderá ser suprida somente no âmbito de uma única política pública, por mais centralidade que tenha sido chamada a assumir nestes tempos de (des)proteção social ampliada neste Brasil dos anos 2020, cujas tendências das políticas públicas sociais apontam para a focalização, extrema seletividade e centralizadas nos segmentos “mais pobres dentre os pobres”, mediante a

priorização de programas emergenciais e pontuais, a exemplo dos Programas de Transferência de Renda, nos moldes do “auxílio emergencial” ora ofertado pelo governo federal em virtude da pandemia de COVID-19. Desta feita, corrobora-se, aqui, com a lúcida crítica enunciada por Couto, Yasbek e Silva (2010), quando analisam as noções/conceitos de vulnerabilidade e risco sociais disseminados no campo das políticas públicas sociais brasileiras, em especial em termos da PAS, qual seja:

Mas há uma pluralidade de abordagens dessas categorias e é preciso considerar que algumas reforçam a perspectiva da responsabilização individual para enfrentar riscos que são societários, e fortalecem políticas de proteção social focalizadas nos mais pobres ao invés de políticas universais. (...) é preciso lembrar que muitas situações de vulnerabilidade e risco social são determinadas pelos processos de produção e reprodução social, sendo uma condição social coletiva vivenciada por amplo conjunto de trabalhadores, a partir da clivagem da classe social a que pertencem. (p.53)

Portanto, além desta apreensão dos processos macroestruturais de compreensão da produção e reprodução da condição de pobreza – e das correlacionais vulnerabilidades e riscos sociais em curso – nas tramas do capitalismo contemporâneo e em sua versão periférica-dependente de raiz colonial do capitalismo brasileiro – e do pertencimento à classe social de trabalhadores do público-usuário da Política de Assistência Social, torna-se imprescindível compreender os micro contextos de sua operacionalização. Tal aspecto impõe um olhar atento aos territórios nos quais se materializa esta política pública e onde também as situações de pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais assumem particularidades a serem decifradas. Em direção a esta perspectiva, buscou-se explicitar, no item seguinte, a Política Nacional de Assistência Social e sua efetividade via SUAS no Ceará e em Maracanaú, bem como as noções de vulnerabilidade social e de risco social são abordados nesses universos.

5.3 A Política de Assistência Social no Ceará e em Maracanaú: particularidades a considerar

Antes de especificarmos a PAS em Maracanaú-CE, faz-se necessário uma breve configuração dessa política pública no Ceará, com vistas a delinear linhas e recursos direcionados à garantia desta política pública junto à população indígena.

Com a implantação do SUAS, em 2005, o estado do Ceará reorganizou as funções da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) para fins de adaptação às novas diretrizes de gestão da Política Nacional de Assistência Social, passando a coordenar, além

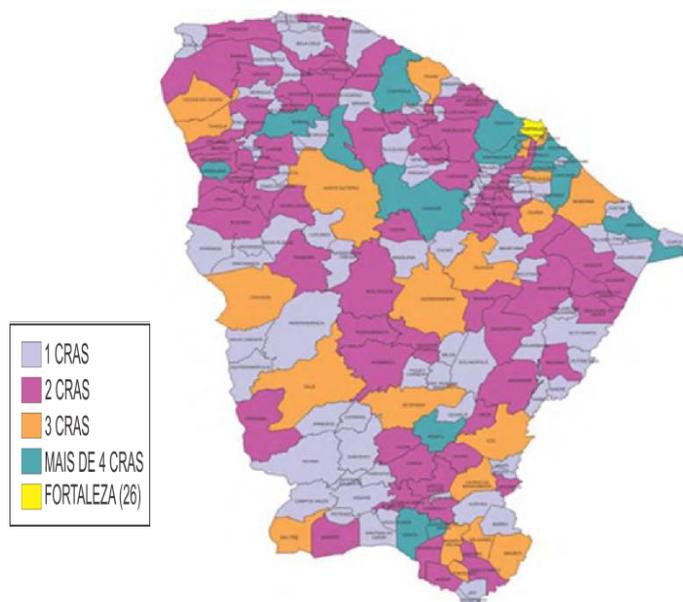
das políticas de assistência social e trabalho, a nova política de segurança alimentar e nutricional.

Vale destacar que a nova realidade imposta por uma política de direitos, foi na contramão da política institucional estadual pautada na reestruturação produtiva do mundo do trabalho, traduzida através da redução de cargos, no redesenho de órgão, autarquias e nas novas atribuições exigidas para os servidores, cuja lógica assemelhava-se a da administração privada e toda a sua reengenharia, contrariando-se assim todas as orientações contidas na NOB/RH/SUAS de 2006. (LIMA, 2013).

Atualmente, a execução do Sistema Único de Assistência Social no Ceará e suas diretrizes estão sob a coordenação da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), cuja pasta atualmente é administrada por Socorro França. Sua estruturação em relação a Proteção Social Básica (campo dessa pesquisa) está definida da seguinte forma: 383 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, distribuídos nos 184 municípios. Do total de CRAS implantados, 94,03% (361) são cofinanciados com recursos federais. Todos os municípios cearenses possuem pelo menos 01 CRAS cofinanciado pela União. Com relação ao cofinanciamento com os recursos estadual, 162 municípios são cofinanciados em Benefícios Eventuais, 86 com Serviços de Convivência de Fortalecimento de Vínculos e 159 com Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. (Plano Decenal de Assistência Social, 2016-2026).

Em relação a Povos e Comunidades Tradicionais, 84 CRAS realizam esse atendimento, distribuídos da seguinte forma: 32 à população quilombola, 07 à população ribeirinha, 17 a indígenas, 11 a povos ciganos, 03 a comunidades extrativistas e 14 a outros povos e comunidades tradicionais (Censo Suas 2015).

Figura 17 - Distribuição de CRAS no estado do Ceará



Centros de Referência da Assistência Social – Cras Implantados nos Municípios Cearenses. Fonte: Censo Suas 2015

Em 2016, foi lançado o Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) do estado do Ceará, nele está afirmado o compromisso com a PAS e o seu objetivo na garantia dos direitos socioassistenciais, através de uma gestão compartilhada, firmada em uma perspectiva democrática e participativa, e com base na transparência pública. Esse compromisso traduz um amadurecimento dessa política e por todos que a fazem, o que expressa o fortalecimento do SUAS. Nesse documento, o conceito de vulnerabilidade se alinha ao implícito no texto da Política Nacional de Assistência Social e se traduz em critérios como:

- 1) Famílias que residem em domicílio com serviços de infraestrutura inadequados¹⁴⁸;
- 2) Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário-mínimo;
- 3) Família com renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 04 anos de estudo;
- 4) Família na qual há uma mulher chefe, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e analfabeta;

¹⁴⁸ Conforme definição do IBGE trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 02 moradores por dormitório. (SPS.PLANO DECENAL DO ESTADO DO CEARÁ 2016-2026, 2016, p.14).

- 5) Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 04 ou menos anos de estudo;
- 6) Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe;
- 7) Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude;
- 8) Família com renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais;
- 9) Família com renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo, com uma pessoa com deficiência;
- 10) Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário-mínimo;
- 11) Família com renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 04 anos de estudo;
- 12) Família na qual há uma mulher chefe, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e analfabeta;
- 13) Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 04 ou menos anos de estudo;
- 14) Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe;
- 15) Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude;
- 16) Família com renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais; e
- 17) Família com renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo, com uma pessoa com deficiência. (BRASIL,2005b, p.51-52 apud SPS.PLANO DECENAL DO ESTADO DO CEARÁ 2016-2026, 2016, p.14).

Com relação ao entendimento sobre Risco Social no âmbito da PAS estadual, a qual referência os planos municipais de assistência social, temos que este expressa:

evento externo, de origem natural, ou produzido pelo ser humano, que afeta a qualidade de vida das pessoas e ameaça sua subsistência. Os riscos estão relacionados tanto com situações próprias do ciclo de vida das pessoas, quanto com as condições específicas das famílias, comunidades ou entorno. (SPS. PLANO DECENAL DO ESTADO DO CEARÁ 2016-2026, 2016, p.29-30).

Nesse sentido são considerados riscos sociais as seguintes condições: abandono, assédio moral, cárcere privado, cumprimento de medidas socioeducativas (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade), exploração patrimonial, homofobia, racismo, ruptura de vínculos, situação de rua, trabalho infantil, tráfico de seres humanos, uso de substâncias

psicoativas, violência doméstica (física, psicológica, negligência) e violência sexual (abuso sexual e exploração sexual).

Em recente trabalho realizado por Silva, *et ali* (2019) sobre o SUAS, suas realidades e especificidades com enfoque para a região nordeste, foi observado que a PNAS avançou em nosso estado nos seguintes pontos:

- a) institucionalidade e aplicabilidade das normas, diretrizes e tipificação dos serviços;
- b) construção contínua de uma identidade funcional junto aos trabalhadores do SUAS;
- c) construção junto aos usuários de uma dimensão política, tanto como sujeitos históricos e de direitos, como de sujeitos responsáveis pela efetividade da PNAS através da participação nas instâncias de controle social;
- d) reconhecimento dos equipamentos que fazem parte do SUAS, suas atribuições e importância para a sociedade através da perspectiva da proteção social a seus mandatários;
- e) a presença da vigilância socioassistencial como instrumento de monitoramento e avaliação da política e seus impactos sobre a vida das pessoas e nos territórios.

Por outro lado, as autoras discutem os “limites e dilemas” (p.286) acerca dessa Política no Ceará, e enfocam os seguintes pontos como destaque dessa questão:

- a) a dicotômica relação entre os conceitos que perpassam a PNAS, os quais balizados em Direitos Humanos mundialmente reconhecidos contrapõem-se com velhas ideias sobre a relação pobreza/política;
- b) a presença da ideologia do favor e da benesse entre os usuários dos serviços;
- c) precarização das condições de trabalho, incluindo-se baixos salários, tipos de vínculos empregatícios, ausência de planos de cargos e salários, infraestrutura dos equipamentos precária para a realização dos serviços e a formação de equipes mínimas para a execução dos serviços nas proteções básicas e especial;
- d) a baixa mobilização dos trabalhadores do SUAS para a sua auto-organização, enquanto classe;
- e) desconhecimento dos direitos socioassistenciais por parte dos usuários, de pessoas que fazem parte das instâncias do controle social, bem como da

intencionalidade dos programas, serviços, ações e do fluxo de atendimento das demandas realizadas pela população;

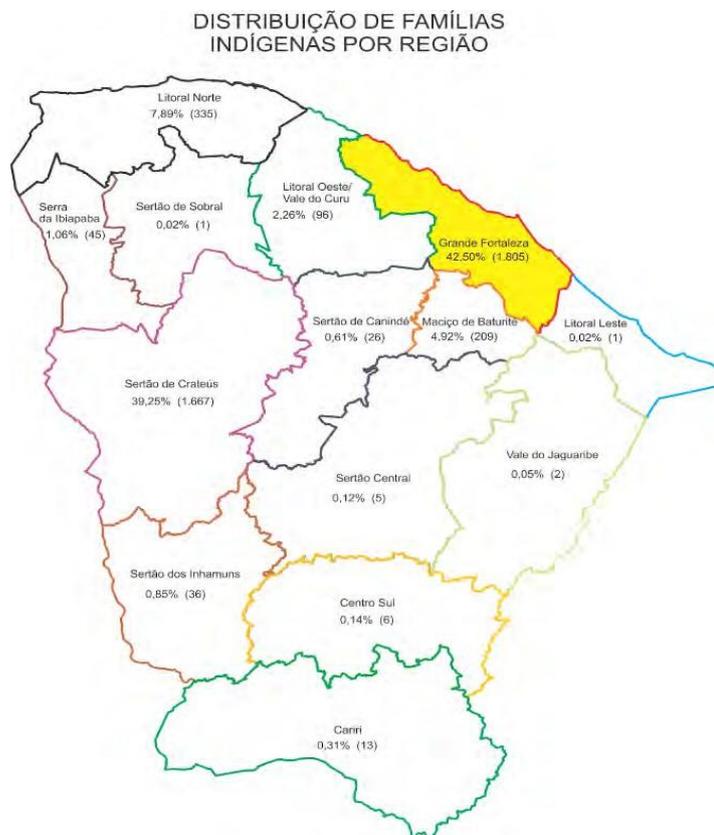
- f) forte dependência dos Conselhos Municipais de Assistência Social em relação ao órgão gestor: da mesma forma a presença político partidária dentro desses espaços foi verificada pelas pesquisadoras;
- g) baixa ou quase inexistência do cumprimento do Pacto Federativo, principalmente ao que concerne à capacitação de trabalhadores;
- h) a pequena quantidade de setores de vigilância socioassistencial nos municípios pesquisados, bem como a falta de pessoal qualificado para entender e interpretar os índices obtidos, transmutando-os em ações propositivas.

Com relação ao atendimento do SUAS no Ceará voltado para a especificidade indígena, em nível de Proteção Social Básica, o estado contava, até 2016, data da última atualização no sistema CAD SUAS¹⁴⁹, com 04 CRAS que atendiam **exclusivamente** a essa população, sendo eles: os CRAS Indígena Pitaguary em Maracanaú (etnia Pitaguary/cofinanciado pelo estado), o Jenipapo-Kanindé em Aquiraz (etnia Jenipapo-Kanindé/cofinanciado pela União), esses dois respondem pelo maior número de atendimento direta à população indígena do estado¹⁵⁰; o de Itarema (etnia Tremembé/cofinanciado pela União) e em Crateús (etnia Potiguara/cofinanciado pelo estado). Contudo, não de forma exclusiva, outros CRAS's também realizavam atendimento a esses povos por estarem referenciados em seus territórios de abrangência. Esses equipamentos estão situados nos municípios de Aracati, São Benedito, Crateús e Itapipoca. (Fonte: SPS/CE. 2019)

¹⁴⁹ CadSUAS é o sistema de cadastro do SUAS, que comporta todas as informações relativas às prefeituras, órgão gestor, fundo e conselho municipal e entidades que prestam serviços socioassistenciais. Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html> Acesso em: 26 jul. 2019.

¹⁵⁰ Pelo exposto no Plano Decenal da SPS, a região metropolitana de Fortaleza concentra 42.50% do total de famílias indígenas. (SPS. PLANO DECENAL DO ESTADO DO CEARÁ 2016-2026, 2016, p.42).

Figura 18 - Distribuição do atendimento à população indígena do Ceará



Fonte: Cadúnico Dez/2015

No tocante à questão indígena, o Plano Decenal da Secretaria Estadual (2016-2026) não faz nenhuma referência mais específica, homogeneizando essa população às demais que compõem o estado. As condições de vulnerabilidade sociais são descritas de forma generalista e todas expressam os determinantes da desigualdade social gestada pelo modo de produção capitalista em sua forma mais predatória. Contudo, objetiva para o decênio uma revisão das normas do SUAS, objetivando, cada vez mais, a ampliação de direitos socioassistenciais. Assegura, assim, maior atenção à diversidade e heterogeneidades tanto de público, como de territórios. O supracitado plano indica, de acordo com o que preconiza o SUAS (2005; 2011), considerar as diversidades e especificidades de públicos-usuários potenciais e/ou atendidos, a saber: indígenas, quilombolas, população negra outros grupos étnico-raciais, populações de terreiro, população em situação de rua, comunidades ribeirinhas, extrativistas, grupos em situação de risco pessoal e social, população LGBT e gênero, dentre outros. (SPS. PLANO DECENAL DO ESTADO DO CEARÁ (2016-2026). 2016)

Com relação a cursos e capacitações para o trabalho junto a essa população, tinha sido previsto para os meses de abril e maio uma oficina com a Profa. Dra. Zelma Madeira para fins de dialogar sobre o trabalho social com populações específicas. Contudo, em

decorrência do início do processo pandêmico da COVI-19, o evento foi cancelado. As visitas de monitoramento, realizadas pela equipe técnica estatal junto aos CRAS's cofinanciados são realizadas de formas espaçadas, em períodos de 06 a 08 meses. O objetivo desse monitoramento consiste na avaliação das atividades e coleta de informações acerca dos processos de trabalho.

Após essa exposição sigo para o delineamento da assistência social em Maracanaú e sua objetividade no conjunto da população indígena Pitaguary, através do CRAS Indígena.

5.3.1 Configuração da Política de Assistência Social em Maracanaú-CE

Com relação a Maracanaú, município lócus desta pesquisa, a Política de Assistência Social no território é implantada dois anos após sua emancipação¹⁵¹, em 1983, com a inauguração da secretaria de “Ação Social”, que operacionalizava trabalhos com crianças e idosos através de creches conveniadas e associações comunitárias. O primeiro damismo, expressão do processo histórico da assistência social brasileira, se fazia presente através do cargo de gestora da pasta da Secretaria de Promoção Social.

Durante os anos 2000, a secretaria passa a ser denominada Secretaria de Saúde e Ação Social, porém mantinha a marca de um trabalho com traços assistencialistas, meritocráticos, com programas e ações focais, pontuais, executados por organizações conveniadas e não governamentais e direcionados à criança, gestante e idoso. Cabia também a essa secretaria serviços de assessoria jurídica e o apoio a ações comunitárias (AGUIAR, 2013).

Em 2004, com a aprovação da PNAS (2004) e a mudança no contexto político de Maracanaú¹⁵², o município passou a adotar uma série de medidas, objetivando adequar-se às novas determinações da proteção social brasileira. Uma das primeiras medidas foi o desmembramento entre saúde e assistência social. Dessa forma, foi criada a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) capitaneada por uma profissional com área de formação em Serviço Social, a encerrar, assim, um ciclo do primeiro damismo à frente desta instituição.

¹⁵¹ Maracanaú era distrito de Maranguape, vindo a emancipar-se em 04/07/1983.

¹⁵² Roberto Soares Pessoa (PDT / PT / PTB / PSL / PL / PFL / PAN / PSDC / PTC / PSB / PRONA / PC do B), foi eleito prefeito em primeiro turno com 62.010 votos, o que corresponde a 63.72% dos votos válidos. Informação retirada do site: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2004/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2004> . Acesso em: 31 jul. 2019.

A adesão do município ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ocorreu em 2005, quando o estado do Ceará habilitou, por meio da Comissão Inter gestora Bipartite (CIB), seus 184 municípios, sendo 170 em gestão básica e 14 habilitados em gestão plena (LIMA, 2013). Contudo sua regulamentação só ocorreu através da Lei municipal nº 1.849/2012 que organiza a Política de Assistência Social no Município de Maracanaú de acordo com a LOAS (Lei 8.742/93), alterada pela Lei n. 12.435/2011 (Maracanaú, 2012).

Destaca-se, como marco diferencial na implantação da SASC no município, a integração entre a Política de Assistência Social e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional objetivando:

direito humano à alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar de todos(as), estimulando práticas produtivas com base agroecológica através da agricultura familiar a fim que diversifiquem a produção e promovam a segurança alimentar e nutricional com prioridade para as famílias em situação em insegurança alimentar e nutricional e/ou em vulnerabilidade social. (PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARACANAÚ, 2018/2021, p.36).

A operacionalização do SUAS, que executa as proteções sociais, se dá através seguinte configuração: **proteção social básica**, com 11 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 01 Centro de Convivência Social para crianças e adolescentes (CCS) e um 01 Centro de Convivência do Idoso (CCI); e **proteção social especial**, com 01 abrigo institucional, 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 Centro de Atendimento à População de Rua (Centro POP).

A Célula de Ações Complementares estrutura-se em duas gerências – inclusão produtiva e segurança alimentar e nutricional – que se organizam da seguinte forma: 05 Cozinhas Comunitárias, 01 Restaurante Popular e 01 banco de alimento, além das instituições vinculadas através do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que configuram a rede estendida de proteção social do município.

Cada um desses equipamentos oferece ações e serviços específicos, no sentido de garantir condições de “mínimos sociais” à população usuária. Essas podem se dar de forma isolada ou conjunta dentro da mesma rede socioassistencial ou através do acionamento de políticas, no sentido de favorecer a autonomia, a acolhida e a convivência de seus usuários.

No último Plano Municipal realizado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC), compreendendo o período de 2018 a 2021, os conceitos relacionados a vulnerabilidade social e risco sociais seguem a mesma orientação dos encontrados na PAS e no Plano Decenal do estado do Ceará. Nesse sentido a população-alvo das ações socioassistenciais do município foi assim descrita:

Entre a população total do município na ocasião do último Censo Demográfico, 4,59% encontrava-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00, revelando uma queda significativa em comparação com os dados do ano 2000, 13,62% e de 1991, 25,96%. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 59,66%, em 1991, para 40,61%, em 2000, e para 18,97%, em 2010. Isto significa que 6,3% da população municipal vivia nesta situação. Do total de extremamente pobres, 238 (1,8%) viviam no meio rural e 13.002 (98,2%) no meio urbano (BRASIL, 2017b apud PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARACANAÚ -2018/2021: p.31).

Com relação à interpretação dos conceitos de vulnerabilidade social e risco social, a SASC segue a mesma linha dos documentos norteadores dos Planos de Assistência Social dos municípios, a PAS e o Plano de Assistência Social dos estados federativos. No caso específico de Maracanaú, todas as ações levam em consideração os dados do CadÚnico, a apontarem as condições de vulnerabilidade social e risco social para orientar ações mais efetivas diante dessas questões, visto que:

O retrato das situações de vulnerabilidade social na vida das famílias reflete diretamente no local onde as pessoas vivem, tanto nas moradias como nos territórios do município. O perfil das moradias das famílias que estão inseridas no Cadastro Único revela alguns aspectos dos territórios de referência dos CRAS. Questões como fornecimento de água encanada, saneamento básico, energia elétrica, coleta de lixo e aspectos relativos ao material de construção das casas reverberam nas condições de vidas dessas famílias. (PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARACANAÚ -2018/2021, p.92).

No tocante à explicitação do conceito de risco social, o documento parece definir melhor o seu significado para efeitos de ações protetivas ao defini-lo como situações agravadas pela condição de vulnerabilidade social apresentada e traduzem-se pelo agravamento das situações socioeconômicas as quais podem induzir à:

à violação dos direitos de seus membros, em especial, de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social (BRASIL, 2004 apud PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARACANAÚ -2018/2021, p.98).

A partir dessas concepções de vulnerabilidade e risco sociais, passo para à exposição sobre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Indígena Pitaguary e a forma como esses conceitos são operacionados em nível territorial.

5.3.2 As particularidades da PAS no CRAS Indígena Pitaguary

Em termos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), que sinaliza a necessidade de um atendimento específico às populações tradicionais, a Secretaria de

Assistência Social e Cidadania deu início, em 2006, aos trabalhos junto às lideranças Pitaguary, com o objetivo de apresentar-lhes o Sistema Único de Assistência Social, bem como sobre a necessidade de instalação de um CRAS diferenciado naquele território.

Envoltos no quadro de refrações da questão social – desemprego, habitação precarizada, drogadição, violência doméstica, dentre outros – a etnia Pitaguary, assim como outros povos indígenas, apresenta demandas específicas à política de assistência social, a suscitar do Estado e dos serviços públicos atividades que atendam a contento suas demandas e anseios. Dessa forma, a assistência social, em nível de Proteção Social Básica (PSB), no território Pitaguary, materializa-se não só pela via da transferência de renda, mas também por meio do Trabalho Social com as Famílias (TSF)¹⁵³ e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Implantado em 2006 na Terra Indígena Pitaguary, o CRAS¹⁵⁴ Indígena compunha um dos três primeiros CRAS instalados no município. Balizado no Plano Municipal da Assistência Social (2005), permitiu às famílias indígenas a apropriação de meios e recursos necessários ao alcance de sua identidade étnica e autonomia. (MARACANAÚ, 2005, p. 60).

Respeitando a diversidade e as especificidades étnicas preconizadas pela PNAS, a criação de um CRAS INDÍGENA dentro da comunidade indígena buscou assegurar o processo de inclusão social das famílias através de um conjunto de ações socioassistenciais articuladas entre o poder público e a sociedade, potencializando os programas, projetos e serviços existentes e construindo novas estratégias, de forma a permitir às famílias indígenas a apropriação de meios e recursos necessários ao alcance de sua identidade étnica e autonomia (MARACANAÚ, 2005, p. 60).

As atividades no CRAS Indígena se deram primeiramente, na Casa de Apoio Pitaguary (local que hoje funciona a Casa Digital (NOTA) e tinha como equipe um psicólogo, e duas assistentes sociais. Em dezembro de 2009, foi reinaugurada em sede própria, localizada na rua Professor José Henrique, 8476, na aldeia Santo Antônio. Cofinanciada pelo Estado, através da Secretaria de Proteção Social do Ceará, tem sua construção edificada com um

¹⁵³ As famílias indígenas Pitaguary sinalizam, por meio das suas vivências, costumes e particularidades, que à primeira vista se confundem com as características de famílias não indígenas, fruto possivelmente do que Oliveira (1998) denomina de “índios misturados”. Contudo, basta observá-los por um relativo tempo que é possível identificar especificidades próprias desta comunidade. O Toré representa um rito muito importante para eles. Esta dança indígena é realizada principalmente em dias de festejos, tendo como principal o realizado no dia 12 de junho, momento em que se reúnem os povos de todas as aldeias (Horto, Olho D’água, Santo Antônio e Monguba), etnias próximas e visitantes para juntos dançarem o Toré em torno da Mangueira bicentenária, localizada na aldeia mãe (Santo Antônio). Outros momentos de exaltação dessa cultura são as festas do milho em julho, da cabana em novembro e da banana em janeiro.

¹⁵⁴ Vale sinalizar que a criação de um equipamento destinado especificamente aos/às indígenas da região revela uma tentativa de garantia de acesso a um atendimento socioassistencial diferenciado e equitativo para estes povos.

modelo arquitetônico semelhante a uma “oca”. O equipamento atende exclusivamente as famílias indígenas do município, realizando seus serviços, programas e projetos por intermédio do trabalho social com famílias, visando identificar mediações e estratégias para combater situações sociais e econômicas de exposição às refrações da questão social que acometem a etnia Pitaguary. Ocorre ainda a inserção das famílias em situação de pobreza e/ou extrema pobreza em programas de transferências de renda do Programa Bolsa Família.

Em julho de 2020, a equipe do CRAS Indígena Pitaguary era composta por um coordenador e três assistentes sociais, um entrevistador (profissional responsável pelo Cadastro Único), dois agentes administrativos, um profissional de serviços gerais e um porteiro. Vale destacar que os dois últimos profissionais têm pertença étnica Pitaguary.

Este CRAS é considerado um dos poucos do nosso estado que se destina exclusivamente para o atendimento à demanda indígena. Ao nos direcionarmos para o perfil de inserção de famílias no Cadastro Único, identificamos que, dos 3.337 Pitaguary¹⁵⁵ residentes em Maracanaú-CE, 2.374 (72,51%) são referenciados por esta unidade de CRAS, ou seja, possuem renda familiar que varia de renda zero até ½ salário mínimo per capita ou entre ½ salário até três salários mínimo. Gabaritam assim, o lugar de público da PAS e suas ações tanto pelo recorte de renda como pelas condições materiais, decorrentes.

Configurando-se como a “porta de entrada” para acesso aos programas, projetos, serviços e ações da Política de Assistência Social, o CRAS está inserido no âmbito da proteção social básica e visa prevenir situações de vulnerabilidades e riscos sociais. O serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) representa a principal atividade desenvolvida pelas equipes técnicas nas unidades de CRAS, promovendo ações de acolhida, oficinas, atendimentos, acompanhamentos, encaminhamentos, buscando atender a família em sua integralidade e acionando políticas setoriais, quando necessário. Outro serviço de fundamental importância ofertado pelo equipamento é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que atua com grupos geracionais e intergeracionais, na perspectiva de que convivência gera vínculo e vínculo fortalece a convivência.

O PAIF deve ainda contribuir para o fortalecimento das identidades étnicas¹⁵⁶ através: da promoção da participação indígena no planejamento das ações desenvolvidas pelo

¹⁵⁵ A população Pitaguary, de acordo com a Fundação Nacional do Índio, tem um contingente de 4.297 índios, sendo que 960 desses habitam a localidade de Monguba, no município de Pacatuba.

¹⁵⁶ Esse fortalecimento pode gerar e/ou ampliar o sentimento de pertencimento ao território, provocar uma autocompreensão e autoestima nas famílias, grupo e coletividade. Esse processo dá condições objetivas desses sujeitos se conhecerem ou se reconhecerem enquanto sujeitos históricos e donos da sua história.

equipamento; da escuta qualificada norteada pelo viés cultural; do respeito à autonomia familiar e comunitária; do fortalecimento cultural e identitário e na defesa dos seus direitos.

A inserção profissional num equipamento de CRAS exige da equipe técnica e demais funcionários conhecimento e interação na comunidade, tencionando meios para a intervenção numa determinada sociedade. Para tal, faz-se necessário compreender a cultura, as vivências da população usuária, a fim de conhecê-la para promover uma atuação efetiva, de acordo com às necessidades da localidade. A este fenômeno identificamos como o processo de territorialização nos espaços de CRAS que, em se tratando de comunidades tradicionais, tais procedimentos se apresentam como de fundamental importância para uma atuação qualificada e propositiva, de maneira a respeitar as especificidades da comunidade, e envolver então diferentes atores, seja a população usuária, seja a equipe de profissionais do CRAS (ALMEIDA, 2011).

Para a atuação nesse espaço tradicional, enquanto parte integrante da equipe técnica do PAIF, foi necessário, também, despirmo-nos das inúmeras pré-noções de indianidades construídas socialmente, desvinculando-nos da imagem caricaturada do ser índio para percebê-lo como um sujeito de direitos, que embora possua uma cultura diferenciada, a proximidade com a sociedade envolvente e as refrações da ordem econômica vigente (re)elaboram vivências e (re)constroem o cotidiano, exigindo intervenção do poder público junto às necessidades sociais identificadas. Aqui vale evidenciar o aprendizado de que:

Índio não é uma questão de cocar de pena, urucum e arco e flecha, algo de aparente e evidente nesse sentido estereotipificante, mas sim uma questão de ‘estado de espírito’. Um modo de ser e não um modo de aparecer. Na verdade, algo mais (ou menos) que um modo de ser: a indianidade designava para nós um certo modo de devir, algo essencialmente invisível, mas nem por isso menos eficaz: um movimento infinitesimal incessante de diferenciação, não um estado massivo de ‘diferença’ interiorizada e estabilizada, isto é, uma identidade (VIVEIROS DE CASTRO, s/d *apud* BARROSO, 2011, p. 24 *apud* ALMEIDA, 2011, p. 35).

As intervenções profissionais, expressas através de práxis sociais desenvolvidas por esses(as) trabalhadores(as) se dão, principalmente, mediadas pelo atendimento, acompanhamento familiar, grupos (gestantes, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), Criança Feliz, Mais Infância Ceará) e visitas domiciliares. Tais métodos são utilizados para que a equipe e/ou o/a profissional possa melhor compreender as questões que acometem as famílias e, juntos, realizar planos de acompanhamento familiar, encaminhamentos, prover benefícios, direcionar para políticas socioassistenciais e/ou setoriais.

No caso específico das famílias Pitaguary, o acompanhamento familiar ocorre de forma particularizada, em decorrência dos vínculos familiares serem permeados pela proximidade do parentesco. Isso provoca uma dificuldade na realização da escuta qualificada coletiva, pois esses vínculos interferem na exposição das situações vivenciadas pelos grupos familiares (SOUSA E COSTA, 2018).

Essas situações, inseridas no conjunto de reflexos da questão social, tornam-se objeto de demanda e intervenção por parte da proteção social. São situações em muitos casos semelhantes às demandas dos outros CRAS do município, não se podendo, contudo, generalizar suas interpretações, porque essas pessoas e suas famílias possuem pertencas étnicas diferenciadas.

Assim, cabe ao/a profissional tentar perceber sobre qual(is) família(s) está(ão) trabalhando, as normas de convívio entre estes pares, as deliberações e organizações nas aldeias, os impactos do contato constante com a sociedade envolvente e suas estratégias de convívio e afirmação diante dessa. Os profissionais, por outro turno, devem ter cuidado e sensibilidade ao se deparar com situações sociais apresentadas e que, por serem especificidades da comunidade, não incorrerem no risco de reproduzirem ações e postura de caráter disciplinador ou cerceante, pois ao imprimir em seu exercício profissional, impressões baseadas no pensar da sociedade envolvente, sem considerar o processo histórico, social e ético da comunidade, há chances de reprodução de posturas “euro centradas e neocolonialistas, correndo um sério risco de se travestirem em ações jesuíticas, moralizantes e colonizadoras de outrora” (SOUSA & COSTA, 2018, p. 236).

Não podemos perder de vista outros aspectos que podem interferir diretamente no trato com populações diferenciadas. O primeiro diz respeito ao fato de sabemos que, para a boa operacionalização do processo de políticas sociais públicas, é importante estar atento para os movimentos da realidade nacional, estadual e municipal; o segundo trata de perceber e identificar quais as nuances do território em seus aspectos políticos e sociais, enquanto que o terceiro aspecto está relacionado a entender como as famílias veem, se relacionam e desfrutam de forma coletiva do espaço territorial.

Como observado até agora a política de assistência social se materializa por meio dos trabalhos sociais com famílias que orbitam nas faixas de pobreza extrema e pobreza. Contudo, falta uma melhor compreensão diferenciada por parte do poder público para a garantia de melhores condições de trabalho e capacitações continuadas que, quando em territórios indígenas, acaba por imprimir lacunas na promoção equitativa desta política.

A materialidade da assistência social depende, ainda, das elaborações conjunturais da sociedade que, na contemporaneidade, estão totalmente à mercê de orçamentos pífios e de direcionamentos políticos que mais aniquilam a promoção da assistência social que a garantem. Afinal, as marcas iniciais da assistência social têm, por vezes, desqualificado os ganhos normativos e operacionais que insistem em defini-la como uma “política” de benesses e ajudas.

Neste contexto, ressalta-se a inclusão de comunidades tradicionais junto à política de Assistência Social que se apresenta com necessidade de intervenção, principalmente por perceber tal população como imersa em situações particulares e específicas de vulnerabilidade e quadros de pobreza, principalmente no que se refere ao acesso à renda e situações de insegurança alimentar. Para tal, nas questões atinentes a inscrições de famílias indígenas no Cadastro Único há no campo 3, compreendendo do 3.01 ao 3.14 de seu preenchimento questões exclusivas a estas, contendo indagações que fazem menção a seu quadro econômico e forma de reprodução da vida material.

Nesse sentido, como forma de melhor alcançar o universo cosmológico Pitaguary e se aproximar das formas de ser, pensar e agir dessa população objetivando o detalhamento de ações a partir das orientações da PAS e do Plano Municipal de Assistência Social voltadas para uma maior efetividade das garantias afiançadas nesses documentos é que em 2009 foi realizado o Planejamento Sinérgico do Povo Pitaguary.

Essa ação organizada pela SASC, em parceria com o Movimento de Saúde Mental do Bom Jardim (MSMBJ), teve como princípio o processo de desenvolvimento do Povo Pitaguary a partir da união de esforços no sentido do seu empoderamento para a tomada de decisões em diferentes níveis e funções, preservando suas raízes culturais, fortalecendo seu potencial criativo e potencializando a resiliência para se afirmarem como protagonistas de sua história.

Esse planejamento estratégico, que se realizou em outubro de 2009, com duração de uma semana e que envolveu, lideranças¹⁵⁷, representantes dos troncos velhos¹⁵⁸, das ramas novas¹⁵⁹ (adultos), jovens e crianças, teve como objetivos: (I) a promoção de uma consciência

¹⁵⁷ Entende-se como liderança as pessoas que conseguem ter lugar de fala na representação de seu povo, aqui especificamente Cacique, Pajé, presidentes dos seguintes conselhos: Conselho de Articulação Indígena Pitaguary que representa os interesses da Aldeia Santo Antônio, o Conselho Indígena Pitaguary, que congrega os interesses da Aldeia do Horto e o Conselho Indígena do Povo Indígena do Olho D’água.

¹⁵⁸ Expressão nativa para identificar aqueles que são detentores de conhecimentos indígenas nas mais diversas áreas.

¹⁵⁹ Expressão nativa para identificar os jovens e adultos que trilham o caminho do aprendizado de valores ancestrais, bem como aqueles que se inserem no movimento indígena.

coletiva a partir de uma resgate da sabedoria ancestral para a continuidade das gerações futuras voltadas para a participação;(II) melhoria nos relacionamentos entre lideranças, os demais integrantes da aldeia e do seu ambiente externo para alavancar o seu etnodesenvolvimento; (III) elaboração de Plano de Ação com estratégias que conduzissem ao desenvolvimento sustentável, fortalecendo o potencial criativo a partir das habilidades e vocações do povo; (IV) estímulo ao processo de participação, organização comunitária e de aprendizagem, como instrumento e ferramenta de empoderamento; (V) estímulo da cultura indígena em todos os segmentos da sociedade de Maracanaú e Cearense como forma de mitigar a discriminação étnico racial. O planejamento que foi dividido em cinco eixos (saúde e espiritualidade, sustentabilidade, educação e cultura, unificação das aldeias e segurança e meio ambiente).

O resultado desse planejamento assumiu, para os técnicos que operacionalizam a PAS na terra Pitaguary, um significado muito importante, pois a partir das falas dessa população foram sendo desenhados, à luz das orientações da Política de Assistência, um mosaico das reais vulnerabilidades sociais, políticas, econômicas e culturais, que poderiam ser agudizadas e trazer sérios prejuízos para a organização social da etnia. Dentre essas vulnerabilidades e divididos por eixos as seguintes necessidades a partir do olhar Pitaguary.

Quadro 8 - Quadro de vulnerabilidade e risco social a partir do lugar de fala Pitaguary
(continua)

EIXO	VULNERABILIDADES	RISCO
SAÚDE E ESPIRITUALIDADE	FALTA DE UM ESPAÇO COMUM PARA A PRÁTICA DA RELIGIOSIDADE INDÍGENA;	ENFRAQUECIMENTO DA ESPIRITUALIDADE COLETIVA E ENTRADA DE OUTRAS RELIGIÕES;
	ESCASSEZ DE EVENTOS INTERNOS COORDENADOS PELO CACIQUE E PAJÉ;	DIMINUIÇÃO NO ASPECTO SIMBÓLICO DAS FIGURAS DO CACIQUE E PAJÉ;
	POUCA PRESENÇA INDÍGENA EM EVENTOS CULTURAIS;	INVISIBILIDADE ÉTNICA;
	POUCA OU NENHUMA ARTICULAÇÃO ENTRE CURADORES INDÍGENAS;	PERDA DO CONHECIMENTO SOBRE O PODER DE CURA COM AS MÃOS E ERVAS;
SAÚDE E ESPIRITUALIDADE	FALTA DE ORALIDADE ENTRE OS MAIS VELHOS E MAIS NOVOS NO REPASSE DAS CONCEPÇÕES DE MUNDO INDÍGENA (cultura, espiritualidade e história);	PERDA DA COSMOLOGIA INDÍGENA;
	FALTA DE ENCONTROS ENTRE ETNIAS PARA DISCUSSÃO	ESQUECIMENTO E INVISIBILIDADE E SUBSTITUIÇÃO POR VALORES DOS BRANCOS

Quadro 8 - Quadro de vulnerabilidade e risco social a partir do lugar de fala Pitaguary

(continuação)

	SOBRE FORTALECIMENTO DE CULTURA	
SUSTENTABILIDADE	<p>CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA DINAMIZAR AS AÇÕES E O POTENCIAL ECONÔMICO;</p> <p>FALTA DE EXPANSÃO DAS HORTAS COMUNITÁRIAS COM PLANTAS MEDICINAIS;</p> <p>FALTA DE UM BANCO DE SEMENTES DE ESPÉCIES NATIVAS;</p> <p>FALTA DE UM SLEO DE IDENTIFICAÇÃO PITAGUARY;</p> <p>FALTA DE UM ESPAÇO PARA A DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS PITAGUARY;</p>	<p>PRECARIIDADE NO PROCESSO AGRÍCOLA E ANIMAL;</p> <p>DIMINUIÇÃO DA PRODUÇÃO E QUEBRA DE UM PADRÃO CULTURAL;</p> <p>ESPÉCIES RESISTENTES E TRADICIONAIS SE ACABEM;</p> <p>PERDA DA ORIGINALIDADE DOS TRAÇOS ÉTNICOS GRIFADOS NOS TRABALHOS MANUAIS;</p> <p>PRODUTOS COMERCIALIZADOS POR ATRAVESSADORES COM GANHOS SUPERIORES.</p>
EDUCAÇÃO E CULTURA	<p>DIMINUIÇÃO DE ARTESÃOS CONHECEDORES DA ARTE DO BARRO, MADEIRA, CIPÓ E PALHA;</p> <p>REVITALIZAÇÃO DE PONTOS HISTÓRICOS;</p> <p>DIMINUIÇÃO PELO INTERESSE DA DANÇA DO TORÉ;</p> <p>FALTA DE AMOSTRAS CULTURAIS INDÍGENAS</p>	<p>PERDA DA PRÁTICA DE MANUSEIO E CONFECÇÃO DE ARTESANATO COM ESSES MATERIAIS;</p> <p>INVISIBILIDADE HISTÓRICA PELA PRÓPRIA ETNIA, COMO PELA POPULAÇÃO NÃO ÍNDIA;</p> <p>PERDA DA PRÁTICA E CONHECIMENTO DO TORÉ PELOS MAIS NOVOS COMO UM ATO ESPÍRITUAL, CULTURAL E POLÍTICO;</p> <p>DIMINUIÇÃO DO FORTALECIMENTO DA CULTURA INDÍGENA FRENTE A CULTURA DO BRANCO</p>
POLÍTICO	<p>FALTA DE UM PENSAMENTO HEGEMÔNICO SOBRE A UNIÃO ENTRE AS ALDEIAS;</p> <p>POUCA ARTICULAÇÃO ENTRE LIDERANÇAS PARA REALIZAÇÃO DE FÓRUMS, SEMINÁRIOS, ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES GERAIS SOBRE PROBLEMAS DA ETNIA;</p> <p>FALTA DE UM TRABALHO COM AS CRIANÇAS PARA IREM DESDE CÉDULO SE INCORPORANDO A VIDA POLÍTICA DA ALDEIA;</p> <p>FALTA DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO PARA INTERNALIZAÇÃO DE PLANEJAMENTO ÚNICO;</p>	<p>CADA ALDEIA SEGUIR POR SEUS PRÓPRIOS INTERESSES, ESQUECENDO QUE OS PITAGUARY SÃO UM POVO SÓ;</p> <p>CADA ALDEIA IR SE TORNANDO AUTÔNOMA SEM OBSERVAR QUE OS PROBLEMAS SÃO COMUNS;</p> <p>A PERSPECTIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS RAMAS NOVAS IR SE ESVAINDO;</p> <p>A DIMINUIÇÃO DO SENTIDO DE UM SÓ POVO;</p> <p>O ENFRAQUECIMENTO DO ELO ENTRE AS ALDEIAS, O QUE GERA ROMPIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE INTERESSES INDIVIDUALIZADOS;</p>

Quadro 8 - Quadro de vulnerabilidade e risco social a partir do lugar de fala Pitaguary

(conclusão)

	FALTA DE AÇÕES DE INTERCÂMBIO ENTRE AS ALDEIAS; FALTA DE EVENTOS CONJUNTOS ENTRE AS ALDEIAS.	O POVO PITAGUARY NÃO SE PERCEBER COMO UM SÓ, INDEPENDENTE DAS CRACTERISTICAS DE CADA ALDEIA.
SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE	ASPECTO DE ABANDONO EM QUE SE ENCONTRA A ENTRADA DA ALDEIA; POLUIÇÃO DO RIO ATALAIA; NÃO CONSCIÊNCIA DO PREJUÍZO CAUSADO PELO LIXO ÀS MATAS, AOS ANIMAIS E ÀS FONTES DE ÁGUA;	DESAPARECIMENTO DO ATO DE CUIDAR, ZELAR A MÃE TERRA, A NOSSA CASA. CUIDAR DO TERRENO É ZELAR PELA MÃE TERRA; POSSÍVEIS DOENÇAS, POLUIÇÃO DE MATERIAL PLÁSTICO; PERDA DA QUALIDADE DE VIDA E DA NATURALIZAÇÃO DO DESCASO COM A MÃE TERRA;
SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE	PROXIMIDADE DO CENTRO DE ZONOSE DA ALDEIA OLHO D'ÁGUA; DIMINUIÇÃO DE FLORA E FAÚNA, EM DECORRÊNCIA DO DESMATAMENTO; FALTA DE APROVEITAMENTO DO POTENCIAL TURISTICO DE TRILHAS ECOLÓGICAS	PREJUÍZO AO RIO E Á VIDA QUE LÁ EXISTE PELO DESCARTE DE ÁGUA USADA NO CENTRO DE ZONOSE; EMPOBRECIMENTO DA SUSTENTABILIDADE; SUB-APROVEITAMENTO DE RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DA ALDEIA E CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO PRINCIPALMENTE OS JOVENS.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O processo foi extremamente desafiador e recompensador. Desafiador porque ouvi-los em suas necessidades sociais, perspectivas e decepções favoreceu um novo olhar sobre a atuação da PAS neste território vivido. Recompensador porque as ações traçadas a nível da proteção social básica, tendo como base os eixos elencados no Plano Estratégico, passaram a ter a marca da realidade da comunidade e com isso uma maior participação e adesão nas ações propostas. A partir dessa configuração, os posteriores planejamentos do equipamento tiveram como pedra fundamental a atenção ao Planejamento Estratégico, alinhando ou realinhando propostas dentro das realidades conjunturais, das três esferas de governo e da própria comunidade, mas sempre no sentido de preservar a intenção da visão de mundo, de comunidade e território Pitaguary. O resultado, embora quase invisível em termos concretos nos dados do CadÚnico, tem um aspecto simbólico relevante, qual seja: a consciência da comunidade de que as ações do CRAS são balizadas pelas necessidades sociais

desta população e que se, muitos dos resultados ficam aquém do esperado, são em decorrência de fatores que extrapolam as direções tomadas¹⁶⁰.

Passo agora às considerações finais dessa jornada, que não foi sozinha. Durante o percurso outros ventos chegaram, mas a busca pelo conhecimento sobre a forma de ser e pensar indígena me impulsionaram a continuar redirecionando as estratégias e reconfigurando rotas, tudo para tentar chegar ao que parece ser meu maior objetivo, a essência Pitaguary.

E vamos caminhando para o fechamento deste trabalho, que antes de mais nada se propôs a uma reflexão acerca de conceitos e noções de vulnerabilidade e risco social operacionalizados na PAS e sua aplicabilidade no universo indígena, em especial o Pitaguary.

¹⁶⁰ Os principais fatores que impedem o avanço nesse processo de ampliação de ações positivas, situam-se no nível macro pela verticalização dos programas, projetos e ações e que muitas vezes se chocam com a perspectiva da coletividade. A nível micro político, ainda é recorrente a intermediação política de vereadores para a realização mais rápida de questões particulares. Questões essas que também fazem parte do coletivo. É a expressão ainda presente do personalismo, traço político cultural do Brasil. A burocracia, outro elemento impeditivo de ações que poderiam ser efetivadas de forma mais rápida e eficaz, acaba por provocar o desânimo pela demora na resolução das questões. E não menos importante a articulação política dentro da própria etnia, que esbarra em interesses muitas vezes pessoais, impedindo o fluxo das justas demandas da comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo esse trabalho reafirmando que todo esse processo de pesquisa se deu de uma forma muito viva, seja pela experiência no campo profissional, pela apreensão das falas, dos modos de viver e se relacionar desses sujeitos com a PAS no território, expressas na sua participação direta, na opinião de suas lideranças quando da apresentação das propostas e resultados dos planejamentos de ação anuais, na escuta dos grupos operacionados pelo equipamento sobre propostas condizentes com as necessidades temporais da população e finalmente pela ampla pesquisa bibliográfica que embasou teoricamente essa proposta de pesquisa.

Acredito que todo pesquisador ao concluir uma obra faz uma retrospectiva de todo o longo caminho até a conclusão de sua produção, as primeiras ideias, as conversas com amigos, a exposição de argumentos, as leituras, as crises com o orientador, enfim tudo o complexo mundo da produção lhe vem à mente. Para além desse momento a pretensa vontade de sua obra se torne referência, o seu objeto reconhecido e que sua influência se prolongue o máximo possível. Essa última parte até poderia ser concretizada, não fosse a consciência dialética do próprio processo da criação apontar que tudo é provisório, passível de comprovação, retificação ou abandono. (NETTO, 2010)

Após esse breve desabafo, retomo como ponto crucial de todo trabalho que é a análise dos resultados em relação aos objetivos indicados na pesquisa, centrados na reflexão sobre a pobreza e suas expressões correlatas, vulnerabilidade e risco social, interseccionando as com o trabalho realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Indígena Pitaguary a partir dos conceitos e normatizações da Política Nacional de Assistência Social.

Relembro aqui que durante o processo de construção do objeto de pesquisa algumas hipóteses surgiram para corroborar com a propositura final, foram elas: a) a política de assistência social necessita de maior aporte teórico e técnico para atuação junto a comunidades indígenas, tendo como referência a diversidade dos modos de ver, sentir e pensar a realidade; b) os conceitos de pobreza, vulnerabilidade e riscos social, embaixadores de ações na PAS, não conseguem acompanhar a racionalidade indígena sobre os fenômenos que eles traduzem; e c) o discurso da PAS sobre respeito à diversidade étnica, expressos em documento de orientação na operacionalização dessa política junto a comunidades indígenas, parece se contradizer em si, quando busca de fato readequar modos de vida dessas populações às suas formatações de programas, projetos e serviços sociais verticalizados.

Todas essas questões nos suscita a necessidade de compreender que para além da questão de vulnerabilidade e risco social impostos historicamente a essas populações, consideradas como minoritárias no corpo da sociedade, está a imperiosa necessidade dentro da PAS, enquanto política de seguridade social, de falar em pobreza especialmente no atual cenário brasileiro onde os índices indicam que mais de 70% da extrema pobreza está situada entre os grupos étnicos raciais.(IBGE.2010).

A desigualdade étnica indígena, fruto de um projeto de colonialidade, nos chama para um posicionamento mais diretivo no campo da defesa do direito de viver e a viver com dignidade. Essa histórica situação se agudiza na sociedade moderna pela contínua onda de crises nos aspectos econômicos, sanitários, democráticos, políticos, ecológicos, dentre outras, e que nos impõem desafios em vários campos como a produção e distribuição de riqueza, o trabalho e a seguridade social. A onda neoliberal, infringi espoliação às populações originárias tanto as que vivem em áreas preservadas, ricas em recursos minerais e vegetais; como àquelas que vivem em espaços urbanos ou em seus arredores seja pela especulação imobiliária, seja pelo rebaixamento de suas condições de acesso à produção e redistribuição da riqueza socialmente produzida. São assim, populações que facilmente se enquadram em perspectivas da exclusão, vulnerabilidade, risco e pobreza.

Como populações historicamente frágeis nos aspectos políticos e econômicos tornaram-se público por excelência da PAS, a qual ainda perpassada por uma lógica de equidade e de compreensão das múltiplas determinações que conformam a sociedade brasileira, procura proporcionar a mudança nas condições de vida dessas populações a partir da adequação entre os modos de vida capitalista/comunitário-originário, o que nos leva a ver que é uma equação difícil de solução. Mesmo as comunidades já socialmente adaptadas ao sistema do capital, marcadas pela venda da sua força de trabalho, como a Pitaguary, essa relação se dá muitas vezes de forma truncada, pois apesar do longo período de adaptação à ordem nacional, os Pitaguary, ainda traz elementos na sua forma de ver o conjunto social, que remontam à sua ancestralidade.

Nesse sentido, adequar os termos e trabalhar pobreza, vulnerabilidade e risco social em comunidades tradicionais exige um esforço técnico, teórico e dinamicidade na conformação de interesses. Exige um posicionamento ético e uma orientação política, pois, ou se “aprisiona” essas comunidades à lógica do capital, ou lhes oferece um caminho de criticidade contra as armadilhas do sistema que sob a forma de “ovelha”, silenciosamente aguarda o momento de fazer surgir o “lobo” predador que é o espírito desse sistema ou nas palavras de Martins (2012) Incluir para excluir! Vale destacar que temos que ter a percepção

aguçada para entender que toda ação da PAS, objetiva a inclusão, a integração, portanto a adequação ao modo de sociabilidade capitalista.

Assim, trabalhar vulnerabilidade e risco social junto a populações tradicionais exige do profissional um olhar sobre o processo cultural desses grupos. Nessa busca o profissional não deve ter medo de se afastar das teses de supremacia eurocêntrica e seu projeto colonizador. Ele deve se esforçar para entender e compreender a construção socio histórica dessas populações, perceber que elas são dotadas de História sim, contradizendo os discursos do projeto de colonialidade e da modernidade próprios do sistema socio metabólico do capitalismo que tendem a estabelecer e a nivelar as relações, igualando e nivelando a todos, escamoteando questões transversais como o racismo, a diminuição do outro, tendo como base o olhar eurocêntrico.

Portanto, trabalhar vulnerabilidade e risco social junto a populações minoritárias exige um mergulho crítico na formação social brasileira e no discurso liberal de igualdade para todos, objetivando perceber o conteúdo excludente desse processo e assim encontrar caminhos para uma nova proposta de ruptura dessa colonialidade que já dura 520 anos. O próprio resultado do Planejamento Estratégico Pitaguary, como visto acima, é prova de que valores capitalistas que formatam a definição de vulnerabilidade, pobreza e risco social, não condizem com o que a etnia entende sobre essas situações.

Cabe ao profissional que opera a PAS a capacidade de interpretar a cultura local, respeitando as suas expressividades, sejam elas mais tradicionais ou ressignificadas. Vale aqui o destaque que este ator deve ter ao respeito à particularidade desses povos vendo-os como um segmento em processo de reelaboração e ressignificação de sua história marcada seja pelo mito da submissão passiva dos nativos aos interesses da colônia; seja pelo viés dos vencidos, vítimas das ações colonizadoras e hoje inseridos na pobreza e marcados pela vulnerabilidade e risco social. Só assim esse profissional poderá fomentar, acoplar, agregar, compatibilizar uma intervenção calcada num projeto de trabalho verdadeiramente social. O próprio resultado do Planejamento Estratégico Pitaguary, como visto acima, é prova de que valores capitalistas que formatam a definição de vulnerabilidade, pobreza e risco social, parece não condizer com o que a etnia entende sobre essas situações.

O CRAS enquanto espaço de conformação de interesses contraditórios, a reificação capitalista através da execução da PAS de um lado, e de outro a ampliação do acesso a direitos sociais expressos pela agudização da questão social em seus múltiplos aspectos. Enquanto principal porta de entrada e acesso à assistência social e outras políticas sociais, o equipamento também tem como objetivo a busca pela autonomia de sua população

referenciada e/ou acompanhada e nesse sentido o CRAS deve, dentro de uma proposta emancipatória, trabalhar a coletivização dos interesses como forma de despertar o interesse e a percepção dos aspectos socio político inerentes às questões refratárias da pobreza, vulnerabilidade e risco sociais em que a população está mergulhada.

Essa autonomia tem que ser bem trabalhada, para não se confundir somente na escolha pela escolha, se A ou B, se este ou aquele; ao contrário a construção dessa autonomia passa pela plena capacidade de decisão, esta deve ser orientada e consciente de suas repercussões tanto no aspecto singular como coletivo. Há de se ter um posicionamento mais direcionado para a questão dessa autonomia, observar que valores implica, que direção ela tenciona e quais interesses estão na base de sua construção.

Esse aspecto político na prática cotidiana do CRAS implicará num duplo processo. De um lado a suspensão do cotidiano pelos técnicos que compõem o equipamento, ajudando-os a sair da complexa teia de superficialidade, heterogeneidade e imediaticidade que as demandas cotidianas impõem e por outro, fortalecer um projeto de participação e organização popular; de outro, potencializar de forma crítica essas populações é a meu ver o caminho para a (des)construção de um processo de alienação, opressão, exclusão, dominação e silenciamento historicamente instituído através dos condicionantes socioculturais e políticos das formas de se ver e relacionar com a questão indígena¹⁶¹.

No campo da PAS os povos indígenas vêm progressivamente sendo reconhecidos. Prova dessa assertiva está nas ações que de forma mais intensiva são direcionadas a esse segmento desde 2004 pela Secretaria Nacional de Assistência Social e outras ligadas ao antigo MDS e atual Ministério da Cidadania. Em 2005 corroborando com esse avanço no campo da proteção social indígena, a V Conferência Nacional de Assistência Social, propôs oficinas voltadas para “A organização da Proteção Social Básica em comunidades indígenas e quilombolas”. Em 2006, dando continuidade a essas ações o CNAS criou o Grupo de Trabalho voltado ao tema das “comunidades indígenas e quilombolas”.

Os dados coletados na base do CadÚnico e a coleta de informações do Planejamento Estratégico de 2010 da etnia Pitaguary, por exemplo, refletem uma dupla realidade vivenciada por essa população. De um lado uma sociedade marcada pela pobreza, exclusão, em situação de risco pelo excesso de vulnerabilidades e cercada pelos interesses e os ditames do sistema capital com o seu histórico processo de espoliação e invisibilidade,

¹⁶¹ Esse processo se agudiza com a perspectiva neoliberal que aciona mecanismos macro e micro estruturais obliterando conquistas e causando retrocesso no campo dos direitos sociais.

mesmo nas sociedades indígenas inseridas em centros urbanos ou em suas proximidades, como é o caso dos Pitaguary¹⁶²; de outro uma sociedade que tem como elemento base o “Bem Viver” onde os aspectos cosmológicos, espirituais e culturais são extremamente valorizados.

Essa realidade ambígua e contraditória leva a um repensar do trabalho da PAS, suas especificidades, orientações e garantias afiançadas junto a essas comunidades. O grande desafio está em articular as diretrizes dessa política preservando o sentido coletivo da comunidade, documentado no Planejamento Estratégico de 2010.

Obviamente que existem desafios mais específicos para além da capacidade de saber conduzir em uma perspectiva dialética as referências de seus projetos comunitários e sua relação com a ação inclusiva e predatória do sistema capitalista. É necessária uma atuação voltada para o despertar de uma consciência crítica a partir do “ontem”, seus reflexos no agora e como se projetam para o futuro as relações, situações e fatos que esses sujeitos históricos experienciam. É uma árdua missão, que exige conhecimento teórico, articulação ético política e apropriação de metodologias direcionadas à construção de uma consciência social. Essa questão leva a outro ponto pertinente no trabalho junto a populações indígenas, trata-se de se permitir sentir-se parte da comunidade, apreender o simbólico existente em cada ação, em cada gesto. As comunidades indígenas muitas vezes através do silêncio¹⁶³, utilizam essa prática para nos ensinar, dessa forma é imperativo conhecer os elementos que

¹⁶² A atual população indígena brasileira, segundo resultados preliminares do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. (IBGE.2010). Os Pitaguary fazem parte desse último grupo assim como as outras dezesseis etnias do estado do Ceará, sociedades étnicas integradas à sociedade nacional e que lutam para o reconhecimento de seus interesses diferenciados a partir das suas diferentes sociabilidades.

¹⁶³ O silêncio- Sabedoria Indígena.

Nós os indígenas, conhecemos o silêncio. Não temos medo dele. Na verdade, para nós ele é mais poderoso que as palavras. Nossos ancestrais foram educados nas maneiras de silêncio e eles transmitiram esse conhecimento. “Observa, escuta, e logo atua, nos diziam. Esta é a maneira correta de viver. Observa os animais para ver como cuidam dos seus filhotes. Observa os anciões para ver como se comportam. Observa o homem branco para ver o que querem. Sempre observa primeiro, com o coração e a mente quietos, e então aprenderás. Quando tiveres observado o suficiente, então poderás atuar”. Com vocês, brancos, é o contrário. Vocês aprendem falando. Dão prêmios às crianças que falam mais na escola. Em suas festas, todos tratam de falar, o trabalho estão sempre tendo reuniões nas quais todos interrompem a todos, e todos falam cinco, dez, cem vezes. Chamam isso de “resolver o problema”. Quando estão numa habitação e há silêncio ficam nervosos. Precisam encher o espaço com sons. Então falam compulsivamente mesmo antes de saber o que vão fazer. Vocês gostam de discutir. Nem sequer permitem que o outro termine uma frase. Sempre interrompem. Para nós isso é muito desrespeitoso e muito estúpido, inclusive. Se começa a falar, eu não vou te interromper. Te escutarei. Talvez deixe de escutá-lo se não gostar do que estás dizendo. Mas não vou interromper-te. Quando terminares, tomarei minha decisão sobre o que disseste, mas não te direi se não estou de acordo, a menos que seja importante. Do contrário, simplesmente ficarei calado e me afastarei. Terás dito o que preciso saber. Não há mais nada a dizer. Mas isso não é suficiente para a maioria de vocês. Deveriam pensar nas suas palavras como se fossem sementes. Deveriam plantá-las, e permiti-las crescer em silêncio. Nossos ancestrais nos ensinaram que a terra está sempre nos falando, e que devemos ficar em silêncio para escutá-la. Existem muitas vozes além das nossas. Muitas vozes. Só vamos escutá-las em silêncio. **“Neither Wolf nor Dog. On Forgotten Roads with na Indian Elder” Ken Nerburn.** Texto traduzido por Leela, Porto Alegre.

conformam o universo indígena, sua forma de pensar e interpretar a realidade. Só assim se poderá minimamente contribuir para um processo crescente de sua autonomia frente a sociedade nacional.

Outro elemento relevante e não menos importante está relacionado às iniciativas e ao financiamento oriundo das três esferas de governo objetivando a construção e consolidação do PAIF (infraestrutura, capacitação, benefícios, dentre outros) em territórios que visam a instalação de CRAS para atendimento prioritário ou inclusivo desse segmento populacional. Ou seja, processo em construção o SUAS necessita de investimentos da esfera pública que potencializem sua estrutura no que concerne ao atendimento, ao controle democrático e o alcance das garantias afiançadas na PAS.

Acredito que são esses elementos, tão necessários no e para o trabalho com a população indígena, que me tensiona a continuar com o aprofundamento dessas questões em níveis mais específicos do conhecimento e da produção científica, como o doutorado.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Eliane Lima. **Gestão do trabalho no SUAS: uma análise a partir das perspectivas dos trabalhadores dos CRAS de Maracanaú-CE**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.ed. Manaus: UFAM, 2008. 192p. (Coleção “Tradição e Ordenamento Jurídico”, v.2. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia).
- ALMEIDA, Maria Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ALMEIDA, Maureni. **Povos Indígenas e a Política Pública de Assistência Social: a experiência do CRAS Indígena Pitaguary**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. Novos pobres: o que há de novo? **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.7, n.1/2,1996.
- ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo. (Org.). **Raça: perspectivas Antropológicas**. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do Governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista economia contemporânea, UFRJ**, Rio de Janeiro, n.esp. p.1-63, 2017.
- BANCO MUNDIAL. **Vozes dos pobres: Brasil, Relatório Nacional**. Tradução de Flávio R. Cunha. maio de 2000. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/335642-124115102975/1555199-1124138866347/brazilpr.pdf> . Acesso em: 14 maio 2018.
- BANCO MUNDIAL. **Pueblos indígenas, pobreza e desarrollo humano em América Latina-1994/2004**. Washington, D.C: ayol Edigiones, 2006
- BANIWA, Gersem. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, Alcida Rita. **Constituições nacionais e povos indígenas**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP,1998.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As Etnogêneses: velhos e novos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **MANA: Estudos de Antropologia Social**, [S.l.], v.12, n.1, p.39-68, 2006. Disponível em: www.scienceopen.com/document?vid=22e17141-a1c3-4a12-bdf4-8a745928102b. Acesso em: 25 jul. 2018.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Rev. Economia Contemporânea**, [S.l.], n.esp. p.1-63, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**, tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge zahar, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social no contexto da crise capitalista**. In: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009. p.301-321.

BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. **Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015

BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5. Terezina, Pi. **Anais [...]**. Terezina, Pi: UFMA, 2011.

BORGES, Júlio César. A sociedade nos fez pobres: assistência social e autonomia étnica dos povos indígenas: o caso de Dourados. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano.22, n.46, p.303-328, jul./dez. 2016.

BOURDIEU, Pierre. “Esboço de uma teoria da prática”. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994. p.46-86. (Coleção Grandes Cientistas Sociais.).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL. Secretarias Estaduais de Assistência Social, Gestão Estadual. Coordenação Geral de Vigilância Socioassistencial. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Censo SUAS 2018: resultados nacionais**. Brasília, DF: MDS, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social -CRAS**. Brasília, DF: MDS, 2009.

BRASIL. **Trabalho social com famílias do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF**. Brasília, DF: PAIF, 2012. v.2.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS. NOB/RH/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. Brasília, DF: MDS, 2009. 72p.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução n.17, de 20 de junho de 2011**. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília, DF: CNAS, 2011.

BRASIL. Estatuto do Índio. **Lei n.6001 de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Casa Civil, 1973.

CADERNO CRH. Não se fazem mais filhos como antigamente. **Revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades, UFBA**, Salvador, n.1, 1987.

CALEFFI, Paula. “O que é ser índio hoje?”: a questão indígena na América Latina, Brasil no início do século XXI. **Revista diálogos latino-americanos**, Aarhus Dinamarca, n.7, 2003, p 20-42, 2003.

CASTEL, Robert. **A metamorfose da questão social**: uma crônica ao salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Viveiros de. O nativo relativo. **MANA**, [S.l.], v.8, n.1, p.113-148, 2002.

CARVALHO, Alba Maria Pinheiro de. Estado e políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Revista políticas públicas**, São Luís, v.6, n.1, p.41-66, jan./jun. 2002.

CEPAL. **Povos Indígenas e Pobreza**: enfoques multidisciplinares. Brasília, DF: ONU, 2015.

COSTA, Lucia Cortes da. Pobreza, desigualdade e exclusão social. In: SOUZA, Maria Antônia de; COSTA, Lucia Cortes da. (Org.). **Sociedade e Cidadania desafios para o século XXI**. Ponta Grossa: UEPG, 2005.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas; SILVA, Maria Ozanira da Silva e Silva; RAICHELIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CRESPO, A P A; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Rae Eletrônica**, São Paulo, v.1, n.2, p.1-12, 30 jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

CUNHA, Manoela Carneiro. **Direito dos Povos Indígenas**. São Paulo. UNESP, 2018.

CUNHA, Manoela Carneiro. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CURATO, Marcelo. O Governo Dilma: da euforia ao desencanto. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.36, n.128, p.33-48, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/279708921>. Acesso em 18 dez. 2019.

DINIZ, Regina Lúcia portela. **Crescimento e desenvolvimento da criança indígena: um estudo da etnia Pitaguary/CE**. 2010. 179 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ECKERT, C; ROCHA, A. L. C. Etnografia: Saberes e Práticas. **Revista ILUMINURAS**, [S.l.], v.9, n.21, 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301/5371>. Acesso em: 05 nov. 2018.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FERNANDES, Fernando Roque. Cidadanização e etnogêneses no Brasil: apontamentos a uma reflexão sobre as emergências políticas e sociais dos povos indígenas na segunda metade do século XX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.31, n.63, p.71-88, jan./abr. 2018. Disponível em: www.scielo.br/pdf/eh/v31n63/2178-1494-eh-31-63-71.pdf. Acesso em: 26 nov. 2019.

FÓRUM NACIONAL DE AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, MISÈRIA E PELA VIDA. **Mapa da Fome entre os Povos Indígenas no Brasil (II)**,1994.

FLEURY, Sônia. Pobreza, desigualdades ou exclusão? **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, [S.l.], v12, n.6, p.1422-1428, 2007. Disponível em: www.scielo.org/pdf/csc/2007.v12n6/1422-1425/pt. Acesso em: 26 nov. 2019.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. **Revista Ensaios e pesquisa em educação**, [S.l.], v.1, p.3-23. 2016.

GALDINO, Lúcio Keury Almeida. **Os Caminhos da Territorialidade da Etnia Pitaguary: o caso da aldeia de Monguba no município de Pacatuba no Ceará**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

GALLOIS, Dominique Tilkim. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Iniquidade Social no Brasil: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento**. Brasília,DF: IPEA, 2003. (Texto para Discussão.).

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 4.ed.Petrópolis: Vozes,1985.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: LCT, 1998.

GOLDAN, Márcio. “Quinhentos anos de contato”: por uma teoria etnográfica da (contra) mestiçagem. **Mana**, [S.l.], v.21, n.3, p.641-659, 2015.

GONÇALVES, Cayo Robson Bezerra. **Política, mediação e conflitos: A construção social de lideranças indígenas Pitaguary/CE**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. **O saber local, novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera melo Jocelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**, 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JANCZURA, Roseane. Risco ou vulnerabilidade social? **Texto e Contexto**, Porto Alegre, v.11, n.2, p.301-308, ago./dez. 2012.

JESSÉ de Souza. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

JESSÉ de Souza. **Subcidadania brasileira: para entender o país para além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

JESSÉ de Souza. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

JESSÉ de Souza. A gramática social da desigualdade brasileira. **RBCS**, [S.l.], v.19, n.54, fev. 2004.

JESUS, Zeneide Rios de. Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011.

KAZTMAN, R. Seducidos e abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n.75, p.171-189. dec. 2001.

KOGA, Dirce. Aproximação sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social e Revista**, Londrina, v.16, n.01, p.30-42. Jul./dez. 2013.

KOGA, Dirce; NAKANO, Kazuo. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. In: **ABONG nas conferências 2005 criança e adolescente**. Brasília, DF: ABONG, 2005.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade econômica e civil Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v.18, n.51, 2018.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções de duas categorias na prática. **Econômica**, [S.l.], v.04, n.1, p.55-59, jun. 2002.

LAVINAS, Lena. Pobreza, desigualdade e exclusão: contextos atuais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA URB-AL, 10., 2003. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: PMSB, 2003. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em: 26 nov. 2019.

LEAL, Giuliana Franco. A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. 2004. Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ABEP, 2004.

LEAL, Giuliana Franco. **Exclusão social e ruptura dos laços sociais**: análise crítica do debate contemporâneo. 2008. 249 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280476>. Acesso em: 10 ago. 2020.

LIMA, Célia Maria de Souza Melo. **A Gestão do trabalho no Sistema único de assistência social**: avaliação em processo no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social no Ceará. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

LITTLE, Paul, E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, Brasília, v.28, n.1, p.251-290, 2002. (Série Antropológica.).

MAGALHÃES, Elói dos Santos. **Aldeia! Aldeia!:** a formação histórica do grupo indígena Pitaguary e o ritual do toré. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

MARACANAÚ. **Lei n.1.849, de 08 de maio de 2012**. Dispõe sobre a organização da Política de Assistência Social no Município de Maracanaú, e dá outras providências. Maracanaú, CE: SASC, 2012.

MARACANAÚ. **Plano Municipal da Assistência Social de Maracanaú 2014-2017**. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Maracanaú, CE: SASC, 2014.

MARACANAÚ. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Gestão do Sistema Único de Assistência Social. **Perfil das famílias do Cadastro Único-CRAS Indígena, 2014**. Maracanaú, CE: GESUAS, 2014.

MARACANAÚ. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Gestão do Sistema Único de Assistência Social. **Perfil das Famílias do Cadastro Único-CRAS Indígena, 2015**. Maracanaú, CE: GESUAS, 2015.

MARACANAÚ. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Gestão do Sistema Único de Assistência Social. **Perfil das Famílias do Cadastro Único-CRAS Indígena, 2016**. Maracanaú, CE: GESUAS, 2016.

MARACANAÚ. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Gestão do Sistema Único de Assistência Social. **Perfil das Famílias do Cadastro Único-CRAS Indígena, 2017**. Maracanaú, CE: GESUAS, 2017.

MARACANAÚ. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Gestão do Sistema Único de Assistência Social. **Perfil das Famílias do Cadastro Único-CRAS Indígena, 2018.** Gestão do Sistema Único de Assistência Social/GESUAS. Maracanaú, CE: GESUAS, 2018.

MARACANAÚ. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Gestão do Sistema Único de Assistência Social. **Perfil das Famílias do Cadastro Único-CRAS Indígena, 2019.** Maracanaú, CE: GESUAS, 2019.

MARTINS, José de Sousa. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre pobreza e classes sociais.** Petrópolis. Vozes, 2002.

MARTINS, José de Sousa. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulos, 1997.

MATA, Roberto da. O Ofício de Etnólogo ou como ter "Anthropological Blues" In: NUNES, Edson de Oliveira. (Org.). **A aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da assistência social:** ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Rev. Sociedade em Debate,** Pelotas, v.17, n.2, p.29, jul./dez. 2011.

MOURA, Cícero Cosme; POTIER, Robson William. Os índios no Brasil: relações sociais passado e presente, caminhos e desafios. **Academia Edu,** [S.l.:s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/29722067>. Acesso em: 26 jun. 2019.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação,** Porto Alegre, v.22, n.37, p.7-32, 1999.

MUSIAL, Denis Cezar e GALLI, Juliana Ferreira Marcolino. Vulnerabilidade e risco: apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política de Nacional de Assistência Social. **O Social em Questão,** [S.l.], ano.22, n.44, p.291-306, maio/ago. 2019.

MYNAYO, Maria Cecília de Souza. et. al. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 23.ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

NASCIMENTO, Eliomar Pinheiro. Hipóteses sobre a nova exclusão social; dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Cad. CRH,** [S.l.], n.21, p.27-47, jul./dez.1994.

NASCIMENTO, Eliomar Pinheiro. Eliomar Pinheiro. "Exclusão: a nova questão social". **Proposta,** Rio de Janeiro, v.22, n.61, 1994.

NARAYAN, Deepa. et al. **Voices of the poor can anyone hear us?** the international bank for reconstruction and development. New York, N.Y: The World Bank, Oxford University Press, Inc.2000.

NETTO. José Paulo. **Introdução ao método de Marx:** Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília, DF: CFESS, 2009.

NETTO, José Paulo. Política social no contexto da crise capitalista. In: NETTO, José Paulo. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999. 350p. (Territórios Sociais-2.).

OLIVEIRA, João Pacheco de. Viagens de ida, de volta e outras viagens. Instituto Sócio Ambiental-ISA. Travessia, jan-abril,1996.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio?: uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRIPIONE, Luís Donizere. (Orgs.). **A temática indígena na escola-novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília, DF: MEC, UNESCO, 1995.

OLIVEIRA, Luciano, “Os excluídos 'existem'? Notas sobre a elaboração de um novo conceito”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], n.33, 12, p.49-51, fev. 1997.

OLIVEIRA, Soraya Magalhães Pelegrine de. **Reflexões sobre a dimensão socioeducativa do trabalho do/a assistente social no CRAS de Guaxupé/MG: o olhar do usuário**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2017.

OLIVEIRA, Raimunda Nonato da Cruz; ROSA, Lúcia Cristina dos Santos; POMPEU, José Raimar Araújo. Serviço Social no contexto indígena: as transformações societárias e os desafios da profissão. **O Social em Questão**, [S.l.], ano.18, n.33, p.371-392, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Os povos indígenas são um terço dos mais pobres do mundo e sofrem com condições alarmantes em todos os países**. Brasília, DF: ONU, 2019. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/actualidade/27161-os-povos-indigenas-sao-um-terco-dos-mais-pobres-do-mundo-e-sofrem-com-condicoes-alarman-tes-em-todos-os-paises>. Acesso em: 8 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Povos indígenas estão entre os mais pobres da América Latina**. Brasília, DF: ONU News, 2016. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2016/02/1541061-povos-indigenas-estao-entre-os-mais-pobres-da-america-latina>. Acesso em: 6 jul. 2018.

PALHETA, Rosiane Pinheiro. **Políticas indigenistas de saúde no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção Questões de Nossa Época, n.55.).

PEREIRA, Maria de Fátima. **As representações sociais da pobreza sobre a ótica dos “pobres” do programa Bolsa família**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PEREIRA, Potyara, A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

PINHEIRO, Joceny de Deus. **A arte de contar, exercício de lembrar:** as narrativas dos índios Pitaguary. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, [S.l.], v.18, n.2, p.3-16, 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/spp/visn2/a02v18n2.pdf. Acesso em: 14 dez. 2018.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M.A. (Org.). Territórios e territorialidades: teoria, processos e conflitos. **Geografia em Questão**, [S.l.], v.13, n.3, 2020.

RAMOS, Alcida Rita. Metodologias: nem contra nem a favor. **Cadernos de Antropologia Social**, [S.l.], v.50, p.21-31, 2019.

RESENDE, Maria Leônidas Chaves. **Mundos nativos: culturas e história dos povos indígenas** / organização Maria Leônia Chaves de Resende. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015. Disponível em: pos3.nead.ufsj.edu.br. Acesso em: 22 dez. 2019

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil:** afinal de que se trata. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROCHA, Sônia. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.16, n.2, p.265-269, maio/ago. 2006.

SANDIM, Tatiana Lemos. **Da vulnerabilidade social para a vulnerabilidade institucional:** uma análise da política nacional de assistência social e de suas práticas em Belo Horizonte e São Paulo. 2018. 300 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTI, Heloise Chietenti; SANTI, Junior Chierente. Stuart Hall e o trabalho das representações sociais. **Anagrama-Revista Interdisciplinar de Graduação USP**, São Paulo, ano.2. set./nov. 2008.

SANTOS. Rosenverck Estrela. **A pobreza e as desigualdades étnico-raciais no Brasil:** a questão racial como elemento de expressão da questão social no pós-abolição. [S.l.]: ANDES-SN, 2018.

SARTI, Cynthia Andersen. A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Ed. Autores Associados, São Paulo, 1996. **Revista Serviço social**, Londrina, v.16, n.01, p.143-166. jul./dez. 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade:** uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. **Causas da pobreza**. São Paulo: FGV, 2004.

SEEGER, Anthony; CASTRO, Viveiro de. **Terras e territórios indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Encontros com a Civilização Brasileira, 1978. v.12. Disponível em: <http://www.etnolinguística.org/nicolai>. Acesso em: 8 out. 2019. (Coleção Nicolai.).

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENZEZEM, Priscila; ALVES Jolinda de Moraes. Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na Política de Assistência Social. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v.16, n.1, p.143-166, jul./dez. 2013.

SILVA, Giovane José; COSTA, Ana Maria Ribeiro F. M. **Histórias e culturas indígenas na educação básica**. São Paulo: Autentica, 2015.

SILVEIRA, Jucimeire Isolda. **Sistema único de assistência social: institucionalidade e processos interventivos**. São Paulo: Cortez, 2009. (Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.98, p.335-361, abr./jun. 2009.).

SPOSATI, Aldaíza. **Projeto PNUD BRA/04/046: fortalecimento institucional para a avaliação e gestão da informação do MDS, celebrado com a Fundação São Paulo**. Brasília: MDS, 2011. 108p.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUSA, Valdênia Lourenço. **Política de Assistência Social e os Povos Indígenas: um estudo sobre o trabalho social com famílias realizado nos CRAS indígenas que atendem as etnias Pitaguary e Jenipapo-Kanindé, na região metropolitana de Fortaleza, CE**. 2017. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=82882>. Acesso em: 26 jul. 2019.

SOUSA, Alcinélia Moreira. **A política de assistência social à população indígena: a que será que se destina?** 2011. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SOUZA, Alda Lúcia Monteiro de. **A pobreza como processo de longa duração: uma análise etnográfica na região da tríplice fronteira (Brasil, Colômbia, Peru)**. 2019. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SPOSATI, A. **A Menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo Cortez, 2007.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Unesco, 2009. 424p..

TEIXEIRA, Carla Costa & GARNELO, Luíza. **Saúde Indígena em Perspectiva: explorando suas matrizes históricas e ideológicas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Sistema de Bibliotecas: Guia de normalização de trabalhos acadêmicos** [recurso eletrônico]. Organizadores: Ana Neri Barreto de Amorim, Francisco Welton Silva Rios e Gicelle de Souza Silva. Dados eletrônicos. Fortaleza, CE, 2016. 3.v. 150p. il. (Coleção Normalizações SIBUECE; v.1). Disponível em: <http://www.uece.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/27/2020/03/GUIA-UECE-2020-FINAL.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal, do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

UGÁ, Vivian Dominguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v.23, p.55-62, nov. 2004.

VERAS, Maura P. B. “**Exclusão social: um problema de 500 anos: notas preliminares**”, in: SAWAIA, B., op cit., p.27-50.

VÉRAS, Maura P. B. Exclusão social – um problema de 500 anos: notas preliminares. In: SAWAIA, B. **Op.cit.** Petrópolis: Vozes, 2001. p.27-50.

VINHAS, H. E. F. **Ensaio sobre a redução da pobreza no Brasil: mensuração e determinantes**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: www.teses.usp.br. Acesso em: 26 jul. 2019.

XIMENES, Verônica Moraes e Jr, James Fereira Moura. A identidade estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. **Fractal, Revista de Psicologia**, [S.l.], v.28, n.1, p.76-83, 2016.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas. **Revista brasileira de ciências sociais**, [S.l.], v.12, n.35. 2019.